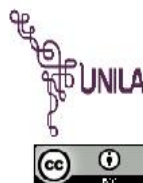


REVISTA ORBIS LATINA

ISSN 2237-6976



Volume 11, Número 01
Janeiro - Junho
2021



INDEXADORES E BASES BIBLIOGRÁFICAS:





REVISTA ORBIS LATINA
ISSN: 2237 6976



Os artigos publicados na *Revista Orbis Latina* são de responsabilidade plena de seus autores. As opiniões e conclusões neles expressas não refletem necessariamente a interpretação do GIRA – Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPGPPD) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

Conselho Editorial

Antonio Gonçalves de Oliveira (UTFPR)
Claudia Lucia Bisaggio Soares (UNILA)
Dirceu Basso (UNILA)
Exzolvildres Queiroz Neto (UNILA)
Gilcéia Aparecida Cordeiro (UNILA)
Gilson Batista de Oliveira, Editor (UNILA)
Janine Padilha Botton (UNILA)
Lucas Lautert Dezordi (UP/PR)
Luiz Alberto Esteves (UFPR)
Mauro Cardoso Simões (UNICAMP)
Regis Cunha Belém (UNILA)
Rodrigo Bloot (UNILA)

Edição e Capa

Gilson Batista de Oliveira

Revista Orbis Latina

web site: <https://revistas.unila.edu.br/index.php/orbis> e ou <https://sites.google.com/site/orbislatina/>

Volume 11, Número 01, Janeiro – Junho de 2021.

Foz do Iguaçu – Paraná – Brasil

Periodicidade Semestral.

Multidisciplinar. Interdisciplinar. Planejamento Urbano e Regional.

ISSN 2237-6976

I. Conteúdo interdisciplinar com ênfase em racionalidades, desenvolvimento, fronteiras, planejamento urbano e regional.

II. Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Racionalidades, Desenvolvimento e Fronteiras – GIRA.

III. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento – PPGPPD/UNILA.

Endereço para correspondência:

Revista Orbis Latina – Editor Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPGPPD/UNILA)

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

Avenida Tancredo Neves, nº 6731/Bloco 04, Espaço 03, Sala 10

CEP 85867-970 / PTI - Foz do Iguaçu/Paraná – Brasil

Tel.: +55(45)3529 2830 / E-mail: orbislatina@gmail.com e ou gilson.oliveira@unila.edu.br



Volume 11, Número 01
Janeiro - Junho
2021



INDEXADORES E BASES BIBLIOGRÁFICAS:



Revista Orbis Latina - Disponível no website <https://revistas.unila.edu.br/index.php/orbis>



REVISTA ORBIS LATINA
ISSN: 2237 6976



ENQUANTO ESPERAMOS A VACINA, LER É O MELHOR REMÉDIO

O ano de 2021 começa com um fio de esperança para humanidade. Várias vacinas foram testadas e aprovadas para uso emergencial contra o novo coronavírus. No Brasil, demorou, mas a vacinação foi iniciada. Agora é ficar na torcida e na espera da vez de cada um, sem furar filas.

E, enquanto esperamos a picada no braço, vamos aumentar nosso conhecimento lendo mais uma edição da Revista Orbis Latina que, na décima primeira edição, número 1, traz nove artigos científicos e três resenhas de excelentes obras sobre o desenvolvimento.

Os artigos e resenhas dessa edição são resultado dos esforços dos pesquisadores durante o período de afastamento social, em meio ao constante medo e preocupação com saúde e com a vida das pessoas.

Aos leitores e colaboradores, a Revista Orbis Latina deixa a seguinte mensagem: - enquanto esperamos a vacina, ler é o melhor remédio. Continuem se cuidando e cuidando dos entes queridos e, se sobrar um tempo, quando possível, enviem-nos seu artigo, poesia ou resenha.

Fiquem bem e boa leitura!

Prof. Dr. Gilson Batista de Oliveira (Editor)



Volume 11, Número 01
Janeiro - Junho
2021



INDEXADORES E BASES BIBLIOGRÁFICAS:





SUMÁRIO

ARTIGOS CIENTÍFICOS

ESTADO-NAÇÃO IBEROAMERICANO PÓS-INDEPENDENTE, REFLEXÕES SOBRE SEU ESTABELECIMENTO, EVOLUÇÃO E DESAFIOS DE INTEGRAÇÃO Francisca Paula Soares Maia e Samuel Quirino Oliveros Calderón	04
O ESTADO COMO FINANCIADOR DO DESENVOLVIMENTO: O CASO DO BNDES FINAME Andreza Caroline Bonkevich Suzim	13
A SOCIABILIDADE E A APROPRIAÇÃO PELOS MORADORES DE PUERTO IGUAZÚ – ARGENTINA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER COSTANERA E MARCO DAS TRÊS FRONTEIRAS Gilma Fernandes, Sancléya Evanessa de Lima e Sergio Paulo de Oliveira	30
PROGRAMA DE BOLSAS DE EXTENSÃO – UEMS: UMA ANÁLISE SOBRE A FORMAÇÃO DOS ACADÊMICOS BOLSISTAS EGRESSOS DAS UNIDADES UNIVERSITÁRIAS DE DOURADOS E PONTA PORÃ Nidene Cardena Souza e Moisés Centenaro	52
IMPACTO DAS NOVAS TECNOLOGIAS (EM ESPECIAL BIO E TECNO) PARA A COMPREENSÃO DAS IDENTIDADES E DA PESSOA: UMA REVISÃO Jessica Aparecida Soares	70
A SENSIBILIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL PARA A CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE SOB A PERSPECTIVA DOS VISITANTES DO PARQUE DAS AVES Derliz Hong Hung Moreno, Maria Isabel da Silva Teles, Fabio Henrique Feltrin e Camila Martins	86
UNIVERSALIZAÇÃO DA CARTA DA TERRA COMO ESTRATÉGIA PARA O PROTAGONISMO DOS SURDOS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL Derliz Hong Hung Moreno e Rosani Borba	108
GÊNERO E MERCADO DE TRABALHO: O CASO BRASILEIRO Daiani Scheffer e Edna Regina Spada	129
POBREZA FEMININA NO BRASIL: OS DOMICÍLIOS POBRES CHEFIADOS POR MULHERES Maria Eduarda Gabriel Garrucho, Lilian Cervo Cabrera e Carlos Eduardo Caldarelli	142
<u>RESENHAS</u>	
RESENHA DO LIVRO “DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO” DE CELSO FURTADO Osvaldo Vaz Furtado	161
RESENHA DO LIVRO “DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE” DE AMARTYA SEN Marcia da Luz Leal	165
RESENHA DO LIVRO “GLOBALIZAÇÃO, DEMOCRACIA E TERRORISMO” DE ERIC HOBBSBAWM Newton Camargo da Silva Cruz	172
<u>ORIENTAÇÃO AOS COLABORADORES E NORMAS PARA PUBLICAÇÃO</u>	182





ESTADO-NAÇÃO IBEROAMERICANO PÓS-INDEPENDENTE, REFLEXÕES SOBRE SEU ESTABELECIMENTO, EVOLUÇÃO E DESAFIOS DE INTEGRAÇÃO

ESTADO-NACIÓN IBEROAMERICANO PÓS-INDEPENDIENTE, REFLEXIONES SOBRE SU ESTABLECIMIENTO, EVOLUCIÓN Y DESAFÍOS DE INTEGRACIÓN

Francisca Paula Soares Maia¹
Samuel Quirino Oliveros Calderón²

RESUMO

Importa começar pela seguinte indagação: qual a relação entre língua estrangeira e desenvolvimento? O projeto *Português para Estrangeiros em Foz do Iguaçu: integração pela diversidade e interdisciplinaridade* vem sendo realizado desde 2014, segundo semestre, na cidade notadamente trinacional de Foz do Iguaçu, localizada na mesorregião oeste do Paraná (Brasil), juntamente com Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguazú (Argentina), possuidora de um trânsito intenso dos habitantes desses três países. Essa região possui um fluxo notável de outros estrangeiros, além da diversidade étnica própria dessa tríplice fronteira. Ao longo do trabalho desenvolvido no grupo de pesquisa “*Estudos (Sócio)Linguísticos e de Integração de Culturas na América Latina*”, que dialoga com o referido projeto, começamos a nos perguntar mais_ e a pesquisar mais_ sobre temas como território, a História dessa região e sua representação para seus moradores, além da questão da fronteira, o que nos levou a buscas sobre o tema “Estados Nação”. Desse modo, nosso propósito é relatar como conhecimentos produzidos sobre as características do processo de formação e evolução do Estado-Nação no Cone Sul, contexto da macrorregião da Bacia do Prata; e como as particularidades da gênese desse processo que conduziu à formação de Estados nacionais de visão monolíngues e monoculturais contribuem para rupturas com esse modelo historicamente excludente da diversidade linguístico-cultural. Portanto, nossa meta é pôr em evidência como o acesso a uma prática (in)formativa e inclusiva em sala de aula favorece a compreensão das dinâmicas de regiões fronteiriças: um espaço impreciso, que se move para além dos territórios.

Palavras-chave: Estado-Nação; diversidade linguístico-cultural; tríplice fronteira, desenvolvimento.

RESUMEN

Importa comenzar por la siguiente pregunta: ¿Cuál es la relación entre la lengua extranjera y el desarrollo? El proyecto *Portugués para extranjeros en Foz de Iguazú: integración por la diversidad e interdisciplinaridad* viene siendo realizado desde 2014, segundo semestre, en la ciudad tri-nacional de Foz de Iguazú, localizada en la

¹Professora Doutora do Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História (ILAAACH); Docente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento; Coordenadora do Projeto de Extensão Português para Estrangeiros em Foz do Iguaçu: integração pela diversidade e interdisciplinaridade da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA); Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil. E-mail: paula.maia@unila.edu.br

²Professor Doutor da Universidad de Holguín Oscar Lucero Moya, Cuba. Foi professor visitante de História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: samuelson715@gmail.com



mesorregión oeste de Paraná (Brasil), en conjunto con Ciudad del Este (Paraguay) y Puerto Iguazú (Argentina), poseedora de un tránsito intenso de los habitantes de esos tres países. Esa región posee un flujo notable de otros extranjeros, además de la diversidad étnica propia de esa triple frontera. A lo largo del trabajo desarrollado en el grupo de investigación Estudios (Socio)Lingüísticos y de Integración de Culturas en América Latina, que dialoga con el referido proyecto, comenzamos a preguntarnos más _ y a investigar más_ sobre temas como territorio, la historia de esa región y su representación para sus moradores además de la cuestión de frontera lo que nos llevó a búsquedas sobre el tema “Estados Nación”. De este modo, nuestro propósito es relatar cómo conocimientos producidos sobre las características del proceso de formación y evolución del Estado-Nación en el cono Sur, contexto de la Plata; y como las particularidades del Génesis de ese proceso que condujo a la formación de Estados Nacionales de visión monolingües y monoculturales contribuyen para rupturas con ese modelo históricamente excluyente de la diversidad lingüístico-cultural. Por lo tanto nuestra meta es poner en evidencia como el acceso a una práctica (in)formativa e inclusiva en salón de clase favorece la comprensión de las dinámicas de regiones fronterizas: un espacio impreciso que se mueve más allá de los territorios.

Palabras-clave: Estado-Nación; diversidad lingüístico-cultural; tríplice frontera, desarrollo.

INTRODUÇÃO

Pensar o surgimento do Estado-Nação na América Latina³ requer considerar as especificidades em relação ao surgimento deste em relação ao contexto europeu. Não é possível abordar a formação do estado nacional latino-americano a partir do modelo europeu. Hobsbawm (1998, pp, 179-180, 189) avalia que no Terceiro Mundo a criação dos novos estados após a Segunda Guerra Mundial foi reflexo de três fatores: a descolonização; a revolução e a intervenção de potências estrangeiras onde ocorreu esse processo.

A descolonização significou que estados independentes foram criados em geral a partir de áreas onde existiam fronteiras e administração coloniais. Fronteiras muitas vezes traçadas sem o conhecimento de seus habitantes, de modo que não possuíam nenhum sentimento nacional ou protonacional.

A luta antifacista dos povos contra a ocupação estrangeira gerou não só um forte movimento de emancipação política, mas também criou premissas para outras reivindicações sociais e culturais.

O fim da ordem colonial, segundo Vega (2002, p.13) abriu caminho para a independência de povos cujas culturas estavam sufocadas, favorecendo a algumas lideranças desses estados nacionais emergentes focalizar sua atenção em elaborar políticas culturais voltadas à reivindicação de valores até então negados a etnias e nacionalidades.

Febvre (1955, p. 280-281) afirma que “o Estado não se dá nunca naturalmente, sempre deve ser criado”[...] os limites, os marcos importam pouco”. É o coração o que vale e o que

³Este trabalho tem parte de conhecimentos produzidos no Grupo de Pesquisa *Estudos (Sócio)Lingüísticos e de Integração de Culturas na América Latina*, parte publicada no livro *Interculturalidades: visões multilaterais desde a UNILA*, MAIA, F.P.S. (Org.), Boavista Press, Roosevelt, N.J., EUA, 2018. Ida ao evento com verba da PRPPG/UNILA.



se deve considerar antes de mais nada. O que nos remete às fronteiras (MICHAELSEN; JHONSON, 2003). Não devem ser abordadas desde o exterior, dos limites geográficos, mas a partir do interior, da conformação antropológico-cultural, sociohistórica.

EM SOLO LATINO-AMERICANO

Quanto à América Latina salta aos olhos o processo de transculturação que se deu logo a partir da conquista e da colonização, como um laboratório de encontro único das culturas indígena, europeia e africana.

Nas Américas, quando chegaram os colonizadores, convencidos do direito de conquista de terras ultramaras, pensamento vigente na época, encontraram aqui já milhares de tribos indígenas. Em se tratando da chegada ao que hoje denominamos Brasil, conforme o relato na Carta de Pero Vaz de Caminha, era como se os indígenas não falassem “Ali não pôde deles haver fala, nem entendimento de proveito, por o mar quebrar na costa.”⁴ A centralidade na língua falada na metrópole portuguesa ensurdece a fala indígena nesse primeiro contato. Ensurdimento não reconhecido, desculpado pelo ruído das ondas quebrando na costa.

Nessa chegada inicial de portugueses e espanhóis, não havia fronteiras. Indígenas conviviam em seus espaços ora harmonicamente, ora sob disputa, mas não havia a delimitação institucionalizada do território. Das várias línguas faladas, uma ficou conhecida em terra *brasilis* como a língua geral: o Nheengatú. A esta, diante da dificuldade de ensinar o Português Europeu às diversas etnias o colonizador a assimilou e usou por um bom tempo.

Trazendo para nossa região, “o atual território do Paraná foi, primitivamente, habitado por inúmeras tribos indígenas, pertencentes a duas ou três famílias de âmbito nacional” (MICHAELE, 1969). O historiador Romário Martins “distingue três famílias principais: tupi ou tupi guarani, *crên* e *gé* ou *gê*.” (*op.cit.*) Pero Lopes de Sousa, no período dos seiscentistas, reconhece pelo menos umas cinquenta tribos⁵, com denominações próprias, arroladas à grande família tupi-guarani. Logo, há o reconhecimento de que o Paraná é chão predominantemente guarani, como todos os componentes do Cono Sur: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Uruguai, Argentina, Paraguai; e parcialmente a Bolívia (Santa Cruz de la Sierra).

Faz parte da consolidação dos Estados-Nação o “mito” da língua única. É preciso definir uma língua geral, única, ou pelo menos oficial. Conta-nos Faraco que:

A intervenção colonial no Brasil, como na América em geral, redundou na desestruturação econômica, social e cultural das populações autóctones. [...] Essa desestruturação e o assentamento das bases de uma nova formação socioeconômica – a sociedade colonial – configuraram um novo quadro de relações sociointeracionais que afetou profundamente as línguas nelas envolvidas, desde seu completo

⁴http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf

⁵Os autores afirmam várias vezes que “as designações variam no tempo e no espaço” (*op.cit.*, pág. 26)



desaparecimento (com o extermínio de seus falantes ou com sua diluição na nova formação socioeconômica), até direções evolutivas acionadas pelas inusitadas situações de contato, aloglossia e bilinguismo que aqui se criaram [...]. (FARACO, 2016, p.121)

Pelo exposto acima, cabe a seguinte reflexão: o território habitado pelos diversos indígenas nas Américas é visto como “atrasado”. A colonização aparece então como uma possibilidade de desenvolvimento. A substituição das línguas indígenas, posteriormente africanas pelas línguas europeias é vista como parte desse desenvolvimento.

O Brasil é, até agora, a única sociedade extraeuropeia em que a língua portuguesa se tornou a L1 da maioria absoluta da população. Uma primeira pergunta [obvia é, portanto, saber como historicamente isso se deu, ou seja, como a língua portuguesa passou de minoritária no século XVI – mal desembarcada num espaço densamente multilíngue (multilinguismo que cresceria ainda mais com a transposição das populações africanas escravizadas e, bem posteriormente, com a chegada dos imigrantes europeus e asiáticos) – a majoritária e hegemônica na entrada do século XX. (FARACO, 2016, p. 136).

A INDEPENDIZAÇÃO

Os movimentos de independização europeus tiveram, assim, repercussões nas colônias ultramaras. À medida que vão se consolidando os Estado-Nação de Portugal, Espanha, Inglaterra, França, dentre outros, os interesses exploratórios vão se tornando mais fortes e mais claros. Nesse momento, o sistema de colônias incomoda a quem não as domina, e os ideais libertários se alastram pelas Américas.

O projeto pensado não previa integrar os indígenas e as massas populares ao processo civilizatório. A proposta era consolidar o poder da oligarquia dominante e dos setores intelectuais e profissionais associados. Era uma proposta sem dúvida excludente. Pensava sustentar-se na ideia de que por si só a educação ofertada pelas boas instituições seriam a chave para levar à civilização.

Se por um lado o termo Estado nos remete a uma entidade política e jurídica geralmente conhecida como país, que pressupõe uma unidade político-territorial mais ou menos centralizada, dotada de autoridades constituídas, de organização administrativa, de constituintes jurídicos específicos, de aparelhos de autodefesa e de repressão (DIAZ DE ARCE, 1988), por outro lado, o conceito de nação representa uma entidade sociocultural cujos limites em muitos casos não se correspondem com fronteiras estatais, mas se refere a um coletivo humano estável e historicamente constituído, cujas raízes são culturais antes que jurídico-políticas e sustenta sua existência em antecedentes históricos, de religião, de tradições e de costumes (desde CONNOR, 2000, p.94-95).





Os Estados-Nação nacionais formam-se numa expressão da consolidação de uma identidade específica de uma conscientização identitária, até alcançar a elaboração de um projeto de autogoverno caracterizado por um projeto político.

A identidade linguística faz parte dessa caracterização identitária desse Estado-Nação. No Brasil, as línguas indígenas foram aos poucos sendo substituídas por línguas mais gerais. “Não se sabe o número de línguas indígenas aqui faladas à época da chegada dos europeus. Rodrigues (1998:90) estima que eram 1.273 línguas. Qualquer que seja o número exato, a diversidade era evidente.” (FARACO, 2016, p.124).

Contudo, esse processo deu-se tanto pelo fator da catequese de indígenas por jesuítas, quanto pelo processo administrativo utilizado por Portugal, pela distribuição de terras a colonos apadrinhados com o objetivo de povoamento. Conta-nos Faraco (2016; p.120-136) que foi um processo bastante complexo chegar a uma *língua geral*. Jesuítas tentavam aprender as línguas indígenas, pelo convívio direto com os indígenas, apesar de serem muitas; mas, durante a catequese, indígenas foram aprendendo formas portuguesas, mesclando às suas falas. Com o tempo, os jesuítas foram observando que aquelas línguas vão sofrendo mudanças estruturais e lexicais, e lhes atribuem o nome de *línguas gerais*: (i)a língua geral paulista e (ii)a língua geral amazônica. Na bacia do Rio Paraná, reconhecem o predomínio do Guarani (ALTMAN,2003, p. 59).

A língua geral paulista – que estaria já configurada nas primeiras décadas do século XVII, foi levada para uma extensa área geográfica a sul e a oeste de São Paulo pelos bandeirantes, que alargaram as fronteiras coloniais, até que progressivamente, de meados para o fim do século XVIII, deixou de ser usada, possivelmente em decorrência das mudanças sociais e econômicas decorrentes do ouro em Minas Gerais⁶

[...] a língua geral amazônica – que se foi configurando à medida que se dava, em meados do século XVII, a ocupação do que viria a ser o Estado do Grão-Pará e Maranhão, ou seja, do Maranhão e do território amazônico. Ganhou falantes até meados do século XIX, quando, por uma série de circunstâncias, foi perdendo espaço e é hoje falada em reduzido território no Alto Rio Negro⁷ (FARACO, 2016, p.130).

ESTADO-NAÇÃO DO BRASIL

O tempo passa. O Brasil tem sua independência proclamada em 1822. Paga em duas mil libras esterlinas, negociadas com a Grã-Bretanha. Está aberta a porta para o comércio com os Estados-Nação europeus: Inglaterra, França, Espanha, inicialmente. É a busca do desenvolvimento.

⁶Cf. Holanda (2009, p.128)

⁷Cf. Freire (2004)



Mas, além da fase do bandeirismo, mais tarde, transformado em tropeirismo, e do da mineração, no Paraná, devemos referir-nos à tentativa de colonização, empreendida no Norte do Brasil (Pará) e Extremo-Sul (Rio Grande do Sul e Santa Catarina, conjuntamente).

No Norte, foi a política do Marquês de Pombal (por sinal, neto de uma índia), visando à destruição da obra jesuítica. [...]A própria língua geral foi proibida. (MICHAELE, 1969, p.90)

Contudo, se por um lado Minas Gerais e as províncias do Sul mostraram-se prontamente favoráveis à aclamação de D. Pedro, por outro, Pernambuco jurou adesão, tomando o cuidado de eleger seus próprios deputados. Apesar da difícil comunicação, Goiás e Mato Grosso acabaram sendo favoráveis. Em seguida veio o Rio Grande do Norte, Sergipe, Alagoas. Entretanto, o Pará, o Maranhão, o Piauí e o Ceará juntamente com a Cisplatina permaneceram fiéis às Cortes de Lisboa.

Nas décadas de 1920 a 1940, conta-nos Faraco (2016, p.141) que segmentos da intelectualidade brasileira ainda sentiam falta de uma efetiva “unidade nacional” ao Brasil.

Esse senso de falta deu suporte a boa parte do ideário político-ideológico do regime saído da chamada Revolução de 1930. Empenhou-se este em realizar reformas educacionais centralizadoras e de conteúdo nacionalista e patriótico: e, depois do golpe do Estado Novo (1937), se voltou para as campanhas de nacionalização nas colônias étnicas do Sul do país.⁸ (FARACO, 2016, p.141)

Pelo exposto, vê-se que um país, no caso estamos falando de Brasil, não se configura como Estado-Nação da noite para o dia. De fato, nenhum país torna-se Estado-Nação pela mera proclamação de sua “independência”.

E a questão do Português como Língua Estrangeira?

PORTUGUÊS LÍNGUA ESTRANGEIRA E CAPITAL HUMANO

O projeto *Português para Estrangeiros em Foz do Iguaçu: integração pela diversidade e interdisciplinaridade*, realizado via Extensão da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), carrega em si toda a narrativa acima. Acontece em uma cidade localizada numa tríplice froteira: Foz do Iguaçu faz limite com a paraguaia Ciudad del Este e com a argentina Puerto Iguazú. O trânsito dos moradores dessa região trinacional é intenso. Há quem mora nas cidades vizinhas da Argentina ou do Paraguay (em Ciudad del Este, Hernandarias, Presidente Franco, dentre outras) e se desloca para estudar ou trabalhar em Foz do Iguazú, e vice-versa.

⁸Cf. Schwartzman, Bomeny & Costa, 2000, cap. 5; Campos, 2006, cap. 1)



Esse trânsito acaba exigindo um espaço de formação na língua portuguesa brasileira, à qual chamam simplesmente de “brasileiro”⁹. Para trabalharem, para fazerem uma Especialização nas universidades locais, quer na Estadual - UNIOESTE, quer no Instituto Federal do Paraná - IFPR; quer em alguma das várias instituições particulares que Foz do Iguaçu possui.

É importante relatar que o projeto tem atendido a um grupo de imigrantes que se destaca na cidade: o povo árabe, que tem em Foz a segunda maior comunidade do Brasil. Conta a História que, após a abolição da escravidão, o imperador D. Pedro II não podia mais utilizar a imigração forçada africana para povoar o Brasil. De forma que incentivou a vinda de imigrantes europeus como alemães, italianos e deu grande ênfase à imigração árabe.

O referido projeto identifica-se com a missão da Universidade Federal que o abriga, a UNILA, a qual pode ser visualizada em sua página na internet, em que é possível identificar sua correlação com o Mercosul:

Sua missão institucional é a de formar recursos humanos aptos a contribuir com a integração latino-americana, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina, especialmente no Mercado Comum do Sul (Mercosul).¹⁰

Desse modo, esse projeto vem acolhendo estrangeiros que necessitem de um acolhimento, tendo por visão a inclusão do cidadão estrangeiro ao contexto sócio-histórico brasileiro, por meio de um trabalho que aborda temas úteis à vida em um país estrangeiro. Desde coisas básicas como o vocabulário do dia a dia, até temas como Saúde, Educação, Turismo, Mercado de Trabalho, Relações Humanas, dentre outros. Sem ideologias, favorecendo a expressão pessoal no idioma brasileiro e a interação entre os pares.

O presente projeto pauta-se por ser interdisciplinar, tendo como bolsistas estudantes de cursos como Desenvolvimento Rural, Engenharia, Biotecnologia, Relações Internacionais, Saúde Coletiva; e não só de Letras, uma vez que o ensino da língua é visto como um processo interativo através de “input” e “output”, conforme nos possibilita o trabalho de Krashen(1977). Segundo esse autor, o ensino de regras gramaticais não têm uma contribuição eficaz na aquisição de uma língua estrangeira. Esse autor chega a considerar que o aprendizado dessas regras pode gerar bloqueios à produção espontânea do aprendiz, de modo que recomenda os alunos sejam expostos a novas estruturas, a informações que compreendam. A isso ele chama de *input compreensível*¹¹.

⁹Crianças entrevistadas em pesquisa realizada em escolas do Programa Escola Interculturais de Fronteira (PEIF) - que o governo não oferta mais, quando perguntadas “Que língua(s) você fala?” respondiam “Brasileiro”. E quando perguntávamos diretamente se falavam Português ou Espanhol, demonstravam estranhamento.

¹⁰<https://portal.unila.edu.br/institucional/projeto-pedagogico>

¹¹O Prof. Dr. Luis Gonçalves, da Princeton, EUA, faz uma excelente reflexão sobre o ensino de gramática em aula de língua estrangeira na obra *Práticas Pedagógicas e Material Didático no Ensino de*



CONCLUSÃO

Podemos concluir que os estados iberoamericanos começam a definir sua matriz enquanto Estado-Nação desde a segunda metade do século XIX e durante o século XX. Do ponto de vista regional, fica evidente uma formação nacional fragilizada, tanto devido a uma fraca integração social e até mesmo nacional. Processos como a reforma liberal, as transformações democrático-burguesas advindas da crise de 1929-33, o processo revolucionário nacionalista posterior à Segunda Guerra Mundial teve seus efeitos na configuração dos estados nacionais.

Ao longo de todo esse processo sociohistórico vislumbra-se o ser humano e o uso da língua em sociedade. Uma sociedade que sempre apresentou enorme dificuldade em lidar com a pluralidade, o mais de um, o não único; e a diversidade, o não igual, a diferença.

Esse texto procurou mostrar que o ser humano tem o seu direito linguístico afetado pelo político, pelo social, pelo religioso, pelas fronteiras, pelas relações internacionais / mercantis vigentes em determinado momento.

Conduzir seres humanos à integração/desenvolvimento interregional requer a instrumentalização com línguas estrangeiras. Em se tratando de Foz do Iguaçu, cidade trifronteiriça, é mais que direito de seus cidadãos o acesso tanto ao Português pelos hispanos, quanto ao Espanhol e até ao Guarani pelos brasileiros. Direito extensivo a falantes de outras línguas que residirem nessa tríplice fronteira, como árabes, haitianos, chineses, por exemplo.

Instrumentalização essa que vai além da língua pela língua (MAIA & BENFICA, 2016); que se adentra pelo direito aos contatos e conhecimentos interculturais, por meio da diversidade e interdisciplinaridade.

REFERÊNCIAS

ALTMAN, C. As línguas gerais sul-americanas e a empresa missionária: linguagem e representação nos séculos XVI e XVII. In: FREIRE, J.R. B. & ROSA, M. C. (Orgs.). **Línguas Gerais: Política Linguística e Catequese na América do Sul no Período Colonial**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003. p. 57-83.

CONNOR, W. Etnonationalism: The quest for understanding. In: **Canadá. Um Estado posmoderno**. Tereza Gutiérrez (Coordinadora), México, 2000.

Português como Língua Não Materna, de Sílvia Ines Coneglian C. de Vasconcelos (Org.), Editora Pedro e João, 2019.





- DIAZ DE ARCE, O. (1988). **El proceso de formación de los estados nacionales en América Latina**. MES, La Habana, 1988.
- FARACO, C. A. **História Sociopolítica Da Língua Portuguesa**. 1 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.
- FEBVRE, L. Introducción geográfica a la História, en **La evolución de la Humanidad**. Síntesis colectiva dirigida por Henri Berr, UTEHA, México, 1955.
- HOBSBAWM, E. **Naciones y nacionalismo desde 1780**, Crítica, Grijalbo Mondadori S.A. Barcelona, 1998.
- KRASHEN, S. **Some Issues Relating to the Monitor Model**. On Tesol, 77, 144-158. 1977.
- MAIA, F.P.S.; BENFICA, S. Métodos de ensino de língua estrangeira: contextos históricos e aplicabilidade. In: GONÇALVES, L. (Org.). **Fundamentos do ensino de Português como Língua Estrangeira**. 1. ed. Roosevelt - New Jersey: Boa Vista Press, v. 1, p. 51-61, 2016.
- MICHAELE, F.A.S. Presença do índio no Paraná. In: **História do Paraná**. El-Khatib, Faisal. (Org.) Grafipar. Curitiba.Paraná. Brasil,1969.
- MICHAELSEN, S.; JHONSON, D.E. **Teoria de la frontera. Los límites de la política cultural**. Gedisa, Barcelona, 2003.
- RODRIGUES, A. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. DELTA- **Revista de Documentação em Linguística Teórica e Aplicada**, v.9, n.1.p.83-103, 1998.
- VEGA, S.J. **Región y Identidad**. Ediciones Holguin, 2002.

Recebido em 05/08/2020
Aceito em 11/08/2020





O ESTADO COMO FINANCIADOR DO DESENVOLVIMENTO: O CASO DO BNDES FINAME

THE STATE AS FINANCER OF DEVELOPMENT: THE CASE OF BNDES FINAME

Andreza Caroline Bonkevich Suzim¹

RESUMO

O presente texto tem como objetivo central a análise do Finame como um programa público de financiamento de políticas industriais no país, por meio da temática sobre o desenvolvimento no que concerne ao próprio surgimento das teorias do desenvolvimento iniciadas após a Segunda Guerra Mundial, que tornaram o Estado um agente importante, sendo o principal mecanismo para se buscar e alcançar o desenvolvimento nas economias mais atrasadas. Para isso, a metodologia utilizada foi a de pesquisa bibliográfica acerca do tema sobre o desenvolvimento. Dentro desse contexto, insere-se a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em 1952 no Brasil, para atuar como um agente do Estado financiando o desenvolvimento do país em vários segmentos. Após isso, em 1964 tem-se a criação do Finame, que desde seu início, como um fundo, já tinha o intuito de desenvolver e consolidar o parque industrial do país. Dessa maneira, utilizou-se dados da agência Finame com o objetivo de investigar os desembolsos dos financiamentos entre os anos de 2003 até o primeiro semestre de 2019, recorrendo a metodologia de pesquisa documental e em dados oficiais do próprio banco, a fim de inferir qual seria o tipo de industrialização proporcionada pelo programa. Considerando o BNDES como sendo um agente do Estado financiador do desenvolvimento, tem-se a Finame como sendo a principal expressão do banco para desenvolver a indústria brasileira que, no entanto, constata-se neste trabalho uma queda em seus aportes nos últimos anos. Fato este que traz certa cautela ao se tentar afirmar que este programa é, na contemporaneidade, o mais efetivo nesse objetivo – que é o de desenvolver e consolidar a industrialização no Brasil – e, portanto, acaba por deixar um espaço aberto para estudos futuros verificarem sua efetividade no financiamento da industrialização nacional.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Estado; BNDES; Finame; Industrialização.

ABSTRACT

The main objective of this text is to analyze Finame as a public program for the financing of industrial policies in the country, through the theme of development with regard to the very emergence of development theories started after the Second World War, which made the State as an important agent, being the main means to seek and achieve development in the most backward economies. For this, the methodology used was that of bibliographic research on the topic of development. Within this context, the creation of the National Bank for Economic and Social Development (BNDES) in 1952 in Brazil is inserted, to act as an agent of the State financing the country's development in various segments. After that, in 1964, Finame was created, which since its beginning, as a fund, had the intention of developing and consolidating the country's industrial park. In this way, data from agency Finame was used in order to investigate the disbursements of financing between 2003 and

¹ Bacharel em Ciências Econômicas: Economia, Integração e Desenvolvimento pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana e mestranda em Políticas Públicas e Desenvolvimento da mesma instituição. E-mail: andreza_caroline@hotmail.com.



the first half of 2019, using documentary research methodology and official data from the bank itself, in order to infer the type of industrialization provided by the program. Considering the BNDES as an agent of the State that finances development, Finame has been the bank's main expression for developing Brazilian industry, which, however, has seen a drop in its investments in recent years. This fact brings some caution when trying to affirm that this program is, in contemporary times, the most effective in this objective - which is to develop and consolidate industrialization in Brazil - and, therefore, it ends up leaving an open space for future studies to verify its effectiveness in financing national industrialization.

Keywords: Development; State; BNDES; Finame; Industrialization.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho surgiu a partir do interesse em aprofundar e contribuir com conhecimento acerca da temática sobre o desenvolvimento industrial nas políticas públicas no Brasil e, em particular, do seu papel no cenário brasileiro atual com respeito às linhas de crédito para o desenvolvimento industrial do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com especial atenção ao produto BNDES – Finame.

Como se há de verificar, o objetivo principal deste trabalho é compreender e analisar o Finame como um programa público de financiamento de políticas industriais no país, por meio da temática sobre o desenvolvimentismo na América Latina. Dessa maneira, norteia-se essa análise através das linhas de créditos concedidas pelo BNDES, bem como a expansão ou não deste capital ao longo dos últimos 16 anos, desde 2003 até a atualidade, focando no produto Finame – destinado ao “Financiamento da produção e aquisição de máquinas e equipamentos nacionais – previamente – credenciados no BNDES” (BNDES, 2019).

Existem, de fato, determinados ramos na economia em que a iniciativa privada tende a não investir, seja por aversão ao risco ou baixo retorno sobre o investimento, falta de interesse em determinado produto ou fim e etc. Dessa maneira, entende-se que em ramos estratégicos, com o intuito de impulsionar o crescimento e desenvolvimento do país, torna-se importante e até necessário que outro agente financie tais projetos, e neste caso, não restam muitas opções que não o próprio Estado ser este grande financiador do desenvolvimento estratégico brasileiro.

Precisa-se ter em conta que existe uma discussão sobre os termos “crescimento” e “desenvolvimento”, bem como nos indicadores que medem essas variáveis. Enquanto Paulani e Bobik (2010) alegam que “o sistema de contas nacionais e a consequente mensuração dos agregados possibilitam uma avaliação quantitativa (ou seja, em termos de valor) do produto que uma economia foi capaz de gerar num determinado período de tempo”, como sendo um indicador de desempenho econômico importante, pois mostra a capacidade de geração de renda e o nível de utilização da capacidade produtiva em uma economia, em última instância, o crescimento, se mostram inadequados quanto o assunto é qualidade de vida da população, ou seja, temas relacionados ao desenvolvimento. Contudo, a discussão entre ambos os termos extrapola o escopo desta pesquisa.





Utilizar-se-á a definição de crescimento econômico encontrada em Paulani e Braga (2007), onde “o crescimento econômico diz respeito à elevação do produto agregado do país e pode ser avaliado a partir das contas nacionais. Desenvolvimento é um conceito bem mais amplo, que leva em conta a elevação da qualidade de vida da sociedade e a redução das diferenças econômicas e sociais entre seus membros” (2007, p. 255). Portanto, “ainda que o crescimento econômico seja fundamental para o processo de desenvolvimento, o último não se reduz ao primeiro” (PAULANI; BRAGA, 2007, p. 255).

Tendo em vista que o Brasil é um país, essencialmente, exportador de commodities agrícolas, de acordo também com uma publicação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)², onde mostra que “sete commodities responderam por metade do valor das exportações brasileiras em 2018, o percentual mais alto desde os 51,4% registrado em 2011” (2019), torna-se necessário determinado investimento na produção de maquinário, equipamentos e tecnologias, a fim de alcançar um novo patamar de desenvolvimento industrial (com o objetivo de ir além de apenas desenvolver o setor agrícola primário-exportador brasileiro).

Portanto, este trabalho busca entender a dinâmica de como essa agenda de política pública inseriu o fomento ao desenvolvimento industrial no país, com maior atenção a concessão de crédito via BNDES Finame. Além disso, torna-se importante investigar a evolução desses desembolsos ao longo do tempo, verificando os montantes de financiamentos, com vistas a entender sua importância e seu papel no desenvolvimento industrial brasileiro.

Para que isso seja possível, a elaboração deste trabalho partiu de uma pesquisa bibliográfica desenvolvida em materiais constituídos, principalmente, de dados diretos obtidos no BNDES, estudos próprios do banco, livros, artigos científicos e jornais acerca da temática proposta. Buscar-se-á também, efetuar uma pesquisa documental, tendo como ponto de partida documentos e dados oficiais, dados censitários e/ou registros de arquivos e estatísticas do banco de desenvolvimento. Ademais de realizar uma revisão de literatura em autores como Peter Evans, Fernando Carvalho e Michael Howlett, revisando a temática do desenvolvimento histórico e a ação estatal.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A forma de como a história é organizada e contada, certamente, envolve consigo toda uma ideologia, uma visão de mundo e um conjunto de ideais por trás. Por isso uma análise das distintas formas de como a história do pensamento e, nesta sessão especificamente, ao que respeita ao pensamento econômico no que tange à discussão do desenvolvimento, é imprescindível para perceber as diferentes ideologias por trás das teorias e, que

² Para ler a publicação completa sobre o assunto, pode ser acessado ao seguinte link: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34576&catid=131.



posteriormente se desdobram em propostas, projetos políticos e até no estabelecimento de um horizonte utópico, pois é no desenvolvimento recente das ideias que está a chave para entender como chegamos à contemporaneidade (MARINI, 1992).

As teorias sobre o desenvolvimento iniciaram após o final da Segunda Guerra Mundial (1945), mais especificamente, entre os anos de 1950 e 1960, sobre as quais tem o Estado como ator principal para promover as mudanças necessárias ao desenvolvimento dos países (EVANS, 1993). Para que se entenda o início do pensamento econômico voltado ao desenvolvimento, deve-se ter em mente que a reprodução da vida material em cada período histórico específico está, estreitamente, ligada ao pensamento e a criação de ideais, sobre os quais se determinam as próprias possibilidades desse desenvolvimento (de ideais, nesse caso – que seria o de alcançar o desenvolvimento).

Anteriormente a esse período, o Estado tinha um papel mínimo nas economias, como ocorria, por exemplo, na Inglaterra, que de acordo com Carvalho³:

A participação direta do Estado nas economias que serviam de paradigma para que se conceituasse a economia capitalista, especialmente a Inglaterra, era efetivamente muito pequena [...]. Que tanto a economia política clássica quanto a neoclássica fossem incapazes de identificar qualquer papel ativo para o Estado exercer na economia, de certa forma refletia o fato de que, na Inglaterra, não havia mesmo papel a cumprir. Isto não significa que o Estado fosse inerte. O apoio a iniciativas coloniais, a imposição de leis protecionistas, mesmo a distribuição de crédito subsidiado, eram medidas comuns em vários países capitalistas. (CARVALHO, 1999, p. 13)

A mudança sobre a visão de como o Estado deveria agir perante a economia teve como um dos pontos de partida a teoria Keynesiana, trazendo uma ruptura do até então pensamento econômico padrão da época, pois

[...] não apenas são identificadas insuficiências de natureza estrutural na forma de operação de economias capitalistas, mas também porque a forma específica pela qual estas insuficiências se manifestavam pediam não apenas a criação de regras compensatórias (como no caso das falhas de mercado), mas o acompanhamento e intervenção constante. Em outras palavras, a teoria keynesiana apontava para a necessidade de política econômica. (CARVALHO, 1999, p. 13)

Faz-se importante notar que em Keynes (1936), existe a possibilidade conflitante entre as racionalidades, tanto a social quanto a individual, o que se entende, em última instância, que o indivíduo pode se limitar no alcance de objetivos sociais que deseja alcançar e que, portanto, seria este um dos motivos em que uma ação coletiva seria necessária e mitigaria esse problema. Daí também decorre a necessidade da ação estatal, para atuar junto a essa ação coletiva – tornando-a mais fácil e possível de ser realizada. Sendo assim, nas palavras de

³ A mudança no papel do Estado nas economias tende a confirmar que o desenvolvimento do pensamento e teoria econômica vai de encontro a sua realidade histórica – factual.



Carvalho, “a interação entre indivíduos privados não é mais capaz de alcançar os melhores resultados possíveis. Não cabe ao Estado impor aos indivíduos metas diferentes daquelas que desejem, mas, sim, permitir-lhes alcançar patamares mais elevados de bem-estar” (1999, p. 14).

No entanto, Keynes trata o Estado como sendo exógeno à dinâmica capitalista⁴ – isto é, o vê como a solução dos problemas criados pelos atores privados – mas fazendo isso, se está deixando de lado uma parte essencial para a solução do problema, que é a de que o Estado deve fazer parte também do jogo dos agentes privados para poder concorrer, subsidiar e promover a mudança estrutural necessária ao desenvolvimento – como na criação e destinação de recursos do BNDES que será discutido mais tarde.

Para as teorias do desenvolvimento no pós-guerra, o Estado era primordial para alcançar esse objetivo – o desenvolvimento –, sobre o qual “o principal encargo do Estado era acelerar a industrialização, mas também se esperava que desempenhasse um papel na modernização da agricultura e no fornecimento da infraestrutura necessária à urbanização” (EVANS, 1993, p. 02).

De acordo com Evans em seu trabalho “O Estado como problema e solução”, traz luz ao Estado como sendo a raiz do problema (dadas suas próprias deficiências institucionais), mas também como sendo sua própria solução (corrigindo tais deficiências no longo prazo), pois somente ele poderia ser o agente capaz de implementar os programas de ajustes necessários para se alcançar o desenvolvimento – portanto, para ele “a resposta não estaria no desmantelamento do Estado, mas sim na sua reconstrução” (EVANS, 1993, p. 02).

Algumas perspectivas sobre o Estado em teorias do desenvolvimento discorrem que, até mesmo determinadas teorias que privilegiam o mercado (isto é, o livre mercado), entendem que o Estado é peça fundamental na economia – mesmo este tendo seu papel conhecido como Estado mínimo⁵ (EVANS, 1993).

Na economia como um todo, ao se alcançar determinado grau de desenvolvimento produtivo e mais tarde financeiro, tem-se uma maior expansão do capital em atividades “improdutivas”, como as operações existentes no mercado financeiro, que originam grandes retornos, mas que, no entanto, acabam por desestimular as atividades produtivas, dado que esse tipo de operação não produz nenhum bem físico – que não apenas mais retorno financeiro.

Dessa maneira, deve-se não perder a atenção sobre as atividades produtivas da economia, mesmo nos países de pouca industrialização, como os latino-americanos. Por isso,

⁴ Segundo Carvalho, “Kalecki já observava que identificar um papel economicamente ‘construtivo’ para o Estado não era suficiente para determinar seu comportamento, porque a lógica da dominação política lhe é intrínseca e deve subordinar quaisquer outros objetivos. O que Kalecki apontava era a necessidade de se avançar na direção do estudo da decisão estatal e da superação da barreira que separou a economia das outras ciências sociais desde seu aparecimento” (1999, p. 15). Por fim, Kalecki argumenta que o Estado não deveria ser tratado como exógeno, pois seria este um dos problemas das economias – tratá-lo dessa maneira, pois o Estado é um agente endógeno ao sistema.

⁵ Protegendo direitos individuais e de propriedades, mas não se limitando a isso.



é também devido a este desdobramento, que o Estado se faz necessário, pois, muitas vezes, pode ser mais vantajoso aplicar dinheiro no mercado financeiro do que em atividades produtivas, dependendo das taxas de retornos e juros. Em outras palavras, também ocorre que em “países de industrialização tardia, que se depararam com tecnologias de produção exigindo mais capital do que os mercados privados eram capazes de acumular, foram obrigados a se valer do poder do Estado para mobilizar os recursos necessários” (EVANS, 1993, p. 06). Em outras palavras,

Em vez de simplesmente propiciar um ambiente adequado, como ocorria no modelo de Weber, o Estado agora organizava ativamente um aspecto crucial do mercado. O argumento de Gerschenkron levanta também uma nova questão — o problema de assumir riscos. O xis da questão enfrentada por países de industrialização tardia é que não existem instituições que permitam a distribuição de riscos grandes por uma ampla rede de acionistas, e os capitalistas individuais não são capazes, nem se interessam em assumi-los. Em tais circunstâncias, o Estado precisa funcionar como um empresário substituto. (EVANS, 1993, p. 06)

Autores como, por exemplo, Hirschman (1965) também argumentam que o que falta para os países se desenvolverem é uma maior capacidade empresarial, pois não seria a falta de “capital excedente” na sociedade – aquele que estaria disponível para investimentos – o causador principal do não desenvolvimento, mas sim a falta de determinadas iniciativas do empresariado no que diz respeito a aversão ao risco que possuem. Dessa maneira, o papel do Estado seria o de induzir determinadas decisões com vistas à maximização dos investimentos privados, isto é, envolvendo “um grau elevado de ‘responsividade’ ao capital privado. O Estado deve propiciar incentivos desequilibradores para induzir os capitalistas privados a investir e ao mesmo tempo estar pronto a aliviar gargalos que estejam criando desincentivos ao investimento” (EVANS, 1993, p. 06). Consoante com Evans, Gerschenkron (1968) também concorda que a ação do Estado é necessária para que se alcance o desenvolvimento industrial nos países atrasados, em suas palavras,

[...] en un país relativamente atrasado, el capital es escaso y está desparramado, hay una considerable desconfianza hacia las actividades industriales y, por último, existe una mayor presión en pro del gran tamaño en los procesos industriales que se explica por el alcance del movimiento de industrialización, la mayor magnitud media de la fábrica, y la concentración de los procesos de industrialización en ramas donde la relación capital-producto sea relativamente alta. A todo esto habría que añadir la escasez de talento empresarial en el país atrasado (1968, p. 150).

Em última instância, de acordo com Evans, os Estados desenvolvimentistas seriam aqueles que

Extraem excedente, mas também fornecem bens coletivos. Fomentam perspectivas empresariais de longo prazo entre elites privadas mediante o aumento de incentivos ao engajamento em investimentos transformadores e a redução dos riscos envolvidos





em tais investimentos. Podem não estar imunes à "orientação para a renda" ou à utilização de parte do excedente social para os fins dos ocupantes de cargos e seus amigos, e não para os da cidadania como um todo. No entanto, no fim das contas, as consequências de suas ações antes promovem que impedem o ajuste econômico e a transformação estrutural. (EVANS, 1993, p. 07)

A partir dessa visão, a ação do Estado se torna necessária então para moldar a dinâmica capitalista do desenvolvimentismo, fomentando financiamentos e mitigando riscos. Contudo, na medida em que o Estado vai se fortalecendo como o agente financiador do desenvolvimento, faz com que o capital privado também se fortaleça, o que dá, ao segundo maior liberdade e autonomia em suas decisões e investimentos também, diminuindo assim o controle geral do Estado sobre os investimentos na economia em um segundo momento.

Dessa maneira, enquanto o capital privado ganha mais força, isto é, consegue por meio de isenções do Estado, financiamentos e demais indústrias de base e infraestrutura, tornar-se mais forte na economia, é um fator que acaba por pressionar uma menor ação estatal para fomentar suas demandas – que antes eram maiores, para que chegassem a um determinado patamar de desenvolvimento.

Portanto, é nesse momento em que um projeto nacional de desenvolvimento tende a entrar em contradição com as aspirações do capital privado, pois criam-se demandas distributivas para com a população, que vão contra as vontades das elites e das estruturas criadas para que o desenvolvimento chegasse ao patamar que está, isto é, com o crescimento e desenvolvimento da economia de um país torna-se mais complicado legitimar um projeto, estritamente, nacionalista como o foi no início, em outras palavras, “que se concentre estritamente na acumulação de capital. O renascimento de demandas distributivistas, tanto em termos políticos como econômicos, não se adapta de modo harmonioso com as redes da elite e as estruturas burocráticas que fomentaram o projeto original de acumulação industrial” (EVANS, 1993, p. 18-19).

De acordo com Evans (1993), o Brasil durante a Segunda Guerra Mundial obteve taxas altas de crescimento, e ainda obteve o chamado “milagre econômico” da industrialização durante os anos de 1970⁶, crescimento do PIB⁷, estabilização da inflação, melhorias em emprego e no mercado interno, que não durou quanto esperado, na próxima década, “o milagre” acabou se deteriorando, o que minou a pretensão do país em ser um Estado desenvolvimentista.

⁶ Em 21 de junho de 1971, é sancionada a Lei nº 5.662, que transforma o BNDES em empresa pública federal vinculada ao Ministério do Planejamento. Até então, o banco era uma autarquia. Assim, o Banco passou a ser uma entidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, com controle total da União, ganhando maior flexibilidade operacional (BNDES), voltado ao desenvolvimento do país.

⁷ Produto interno bruto.



A participação do BNDES no milagre econômico deveu-se pela provisão de recursos ao Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que consistia em metas e diretrizes de crescimento e desenvolvimento econômico para os anos de 1972-1974⁸.

Deve-se ter em conta de que o desenvolvimento industrial encontrado nos países latino-americanos é fruto do desenvolvimento histórico mesmo da região, ou seja, são decorrentes de condições pré-existentes, portanto,

Si el carácter arrebatado de la industrialización realizada el siglo pasado en el continente europeo se concibe como consecuencia de las específicas situaciones preindustriales de los países atrasados, y si se entiende que las presiones para proceder a una industrialización a toda velocidad son inherentes a dichas situaciones, será más fácil apreciar los deseos en esta dirección a menudo expresados por los gobiernos de esos países. (GERSCHENKRON, 1968, p. 161)

Dessa forma, existem algumas divergências entre o que se entende ser um Estado desenvolvimentista e o Brasil, uma delas indicada por Evans é a burocracia ineficiente, sobre a qual tentou-se criar os “bolsões de eficiência” – a fim de modernizar o aparelho do Estado –, sendo o BNDES um exemplo desse movimento, com plano de carreira e concursos públicos para seleção dos colaboradores, bem como encargos desenvolvimentistas, desenvolvendo um espírito mais corporativo ao Banco.

Uma das evidências de que essa burocracia mais moderna para a época trouxe maior eficácia ao desenvolvimentismo, tanto do Banco quanto de seus clientes, é que de acordo com Goddes (1986) e Tendler (1968),

Os projetos do Plano de Metas de Kubitschek que estiveram sob a jurisdição, seja de grupos executivos ou de grupos de trabalho e sob o abrigo financeiro do BNDE cumpriram 102% de suas metas, ao passo que os projetos que eram de responsabilidade da burocracia tradicional atingiram apenas 32%. Devido ao fato de o BNDE ter sido uma importante fonte de financiamentos de longo prazo, seu profissionalismo era um estímulo à melhoria de desempenho de outros setores. (apud EVANS, 1993, p. 20)

Ainda que o BNDES estivesse bem estruturado já naquela época, existe relativa dependência do banco com relação aos presidentes do país, até mesmo ao definir sua missão, bem como garantir sua própria integridade institucional, pois há normas clientelistas tradicionais que são difíceis de serem extinguidas (EVANS, 1993). Vale lembrar que o Brasil viveu a “República do Café com Leite”, que consistiu em uma sucessão de presidentes entre os estados de São Paulo (classe cafeicultura) e Minas Gerais (produtores de leite)⁹, fato este

⁸ Programa lançado pelo ministro do planejamento João Paulo dos Reis Velloso em 1971, prevendo um crescimento do PIB entre 8 e 9% ao ano, com inflação abaixo dos 20% para a época e aumento das reservas cambiais em, no mínimo, 100 milhões de dólares (BNDES).

⁹ Os presidentes desse período foram: “Prudente de Moraes (1894-1898), paulista; Campos Sales (1898-1902), paulista; Rodrigues Alves (1902-1916), paulista; Afonso Pena (1906-1909), mineiro; Nilo Peçanha



que pode ser associado a que a eficiência do Estado trabalhasse de acordo com a cooperação existente entre as duas oligarquias¹⁰.

Essa dependência sobre a ação do governo frente às elites continua também na atualidade, e este tende a unir forças a fim de abarcar grande parte das necessidades destas, pois as elites rurais estão sempre tentando utilizar o Estado em prol de reafirmar seus próprios benefícios, dessa maneira, “em lugar de ser capaz de se concentrar em seu relacionamento com o capital industrial, o Estado teve sempre de se confrontar simultaneamente com as elites tradicionais ameaçadas pela transformação conflitiva das relações de classe rurais” (EVANS, 1993, p. 21).

A modo de conclusão em seu texto, Evans concorda que, apesar dos problemas estruturais do Estado brasileiro, conseguiu-se alcançar certo patamar na industrialização, isto é, “[...] é importante sublinhar que apesar de seus problemas o Estado brasileiro foi eficaz em termos de empreendimento em uma diversidade de áreas industriais e que estas sem dúvida contribuíram para o crescimento e industrialização de longo prazo” (EVANS, 1993, p. 21). Contudo, esse grau de desenvolvimento industrial só foi possível em áreas e organizações que tinham coerência e capacidade para fazê-lo, mas também naquelas que houve uma cooperação com o setor privado – como apontado anteriormente. Em suas próprias palavras, Evans argumenta que

Em grande parte da literatura sobre estabilização, apenas se reconhece o sentido negativo do papel do Estado na formação do caráter do capital. Supõe-se que ele possa corromper o capital ao criar oportunidades para nichos rentáveis, mas, na ausência de "distorções" induzidas pelo Estado, espera-se que o capital local reaja na forma de empreendedores schumpeterianos, assumindo riscos, fazendo investimentos de longo prazo em atividades produtivas e aproveitando as oportunidades inerentes aos mercados internacionais. Se fosse este o caso, um aparelho de Estado insulado poderia ser suficiente, mas, como sugerem as queixas do Banco Mundial em relação à "lenta resposta de oferta", em geral é um retrato irreal. A maioria das classes industriais emergentes exige mais apoio ativo e envolvimento do Estado, o que quer dizer alguma forma de autonomia inserida e não simplesmente insulação. (EVANS, 1993, p. 28)

3. O BNDES NO DESENVOLVIMENTISMO – A FINAME

Neste contexto, cria-se o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)¹¹, pela Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952¹², para ser um agente do governo, com

(1909-1910), carioca; Hermes da Fonseca (1910-1914), gaúcho; Venceslau Brás (1914-1918), mineiro; Delfim Moreira (1919), mineiro; Epiácio Pessoa (1919-1922), paraibano; Arthur Bernardes (1922-1926), mineiro; Washington Luís (1926-1930), carioca radicado em São Paulo; e Júlio Prestes (1930), paulista, que não chegou a assumir por causa da revolução de 1930” (COSTA, 2019, p. 103).

¹⁰ “Apesar do aumento do peso do capital industrial na economia, a herança persistente do poder rural continua a moldar o caráter do Estado” (EVANS, 1993, p. 21).



o intuito de formular e executar as políticas nacionais de desenvolvimento e crescimento econômico, fomentando a economia nacional¹³. Cabe ressaltar que o banco foi criado dentro do Plano de Reaparelhamento Econômico, durante o governo Vargas e neste primeiro momento, a principal fonte de recursos adveio do Fundo de Reaparelhamento Econômico¹⁴.

Nesse período (1945-1960), o governo incentivou a criação de indústrias de base (de matérias-primas para fomentar pequenas indústrias), em 1946 criou a Companhia Siderúrgica Nacional, algumas usinas hidrelétricas e em 1953 a criação da Petrobrás, sendo que todo esse desenvolvimento foi, em grande medida, financiado e beneficiado pelo Estado por meio do BNDES (COSTA, 2019, p. 119).

Este foi um “problema” que surgiu na agenda governamental, o de alcançar o desenvolvimento industrial, a montagem da agenda¹⁵ – que é o primeiro estágio do ciclo de uma política pública – “se refere à maneira como os problemas surgem ou não enquanto alvo de atenção por parte do governo. O que acontece nesse estágio inicial tem um impacto decisivo em todo o processo político” (HOWLETT. et al., 2013, p. 103), e isso somente se torna possível devido ao problema ter sido considerado como problema realmente, ou seja, “[...] elevado de seu status como objeto de preocupação para o status de um problema privado ou social e, finalmente, ao status de uma questão pública potencialmente sujeita à ação governamental” (HOWLETT. et al., 2013, p. 104).

De acordo com o próprio contexto histórico do banco, em seu início o foco principal de investimento era em infraestrutura – auxiliando na criação de várias estatais –; e logo nos anos 1960 vieram as indústrias de base (bens de consumo), desenvolvimento tecnológico e a substituição de importações, isto é, “a partir de 1962 a indústria passa a receber a maior parte dos recursos do BNDE: 72,5% da dotação do Banco ficam com ela (principalmente com o setor de siderurgia), enquanto 23,3% são destinados à infraestrutura (BNDES)”. Já em 1964

¹¹ O BNDES possui, na atualidade, duas subsidiárias das quais é o proprietário integral, que são o BNDES Participações S.A (BNDESPAR) e a Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame), dessa maneira, as três empresas formam o Sistema BNDES. O primeiro volta-se ao fortalecimento do mercado de capitais e o segundo financia equipamentos e máquinas nacionais.

¹² Para saber mais, acesse: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1628.htm.

¹³ O BNDES era chamado de Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), foi somente com a Lei nº 1.940 de 25 de maio de 1982 que o banco passou a ter o “Social” em seu nome. Para maiores informações, acesse: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1980-1987/decreto-lei-1940-25-maio-1982-365639-publicacaooriginal-1-pe.html>.

¹⁴ Acesse ao site e entenda melhor as origens do banco: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/infraestrutura>.

¹⁵ Existe também a tese da convergência, sobre a qual os países tendem a convergir para as mesmas políticas na proporção em que se industrializam, ou seja [...] “o surgimento de estados de bem-estar semelhantes em países industrializados é resultado direto de seus níveis similares de riqueza econômica e desenvolvimento tecnológico. [...] Os níveis elevados de desenvolvimento econômico e riqueza criaram problemas e oportunidades semelhantes, que foram tratados em geral da mesma maneira nos diferentes países, independentemente das diferenças em suas estruturas sociais ou políticas. Nessa visão, a montagem da agenda é um processo virtualmente automático que ocorre como resultado das pressões e tensões que os governos sofrem em função da industrialização e da modernização econômica” (HOWLETT. et al., 2013, p. 105).



são criados os Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais (Finame) ¹⁶e o Fundo de Desenvolvimento Tecnológico e Científico (Funtec). Neste período, o Finame é considerado o fundo mais estratégico do banco, pois tem o fim de apoiar a venda e compra de equipamentos e máquinas nacionais e até a criação de pequenas indústrias. Logo após, em 1966 criou-se a autarquia Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame) para desenvolver e consolidar as indústrias do país.

Na década seguinte, deu-se início aos aportes do banco com maiores investimentos em energia e no agronegócio; e nos anos de 1980 e 1990 com maior apoio às exportações brasileiras (com um programa específico em 1983), ao desenvolvimento social e urbano, e também ao programa de privatizações, e ainda, o banco de desenvolvimento “adotou a prática do planejamento estratégico, com elaboração de cenários prospectivos. Tratava-se de uma consolidação da vocação do Banco para o estudo, análise e formulação de políticas, presente desde o Plano de Metas de JK e desde a proposição das diretrizes com foco social” (BNDES, 2019). A partir dos anos 2000, iniciaram os investimentos relacionados a inovação, sustentabilidade e as micro, pequenas e médias empresas (MPMEs)¹⁷. Sendo assim,

Todos os segmentos econômicos são contemplados pelo Banco: agropecuária, indústria, comércio e serviços, infraestrutura [...]. O incentivo às exportações e o fortalecimento do mercado de capitais permanecem como ações estratégicas. Presente em todos os setores, o BNDES promove o aumento da competitividade e o fortalecimento da economia nacional [...]. (BNDES, 2019).

Dessa maneira, o BNDES Finame insere-se como uma das expressões máximas de política de Estado para financiar o parque industrial do país. O objetivo desse programa é a de “financiamento da produção e aquisição de máquinas e equipamentos nacionais [pelo menos 60%] credenciados no BNDES” (BNDES, 2019), isto é, financia a aquisição desses produtos pelo comprador, bem como a produção e a comercialização pelo fabricante dos mesmos.

No quadro abaixo, pode-se perceber como é realizado o desembolso da Finame, desde sua solicitação até o repasse do valor.

¹⁶ A Finame foi criada pelo Decreto nº 55.275, de 22 de dezembro de 1964.

¹⁷ De modo informativo, “em 1995, o Banco começou o apoio ao setor cultural, com o investimento na produção de filmes e na preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. A partir de 2006, o BNDES passou a investir na economia da cultura, com financiamentos para todas as etapas de sua cadeia produtiva” (BNDES, 2019).



Figura 1: Fluxo simplificado de financiamento



Fonte: BNDES (2019).

O primeiro passo é verificar se o equipamento ou máquina a ser financiada é passível de financiamento por esse programa¹⁸, devendo atender a um número mínimo de componentes nacionais, dessa maneira, a solicitação de financiamento deve ser realizada a um agente financeiro credenciado¹⁹, em caso de aprovação (análise de crédito e risco) o pedido é encaminhado ao BNDES²⁰, este último também analisa e pode autorizar ou não o financiamento – logo, o agente autoriza o fabricante a entregar o produto ao comprador, o BNDES repassa o valor financiado ao agente (com nota fiscal para fins comprobatórios), e este repassa ao fabricante.

Contendo três linhas de financiamentos, o BNDES Finame conta com o BK Aquisição e Comercialização – aquisição e comercialização de máquinas, equipamentos, sistemas industriais, bens de informática e automação, ônibus, caminhões e aeronaves executivas –; o

¹⁸ Para saber quais são os produtos e fornecedores, deve ser acessado ao site: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Galerias/Convivencia/Credenciamento_de_Equipamento/conteudo.html.

¹⁹ Todos os agentes financeiros credenciados podem ser pesquisados diretamente no site a seguir: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/instituicoes-financeiras-credenciadas/rede-credenciada-brasil>.

²⁰ No BNDES existem três formas de apoio a financiamentos, a direta, a indireta e mista – o banco compartilha o risco com a instituição financeira. A forma indireta é realizada por instituição financeira credenciada, podendo ser de forma automática, isto é, sem necessidade avaliativa por parte do BNDES – até R\$ 20 milhões. Não automáticas (com consulta prévia), com mínimo para financiamento de R\$ 20 milhões. Na forma direta, a operação é feita somente com o BNDES por meio de consulta prévia, também acima de R\$ 20 milhões. Já as taxas de juros variam: para operações diretas tem-se o custo financeiro e a taxa do BNDES, já nas indiretas, acrescenta-se o custo do agente.



BK Produção – capital de giro para produzir máquinas, equipamentos e bens de informática e automação – e por último o Moderniza BK – modernização de máquinas e equipamentos instalados no país – (BNDES, 2019).

Na tabela abaixo, tem-se as taxas de juros cobradas nessas operações, que variam entre si. O prazo de pagamento varia também, de 30 meses chegando até 10 anos para o pagamento do financiamento. Não se pode esquecer que as taxas e prazos são passíveis de mudanças ao longo do tempo, considerando a política econômica do país no período, como uma mudança na taxa Selic²¹, por exemplo.

Tabela 1: BNDES Finame – Taxas de Juros

BNDES FINAME - Taxas de Juros		
Linhas	BK Aquis. e Comerc. - Até 10 anos	Morderniza BK - Até 5 anos
Custo Financeiro	TFB*, TLP ou Selic**	TLP ou Selic
Taxa do BNDES	1,42% a.a***	1,42% ao ano
Taxa do Agente	Negociada cliente e agente	Negociada cliente e agente

Elaboração própria com base nos dados do BNDES Finame. 2019.

*De acordo com o BNDES (2019): a TFB não é aplicável para a aquisição de equipamentos eficientes e bens de informática e automação com tecnologia nacional. **Para grandes empresas e unidades federativas e municípios o custo financeiro é TLP ou Selic, apenas. ***No apoio à aquisição de ônibus e caminhões para grandes empresas e municípios a Taxa do BNDES será de 2,25% ao ano. E para máquinas e equipamentos da indústria 4.0 e energias renováveis a taxa é de 1,05% a.a.

3.1 A Finame e Seus Aportes

Cabe neste momento, analisar os dados disponíveis no site do BNDES sobre o total dos desembolsos da Finame ao longo do período de 2003 até o primeiro semestre de 2019. A linha histórica dos desembolsos pode ser analisada no gráfico 1 abaixo em R\$ milhões:

²¹ A taxa Selic se refere ao Sistema Especial de Liquidação e de Custódia. A taxa TFB é a Taxa Fixa do BNDES, que é variável e corresponde à parcela do custo financeiro na taxa de juros e é fixa para o cliente até a quitação do financiamento. A taxa TLP é a taxa de Longo Prazo, é o principal custo financeiro dos financiamentos do BNDES (BNDES, 2019).



Gráfico 1. Desembolsos de 2003 a 2019 do BNDES Finame. Fonte: Elaboração própria com base nos dados do BNDES.

Observação: Valores referentes somente ao desembolso para equipamentos, não contemplando outros itens como giro associado.

Pode-se perceber que para os três ramos financiados pela Finame²², os movimentos de crescimento e queda nos montantes desembolsados seguiram as mesmas tendências. Além disso, fica claro que a área de transporte foi a que mais recebeu aportes do programa, totalizando nos anos de estudo R\$ 255.479 milhões (51%); os demais bens de capital somaram R\$ 141.019 milhões (28%); e o ramo agrícola ficou com R\$ 99.698 milhões (20%).

O ano de 2003 iniciou com apenas 8.206 milhões voltados a Finame, e cresceu gradativamente, tendo um salto entre 2003 e 2004, com 39% a mais de desembolsos. Mantendo-se quase estável por dois anos (2005 cresceu com 5%, depois 7%), em 2007 cresceu 59% e 2008 acompanhou a tendência de alta, porém em 29% - vale lembrar que esse ano foi de crise no Estados Unidos, tendo impactos em outras regiões do globo também. No ano seguinte, o programa teve queda de 9% em seus aportes, contudo, se recuperou e teve uma alta de 118% em 2010 - com incentivo maior, tendência a sair da crise iniciada em 2008. Em 2011 quase se manteve o mesmo status do ano anterior, apenas com 1% a menos, seguindo 2012 com 17% menos desembolsos também. Já o ano de 2013 foi o ano de maior alta da Finame nos anos analisados, chegando a 70.263 milhões de reais em aportes financeiros, 62% a mais que o ano anterior. Porém, a partir desse patamar, os montantes apresentam uma queda consistente, de 8, 49 e 46% entre os anos de 2014, 2015 e 2016, respectivamente. Em 2017, pode-se perceber no gráfico que houve um leve crescimento, chegando a 11% perante o ano anterior, contudo entre 2018²³ até agora (julho de 2019), os desembolsos da Finame seguem caindo 3% e fecha o primeiro semestre de 2019 com diferença de menos 54% nos aportes financeiros do programa com relação ao ano anterior.

Apenas com esses dados, consegue-se visualizar e entender que desde 2003 os aportes da Finame vinham crescendo até o ano de 2013, onde teve seu ápice. Se fosse comparado apenas o ano de 2003 (8.206) e 2013 (70.263), entre esses dois anos, obteve-se um crescimento de 756% nos desembolsos da Finame, um valor percentual significativo. Contudo, comparando o mesmo ano de início com 2018 (19.001), tem-se apenas uma alta de 132%, tornando-se pouco significativa – se comparada com o ano de 2013.

Contudo, não foram encontrados informações e dados a respeito dos produtos específicos que foram contemplados por esses desembolsos em cada uma das linhas até a

²² Estes dados podem ser encontrados no link a seguir: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/centraldedownloads>.

²³ De acordo com o BNDES, um dos motivos para esse resultado deveu-se ao “declínio da carteira de repasses em função da manutenção do cenário de retração na demanda de crédito e da liquidação de operações contratadas em montante superior aos desembolsos, atenuado pela apropriação de encargos e variação cambial” (BNDES, 2018). Pode ser encontrado no seguinte link: https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/2176e25e-3e8a-41a4-a516-089e51e26f8b/FINAME_31.12.18.pdf?MOD=AJPERES&CVID=mC.F4yY.



data deste trabalho, nem dados sobre quais foram as empresas que conseguiram esses financiamentos, bem como a destinação final desses recursos. A visibilidade desses dados possibilitaria a realização de uma análise mais aprofundada no que tange ao entendimento sobre os fins da Finame, isto é, entender de que maneira esses valores foram inseridos na economia brasileira, em que produtos – máquinas e equipamentos – foram dispendidos tais valores, em quais empresas, ou se a maior parte foi para a comercialização ou para a produção desses itens. Dessa maneira, poderíamos ter conclusões mais precisas sobre que tipo de desenvolvimento industrial está sendo financiado estrategicamente no Brasil, focando no tipo de produto que está sendo custeado, verificando o papel e efetividade da Finame no seu propósito de financiar a indústria brasileira, para também inferir o quão importante estes seriam para alcançar o desenvolvimento industrial efetivo no país.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou contribuir com conhecimento acerca de como o desenvolvimento histórico do próprio desenvolvimentismo, com especial atenção ao Brasil, se inseriu em uma política pública do país, que foi a criação do BNDES, e assim, também da Finame, vislumbrando chegar-se ao entendimento sobre os desembolsos desse programa para verificar sua importância no desenvolvimento industrial brasileiro.

Dessa maneira, foi realizada uma revisão bibliográfica em alguns autores sobre o que diz respeito à chegada do desenvolvimentismo nos países latino-americanos, bem como no Brasil. Esse processo ocorreu com o final da Segunda Guerra Mundial, onde deu-se início às teorias do desenvolvimento, e por assim dizer, começou-se também a dar maior visibilidade e importância à ação estatal para o alcance do desenvolvimento nas economias mais atrasadas.

A existência das teorias econômicas, no que se referem, especialmente, às teorias de desenvolvimento, pode-se perceber que elas são fruto do desenvolvimento histórico da economia e do sistema capitalista, pois será somente após a percepção de que determinados países estão muito mais desenvolvidos que outros – seja em infraestrutura, indústria, educação e etc. –, torna-se quase que natural surgirem questionamentos sobre o como e o porquê eles chegaram a este patamar.

Nesse sentido, a revisão de literatura baseada, especialmente, em Evans (1993), contribuiu para o entendimento desse processo histórico, que torna o estudo desse tipo de questionamento necessário. Uma de suas conclusões em seu texto, é a de que o Estado não deve ser tratado como um empecilho ao desenvolvimento, mas sim, deve-se tê-lo como uma solução realista dentro da agenda política, especialmente, para os países atrasados.

Constatou-se também que, dentro do apoio concedido pela Finame, os montantes vinham crescendo desde 2003, contudo, ao chegarem em seu nível máximo (no ano de 2013, R\$ 70.263), os montantes de desembolsos foram diminuindo, na realidade, caíram 73% sobre o total de aportes se comparado 2013 com o ano de 2018 (R\$ 19.001 milhões). Essa queda no total de aportes da Finame nos ramos analisados, tende a abrir espaço para a concorrência, isto





é, para que empresas estrangeiras se insiram no mercado interno e ganhem cada vez mais espaço no cenário nacional, seja por meio de importações ou pela implantação de multinacionais no país, fato este que propicia um desenvolvimento maior para essas indústrias não nacionais - na medida em que as indústrias brasileiras começam a buscar no exterior a demanda que possuem de máquinas e equipamentos para suas próprias produções mas que não encontram oferta nacional que possa concorrer com o que está sendo ofertado pelo exterior –, dificultando ainda mais o desenvolvimento das indústrias nacionais.

Cabe assinalar que para trabalhos futuros, torna-se importante verificar as razões da queda nos desembolsos da Finame, se ela provém da iniciativa privada que não está tão disposta a correr riscos nesses investimentos, se o programa mudou suas taxas de juros e estas não continuaram tão atrativas quanto saídas ao exterior – ou se o cenário externo mudou e se tornou mais atrativo, se está mais barato importar do que produzir internamente, mesmo com incentivos –, ou se a agenda do Estado não está mais tão focada nesse programa e diminuiu os aportes disponíveis, e etc. Enfim, vale ressaltar a importância de analisar esses motivos para que se possa vislumbrar opções de tornar a Finame mais efetiva dada a razão de sua existência, que é a de promover o desenvolvimento industrial nacional.

Contudo, a percepção de que o Brasil alcançou certo patamar de desenvolvimento industrial não é difícil de ser vista, pois pode-se notar que os aportes da Finame cresceram muito até 2013, o que leva a constatar que determinado desenvolvimento foi possível. No entanto, ainda há muito caminho a ser percorrido para que esse desenvolvimento não seja apenas para as indústrias de produtos alimentícios, metais e *commodities*, mas também de produtos com maior grau de industrialização, tecnologia e inovação. Além disso, a diminuição dos desembolsos do programa também traz cautela, pois tende a indicar uma queda também na produção industrial brasileira.

Como o BNDES é tido como uma das máximas expressões do desenvolvimento brasileiro, tem-se, em última instância, como sendo o Estado o grande financiador desse desenvolvimento – dado que o banco é de propriedade da união. Neste caso, pode-se perceber que o Estado se faz necessário a fim de criar meios e ações que busquem o desenvolvimento do país, pois somente a ação do capital privado não é suficiente para atender todas essas demandas, dessa maneira, o apoio estatal é de grande importância para alcançar determinados níveis de desenvolvimento para que o país possa ter chances de competir de maneira mais igualitária no cenário internacional.

REFERÊNCIAS

BNDES. **BNDES Finame, 2019**. Disponível em:
<<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/finame>>. Acesso em: 25 jun. 2019.





CARVALHO, F. J. C. Mercado, estado e teoria econômica: uma breve reflexão. **Econômica**, 1999.

COSTA, M. A História do Brasil Para Quem Tem Pressa. **Valentina**; 1. ed., 2016. ISBN-13: 978-8558890144.

EVANS, P. O Estado como problema e solução. **Lua Nova**. n. 28-29, p. 107-157, 1993.

GERSCHENKRON, A. El atraso economico en la perspectiva historica. **Investigación Económica**, v. 28, n. 111/112, p. 141-165, jun-dez, 1968. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/42776915?read-now=1&seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 15 jul. 2019.

HIRSCHMAN, A. O. (1958). **The strategy of economic development**. Yale University Press, 1965.

HOWLETT, M. *et al.* **Política Pública: seus ciclos e subsistemas, abordagem integral**. Parte II: os cinco estágios do ciclo político-administrativo. Montagem de agenda, cap. 4, p. 103-121. São Paulo, SP: Elsevier, 2013.

IPEA. **Sete commodities concentram 50% das exportações**. Fev. 2019. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34576&catid=131>. Acesso em: 03 ago. 2019.

KEYNES, J. M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. Editora Nova Cultural, 1996. ISBN 85-351-0917-X. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/hpp/arquivos/090320170036_Keynes_TeoriaGeraldoempregodojuroedamoeda.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2019.

MARINI, R. **América Latina: dependência e integração**. São Paulo, SP: Página Aberta, 1992.

PAULANI, L. M.; BRAGA, M. B. **A nova contabilidade social: uma introdução à macroeconomia**. 3ª ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2007.

Recebido em 06/07/2020

Aceito em 11/11/2020





A SOCIABILIDADE E A APROPRIAÇÃO PELOS MORADORES DE PUERTO IGUAZÚ – ARGENTINA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE LAZER COSTANERA E MARCO DAS TRÊS FRONTEIRAS

SOCIABILITY AND APPROPRIATION BY THE RESIDENTS OF PUERTO IGUAZU - ARGENTINA FROM THE PUBLIC SPACES CALLED COSTANERA AND THREE FRONTIERS LANDMARK

Gilma Fernandes¹
Sancléya Evanessa de Lima²
Sergio Paulo de Oliveira³

RESUMO

O presente artigo objetiva analisar a apropriação e a percepção dos moradores da cidade de Puerto Iguazú – Argentina quanto aos espaços públicos denominados Costanera e Marco das Três Fronteiras, ambos de relevância para a população, sendo este último um ponto de visitação turística com visibilidade internacional. Para tanto, este trabalho inicialmente apresenta contribuições teóricas de diversos autores que dialogam sobre assuntos pertinentes ao tema, com ênfase à temática de fronteira e ao contexto histórico em que se inserem os objetos de estudo. Além disso, a metodologia utilizada se completa com um trabalho de observação *in loco* seguido de pesquisa de campo, através da aplicação de questionários específicos aos frequentadores desses locais. Verifica-se que os mesmos, através de suas respostas, manifestaram seu sentimento de pertencimento, identificação e apropriação desses equipamentos públicos. Por fim, efetuou-se a análise dos dados coletados com vistas a compreender as memórias, a importância e o significado da Costanera e do Marco das Três fronteiras para a comunidade local.

Palavras-chave: Apropriação; Moradores; Fronteira; *Costanera*; Marco das Três Fronteiras.

ABSTRACT

This article aims to analyze the appropriation and perception of the residents of the city of Puerto Iguazu - Argentina regarding public spaces called Costanera and, Three Borders Landmark both of relevance to the population, the latter being a tourist visit point with international visibility. To this end, this work initially presents theoretical contributions by several authors who discuss issues relevant to the theme, with an emphasis

¹Gilma Fernandes, Pedagoga, mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/ Foz do Iguaçu. Contato: gilmafernandes@hotmail.com

²Sancléya Evanessa de Lima, professora de Educação Física, mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE/ Foz do Iguaçu. Contato: lima.san@bol.com.br

³Sergio Paulo de Oliveira, professor de língua portuguesa, literatura e redação, mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA. Contato: prof.sergio2021@hotmail.com





on the border theme and the historical context in which the objects of study are inserted. In addition, the methodology used is completed with on-site observation work followed by field research, through the application of specific questionnaires to the visitors of these places. It appears that they, through their responses, expressed their feeling of belonging, identification and appropriation of these public facilities. Finally, the data collected was analyzed in order to understand the memories, the importance and the meaning of the Costanera and Three Borders Landmark for the local community.

Keywords: Appropriation; Residents; Border; *Costanera*; Three Borders Landmark.

INTRODUÇÃO

O longo acúmulo de transformações na vida das pessoas, ocorridas com o transcurso do progresso, acarretou uma significativa alteração na relação do tempo de trabalho e do tempo livre. No século XVII, preponderava no Brasil uma economia pautada na mineração e no cultivo da cana de açúcar sendo este realizado com o emprego do trabalho escravo, enquanto que, na mesma época, na Argentina havia a mineração de prata com utilização do trabalho indígena.

Ao se referir ao trabalho naquela época, Foucault (1999) cita que muitas pessoas tinham ritos especiais, como por exemplo, ao chegar ao trabalho de manhã, lavar as mãos antes de começar as funções e rezar oferecendo o trabalho a Deus, fazendo o sinal da cruz. Ainda no século XIX, com intuito de utilizar populações rurais na indústria, essas pessoas foram enquadradas em “fábricas-conventos”, por meio de oficinas, com objetivo de acostumar esses indivíduos na função operária. O trabalho, ao longo do período colonial, ocupava integralmente a vida das pessoas que não pertenciam às elites, tanto dos escravos quanto dos trabalhadores livres.

Com a Revolução Industrial, no século XVIII e mais particularmente no século XIX, houve um princípio de transformação na relação do homem com o trabalho, pois algumas funções que eram executadas pelo ser humano passaram a ser realizadas pelas máquinas. Dessa maneira, no transcorrer dos séculos, impulsionado pela luta dos trabalhadores em grande parte dos países, o tempo da jornada de trabalho foi reduzido e o tempo livre foi aumentando paulatinamente, propiciando outras demandas no dia-a-dia dos indivíduos, trazendo outras formas de entender e se apropriar da vida no cotidiano.

Russell (2002, p. 30), afirma que “o processo educativo da modernidade, só preparou as pessoas, com exceção da elite, para o trabalho”. Russell ainda argumenta que, apesar da classe ociosa desfrutar de vantagens que despossuíam de qualquer fundamento de justiça, não se pode negar a sua contribuição para o que hoje chamamos de civilização, pois foi esta classe que cultivou a arte, descobriu a ciência, inventou a filosofia e aperfeiçoou as relações sociais. Para Russel, sem a classe ociosa, a humanidade nunca teria emergido da barbárie. Russell ressalta os demais indivíduos que trabalhavam para que os membros dessa classe minoritária desfrutassem de outras oportunidades.

Neste sentido, historicamente é possível entender que:





Embora na fase primitiva da acumulação capitalista “a economia política não visse no *proletário senão o operário*” que deveria receber o mínimo indispensável para a conservação da sua força de trabalho, sem nunca ser considerado “nos seus lazeres, na sua humanidade”, esta posição de ideias da classe dominante inverte-se assim que o grau de abundância atingido na produção das mercadorias exige um excedente de colaboração do operário. Este operário, completamente desprezado diante de todas as modalidades de organização e vigilância da produção, vê a si mesmo, a cada dia, do lado de fora, mas é aparentemente tratado como uma grande pessoa [...] sob o disfarce do consumidor (DEBORD, 2003, p.33).

Dessa forma, ainda de acordo com o autor “o *humanismo da mercadoria* toma a cargo os ‘lazer e humanidade’ do trabalhador” de modo que ‘a negação da humanidade’ é agora a negação da totalidade da existência humana (DEBORD, 2003, p.33).

Na contemporaneidade, entretanto, faz-se necessário pensar em processos educativos de qualidade para todos que envolvam os valores criativos e de descoberta, com referência nos diversos coletivos. As categorias tempo, espaço, competição, solidariedade, ecossistema, qualidade de trabalho etc. estão se reestruturando e, nesta perspectiva, as atividades com valores puramente econômicos estão cedendo espaço para valores mais hedonistas, de novos comunitarismos e a educação, por sua vez, tem muito a construir com estes novos valores (DE MASI, 2000).

Mesmo com todas as mudanças já estabelecidas e outras iniciadas com a industrialização, a tecnologia, o individualismo e as demandas de consumo do capitalismo, tem se demonstrado cada vez mais necessário discutir novas posturas no sentido de ocupar o tempo livre das pessoas através de perspectivas que se inserem no lazer e na sociabilidade delas e que trazem preocupações quanto à estrutura, perfil de espaços públicos de lazer e manifestações culturais, tendo em vista que esses ambientes estão ligados diretamente à qualidade de vida do ser humano, cabendo enfatizar que essa responsabilidade, em princípio, compete principalmente ao poder público sendo que o seu cumprimento deve ser exigido pela sociedade.

Dessa maneira, é importante o senso crítico em relação à percepção do tempo de trabalho e do tempo de lazer que interferem em todas as esferas da existência humana, afetando a qualidade de vida dos indivíduos. Neste sentido, De Masi (2000, p. 326) orienta que “é preciso educar os indivíduos não só para perceber o significado do trabalho, mas também para a diversidade do ócio, e ensinar a evitar a alienação que pode ser provocada tanto pelo tempo livre, quanto pelo tempo de trabalho”.

Na concepção de Marcellino (1983), os interesses de lazer são divididos em artísticos, intelectuais, manuais, físicos e sociais. Entretanto, por seu turno, o sociólogo brasileiro Camargo (1986), acrescenta um sexto grupo de conteúdos culturais de lazer, caracterizado pelos interesses turísticos.

Nesse aspecto, os espaços de lazer são normalmente espaços culturais e sociais de entretenimento a exemplo da Costaneira e do Marco das Três Fronteiras na Cidade de *Puerto Iguazú*, na Argentina. Destaque-se que esses espaços específicos refletem uma história típica do lugar, congregando signos, paisagem, estrutura e relacionamentos sociais próprios. Devido





a estes pontos turísticos estarem numa fronteira, outras leituras também são passíveis de serem realizadas.

A Costaneira, em *Puerto Iguazú* - Argentina se encontra próxima e no prolongamento do Marco das Três Fronteiras localizado na margem esquerda do Rio Iguazu, possuindo uma pista de 800 metros de extensão que acompanha esse espaço equipado com bancos para as pessoas se sentarem, parque infantil com atrativos para as crianças brincarem e alguns monumentos que representam figuras de pessoas que fizeram parte da história de *Puerto Iguazú*. Esse cenário possibilita a visualização de uma paisagem que combina o verde da natureza com o rio Iguazu, a ponte que liga o Brasil à Argentina e parte do território dos três países (Argentina, Brasil e Paraguai).

Por sua vez, o Marco das Três Fronteiras argentino, que também se discute no estudo, é considerado um ponto turístico em que se pode visualizar os marcos similares nos outros dois países; Brasil e Paraguai, sendo que os mesmos estão localizados respectivamente nas cidades de *Puerto Iguazú*, Foz do Iguazu e Presidente Franco. Praticamente no centro desse atrativo turístico encontra-se um chafariz, um mirante, um estacionamento e um complexo comercial com lojas de *souvenirs* e alguns vendedores ambulantes comercializando produtos diversos.

Com intuito de compreender a apropriação e a percepção de dois grupos de moradores da Cidade de *Puerto Iguazú*, em relação aos espaços da Costaneira e do Marco das Três Fronteiras, a presente pesquisa teve como propósito realizar um levantamento quantitativo de dados, problematizar e elaborar uma discussão qualitativa a partir dos resultados obtidos, de forma a relacioná-los com autores que tratam das questões voltadas à temática. Assim, foi realizada a observação *in loco* dos espaços, em seguida uma pesquisa de campo acerca do cotidiano de pessoas que habitam a cidade de *Puerto Iguazú*, na Argentina e que frequentam a Costaneira e o Marco das Três Fronteiras. Ressalte-se que o público entrevistado se encontra na faixa etária entre 20 e 40 anos. Registre-se também que para levantamento desses dados foram aplicados, pelos autores desse estudo, 30 questionários sendo 15 aplicados na Costaneira e os demais 15 questionários aplicados no Marco das Três Fronteiras.

Os estudos iniciais dessa pesquisa foram apresentados no II Seminário Internacional sobre Preservação do Patrimônio Cultural em Território Trinacional (II SIPPAT), no dia 13 de novembro de 2019, em Puerto Iguazu, na Argentina, com o título: A Apropriação dos Espaços Públicos de Lazer e a Sociabilidade na Margem Esquerda do Rio Iguazu pelos Moradores da Cidade de *Puerto Iguazu* na Argentina. A apresentação inicial do trabalho foi importante no sentido de mostrar caminhos para maiores reflexões sobre a pesquisa e assim os pesquisadores entenderam a necessidade de alguns ajustes nos conteúdos e modificaram o título do trabalho para: A Sociabilidade e a apropriação pelos moradores de *Puerto Iguazu* – Argentina dos Espaços Públicos de Lazer Costaneira e Marco das Três Fronteiras.





ELEMENTOS HISTÓRICOS DA COSTANEIRA E DO MARCO DAS TRÊS FRONTEIRAS

A Argentina, assim como todos os demais povos da América Latina, sofreu o processo de colonização pelos espanhóis que chegaram a várias regiões do país implementando formas de dominação, entre elas, a própria cultura que, de vários modos, foi imposta pelo colonizador, ora sobrepondo e ora mesclando-se com a cultura local, num processo de hibridização cultural⁴. A história da colonização dos países latino-americanos tem características similares, ou seja, todos passaram pelo processo de exploração e colonização europeia.

De acordo com Silva (2017), as sociedades, muitas vezes, passam por processos de colonização e, ao longo do tempo, pelo processo de descolonização que pode ser seguido de colonização interna e externa, dessa forma, o colonizado acaba virando colonizador do seu próprio povo.

Quanto a costumes culturais anteriores, Oliveira (2016) apresenta o seguinte exemplo:

As famílias de mamelucos, que descendem também dos filhos da terra, apesar da conversão e do silenciamento em relação a costumes anteriores, continuam a criar na vida doméstica, dentro da sociedade colonial, espaços de sociabilidade, afetividade e valores distintos daqueles dos europeus (OLIVEIRA, 2016, p. 21).

A Costaneira e o Marco das Três Fronteiras são exemplos de lugares turísticos significativamente frequentados que permitem a observação de espaços de sociabilidade, afetividade e valores próprios da cultura local inseridos numa região de fronteira. Nas palavras de Mignolo (2015), as fronteiras comportam características próprias, formas distintas de habitar os lugares, devido a processos históricos de pensar e sentir a descolonização.

Acerca dos aspectos característicos da fronteira, Martins (1996) argumenta que:

À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas, o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro (MARTINS, 1996, p. 27).

Vares (2002) entende que as fronteiras, antes de serem marcos físicos ou naturais, são sobretudo simbólicas e de referência mental que guiam a percepção da realidade. Nesse sentido, são produtos da capacidade única de representação de um mundo paralelo de gestos

⁴Mistura de culturas que parte de um processo histórico-cultural iniciado desde os primeiros deslocamentos de pessoas em diferentes contextos.



por meio do qual os homens percebem e qualificam a si próprios, ao corpo social, ao espaço e ao próprio tempo.

As fronteiras, de um modo geral, contemplam distintos costumes, maneiras de desfrutar os espaços, de socializar que recebem influências da memória e identidade coletiva, peculiares de cada lugar, país e região. Neste aspecto, Vares (2002), contribui com a seguinte reflexão:

Pensamos que não é correto buscar uma identidade em que desapareçam as particularidades. O universal só pode ser compreendido na medida em que o singular permanece. E essa superação de fronteiras [...] só pode ser efetiva e enriquecedora se as linguagens particulares permanecerem. Se o argentino continuar sendo argentino, se o uruguaio continuar sendo uruguaio, se o brasileiro continuar sendo brasileiro e, no universo brasileiro, o gaúcho continuar sendo gaúcho com a sua linguagem, com a sua concepção de vida. Então sim, aí é possível se falar em uma integração (VARES, 2002, p. 25).

Na fronteira, território argentino, *Puerto Iguazú* apresenta peculiaridades muito próprias, sendo que alguns pontos turísticos da cidade integram particularidades da história regional. *Puerto Iguazú* conta com o turismo das Cataratas do Iguazu, da Costaneira, do Marco das Três Fronteiras, da gastronomia, dos cassinos, dentre outros atrativos. Mesmo assim, segundo Cardin (2010), *Puerto Iguazú* é um pequeno município turístico com pouca expressividade na economia Argentina, principalmente voltado para a produção de produtos artesanais e alimentícios.

No que se refere ao monumento do Marco das Três Fronteiras, verifica-se que o mesmo se trata de um obelisco fixado em cada um dos três países ostentando as cores predominantes da bandeira nacional a que pertence. O triângulo visualizado pelo obelisco fixa o limite do território e demonstra a soberania de cada país no seu território. O Marco argentino se situa na cidade de *Puerto Iguazú*, margem esquerda do Rio Iguazu, de forma a propiciar a visualização do encontro das águas dos Rios Paraná e Iguazu. O espaço ainda comporta 10 quiosques de artesanato e artefatos da cultura local e lanchonete. Também é possível se observar a presença de vendedores ambulantes que dispõem de barraquinhas próprias para vendas de produtos diversos. Além desses espaços, há ainda o estacionamento, o marco e o mirante, lugar de onde pode ser contemplado o Espaço das Américas na margem brasileira.

De acordo com moradores e comerciantes daquele espaço, os quiosques são ocupados por famílias antigas que se fixaram naquele local há muito tempo, onde pagam um aluguel bem como as demais despesas advindas no valor mensal de 15 mil pesos argentinos. Para o restante das pessoas que comercializam seus produtos naquele local, exige-se um cadastro e nenhum valor precisa ser pago para o município.

As imagens a seguir mostram o Marco Argentino em diferentes épocas. Pode-se verificar que, antes da revitalização – cuja última fase foi concluída em julho de 2015 - havia predominantemente um espaço de natureza, com um local para hasteamento de bandeiras e o marco propriamente dito, cercado por árvores. Ao longo do tempo, o poder público foi





incorporando novos atrativos, como o “Show das Águas”, calçamentos com bancos e espaços de contemplação da paisagem, dentre outros equipamentos públicos objetivando a atração de pessoas para o local. Desta maneira, houve uma considerável transformação do entorno do marco permitindo novas formas de utilização do mesmo pela comunidade, ao mesmo tempo em que se modificou a característica da vegetação.

Figura 1 – Marco das Três Fronteiras em dois momentos



Fonte: Acervo pessoal dos autores

Na mesma margem, localiza-se a Costaneira, espaço de lazer e de sociabilidade ao qual moradores da cidade de *Puerto Iguazú* e turistas se dirigem para desfrutar do ambiente de várias maneiras.

Na Costaneira, após a revitalização, nos paredões que enfeitam a avenida, do lado oposto ao mirante, é possível visualizar desenhos e pinturas que simbolizam as raízes indígenas do povo argentino através de imagens da cultura desses povos gravadas naquele local, com frases relacionadas em guarani. Esta observação traz a contradição da história vivida na Argentina e em outros países, pois, segundo Martins (1996), a frente pioneira não levou em consideração o indígena, tendo como referência outros grupos étnicos. Esses grupos étnicos não reconheceram a cultura indígena e trouxeram pré-conceitos que os marginalizaram, colocando-os como detentores de uma cultura inferior à deles.

Por meio de uma reflexão das gravuras observadas na Costaneira (que retrata imagens de um grupo étnico marginalizado na história argentina) e a sua demonstração/exposição em uma área de bastante visibilidade para a cidade, torna-se possível depreender que esteja havendo uma outra leitura do indígena, ou esta construção é parte, segundo Chiappini (2002), apenas de uma proposta do novo milênio, que é a atenção para o multiculturalismo, ocorrido na segunda metade do século XX, como um paliativo para diminuir os efeitos da segregação.



Registre-se que o termo Multiculturalismo possui sua raiz na Europa e foi cunhado justamente para definir quem são os “outros”, ou seja, a Europa determina quem é o Terceiro Mundo e com isso insere no seio da resolução dos problemas entre desenvolvidos e subdesenvolvidos um eufemismo para tentar disfarçar que há uma discussão perene entre ambos. Conforme Moreira e Candau (2008), assim sendo, partimos para uma discussão integradora, mas que foi criada como definidora de papéis pela Europa, caracterizando assim o eurocentrismo, isto é, em síntese, nos vemos com os olhos que a Europa quer que nos vejamos.

No caso dos índios que resistiram ao grande massacre, a defesa dos princípios e ações multiculturais tem levado a uma retomada da visibilidade da herança indígena, provocando uma revisão crítica do passado, tentativas de reparação e, da parte de muitos cidadãos, a busca e reconhecimento de suas origens direta ou indiretamente ligadas a essa herança étnica e cultural (CHIAPPINI, 2002, p. 45).

Ao lado das figuras dos indígenas, estão expostas no *Paseo de los músicos* treze caricaturas de artistas argentinos.

Figura 2 – Representações iconográficas na Costaneira



Fonte: Acervo pessoal dos autores

Logo na sequência da imagem anterior, encontra-se exposta a figura de Guillermo Isidoro Larregui Ugarte, conhecido como *Vasco de la Carretilla*; monumento no qual se relata a história desse personagem folclórico da cultura local que se tratava de um homem nascido na Espanha que fez longas viagens na província argentina, e até mesmo a países vizinhos,



com um carrinho de mão em que levava os seus pertences e, após essas experiências, se estabeleceu no Parque Nacional do Iguaçu.

Neste mesmo local, ainda é possível se visualizar o monumento de um desbravador importante da história local, o Espanhol Álvar Núñez *Cabeza de Vaca*; o primeiro “homem branco” que chegou às Cataratas do Iguaçu. A história desse personagem também é contada naquele espaço.

Figura 3 – Monumentos na Costaneira



Fonte: Acervo pessoal dos autores

Na Costaneira, projetou-se um ambiente peculiar para a utilização composto por um restaurante, um anfiteatro, equipamentos recreativos (parquinho) para as crianças, bancos para as pessoas conversarem, espaço para o exercício físico, possibilidade de conexão com a internet. Ressalte-se que a esse conjunto de recursos se soma a visualização da natureza por meio do extenso mirante, além de outras apropriações daquele espaço, como passeios de barco, visitação a uma antiga embarcação ancorada ao longo da margem, entre outras opções de lazer.

Figura 4 – Espaço recreativo na Costaneira



Fonte: Acervo pessoal dos autores



Verifica-se que, especialmente em espaços públicos de grande circulação como no caso da Costaneira e do Marco das Três Fronteiras, essa referência, por meio da arte e dos monumentos, pode ser também compreendida como preservação de memória e história dos povos.

Dessa forma, torna-se possível observar que esses espaços de sociabilidade comportam uma memória e identidade próprias, construídas historicamente, que nem sempre são histórias relacionadas aos povos originários do lugar, mas que, por algum motivo, busca dar sentido a determinados personagens. Segundo Pollak (1992), o primeiro aspecto dos elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva são os acontecimentos vividos individualmente, em segundo lugar os acontecimentos “vividos por tabela”, que são experiências vividas pelo grupo ou pela coletividade às quais as demais pessoas se sentem pertencer. Dessa forma é possível entender que:

São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada (POLLAK, 1992, p. 2).

Nora (1993) contextualiza os “lugares de memória” como uma prática de se preservar aquilo que não pode ser visto, mas que, por meio do concreto - que são os monumentos, os espaços físicos - essa memória é reconstruída. O autor denuncia a modernidade, pois segundo ele a história vive uma memória reconstruída e que os “lugares de memória” têm a obrigação de identificar o sujeito contemporâneo na história. Assim, a memória cria suas raízes no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. Por conseguinte, a partir das concepções do autor, entende-se que a memória é o absoluto e a história o relativo.

O LAZER E A SOCIABILIDADE NA COSTANEIRA E NO MARCO DAS TRÊS FRONTEIRAS

A pesquisa de campo que dá sustentação a este trabalho científico foi realizada no 1º semestre de 2019 e contou com a observação dos locais e a participação espontânea e sem identificação de 30 pessoas moradoras da Cidade de *Puerto Iguazú*, na Argentina, na faixa de idade entre 20 e 40 anos. Procurou-se uma variação equitativa de idades dentro desta faixa etária nos dois locais, sendo que no momento da pesquisa, 15 dos participantes estavam no local da Costaneira e as outras 15 pessoas, no Marco das Três Fronteiras. Dessa forma, os





pesquisados responderam a 11 questões (objetivas e subjetivas) direcionadas ao local onde estavam presentes. O questionário foi aplicado no idioma próprio do local, o espanhol.

Procurou-se aplicar os questionários com pessoas de ambos os sexos, sendo que na Costaneira foram 7 pessoas do sexo masculino e 8 do sexo feminino, já no Marco das Três Fronteiras foram 8 pessoas do sexo masculino e 7 do sexo feminino. As profissões a que pertencem os entrevistados nos diferentes espaços são diversas, sendo elas: secretária, funcionário público, economista, analista de sistemas, policial, estudante, mestre de obras, dona de casa, entre outras. Dessa maneira, percebeu-se que a classe social dos usuários dos dois espaços também é diversa, bem como as motivações para frequentar esses locais.

A seguir, os gráficos (1 e 2) ilustram a frequência com que os habitantes da cidade frequentam a Costaneira e o Marco das Três Fronteiras.

Gráficos 1 e 2: Com que frequência vai à Costaneira (1) e ao Marco das Três Fronteiras (2)



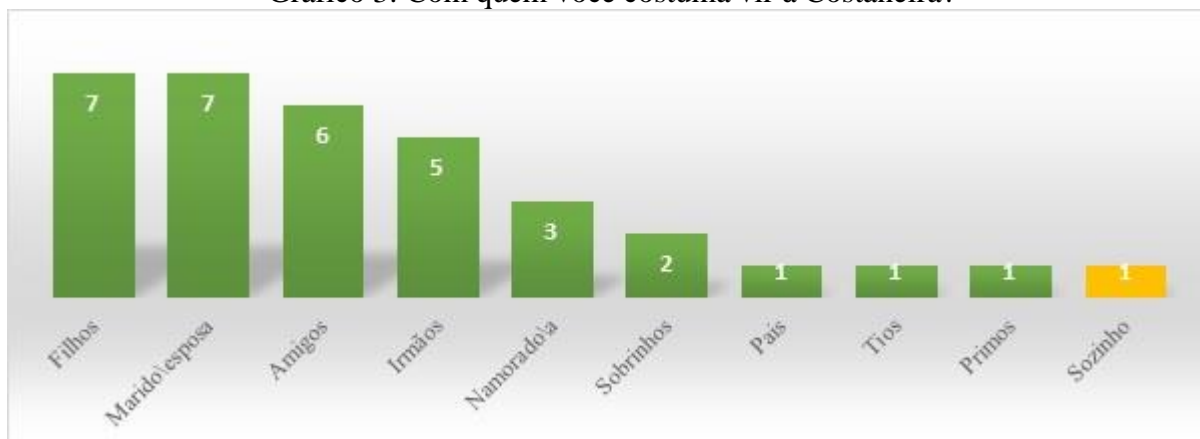
Fonte: Elaboração própria dos autores

Pode-se perceber que os resultados nos dois espaços públicos não apresentaram diferenças significativas quanto à frequência de utilização, sendo que o uso diário e semanal dos espaços foi o que se destacou. Verificou-se também que, numa média geral dos pesquisados, a Costaneira acaba sendo mais frequentada pelos moradores da cidade do que o Marco das Três Fronteiras.

Os gráficos seguintes (3 e 4) demonstram com quem os participantes compartilham os espaços da Costaneira e do Marco das Três Fronteiras.

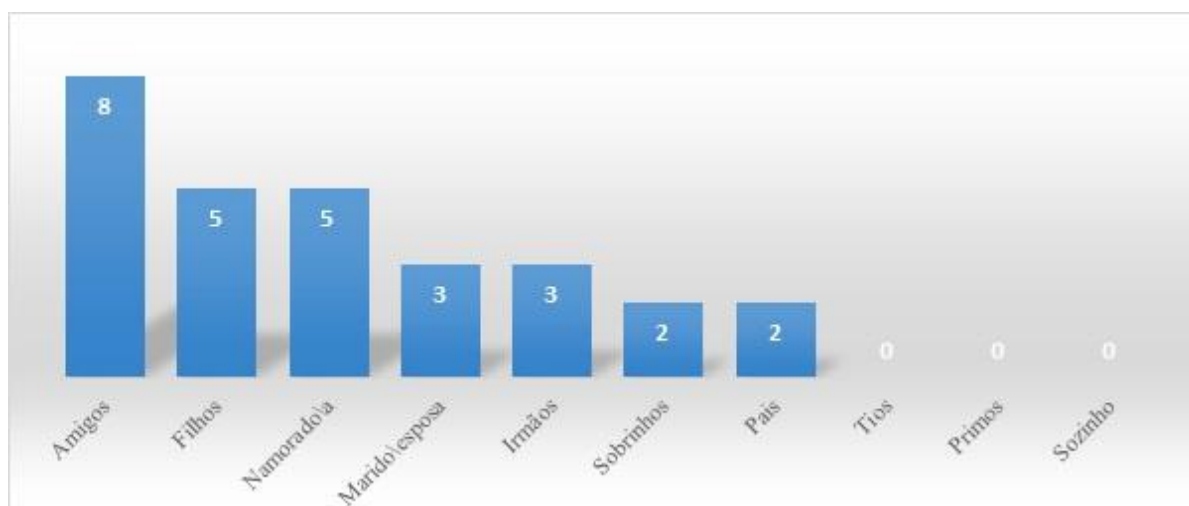


Gráfico 3: Com quem você costuma vir à Costaneira?



Fonte: Elaboração própria dos autores

Gráfico 4: Com quem você costuma vir ao Marco das Três Fronteiras?



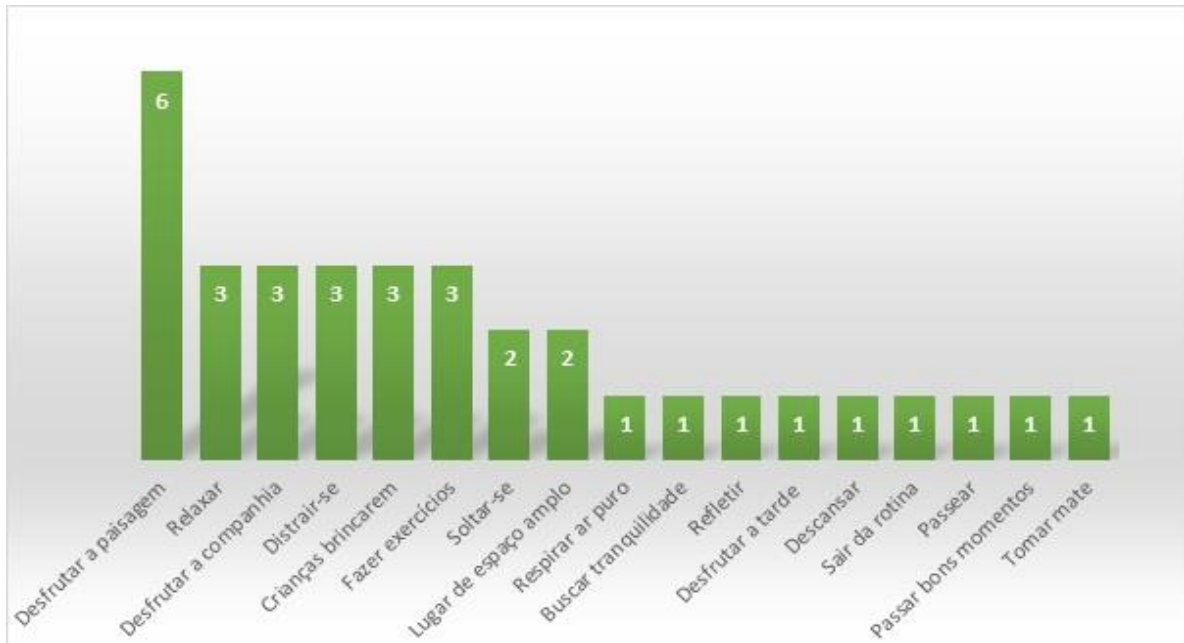
Fonte: Elaboração própria dos autores

Diante dos dados obtidos, fica evidente que esses espaços públicos são locais de bastante sociabilidade, pois apenas uma pessoa respondeu que vai sozinha à Costaneira, enquanto que com relação ao Marco das Três Fronteiras não houve nenhuma resposta nesse aspecto. Assim, verifica-se que são ambientes familiares e de amizade. Destaque-se que no que diz respeito a ir com os familiares, a Costaneira se destacou em Relação ao Marco das Três Fronteiras.

A questão seguinte demonstra, através dos gráficos (5 e 6), as razões pelas quais os pesquisados frequentam a Costaneira e o Marco das Três Fronteiras.

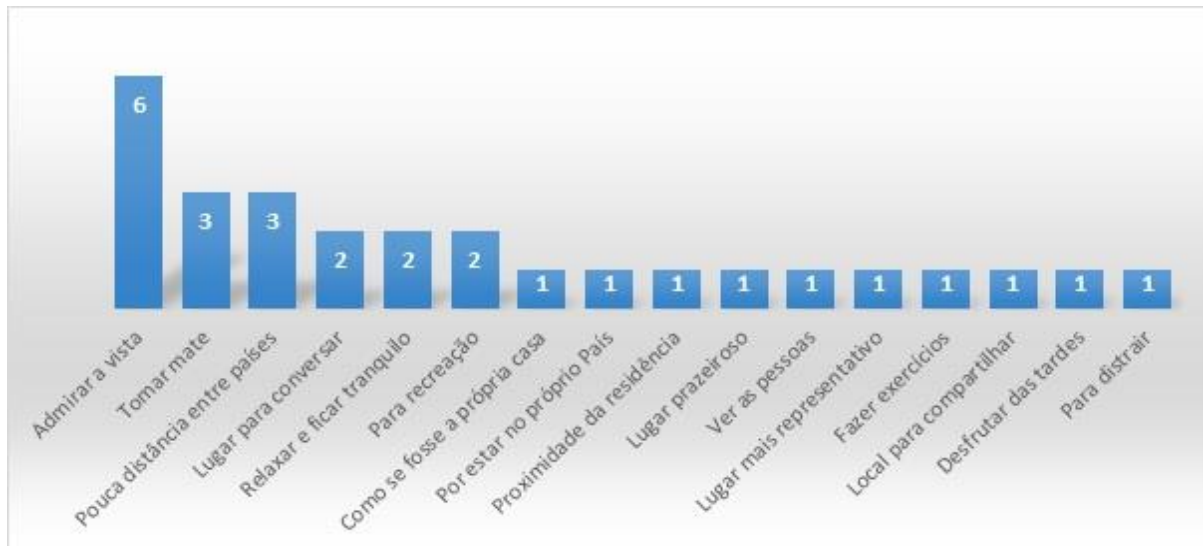


Gráfico 5: Razões para frequentar a Costaneira



Fonte: Elaboração própria dos autores

Gráfico 6: Razões para frequentar o Marco das Três Fronteiras



Fonte: Elaboração própria dos autores



Nota-se que quase todas as pessoas envolvidas na pesquisa indicaram mais de uma razão para frequentar a Costaneira e o Marco das Três Fronteiras. Todavia, a estética do ambiente, como uma forma de contemplação da natureza e da paisagem, destacou-se em ambos os locais como razão principal para frequentá-los.

Dessa forma, as pessoas se dirigem à Costaneira, principalmente, para desfrutar a paisagem; em segundo lugar, para relaxar; desfrutar a companhia; distrair-se; levar as crianças para brincar e fazer exercícios físicos. Nesse caso, os exercícios físicos mais frequentes são a caminhada e a corrida. Em terceiro lugar, o motivo que leva os entrevistados à Costaneira é porque se trata de um lugar com espaço amplo que permite maior liberdade para realizar várias atividades ao ar livre, ou seja, conforme dito pelos entrevistados; permite à pessoa “se soltar”. Em quarto lugar, foi obtida uma diversidade maior de respostas, tais como: respirar ar puro; buscar tranquilidade; refletir; desfrutar a tarde; descansar; sair da rotina; passear; passar bons momentos; tomar o mate ou o tererê (refresco de mate - que é um hábito da cultura local), aliás, outros hábitos da cultura local são observados nos momentos de lazer. Tais respostas demonstram a efetiva apropriação do espaço por parte da comunidade e, mesmo a escolha de muitos sendo por um lugar em comum, percebe-se que há variados interesses que os atraem até lá.

No Marco das Três Fronteiras, duas atividades se destacaram como segunda motivação para a visita, sendo elas: tomar mate - ou propriamente o tererê - e a pouca distância entre Argentina, Brasil e Paraguai o que, por sua vez, permite que se visualizem paisagens bastante diversas dos três países. Quanto ao mate, destaque-se que o mesmo se trata de um hábito profundamente enraizado na cultura dos argentinos que utilizam esta prática para socializar de maneira lúdica. Em terceiro lugar, foi mencionada a possibilidade de conversa, relaxamento e, com isso, a busca da tranquilidade para desfrutar a tarde, além da importância que o espaço traz para a recreação, principalmente para as crianças. Na sequência, citou-se o encontro de culturas distintas que frequentam esse local, não somente dos três países da Tríplice Fronteira, mas de diversos outros países.

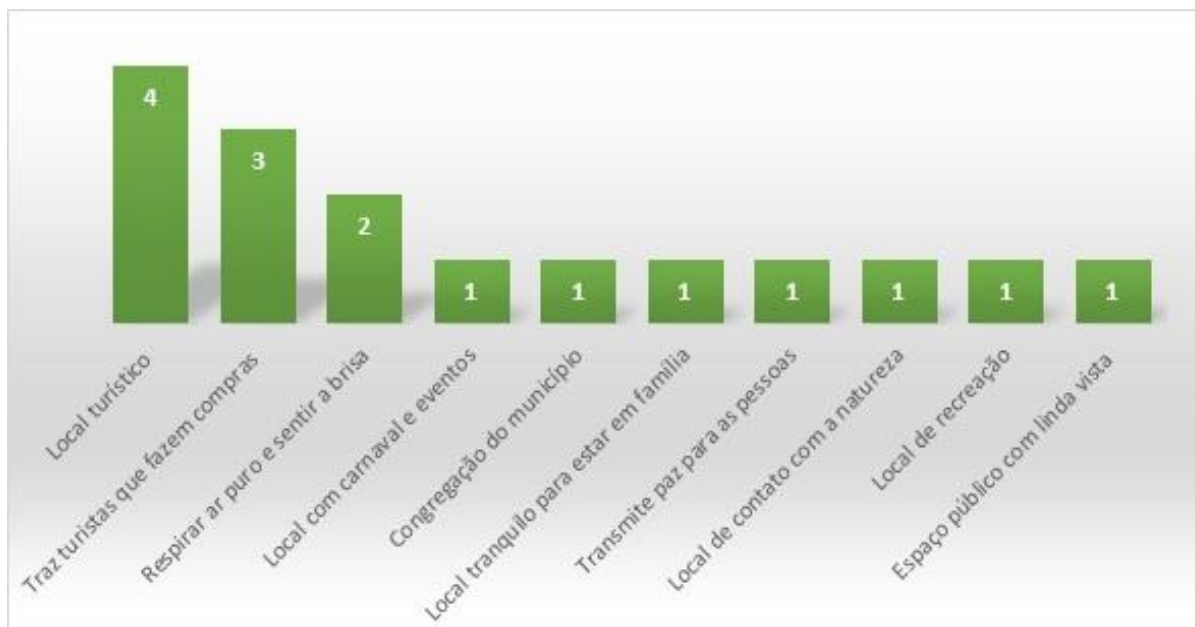
No que concerne às demais respostas, houve uma demonstração de identidade e pertencimento ao local materializadas em respostas, tais como: o Marco das Três Fronteiras é como se fosse a própria casa, pois está no próprio país, a facilidade de acesso, a proximidade com a própria residência, que é um dos lugares mais representativos da cidade, isto é, manifestações que demonstram relação com questões de territorialidade representada pelo obelisco que simboliza o local.

Enfim, as respostas a essa questão demonstram que ambos os espaços se constituem também numa forma de fuga, isto é, para onde a comunidade se dirige na busca de se libertar da rotina do trabalho havendo uma percepção dos lugares como sendo convidativos para atividades que ensejam o bem-estar.

Os próximos gráficos (7 e 8) discorrem acerca da importância da Costaneira e do Marco das Três Fronteiras para a cidade e os habitantes de *Puerto Iguazú*.

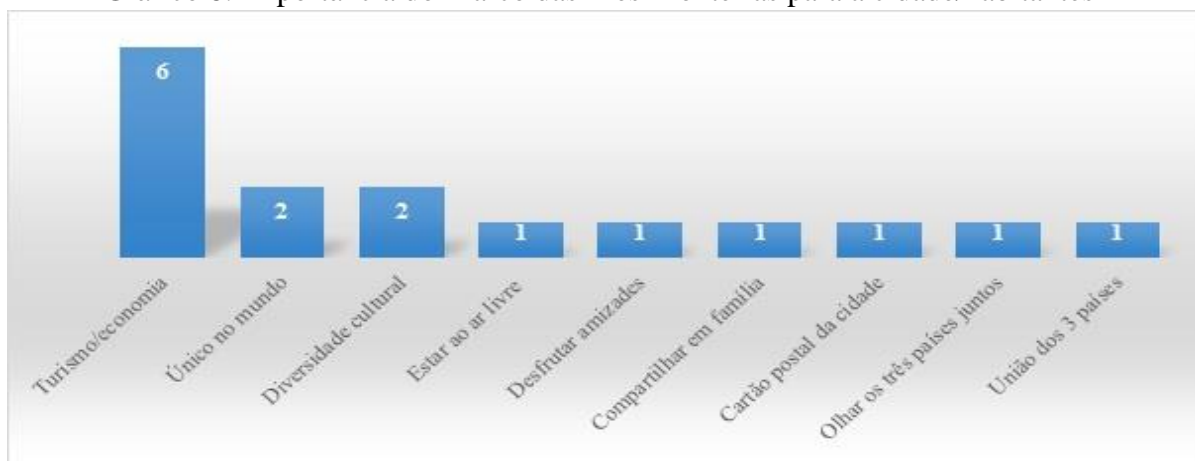


Gráfico 7: Importância da Costaneira para a cidade/habitantes



Fonte: Elaboração própria dos autores

Gráfico 8: Importância do Marco das Três Fronteiras para a cidade/habitantes



Fonte: Elaboração própria dos autores

O primeiro ponto citado sobre a importância da Costaneira para a cidade e os habitantes denota que a mesma se trata de um ponto turístico importante para o lazer das pessoas, principalmente dos seus moradores, além de atrair turistas. Em segundo lugar, as



respostas obtidas sobre a Costaneira dizem respeito à importância para a economia em função dessa citada atração de turistas para fazer compras na cidade e região. Em terceiro lugar, por se tratar de um local que permite um contato maior com a natureza, ou seja, um lugar para respirar ar puro e sentir a brisa do rio, livre da poluição. Em quarto lugar, as respostas sobre a importância do espaço da Costaneira para a cidade e os habitantes enfatizam que o mesmo se constitui em um local com as seguintes características: onde se faz o carnaval e os eventos da cidade; onde se permite o encontro das pessoas do município; bom para estar em família; recreativo; que transmite paz aos seus frequentadores; que reúne beleza estética, com uma linda vista etc.

No que diz respeito ao Marco das Três Fronteiras, o aspecto principal apontado foi o de que se trata de um ponto turístico importante para aquecer a economia da cidade, sendo o cartão postal da mesma. Na sequência, foi mencionado que o Marco das Três Fronteiras é único no mundo em função de compor uma Tríplice Fronteira. Entretanto, sabe-se que essa afirmação não está correta, pois existem fronteiras tríplices em outros lugares do globo, sendo que, na América do Sul, por exemplo, o Brasil possui 9; a Bolívia, 5; o Peru e a Argentina, 4 e o Paraguai e a Colômbia, 3. Todavia, até mesmo essa desinformação geográfica serve como dado para demonstrar a tendência de valorização do próprio país devido ao forte sentimento nacionalista comum à população. Foi citada também a diversidade cultural que é atraída pelo turismo.

Em terceiro lugar respondeu-se que o Marco das Três Fronteiras se configura em um ponto turístico importante que proporciona momentos de lazer para as pessoas da cidade que desfrutam o local ao ar livre com amigos e família, além da possibilidade de se poder observar os três países ao mesmo tempo e ainda visualizar, por meio do encontro das águas, a união dos mesmos.

Gráficos 9 e 10: Quem mais utiliza o espaço da Costaneira (9) e do Marco das Três Fronteiras (10)



Fonte: Elaboração própria dos autores

Quanto à procedência dos frequentadores da Costaneira, 47% alegaram que tanto os moradores da cidade de *Puerto Iguazú* quanto as pessoas não residentes utilizam o espaço



com a mesma frequência, enquanto que 33%, entendem que os moradores de *Puerto Iguazú* frequentam mais o espaço e, por último, 20% comentaram serem os visitantes de outras localidades os principais frequentadores. Percebe-se que esses dados demonstram uma certa apropriação pelos residentes locais.

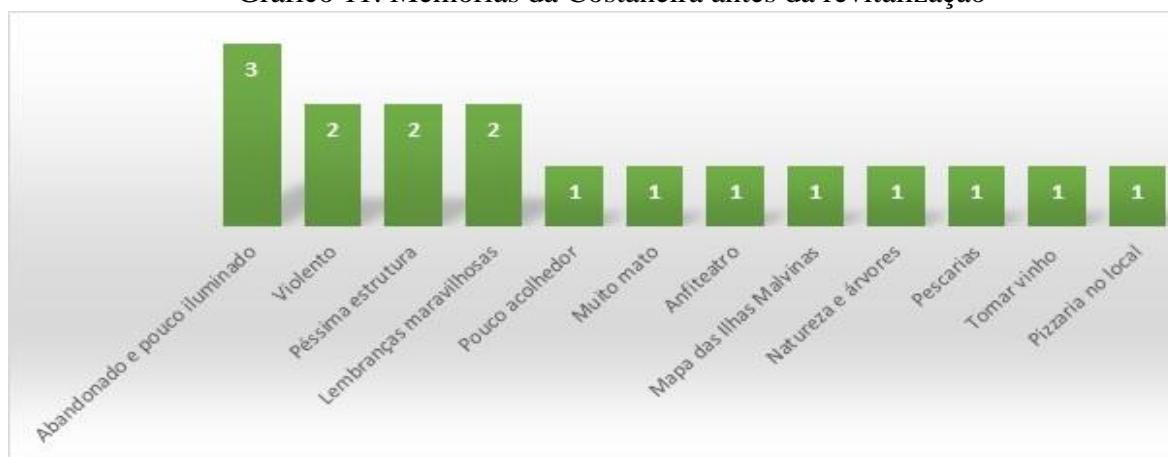
Com relação ao espaço do Marco das Três Fronteiras, 40% argumentaram que o local é visitado na mesma proporção por residentes e visitantes. Por sua vez, 33% afirmaram que os turistas são os principais visitantes e, por fim, 27% entendem que são os moradores da cidade de *Puerto Iguazú* os que mais acorrem a este espaço público.

Assim sendo, torna-se possível concluir que os residentes de *Puerto Iguazú* percebem a Costaneira como um lugar de maior apropriação local em relação ao Marco das Três Fronteiras, apresentando este último um perfil mais turístico. No entanto, ainda que seja possível notar uma grande frequência de moradores de *Puerto Iguazú* em ambos os espaços, o Marco das Três fronteiras encontra-se melhor estruturado com vistas aos interesses econômicos de atendimento ao turista.

No que tange à conservação, especificamente aos cuidados dos visitantes para com os locais, foi solicitado aos entrevistados que se manifestassem neste sentido, sendo que, quanto à Costaneira, 11 respostas apontaram para o fato de que a população busca preservá-la enquanto que se verificaram quatro respostas contrárias. A mesma pergunta foi direcionada para o Marco das Três Fronteiras sendo as respostas nove e seis, respectivamente. O sentimento de identidade e pertencimento ficou mais explícito em observação elaborada por dois entrevistados no sentido de que os residentes cuidam melhor do Marco das Três Fronteiras do que os turistas.

Os gráficos seguintes (11 e 12) se referem às lembranças da Costaneira e do Marco das Três Fronteiras antes da revitalização dos mesmos, cuja última fase foi concluída em julho de 2015.

Gráfico 11: Memórias da Costaneira antes da revitalização



Fonte: Elaboração própria dos autores



Gráfico 12: Memórias do Marco das Três Fronteiras antes da revitalização



Fonte: Elaboração própria dos autores

A Costaneira antes era um lugar abandonado, feio, pouco iluminado, violento, perigoso e frequentado por ladrões, além de oferecer uma péssima estrutura; essas foram as principais características apontadas pelos entrevistados em suas lembranças anteriores à revitalização. Porém, foram citadas também lembranças maravilhosas vividas em família ou com os colegas após o horário das aulas. Dentre as demais observações verificadas, citou-se que o espaço era pouco acolhedor, mas contava com árvores e natureza abundante, além de que o anfiteatro era diferente e que antes havia o mapa das Ilhas Malvinas no local. Apontou-se também que antigamente as pessoas iam mais naquele local para pescar, tomar vinho com os amigos e que havia uma pizzaria para almoçar e jantar.

Acerca do Marco das Três Fronteiras, as lembranças mais marcantes do período antecedente à revitalização dizem respeito ao descuido para com o lugar, situação essa atribuída também aos residentes em *Puerto Iguazú* que frequentavam o espaço. Entretanto, vários aspectos positivos foram elencados, tais como os passeios realizados pelas escolas com as crianças e mesmo pelos estudantes adolescentes e jovens do ensino médio. Ressaltou-se ainda que se preservou a comodidade e a paisagem proporcionada pelo local e que nos anos 80 e 90 o espaço era chamado “o velho marco” e que o período evoca lembranças maravilhosas de passeios de bicicleta.

Com relação a essas percepções de pertencimento e apropriação de espaço e território, registrem-se as observações de Raffestin (1993):

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao apropriar de um espaço concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 02).



Enfim, pode-se perceber que tanto na Costaneira quanto no Marco das Três Fronteiras, a memória dos lugares, mesmo antes da revitalização, em geral foi positiva, trazendo histórias de vida em momentos diferentes que foram significativas. Sabe-se que, muitas vezes, o que é simples e acessível no cotidiano pode construir uma memória de maior proximidade e identidade, dependendo do valor e significado que se atribui a cada momento vivido.

As transformações nas relações de trabalho ao longo dos séculos, de certo modo, liberaram maior tempo livre para o trabalhador, mas o desenvolvimento das forças produtivas também empreendeu sobre esse tempo uma possibilidade de negócio lucrativo, um valor a ser gasto e agregado para o capital, inclusive para o tempo destinado ao lazer. Logo, na contemporaneidade, ter tempo livre nem sempre pode ser compreendido como ter acesso ao lazer. Dentre outros fatores que explicam essa inacessibilidade, pode-se citar principalmente a impossibilidade para a classe trabalhadora poder fazer frente aos custos financeiros deste direito conquistado.

Sabe-se que o objetivo fundamental do lazer consiste no bem-estar pessoal; momentos de distração ligados à liberdade de escolha, após o cumprimento das obrigações laborais. Portanto, o lazer está diretamente ligado à saúde e à qualidade de vida das pessoas e, nesse sentido, a apropriação de espaços públicos pelos indivíduos é essencial, dada a natureza democrática de seu acesso e a possibilidade de fruição gratuita do tempo livre com qualidade.

Nesse aspecto, o lazer deve ser compreendido não como valor ligado apenas à questão econômica. Logo, constata-se que as cidades devem oferecer espaços e atividades culturais que sejam democráticos para a apropriação das pessoas na ocupação do seu tempo livre. Todavia, pode-se perceber, de um modo geral, o lazer com qualidade tornou-se mercadoria à qual tem acesso apenas a pequena parcela da população que compõe as classes mais privilegiadas que usufruem de “feudos” privados; territórios particulares, sendo os demais indivíduos destinados a espaços públicos dotados de estrutura mínima, preservação e manutenção precárias ou inexistentes. Dessa forma, configura-se o “apartheid social”, ou seja, “a segregação social dos excluídos por meio de uma cartografia urbana dividida em zonas selvagens e zonas civilizadas” (SOUSA SANTOS, 2007, p. 80).

No que concerne à presente pesquisa, os resultados desta pesquisa demonstraram que a Costaneira e o Marco das Três Fronteiras, em *Puerto Iguazú*, se constituem em espaços de memória e identidade. Para além do atendimento ao turista, representam para os moradores da cidade um espaço de sociabilidade, de convívio entre as famílias e amigos. Exemplo disso é um entrevistado que descreveu o Marco como um registro em sua memória afetiva “dos tempos em que ainda era estudante”.

Verificou-se também que a intervenção urbanística realizada nos locais pelo poder público - apesar de alguns pontos negativos levantados passíveis de reflexão e melhorias - integrou a parte urbana da cidade de *Puerto Iguazú* à natureza. Dessa forma, a revitalização, que resultou na criação de espaços polivalentes, revelou-se de suma importância para a população local.

A região da Costaneira e do Marco das Três Fronteiras encontra-se efetivamente apropriada pela população como espaço de convívio, entendida como um patrimônio coletivo



com o qual existe uma relação de pertencimento. Ao mesmo tempo, oferece às pessoas espaços de contemplação do encontro dos três países. Mesmo antes da sua revitalização, além da conexão afetiva construída pelos moradores com esses espaços, há ainda um aspecto simbólico muito presente.

No Marco das Três Fronteiras, ainda que o direito a comercializar nos quiosques esteja nas mãos das famílias antigas de *Puerto Iguazú*, mostrando de certa forma soberania, pertencimento e dominação de alguns grupos sobre outros, por outro lado, os moradores também podem se apropriar comercialmente daquele espaço sem tantas dificuldades, como é o caso dos vendedores ambulantes.

Faz-se necessário ainda destacar que ambos os espaços públicos objetos desse estudo são também frequentados por residentes das cidades em seu entorno, de acordo com Cury (2010, p. 195) essa “fronteira aberta em seus fluxos”, ou seja, um “espaço geográfico único, separado apenas por políticas públicas advindas das três Nações a que pertencem” (CURY, 2010, p. 221), haja vista que “A vida na fronteira mais dinâmica da América do Sul [...] representa uma oportunidade de encontros, confrontos, aproximações e contatos” (DERROSSO, 2018, p. 16).

Por fim, após a realização desse trabalho, constata-se a necessidade de mais estudos sobre a temática dos espaços públicos disponibilizados aos cidadãos, haja vista que esses espaços se constituem em locais democráticos de acesso essenciais para as cidades no tocante à qualidade de vida, apropriação cultural e comercial pelos moradores, sem distinção de classe social.

Assim sendo, a presente pesquisa acredita ter contribuído para que mais estudos dessa natureza possam ser realizados, inclusive tendo como objeto de estudo os demais marcos das Três Fronteiras em questão - territórios brasileiro e paraguaio - na tentativa de compreensão do uso desses espaços com vistas ao lazer e a sociabilidade dos moradores e turistas.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, Luiz Octavio Lima. **O que é lazer**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CANDAU, Jöel. **Memória e identidade**. Tradução de Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.

CARDIN, Eric Gustavo. **A expansão do capital e as dinâmicas da fronteira**. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia). Departamento de Sociologia, Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” – Unesp/Araraquara, 2010, 195 f. Disponível em <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/106261> Acesso em: 09 out. 2020.





CHIAPPINI, Ligia. Multiculturalismo e identidade nacional. In: Martins, Maria Helena (org.). **Fronteiras culturais: Brasil, Uruguai, Argentina**. São Paulo: Ateliê editorial, 2002.

CURY, Mauro José Ferreira. **Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu (TTI):** interconexões, interdependências, interpenetrações nas cidades da Tríplice Fronteira de Foz do Iguazu (BR), Ciudad del Este (PY) e Puerto Iguazú (AR). Pesquisa defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/24222> Acesso em: 09 out. 2020.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003.

DE MASI, Domenico de. **O ócio criativo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

DERROSSO, Giuliano Silveira. **Vivências nas territorialidades transfronteiriças do Iguassu (TTI)**. 2018. Tese (Doutorado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Centro de Educação e Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná/UNIOESTE. Foz do Iguazu. Disponível em: http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/3940/5/Giuliano_Silveira_Derrosso_2018.pdf Acesso em: 09 out. 2020.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 20 ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e Humanização**. Campinas: Papirus, 1983.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Revista social, USP**, p. 25-70, 1996. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/86141/88825> Acesso em: 09 out. 2020.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais: diseños globales: colonialidad, conocimientos, subalternos y pensamiento fronterizo**. Madrid (Es): Akal S.A., 2013. Disponível em: <http://www.ram-wan.net/restrepo/decolonial/11-mignolo-un%20paradigma%20otro.pdf> Acesso em: 09 out. 2020.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10, p. 12. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763> Acesso em: 09 out. 2020.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

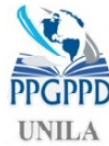
POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf> Acesso em: 09 out. 2020.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.





REVISTA ORBIS LATINA
ISSN: 2237 6976



página 51

RUSSELL, Bertrand. **Elogio ao ócio**. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

SOUSA SANTOS, Boaventura. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 78, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n79/04.pdf> Acesso em: 09 out. 2020.

SILVA, Giuslane Francisca da. Exploração, colonialismo e democracia na América Latina na visão de Pablo González Casanova. **Revista latino-americana de história**, v. 6, n. 17, 2017. Disponível em: [file:///C:/Users/Lenovo/Downloads/Dialnet-ExploracaoColonialismoEDemocraciaNaAmericaLatinaNa-6238546%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/Lenovo/Downloads/Dialnet-ExploracaoColonialismoEDemocraciaNaAmericaLatinaNa-6238546%20(4).pdf) Acesso em: 9 out. 2.

VARES, Luiz Paulo Pilla. Fronteiras culturais. In: Martins, Maria Helena (org.). **Fronteiras culturais: Brasil, Uruguai, Argentina**. São Paulo: Ateliê editorial, 2002.

Recebido em 12/10/2020

Aceito em 29/10/2020



Volume 11, Número 01
Janeiro - Junho
2021



INDEXADORES E BASES BIBLIOGRÁFICAS:



Revista Orbis Latina - Disponível no website <https://revistas.unila.edu.br/index.php/orbis>



**PROGRAMA DE BOLSAS DE EXTENSÃO – UEMS: UMA ANÁLISE SOBRE A
FORMAÇÃO DOS ACADÊMICOS BOLSISTAS EGRESSOS DAS UNIDADES
UNIVERSITÁRIAS DE DOURADOS E PONTA PORÃ**

**EXTENSION SCHOLARSHIP PROGRAM - UEMS: AN ANALYSIS ON THE
FORMATION OF SCHOLARSHIPS GRADUATES FROM UNIVERSITY UNITS IN
DOURADOS AND PONTA PORÃ**

Nidene Cardena Souza¹
Moisés Centenaro²

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar as contribuições do Programa Institucional de Bolsa de Extensão da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), sobre a formação dos acadêmicos bolsistas egressos. O universo da pesquisa envolveu os bolsistas egressos do Programa Institucional de Bolsas de Extensão-PIBEX-UEMS, das unidades universitárias de Dourados e Ponta Porã, no período de 2014 a 2018. Para efeitos metodológicos, foram levantados os dados dos bolsistas egressos junto a PROEC-UEMS e as coletas dos dados foram realizadas por meio de entrevistas, utilizando o Formulário Google Forms, incluindo perguntas relativas à importância que o programa PIBEX exerceu na formação acadêmica e na inserção ao mercado de trabalho. Os resultados mostraram que o PIBEX nos últimos 5 (cinco) anos, teve um total de 364 (trezentos e sessenta e quatro) bolsistas contemplados com 4.301 (quatro mil, trezentos e uma) bolsas pagas e um investimento de R\$ 1.720.400,00 (Um milhão, setecentos e vinte mil e quatrocentos reais). Dos 364 (trezentos e sessenta e quatro) bolsistas egressos, 51 (cinquenta um) responderam ao questionário, o que corresponde a 14% do total. Na questão que indagava se o fato de ter sido bolsista de extensão contribuiu na formação acadêmica, o resultado demonstra que 62,7% dos respondentes, atribuíram a nota 10 (dez), que significa que a contribuição foi muito positiva na formação acadêmica dos referidos bolsistas egressos. Quanto à inserção ao mercado de trabalho, 51% responderam que ter sido bolsista de extensão contribuiu para inserção no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Extensão Universitária. Bolsa de Extensão. Financiamento da Extensão.

ABSTRACT

This research aims to analyze the contributions of the Institutional Extension Scholarship Program of the Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – (UEMS), on the formation of graduating scholars. The research universe involved scholarship holders from the Institutional Extension Scholarship Program-PIBEX-UEMS, from the university units of Dourados and Ponta Porã, in the period from 2014 to 2018. For methodological purposes, data from the fellows who graduated from PROEC- UEMS and data collections were carried out through interviews, using the Google Forms Form, including questions related to the importance that the PIBEX

¹ Licenciada em Ciência com Habilitação em Matemática pelas Faculdades Integradas de Dourados (SOCIGRAN), Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos (UEMS). E-mail: nidene@globo.com

² Doutor em Administração pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Sistemas Produtivos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). E-mail: centenaro.uems@gmail.com





program had on academic training and insertion in the labor market. The results showed that PIBEX in the last 5 (five) years, had a total of 364 (three hundred and sixty-four) scholarship recipients, with 4,301 (four thousand, three hundred and one) paid scholarships and an investment of R \$ 1,720. 400.00 (One million, seven hundred and twenty thousand and four hundred reais). Of the 364 (three hundred and sixty-four) alumni, 51 (fifty-one) answered the questionnaire, which corresponds to 14% of the total. In the question that asked, if the fact of having been an extension scholarship contributed to academic training, the data show that 62.7% of the respondents, assigned the grade 10 (ten), which means that the contribution was very positive in academic training of the referred scholarship holders. Regarding the insertion in the labor market, 51% answered that having been an extension scholarship contributed to insertion in the labor market.

Keywords: University Extension. Extension Scholarship. Extension Financing.

1. INTRODUÇÃO

1.1 Breve histórico da Extensão Universitária no Brasil

Os primeiros registros oficiais sobre a extensão universitária surgem no Estatuto da Universidade Brasileira/Decreto-Lei nº. 19.851, de 11 de abril de 1931 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024, de 1961, centrados na modalidade de transmissão de conhecimentos e assistência. A Reforma Universitária de 1968, por meio da Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968, tornou a Extensão Universitária obrigatória em todos os estabelecimentos de ensino superior e nas universidades, como cursos e serviços especiais estendidos à comunidade.

Com o fortalecimento da sociedade civil durante os anos 1980, é discutido um novo paradigma para a universidade brasileira, sua relação com a sociedade e o papel da extensão. Neste contexto, Tavares, (1997), destaca a articulação da universidade e a sociedade.

A extensão, dentro do novo paradigma de universidade pública, ao se concretizar como prática acadêmica do ensino e da pesquisa definidas em função das exigências da realidade, leva, necessariamente, à revisão do modelo estrutural da própria universidade onde as Pró-reitorias ou órgãos similares teriam a sua vinculação aliada à articulação e à coordenação no confronto universidade e sociedade. (TAVARES, 1997, p. 203).

Em 1987, em reunião na Universidade de Brasília (UnB), foi criado o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, onde aconteceu o I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão, que definiu o conceito de extensão. Conforme o regimento do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), a organização do Fórum foi definida como:

[...] uma entidade voltada para a articulação e definição de políticas acadêmicas de extensão, comprometidas com a transformação social para o pleno exercício da cidadania e o fortalecimento da democracia: uma entidade voltada para a articulação e definição de políticas acadêmicas de extensão. (CORRÊA, 2007, p. 12).





A Política Nacional de Extensão, publicada em novembro de 1999, estabelecia o conceito de extensão universitária como um “[...] processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a Sociedade”. (CORRÊA, 2007, p. 17).

Com a aprovação da nova Constituição, o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é incluído na nova Carta Magna, desta vez em consonância com as definições pactuadas no FORPROEX, que trata do financiamento das ações de extensão nas instituições de ensino superior (IES).

Conforme o Art. 213, § 2º da Constituição Federal de 1988: “As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público” (BRASIL, 1988). Desta forma, as atividades extensionistas podem receber financiamento interno das próprias IES, como também recursos externos provenientes de editais e chamadas públicas, para custear e implementar ações e programas de extensão. A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), também contempla em seu Art. 77: “§ 2º As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público, inclusive mediante bolsas de estudo”. (BRASIL, 1996).

As ações de extensão universitária das Universidades Públicas Brasileiras, até o início da década de 1990 não possuíam programa de fomento da extensão. Por reivindicação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior (FORPROEX), junto ao Departamento de Políticas de Ensino Superior da Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (DEPES/SESu/MEC), foi criado o “Programa de Fomento a Extensão Universitária (PROEXTE). Sua oferta ocorreu no período entre os anos de 1993 e 1995 e, entre outros aspectos, foi organizado em torno de duas linhas de fomento: “Articulação da Universidade com a sociedade” e “Integração da Universidade com o Ensino Fundamental”.

No entanto, o programa PROEXTE teve seus fomentos interrompidos em 1996, apenas três anos após a sua criação pelo MEC. “O Programa foi retomado em 2003, sob a denominação Programa de Extensão Universitária (PROEXT)” (FORPROEX, 2012, p. 14). Os financiamentos foram retomados para as linhas de atuação de programas e projetos, voltados para as políticas públicas. O qual foi regulamentado pelo Decreto n. 6.495/2008. A partir do ano de 2009, o PROEXT passou a ser interministerial, resultando em acréscimo de recursos para o fomento de ações de extensão e a ampliação das temáticas abordadas.

As principais contribuições do PROEXT referem-se ao financiamento da Extensão Universitária, e à elaboração teórico-conceitual, especificamente na definição das diretrizes e objetivos da Extensão Universitária, dos tipos de ações a serem desenvolvidas, e da metodologia a ser adotada em sua implementação, com ênfase na inclusão social, visando apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implantação de políticas públicas.

Em 2016, os fomentos do Programa de Extensão Universitária (PROEXT), foram interrompidos, permanecendo até o presente momento suspenso os financiamentos da extensão.





Diante de tal situação, as Universidades Públicas Brasileiras encontram dificuldades para financiar as ações de extensão.

Nesse contexto, o presente trabalho tem como propósito central pesquisar as contribuições do Programa de Bolsas de Extensão da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) sobre a formação dos acadêmicos bolsistas egressos das unidades universitárias de Dourados e Ponta Porã.

O presente artigo está organizado em seis etapas, precedidos desta introdução. A segunda etapa apresenta o histórico da constituição da UEMS e são apresentados os dados históricos da Institucionalização da Extensão Universitária na referida instituição; na terceira etapa, é apresentado o Programa Institucional de Bolsas Extensão – PIBEX- UEMS; na quarta etapa, é descrito como a pesquisa foi realizada e; na quinta etapa, são apresentados os principais resultados. Por fim, na última etapa são apresentadas as considerações finais da pesquisa.

2. CONSTITUIÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL E O HISTÓRICO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UEMS

A criação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, a UEMS, se deu pela Constituição Estadual de 1979, que posteriormente em 1989 passou por uma ratificação no Art. 48 da sua constituição “Art. 48. Fica criada a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, com sede na cidade de Dourados, cuja instalação e funcionamento deverão ocorrer no início do ano letivo de 1992” (MATO GROSSO DO SUL, 2011, p.75). Dessa forma, por meio do Decreto nº 7.585, de 22 de dezembro de 1993 foi:

Institui a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, com sede e foro na cidade de Dourados, e dá outras providências. {...} Art.1º Fica instituída a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, com sede na cidade de Dourados, de natureza fundacional com objetivo de promover o ensino, a pesquisa e a extensão (MATO GROSSO DO SUL, 2011, p.1).

Sua constituição foi normatizada pela Lei n. 1461/1993, e credenciada pela Deliberação CEE/MS nº 4787 do Conselho Estadual de Educação. Neste mesmo ano, o Governo estadual instituiu uma Comissão para implantação da UEMS, com objetivo de elaborar uma proposta de uma Universidade que atendesse as necessidades regionais do Estado e que promovesse o desenvolvimento científico, tecnológico e social por meio do ensino, pesquisa e extensão.

Na proposta de criação desta nova universidade, a UEMS assumiu o compromisso de reduzir as disparidades do saber e alavancar o desenvolvimento regional, com a missão de interiorizar o ensino superior no Estado. Ficou instituída a sede em Dourados e em outras quatorze cidades do interior foram instituídas unidades de Ensino e, posteriormente como



unidades universitárias, levando a esses municípios a oportunidade de proporcionar à comunidade local o ensino superior, bem como atividades relacionadas à pesquisa e à extensão.

Inicialmente, os municípios contemplados com as unidades Universitárias foram os seguintes: Aquidauana, Amambai, Cassilândia, Coxim, Glória de Dourados, Ivinhema, Jardim, Maracaju, Mundo Novo, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã e Três Lagoas. Em 1996 foi extinta a unidade universitária de Três Lagoas, conforme Resolução CEPE/UEMS nº 040, de 24 de maio de 1996, tendo em vista que o único curso oferecido pela UEMS, passou a ser ofertado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, demanda essa que foi suprida. Em 2001 foi criada a unidade Universitária de Campo Grande, aprovada pela Resolução COUNI-UEMS nº 184, de 10 de outubro de 2001, ofertando o curso de graduação Normal Superior.

Desde sua criação, a UEMS priorizou a democratização do acesso à educação superior pública, interiorizando suas Unidades para mais próximo das demandas, fortalecendo assim a educação básica pela interferência direta no atendimento às necessidades regionais, principalmente de formação de professores, com a finalidade maior de equalizar a oferta da educação superior no Estado em oportunidades e qualidade. (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL – 2009 – 2013, p.13).

A criação da UEMS iniciou com doze cursos e dezoito ofertas às comunidades da sede e das 14 unidades universitárias. Até o final de 2008 foram formados 6.998 novos graduados. Com o objetivo de cumprir o seu papel social e atender as seguintes Leis: Lei Estadual nº 2.605, de 06 de janeiro de 2003 e Lei Estadual nº 2.589, de 26 de dezembro de 2002, que trata da reserva de vagas aos vestibulandos indígenas e negros, sendo 20% das vagas para negros e 10% para os indígenas. Verifica-se, então, a transformação da realidade do Estado de Mato Grosso do Sul, onde seu quadro de acadêmicos, com cerca de 85% são egressos de escolas públicas, com renda de até 3 salários mínimos.

Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional da UEMS:

O papel da UEMS no desenvolvimento social local/regional e, por conseguinte, na institucionalização da política de responsabilidade social implica demarcar o lugar que a Instituição ocupa na prestação de serviços públicos por meio da implementação de políticas públicas e sociais. Enfatiza-se a condição de a UEMS constituir-se como participante interessada e compromissada no enfrentamento dos problemas sociais, o que a diferencia da responsabilidade integral pelo acesso da população aos direitos sociais e pelo desenvolvimento local-regional. (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL – 2009 – 2013, p. 41).

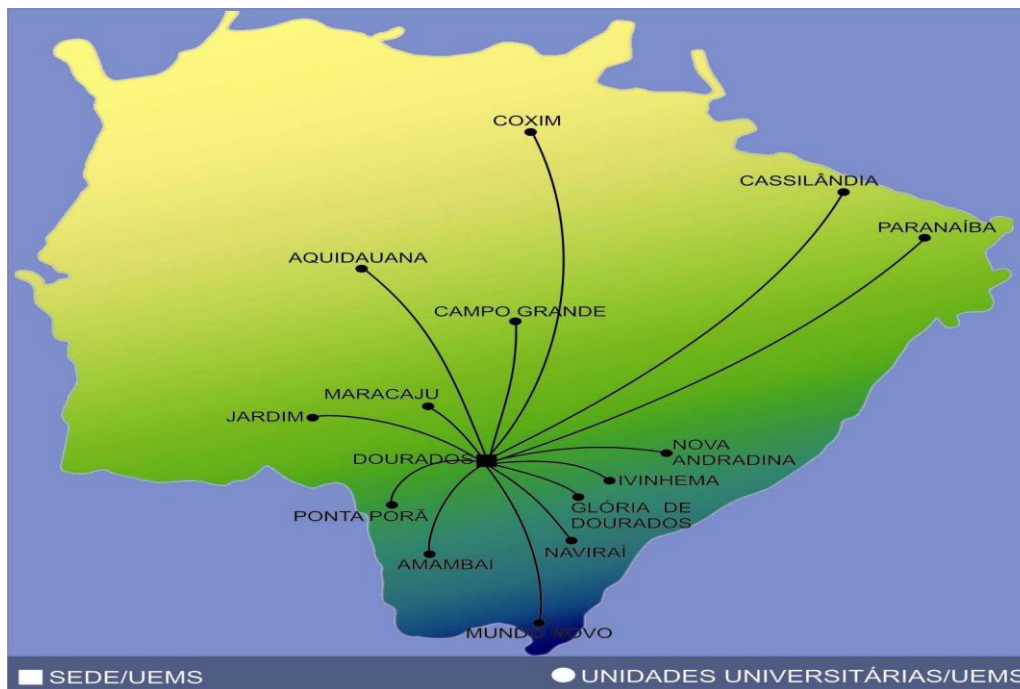




Com o objetivo de cumprir seu papel social, local/regional, foi institucionalizado no âmbito da UEMS uma política de responsabilidade social com a finalidade de implementação de política pública social, na busca de cumprir o compromisso no enfrentamento dos problemas sociais. Responsabilidade essa que após construída, deverá passar por constante reflexão na forma de debate e problematização nos meios acadêmicos e comunidade externa.

A UEMS está presente na modalidade presencial em quinze municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, a saber: Dourados, Campo Grande, Amambaí, Ponta Porã, Nova Andradina, Naviraí, Cassilândia, Mundo Novo, Maracajú, Jardim, Paranaíba, Aquidauana, Glória de Dourados, Ivinhema e Coxim.

Figura 1 – Localização das unidades universitárias UEMS no Estado



Fonte: PDI -UEMS-2020.

Na modalidade a distância, a UEMS está presente em sete municípios: Água Clara, Aparecida do Tabuado, Bela Vista, Camapuã, Japorã, Miranda e Paranhos.

Desta forma, no atual momento, a UEMS está presente em vinte e dois municípios do Estado de MS.



A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), foi criada com a seguinte missão:

Gerar e disseminar o conhecimento, com vistas ao desenvolvimento das potencialidades humanas, dos aspectos político, econômico e social do Estado, e com compromisso democrático de acesso à educação superior e o fortalecimento de outros níveis de ensino, contribuindo, dessa forma, para a consolidação da democracia. (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL – 2009 – 2013, p. 12).

A UEMS está presente em 22 cidades do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio das ações de ensino, pesquisa e extensão, ao longo da sua existência vem desenvolvendo diversas ações de Extensão Universitária, sempre voltadas para a realização de ações e atividades que possam garantir o cumprimento da sua missão e seu compromisso com o desenvolvimento regional e fortalecimento do Estado.

A Lei nº 9.394 de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, reafirma e detalha, dentre os objetivos da universidade, a Extensão Universitária, em seu artigo 43: “A educação superior tem por finalidade: [...] VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (BRASIL, 1996).

A Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PREAC) foi criada por meio da Deliberação do Conselho Estadual de Educação (CEE) nº 3.810, de 9 de fevereiro de 1994, passando a ser um órgão superior executivo da UEMS. Deliberação essa na qual foi aprovado o Regimento Geral da Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e as Diretrizes Básicas da Extensão Universitária na UEMS, aprovadas pelo Conselho Universitário (COUNI) pela Resolução COUNI-UEMS nº 009, de 24 de outubro de 1994.

Após a criação da PREAC, foram elaborados o conceito e os objetivos da Extensão universitária da UEMS, através da Resolução COUNI-UEMS nº 64, de 20 de março de 1997. Posteriormente, com o advento da Resolução CEPE/UEMS nº 89, de 20 de março de 1998, foram instituídas as normas da Extensão Universitária que norteariam as atividades da Pró-Reitoria com relação ao desenvolvimento das ações de extensão no âmbito da instituição.

Em 1999, houve uma reestruturação organizacional da UEMS, aprovada por meio da Resolução COUNI-UEMS nº 103, de 06 de maio de 1999. À época, a extensão permanecia regida pela Resolução CEPE/UEMS nº 89, de 20 de março de 1998. Em 2001, houve uma nova reestruturação organizacional, onde foi criada a Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEC), momento esse em que foi elaborada a proposta para estabelecimento da Política de Extensão Universitária da instituição, aprovada pelo Conselho Universitário, resultando na Resolução COUNI/UEMS nº 289, de 09 de novembro de 2005.

Em decorrência da Política de Extensão, foram estabelecidas as Normas Gerais de Extensão Universitária (Resolução CEPE/UEMS nº 579 de 14 de dezembro de 2005) e a



Normatização das ações de Extensão Universitárias (Resolução CEPE/UEMS nº 580 de 14 de dezembro de 2005), que constituem o eixo condutor da extensão universitária da UEMS.

No ano de 2016 e 2017, a PROEC passou por readequação na estrutura organizacional, realizando reformas nas normas dos programas de Extensão. Unificou a Política de Extensão Universitária da UEMS em um único Regulamento, por meio da Resolução CEPE-UEMS nº 1.645, de 24 de maio de 2016 e Resolução CEPE-UEMS nº 1.869, de 21 de junho de 2017, que estabelece a Política da Extensão Universitária e a normatização das ações de Extensão no âmbito da UEMS. Foi instituída a Política de Cultura, Esporte e Lazer, por meio da Resolução CEPE-UEMS Nº 1.786, de 24 de outubro de 2016, que estabelece a Política de Cultura, Esporte e Lazer, no âmbito da UEMS (PROEC/UEMS, Relatório Anual das Atividades, 2017, p. 2).

3. PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE EXTENSÃO – PIBEX – UEMS

Em 2002, foi aprovado na UEMS o regulamento do Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PIBEX – UEMS por meio da Resolução COUNI-UEMS n. 216, de 18 de setembro de 2002. Em 2016, o regulamento do Programa PIBEX passou por reformulação por meio da Resolução CEPE-UEMS n. 1.605, de 24 de maio de 2016. O Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PIBEX – UEMS, tem por objetivos estimular professores e técnicos a envolverem alunos de graduação nas ações voltadas para o atendimento de necessidades sociais emergentes da comunidade; possibilitar aos bolsistas novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, permitindo a ampliação do acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico, social, econômico, cultural e artístico do Estado de Mato Grosso do Sul e do país; favorecer a relevância na formação acadêmica a partir das ações de extensão.

As bolsas de Extensão PIBEX são financiadas com recursos da UEMS e a quantidade de bolsas são definidas em orçamento da Instituição. A Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEC), por meio da Divisão de Extensão é responsável pelo processo de seleção dos bolsistas e dos professores orientadores interessados em participar do programa.

As atividades de bolsistas de extensão são vinculadas aos projetos de extensão de um professor no qual desenvolve atividades junto à comunidade externa à UEMS.

No período de 2003 até dezembro de 2018, foram contemplados com a bolsa de extensão PIBEX, aproximadamente, 2.350 acadêmicos dos diversos cursos e unidades universitárias da UEMS, totalizando cerca de 24.700 bolsas do Programa PIBEX – UEMS, o que corresponde o valor aproximado de R\$ 8.730.300,00 (oito milhões setecentos e trinta mil e trezentos reais) financiados pela UEMS (PROEC-UEMS, 2019).





Neste sentido, é importante que, após 16 (dezesesseis) anos de desenvolvimento do Programa PIBEX-UEMS, seja traçado um breve panorama junto aos bolsistas egressos da UEMS. Outro fato que motivou ao pesquisar o Programa PIBEX UEMS, surgiu após verificar, que o tema “bolsas de extensão” não é encontrado com frequência nas pesquisas realizadas no portal da Capes. Compreendendo da importância da investigação, para divulgar os dados sobre as bolsas de extensão desenvolvidas no âmbito das Universidades, justifica-se a pesquisa.

Para tanto, será feito um recorte temporal longitudinal dos últimos 5 anos na qual optou-se por duas unidades universitárias para realizar a pesquisa.

Desta forma, indaga-se qual a contribuição do Programa de bolsas de Extensão (UEMS) na formação dos acadêmicos bolsistas egressos?

Neste contexto, a presente pesquisa tem como objetivo geral, analisar as contribuições do Programa de Bolsa de Extensão (UEMS) sobre a formação dos acadêmicos bolsistas egressos das unidades universitárias de Dourados e Ponta Porã.

4. METODOLOGIA

Com base na literatura disponível e pesquisada, a presente pesquisa adotou uma abordagem metodológica descritiva, com delineamento no formato de pesquisa documental e foi realizada por meio de uma pesquisa com caráter quali-quantitativo.

Para contemplar os objetivos propostos, a presente pesquisa foi elaborada com base em literaturas pesquisadas em artigos científicos, livros, dissertações, teses e em documentos disponibilizados pela Divisão de Extensão (PROEC-UEMS).

Para realizar a coleta de dados, foi elaborado um (01) formulário no Google Forms, que foi disponibilizado para os bolsistas egressos, contendo perguntas abertas e fechadas acerca do Programa PIBEX da UEMS, no que consiste ao objeto da pesquisa. O formulário contém algumas questões que solicita a avaliação de zero a dez: sendo zero (não contribui em nada); sendo dez (a contribuição foi muito positiva).

Após a elaboração do formulário Google Forms, foram realizados a validação e a aplicação destes, tabulação dos dados e análises dos dados.

As respostas das perguntas foram codificadas antes da digitação ou agrupadas de acordo com sua frequência. Após serem processadas, as informações foram transformadas sob a forma de tabelas e gráficos para reflexão.

O público-alvo da pesquisa foram os bolsistas egressos do Programa PIBEX e contemplou as unidades universitárias da UEMS de Dourados e Ponta Porã. Este recorte justifica-se, pelo fato que a unidade universitária de Dourados é a sede da UEMS, localizada na cidade universitária de Dourados, no Estado de Mato Grosso do Sul (MS), na qual contém (16) de cursos de graduação, das seguintes áreas de conhecimento: Ciências Exatas e da Terra; Ciências Biológicas; Engenharias; Ciências da Saúde; Ciências Agrárias; Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Humanas e Linguística, Letras e Artes, com aproximadamente 2.000 alunos matriculados no ano de 2018. Dourados é o segundo maior município de Mato



Grosso do Sul (MS), com uma população estimada em 222.950 mil habitantes (IBGE/2019). A escolha da unidade universitária de Ponta Porã, justifica-se pelo fato de possuir o Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos (mestrado), e por contar com três (03) cursos de graduação da área de Ciências Sociais. A cidade de Ponta Porã (MS) está localizada na região sul do Estado, possui uma população estimada em 85.421 habitantes (IBGE/2014), sendo limítrofe com a cidade de Pedro Juan Caballero (Paraguai), na fronteira do Brasil com Paraguai, com um forte potencial de integração econômica e cultural, e por apresentar aspecto favorável para o desenvolvimento regional.

O recorte temporal foi de 2014 a 2018, e fez parte do universo da pesquisa aproximadamente 364 (trezentos sessenta e quatro) egressos que participaram do Programa PIBEX, com a participação de 194 (cento e noventa e quatro) professores (orientadores).

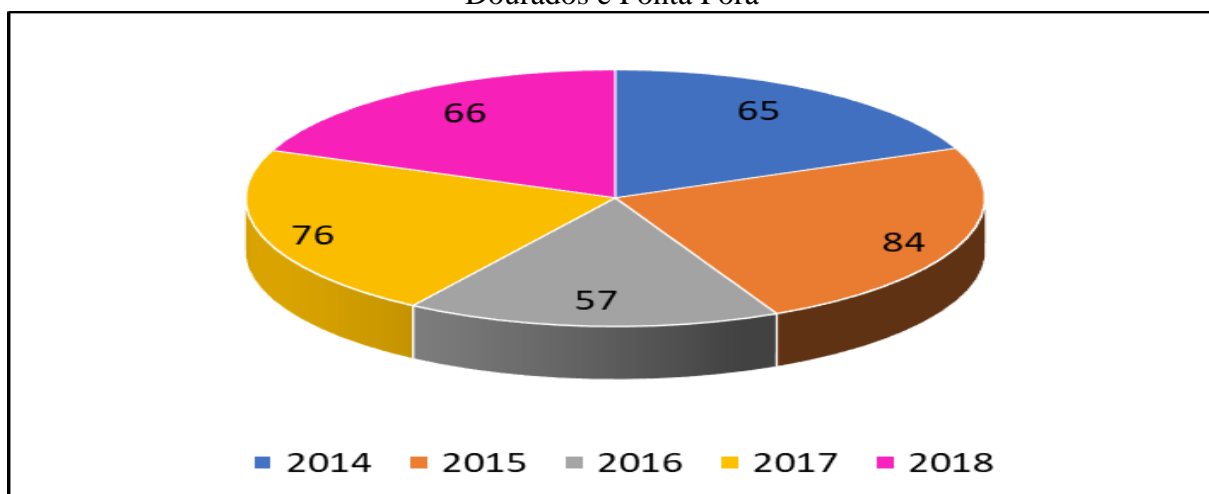
5. RESULTADOS

5.1 Análises do levantamento dos documentos

Inicialmente realizou-se as pesquisas em documentos da Divisão de Extensão da UEMS, para fazer o levantamento anual dos orientadores e bolsistas contemplados no programa PIBEX no período de 2014 a 2018, para identificar a quantidades de bolsistas por unidade universitária, por curso, identificar os contatos e a quantidades de orientadores no período.

No levantamento dos últimos 5 (cinco) anos, foram identificados 364 (trezentos e sessenta e quatro) bolsistas contemplados nesse período com a participação de 194 (cento e noventa e quatro) professores orientadores.

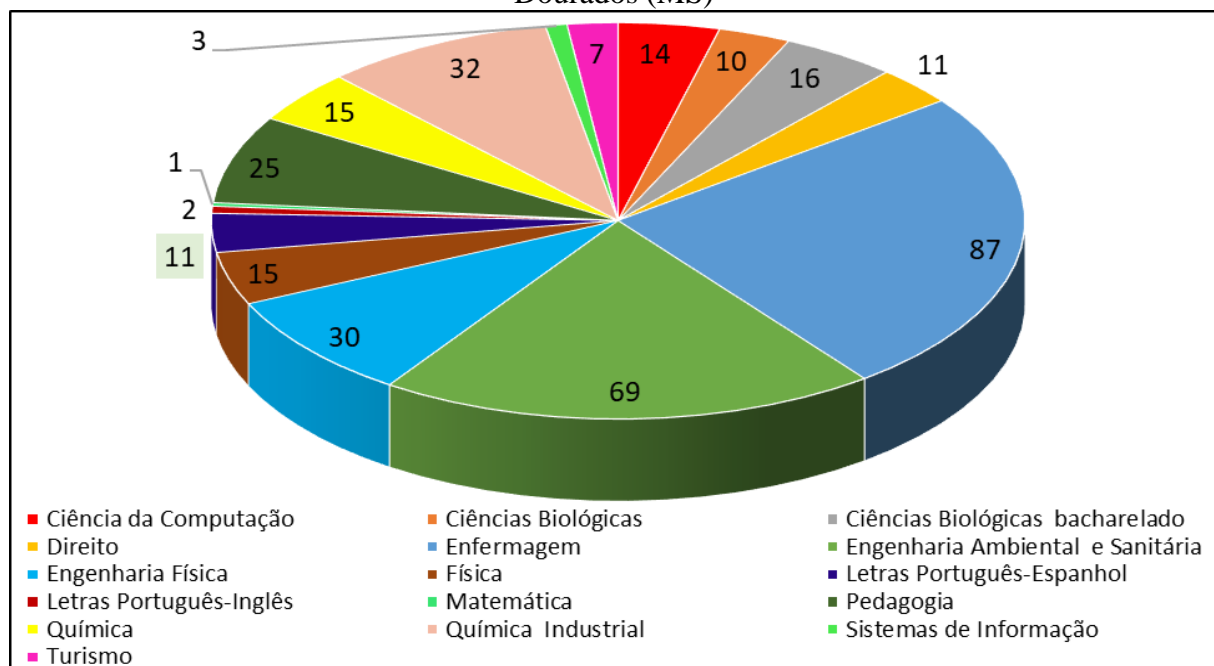
Gráfico 1 – Quantidades de bolsistas contemplados anualmente no Programa PIBEX-UEMS Dourados e Ponta Porã



Fonte: Elaborado pelos os autores a partir de dados da PROEC-UEMS

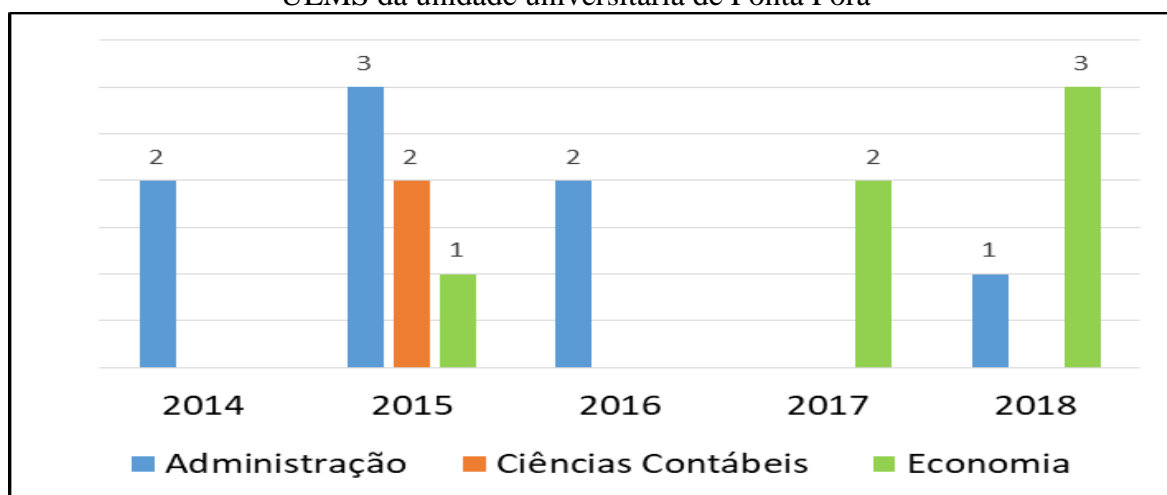


Gráfico 2 – Total de bolsistas PIBEX por curso no período de 2014 - 2018 unidade de Dourados (MS)



Fonte: Elaborado pelos os autores a partir de dados da PROEC-UEMS

Gráfico 3 – Quantidades bolsistas contemplados anual e por curso no Programa PIBEX-UEMS da unidade universitária de Ponta Porã



Fonte: Elaborado pelos os autores a partir de dados da PROEC-UEMS



No levantamento anual dos bolsistas egressos e por curso da unidade universitária de Dourados. Verificou-se que 5 (cinco) cursos se destacaram em relação às quantidades de bolsistas por curso no período de 2014 a 2018. Em primeiro lugar, o curso de Enfermagem, segundo lugar o curso de Engenharia Ambiental e Sanitária, em terceiro lugar o curso de Química Industrial, em quarto lugar, o curso de Engenharia Física e, por fim, em quinto lugar o curso de pedagogia, conforme gráfico 2.

Conforme dados levantados, verificou-se que no período de 2014 a 2018 foram pagas cerca de 4301 bolsas do Programa PIBEX, o que corresponde ao valor de R\$ 1.720.400,00 (um milhão setecentos e vinte mil e quatrocentos reais) financiados pela UEMS. (PROEC-UEMS, 2019), conforme tabela 1 abaixo:

Tabela 1 – Quantidades de bolsas de extensão por ano, bolsas pagas e investimentos da UEMS nas unidades de Dourados e Ponta Porã 2014 a 2018

<i>Bolsas de Extensão 2014 a 2018 DOURADOS-PONTA PORÃ</i>						
<i>Quantidades</i>	<i>2014</i>	<i>2015</i>	<i>2016</i>	<i>2017</i>	<i>2018</i>	<i>TOTAL</i>
<i>Total bolsas pagas anual</i>	737	1080	708	936	840	4301
<i>Investimento anual da UEMS</i>	R\$294.800,00	R\$432.000,00	R\$283.200,00	R\$374.400,00	R\$336.000,00	R\$1.720.400,00

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da PROEC-UEMS

O processo de seleção de bolsas PIBEX ocorre anualmente, com início das atividades e pagamento no mês de agosto de todo ano, com duração de 12 meses, sem prorrogação, com dedicação de 20 horas semanais nas atividades de bolsistas, com remuneração mensal de R\$ 400,00 (quatrocentos reais). O acadêmico tem como contrapartida desenvolver as atividades junto com seu orientador, elaborar o relatório parcial com seis meses e final com um ano de bolsa, além de apresentar os resultados das atividades de bolsistas no evento de Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão (ENEPEX) da UEMS.

As atividades desenvolvidas pelos os bolsistas no Programa PIBEX, ocorreu nas 8 (oito) áreas da extensão: comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção e trabalho; levando ações à comunidade externa a universidade, momento que ocorre a interação com sociedade, oportunizando o acadêmico vivenciar na prática as mais diversas áreas do conhecimento e conhecer a realidade da comunidade.



5.2 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS

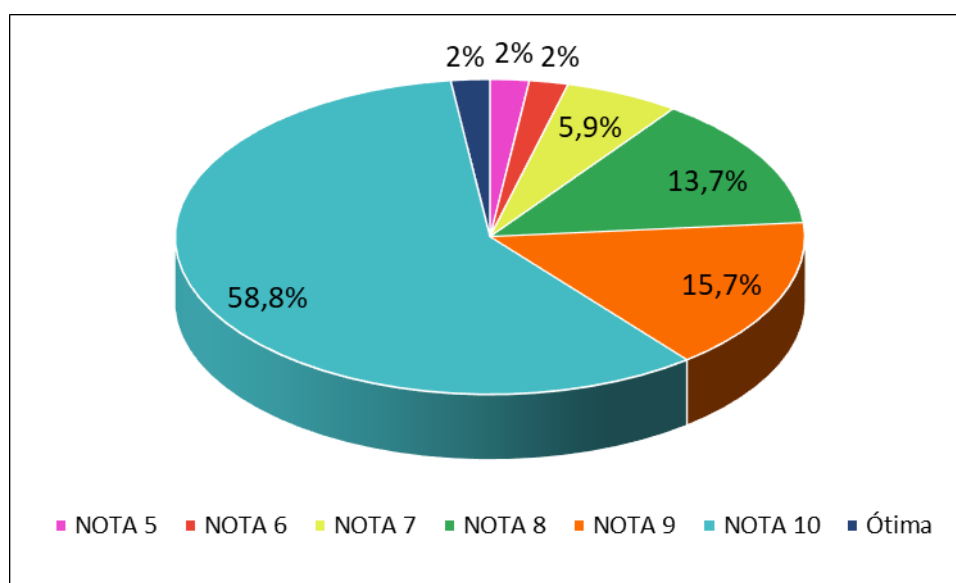
5.2.1 Atuação profissional dos bolsistas egressos na área de formação

Foram identificados na pesquisa que somente 39,6% dos bolsistas egressos estão atuando profissionalmente na área de formação.

5.2.2 Relato sobre a experiência de ter participado do Programa PIBEX

Em relação à questão que perguntava como foi a experiência de ter sido bolsista de extensão na visão do bolsista egresso, tendo sido solicitado ao informante que avaliassem de zero a dez: sendo zero (não contribui em nada); sendo dez (a contribuição foi muito positiva), conforme avaliação percentual no gráfico 4 abaixo.

Gráfico 4 – Avaliação dos bolsistas egressos referente a experiência de participar do Programa PIBEX



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do questionário do google forms.

O Gráfico 4 evidencia que na visão dos bolsistas egressos, foi importante a oportunidade de vivenciar a experiência de ter sido bolsista de extensão (PIBEX), tendo em vista que 58.8% dos respondentes avaliaram que a contribuição foi muito positiva. Na mesma pergunta tinha uma questão aberta para comentarem. Alguns comentários dos alunos que avaliaram a experiência de ter sido bolsista PIBEX, no qual é identificado como E1, E2 e E3:

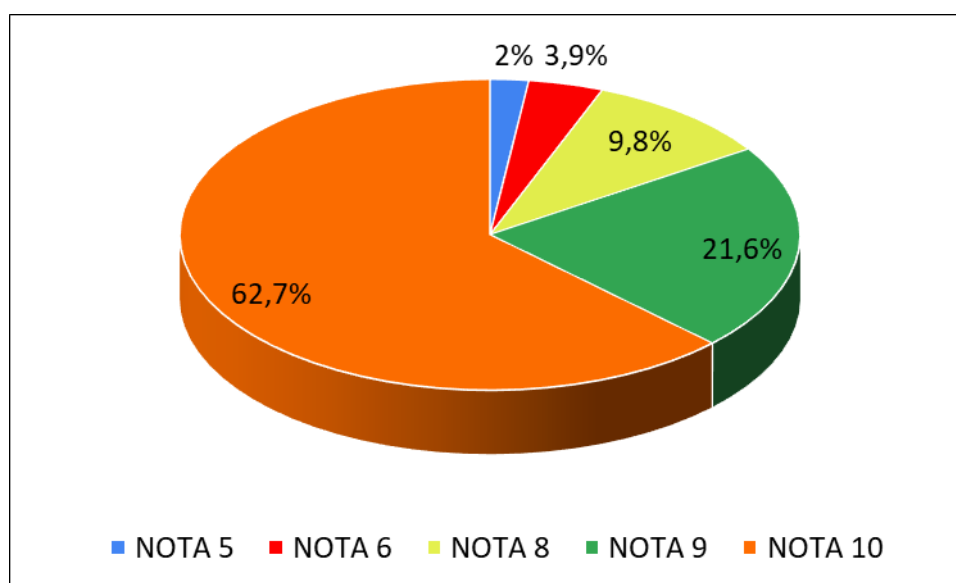


E1 “Meu projeto era relacionado ao ensino de Zoologia em escolas de Ensino Fundamental. A proposta iniciada nesse projeto me motivou a aprofundar minhas pesquisas com o mestrado”; E2 “Foi maravilhosa. Eu pude ampliar meu repertório cultural, vivenciar a realidade das escolas e dos CEIMs. Aprendi a fazer planejamentos, aplicá-los e refletir sobre eles. Eu aprendi com pessoas que tinham mais experiência que eu e com as pessoas que começaram comigo”; E3 “Com as ações do PIBEX pude ampliar meu repertório e articular a teoria aprendida na faculdade com a prática desenvolvida no projeto”.

5.2.3 Identificação da contribuição do Programa PIBEX na formação acadêmica

O gráfico 5 demonstra que 62,7% dos respondentes dos questionários, atribuíram a nota 10 (dez), que significa que a contribuição foi muito positiva na formação acadêmicas dos bolsistas egressos do Programa PIBEX, conforme gráfico 5 abaixo.

GRÁFICO 5 – Contribuição do Programa PIBEX na Formação Acadêmica do egresso



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados do formulário do google forms.

Algumas respostas dos participantes da pesquisa em relação à questão do fato de ter sido bolsista de extensão tenham contribuído na sua formação acadêmica dos egressos, identificados como E4, E5, E6, E7 e E8:

Relatos: E4 “A possibilidade de fazer e levar para além do meio acadêmico uma pesquisa, fez-me repensar, principalmente, a importância do papel da universidade na



sociedade. Então, sim. Ser bolsista de extensão contribuiu muito para minha formação”; E5 “Sem dúvidas, a extensão me proporcionou uma outra visão da saúde pública, e o quão era importante sua execução durante o curso de graduação. Ele me fez enxergar além da sala de aula”; E6 “A extensão me fez enxergar a economia por um lado mais humano, me despertando a paixão pelo curso, algo que não sentia desde quando iniciei a graduação”; E7 “A experiência como bolsista contribuiu muito para minha formação, pois me aproximou da realidade das escolas. Permitiu que eu vivenciasse a ligação entre a teoria e a prática. Hoje, atuando na área da educação, consigo colocar em prática tudo que eu aprendi”; E8 “Atuar na bolsa de Extensão me possibilitou refletir sobre novas possibilidades de práticas pedagógicas, a planejar e replanejar quando necessário. Além disso, as atividades realizadas durante o projeto permitiram um diálogo entre as matérias estudadas no curso e a prática docente. O PIBEX contribuiu para ampliação do meu repertório cultural e também literário”.

5.2.4 Identificação da contribuição do Programa PIBEX na inserção do egresso no mercado de trabalho

A pesquisa buscou por meio do formulário Google Forms identificar se o fato do bolsista ter participado do Programa PIBEX contribuiu para inserção no mercado de trabalho, 51% dos bolsistas egressos responderam que o fato de ter participado do referido Programa, oportunizou o acesso ao mercado de trabalho. Ressalta-se que dos 51 respondentes dos questionários, 9 (nove) responderam que ainda não estão trabalhando. Algumas respostas dos egressos em relação à pergunta: o fato de ter sido bolsista de extensão contribuiu para sua inserção no mercado de trabalho? São relatadas a seguir e identificadas como E9, E10 e E11:

E9 “Meu projeto de Extensão era na área de desenho técnico, assim um dos primeiros empregos foi de desenhista/projetista”; E10 “Através da pesquisa feita durante o período da extensão, obtive a oportunidade de trabalho na secretaria de educação do município onde trabalho até hoje ministrando aulas de Educação Financeira”; E11 “O projeto me possibilitou diferentes experiências e estas contou pontos no momento da entrevista de trabalho”.

5.2.5 A importância do recebimento da bolsa PIBEX para permanência do bolsista na universidade

Embora o objetivo do Programa PIBEX não seja para a permanência do bolsista na universidade, fez parte do formulário Google Forms de pesquisa uma pergunta sobre a importância do recebimento da Bolsa PIBEX para a permanência na instituição. Os dados mostraram que 88,2% dos bolsistas egressos responderam sobre a importância do recebimento destes recursos para a permanência no âmbito acadêmico. Embora não seja o objetivo do Programa PIBEX, foi possível identificar que o programa tem colaborado para a permanência





dos bolsistas conforme relatos dos respondentes apresentados abaixo e identificados como E12, E13, E14, E15, E16, E17, E18 e E19:

E12 “*Todos os meus gastos com a faculdade foram pagos com as bolsas*”; E13 “*Eu iria fazer o curso independente da bolsa, mas tem contribuição muito positiva na formação, pois não basta saber tudo que o curso ensina e não saber aplicar para a comunidade*”; E14 “*Foi importante, porque como vim de fora, toda ajuda financeira era importante. Além disso, era uma forma de incentivar o zelo pelas responsabilidades do projeto*”; E15 “*Sim, pois foi com ela que consegui ficar na faculdade pagando minhas contas e trazendo o alimento para dentro de casa*”; E16 “*Por morar sozinha aqui em Dourados, pois meus pais ficaram em Maracaju, a bolsa me ajudou durante toda a graduação com gastos em cópias, transportes, entre outros, desde o segundo ano, até a conclusão do curso. Pois também fui bolsista PIBIC*”; E17 “*Ajudou muito, principalmente para o deslocamento até a universidade e o local de desenvolvimento do projeto, e algumas despesas pessoais também*”; E18 “*Por mais que o valor seja simbólico, ele foi de grande valia para que eu tivesse condições de permanecer em Dourados visto que sou de SP e sou de uma família classe média baixa*”; E19 “*Por ser de família humilde, a bolsa foi de extrema importância para que eu pudesse continuar em concluir minha graduação*”.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos por meio da avaliação realizada pelo questionário demonstraram que o Programa Institucional de Bolsa de Extensão (PIBEX-UEMS), tem colaborado para o bom desempenho e na formação acadêmica dos bolsistas egressos, conforme retrata o gráfico 5 (cinco) e os depoimentos dos egressos.

Em relação à inserção ao mercado de trabalho, a pesquisa revelou que 51% dos bolsistas egressos responderam que o fato de ter sido bolsista de extensão contribuiu para inserção no mercado de trabalho, fato esse, embora sejam dados ínfima, mas relevante para o Programa PIBEX.

Ainda neste contexto, um dado que chamou a atenção foi o percentual dos respondentes, em relação à questão que indagava sobre a importância do recebimento da bolsa PIBEX para a permanência na Universidade. Embora o objetivo do Programa PIBEX não seja focado para a permanência do bolsista, foi possível identificar que o programa tem colaborado com esta situação, conforme os relatos dos egressos.

A implantação do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX – UEMS) foi de fundamental importância para o desenvolvimento e a realização das ações de extensão universitária na instituição, pois é uma forma de financiamento da extensão.

É importante salientar que este estudo não tem a pretensão de ser exaustivo e acredita-se que os resultados possam sofrer alterações, quando ocorrer aumento do número amostral de





participantes. Esta pesquisa focou apenas aos bolsistas egressos das unidades universitárias de Dourados e Ponta Porã. Sendo assim, como perspectiva de futuras pesquisas, sugere-se que estudos mais amplos sobre o Programa PIBEX, envolvendo todas as unidades universitárias da UEMS, sejam conduzidos. Tais estudos podem contribuir significativamente para o aprimoramento e melhorias no Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX/UEMS).

Por fim, com os resultados obtidos na presente pesquisa, conclui-se que o Programa PIBEX-UEMS, proporcionou impactos positivos na formação acadêmica e na inserção ao mercado de trabalho dos bolsistas egressos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 27 set. 2019.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/dourados/panorama>. Acesso em: 08 dez. 2019.

CORRÊA, Edison José. **Extensão universitária: Organização e Sistematização.** Belo Horizonte: Coopmed, 2007.

FORPROEX. **Avaliação da extensão universitária: práticas e discussões da comissão permanente de avaliação da extensão.** 8. ed. Belo Horizonte: Ufmg, 2013.

FORPROEX, Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária.** 2012. Disponível em: <http://forproexnorte.files.wordpress.com/2012/12/polc3adtica-nacional.pdf>. Acesso em: 27 set. 2019.

MATO GROSSO DO SUL. **Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul,** 2011, p.75. Campo Grande-MS. Disponível em: http://www.tce.ms.gov.br/portal-services/files/arquivo/nome/13_eb70da16c957427669_ea4cc0c428a3fa.pdf. Acesso em: 18 maio 2020.

MATO GROSSO DO SUL. **Decreto nº 7.585, de 22 de dezembro de 1993.** Institui a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, com sede e foro na cidade de Dourados, e dá





outras providências. Disponível em: <http://aacpdappls.net.ms.gov.br/appls/legislacao/secoge/govato.nsf/1b758e65922af3e904256b220050342a/e1aed50e005a4ed604256e2d006986dd?OpenDocument>. Acesso em: 18 maio 2020.

TAVARES, Maria Das Graças Medeiros. **Extensão universitária: novo paradigma de universidade?** Maceió: Edufal, 1997.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul**, para o período de 2009 a 2013. Disponível em: http://www.uems.br/assets/uploads/proap/planejamento/1_2018-06-08_15-00-22.pdf. Acesso em: 19 maio 2020.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Relatório de atividades da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEC) 2018**. Disponível em: http://www.uems.br/assets/uploads/proap/planejamento/1_2019-04-05_16-10-05.pdf. Acesso em: 08 dez. 2019.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Resolução CEPE-UEMS Nº 1.645, de 24 de maio de 2016** Política da Extensão Universitária e a normatização das ações de Extensão – PROEC. Disponível em: http://www.uems.br/assets/uploads/proec/normas_resolucoes/1_2016-11-29_16-30-14.pdf. Acesso em: 08 dez. 2019.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. **Relatório Anual das Atividades Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários**. Ano 2017. (PROEC). Disponível em: http://www.uems.br/assets/uploads/proec/assistencia_estudantil/1_2018-04-17_15-22-15.pdf. Acesso em: 08 dez. 2019.

Recebido em 25/11/2020

Aceito em 02/02/2021





IMPACTO DAS NOVAS TECNOLOGIAS (EM ESPECIAL BIO E TECNO) PARA A COMPREENSÃO DAS IDENTIDADES E DA PESSOA: UMA REVISÃO

IMPACT OF NEW TECHNOLOGIES (IN SPECIAL BIO AND TECHNO) FOR UNDERSTANDING IDENTITIES AND PEOPLE: A REVIEW

Jessica Aparecida Soares¹

RESUMO

O desenvolvimento de novas tecnologias, como a internet, seleção embrionária, interface homem-máquina, modificação genética etc., suscitam debates para o direito, a ética e tantas outras áreas do conhecimento. A partir da visão do indivíduo como ser em autoconstrução, as novas tecnologias contribuem diretamente para a (re)(des)construção da própria pessoa e de sua identidade. Assim, o objetivo deste artigo é identificar e analisar a produção científica sobre o impacto das novas tecnologias (em especial bio e tecno) para a compreensão das identidades e da pessoa. Para tanto foi realizado um levantamento da literatura em junho de 2020, nas bases de dados: Periódicos CAPES, Google Acadêmico e no Repositório Institucional da UFMG. Após aplicação dos critérios de seleção restaram 14 textos que são demonstrados na síntese qualitativa. Os textos demonstram, de forma geral, que as novas tecnologias são colocadas à nossa disposição como ferramenta para a autodeterminação do sujeito, direito que as pessoas têm de se auto interpretar e modificar a sua identidade como quiserem. No entanto, como há poucas pesquisas jurídicas sobre o assunto, é necessário aprofundar as discussões sobre a influência das tecnologias sobre a pessoa e a identidade, a fim de verificar se a sua utilização potencializa a artificialização do ser humano, ou ainda se fere o seu direito a autodeterminação.

Palavras-chave: novas tecnologias; identidade da pessoa; autodeterminação do sujeito; autenticidade; tecnologias de aprimoramento.

ABSTRACT

The development of new technologies, such as the internet, embryonic selection, human-machine interface, genetic modification, etc., raise debates on law, ethics and many other areas of knowledge. From the perspective of the individual as being in self-construction, new technologies contribute directly to the (re) (de) construction of the person and his identity. Thus, the objective of this article is to identify and analyze scientific production on the impact of new technologies (especially bio and techno) for the understanding of identities and the person. For this purpose, a survey of literature was conducted in June 2020, in the databases: CAPES Periodicals, Google Academic and the Institutional Repository of UFMG. After applying the selection criteria, 14 texts were left which are demonstrated in the qualitative synthesis. The texts demonstrate, in general, that new technologies are made available to us as a tool for the subject's self-determination, a right that people have to self-interpret and modify their identity as they wish. However, as there is little legal research on the subject, it is necessary to deepen the discussions on the influence of technologies on the person and identity, in order to verify whether their use enhances the artificialization of human beings, or whether their right to self-determination.

Keywords: new technologies; person identity, subject self-determination; authenticity; improvement technologies.

¹ Mestra em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (2017). Graduada em Direito - Faculdades Unificadas de Foz do Iguaçu (2014). Servidora pública da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA. Professora na UNIFOZ. E-mail: jessica.soares@unila.edu.br





1. INTRODUÇÃO

Os estudos jurídicos sobre o conceito de pessoa são poucos, apesar de dada a importância que a pessoa tem para o direito atual. Brunello Stacioli (2017) faz uma arqueologia do conceito de pessoa, apresentando a pessoa como máscara, prósoyon e pessoa e as origens teológico-cristãs do conceito de pessoa.

Porém, independente da origem do conceito de pessoa, o que nos parece certo é o que expressa Marcel Mauss (2003, p. 385), quando apresenta a pessoa como “um fato fundamental do direito”. Desse modo não há que se falar em direito, sem que haja uma pessoa envolvida na questão jurídica. O direito pressupõe a existência da pessoa.

Apesar de tal importância, as pesquisas jurídicas além de tratar pessoa e identidade como sinônimos, abordam ambos como conceitos autoevidentes, havendo poucos estudos que problematizem os assuntos.

Isso se deve a ideia tradicional de que a pessoa é um indivíduo imutável, estante, que permanece igual ao longo do tempo, livre de transformações. Assim, problematizações sobre a identidade pessoal são, em regra, desconsideradas para o direito (CARVALHO 2017).

A saber, para Nara Pereira Carvalho (2017) “a identidade pessoal concerne a uma pessoa em específico, que é única e diferente dos demais, estando-lhe vinculadas noções como indivíduo, individuação, continuidade pessoal e identificação.”

Com isso, a ausência de discussões jurídicas sobre a pessoa repercute diretamente na identidade pessoal, visto que são noções complementares. Desta forma, raros são os estudos que problematizam a identidade da pessoa (CARVALHO, 2017).

No entanto, na modernidade a pessoa passa a ser vista como um agente de construção, capaz não só de interferir na construção da identidade do outro em sociedade, mas também como um agente de autoconstrução e autocompreensão da pessoa e sua identidade.

Assim, sendo a identidade mutável, e tendo a pessoa e a sociedade um papel crucial para a sua construção, surgem questões relacionadas a influência das novas tecnologias para a compreensão das identidades e da pessoa.

O impacto das tecnologias na vida das pessoas deixa de ser tema exclusivo de debate em livros de ficção científica, surgindo questões práticas e modernas no mundo atual, realidade não ficcional.

O desenvolvimento de novas tecnologias, como a internet, seleção embrionária, interface homem-máquina, modificação genética etc., tornam realidade os cenários fictícios, suscitando debates para o direito, a ética, sociologia, filosofia e diversas outras áreas do conhecimento.



As novas tecnologias contribuem diretamente para a (re)(des)construção da própria pessoa, como agente de transformação da sua realidade e de sua identidade. Nesse contexto a modernidade traz a afirmação da pessoa como agente de autoconstrução.

Desse modo, compreender os impactos das novas tecnologias para a compreensão das identidades e das pessoas, tem um caráter primordial na sociedade atual.

Dito isso, o estudo desse tema é importante pois possibilita dar mais evidência a esta temática que é claramente pouco abordada por estudos jurídicos. A discussão é fundamental, visto que há carência de textos jurídico-científicos que problematizem a identidade e a pessoa e o impacto das novas tecnologias para a sua compreensão.

Assim, o presente estudo pretende identificar e analisar a produção científica sobre o impacto das novas tecnologias (em especial bio e tecno) para a compreensão das identidades e da pessoa. Para tanto, foi feito um levantamento da literatura, disponível no Portal de periódicos CAPES, Google acadêmico e no Repositório institucional da UFMG, dos últimos seis anos, de 2015 a 2020.

Na presente revisão integrativa, após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 14 materiais que trouxeram contribuições para o tema em debate, como poderá ser analisado na leitura integral do estudo.

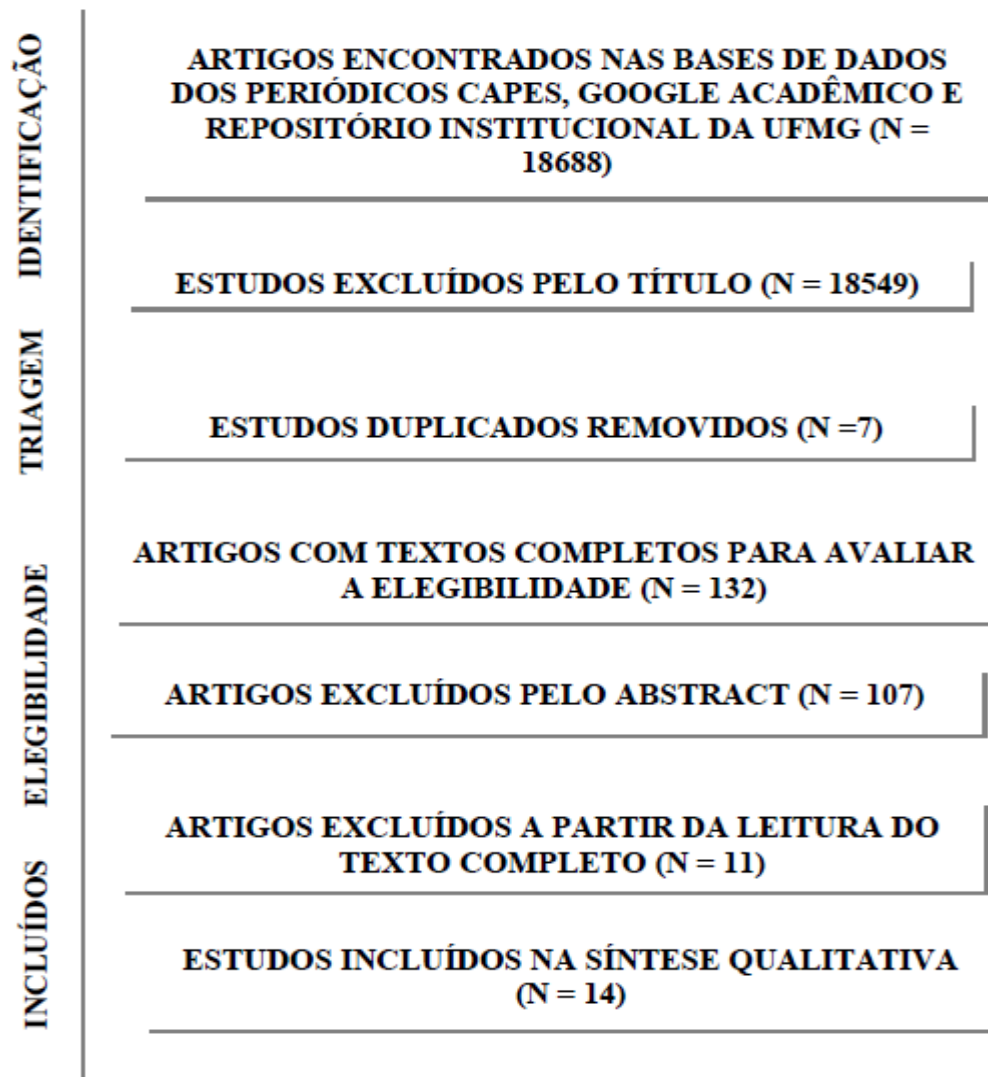
2. MATERIAIS E MÉTODOS

Foi feito um levantamento da literatura em junho de 2020, nas bases de dados: Periódicos CAPES, Google Acadêmico e no Repositório Institucional da UFMG. Os descritores utilizados foram os seguintes: “Identidade” AND “Novas tecnologias” AND “Personalidade” AND “Biotecnologia” AND “Direitos da personalidade” e, em inglês, “Identity” AND “New technologies” AND “Personality” AND “Biotechnology” AND “Personality rights” em todas as bases de dados. Foram selecionados 14 materiais sendo incluídos segundo os critérios de elegibilidade conforme a Figura 1. Os critérios de inclusão foram: materiais nos idiomas inglês, espanhol e português, nos últimos seis anos, de 2015 a 2020, envolvendo o impacto das novas tecnologias (em especial bio e tecno) para a compreensão das identidades e da pessoa. Os critérios de exclusão foram artigos de revisão de literatura.





Figura 1. Fluxograma e critérios de seleção e inclusão dos textos



Fonte: elaboração própria

3. RESULTADOS

Os resultados do presente estudo encontram-se no quadro 1.





Quadro 1 – Demonstrativo dos artigos que integram a Revisão Integrativa

#N	Data	Título	Autores	Periódico	Objetivos
1	2019	O ciborgue no limiar da humanidade: redefinindo a pessoa natural	Hellen Marinho Amorim; Renato César Cardoso	Revista de Bioética y Derecho: Perspectivas Bioéticas	"Discutir acerca do ciborgue como uma nova forma de ser humano e como essa conjectura pode refletir na constituição da pessoa no Direito"
2	2019	A Teoria do Direito, a Era Digital e o Pós-Humano: o novo estatuto do corpo sob um regime tecnológico e a emergência do Sujeito Pós-Humano de Direito	Eduardo C. B. Bittar	Revista Direito e Praxis	"Discutir o estatuto jurídico que se atribuirá ao cyber-corpo."
3	2019	A artificialização e a negação da vida humana: o (des)compasso entre a tecnologia e o direito de viver humanamente	Maiquel Ângelo D. Wermuth; André Giovane de Castro	Revista Brasileira de Sociologia do Direito	"Analisar, inicialmente, a imbricação da vida e da dignidade à luz do direito e da ética e, na sequência, refletir sobre o avanço científico e a possível produção de vida artificial com subsídio em descobertas médicas das últimas décadas e na série britânica Black Mirror."
4	2019	Melhoramento cognitivo e pessoalidade: a ética do uso das <i>smart pills</i>	Isabela Cristina Passos e Possas	Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da UFMG (Repositório Institucional da UFMG)	"Discutir a dinâmica do uso dessas pílulas na cultura ocidental contemporânea guiada pelo conjunto de valores denominado 'Ética da autenticidade' por Taylor (1991)"
5	2019	New Bodies, New Identities? The Negotiation of Cloning Technologies in Young Adult Fiction	Aline Ferreira	Nanoethics	"Examinar a fantasia da extensão da vida permitida através da transferência da consciência para corpos novos e clonados em caso de



#N	Data	Título	Autores	Periódico	Objetivos
					doença, acidente ou velhice.”
6	2018	O corpo-futurível: ensaio sobre as recentes (re)descrições do corpo humano rumo à pós-organicidade	André Gonçalves Ferreira; Renato Cavalcanti Novaes; Monique Ribeiro de Assis; Silvio de Cássio Costa Telles	Porta Aberta	“Caracterizar e discutir um caminho percorrido pelo corpo na sociedade ocidental, da construção do conceito de corpo-propriedade até os dilemas pós-modernos que abriram as portas para uma nova corporeidade”.
7	2018	Desafios éticos das tecnologias de melhoria humano	Rafael Nogueira Furtado	Kínesis - Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia	“Analisar os desafios éticos colocados pelas tecnologias de melhoria humano”.
8	2017	Clonar, testar e substituir: efeitos das tecnologias genéticas sobre a identidade pessoal	Rafael Nogueira Furtado	Filosofia e História da Biologia	“Explicitar os efeitos das tecnologias genéticas sobre a identidade pessoal, analisando-os a partir de três conjuntos de técnicas:” a) abordando as implicações da clonagem reprodutiva para os indivíduos e a sociedade; b) discutindo-se o risco de discriminação decorrente dos testes genéticos; e c) tratando-se das questões legais e sociais decorrentes da substituição mitocondrial, <i>three-person babies</i> , ou seja, crianças portadoras de material genético de três indivíduos.



#N	Data	Título	Autores	Periódico	Objetivos
9	2017	A Pessoa Atravessa o Espelho: (Re)(Des)Construção Ético-Jurídica da Identidade Pessoal	Nara Pereira Carvalho	Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da UFMG (Repositório Institucional da UFMG)	Analisar “a compreensão da identidade pessoal, em um instante e ao longo do tempo, ultrapassando o sentido lógico formal e os critérios filosóficos da continuidade física e psicológica.”
10	2016	Uma abordagem narrativa da bioética: a ética da autenticidade e as tecnologias de aprimoramento	Mateus Stein	Revista PERI	“Mostrar a importância da narrativa para a bioética”
11	2016	Cirurgia transexual: realidade médica, legal e social	Eudes Quintino de Oliveira Júnior; Pedro Bellentani Quintino de Oliveira; Gabriela Bellentani de Oliveira Andrade	Revista jurídica ESMP-SP	“Demonstrar que a proliferação do conhecimento científico, com técnicas cada vez mais aperfeiçoadas, invadindo e desbravando o vasto território ético e moral do homem, provoca, inevitavelmente, mudanças de várias ordens, com alcance até mesmo na definição sexual, nos casos de transexualidade.”
12	2016	A eugenia liberal e o ferimento ao direito à autocompreensão: refletindo o problema com base no pensamento de Jürgen Habermas	Daniela Zilio	Pensando filosoficamente os direitos humanos fundamentais I (Série Ensaios) capítulo de livro.	“Analisar a eugenia liberal a partir do entendimento esposado por Jürgen Habermas na obra ‘O Futuro da Natureza Humana’, principalmente no que diz respeito à possibilidade de que o indivíduo exposto a procedimentos de manipulação genética possa ter ferido o seu direito à autocompreensão e,



#N	Data	Título	Autores	Periódico	Objetivos
					consequentemente, sua dignidade pessoal.”
13	2015	Database Identity: Personal and Cultural Identity in the Age of Global Datafication	Jos de Mul	MAC/ROAD/S	Defender a tese de que bancos de dados, como os encontramos implementados em mídias sociais populares, como o Facebook, cada vez mais transformamos a identidade narrativa do pré-moderno e pessoas e culturas modernas no que podemos chamar de banco de dados identidade.
14	2015	Os direitos à identidade digital e ao acesso à internet como instrumentos de concretização dos objetivos de desenvolvimento do milênio e da democracia	Geovana Maria Cartaxo de Arruda Freire; Tainah Simões Sales	Justiça do direito	“Analisar o surgimento de novos direitos humanos e fundamentais, quais sejam, os direitos à identidade digital e ao acesso à internet, como forma de diminuir a exclusão social e digital, possibilitar maior aquisição de informações, formar indivíduos capazes de contribuir com o surgimento de uma cidadania planetária e fortalecer a construção da ciberdemocracia”.

Fonte: elaboração própria.

4. DISCUSSÃO

O objetivo do presente estudo foi identificar e analisar a produção científica sobre o impacto das novas tecnologias (em especial bio e tecno) para a compreensão das identidades e da pessoa.





Os avanços da tecnologia e os possíveis impactos e repercussões para a sociedade e o meio ambiente estão cada vez mais ganhando foco nas discussões científicas de forma geral. Não só isso, mas, os potenciais impactos para o indivíduo, se transformam em desafios impostos à ética, à bioética e ao biodireito (RODRIGUES, 2016).

O desenvolvimento de novas tecnologias, como a internet, seleção embrionária, interface homem-máquina, modificação genética etc., contribui para a (re)(des)construção da própria pessoa. Assim, a modernidade traz a afirmação da pessoa como agente de autoconstrução.

No entanto, para o “direito ainda prevalece a ideia de que a pessoa é um dado, permanente e imutável” (CARVALHO, 2017, p. 51). Não só isso, há poucos estudos jurídicos que problematizam a identidade, no geral adota-se o posicionamento de que a identidade é um conceito estanque.

Isso se deve ao fato de que identidade e identidade pessoal, são enunciadas em textos acadêmico-jurídicos de modo superficial, e acrítico, “como se seus significados fossem autoevidentes e incontrovertidos” (CARVALHO, 2017, p. 55).

Portanto, cabe uma análise aprofundada do instituto, a fim de viabilizar aplicação jurídica mais adequada dos conceitos, de forma a viabilizar a completa compreensão da identidade como afirmação de autocompreensão da pessoa e de sua dignidade.

O ponto de partida para analisar a influência das novas tecnologias para a identidade da pessoa, passa pela forma de abordar a identidade adotada pelos autores em seus textos, aqui estudados. Desse modo, as discussões a respeito da identidade pessoal são melhor compreendidas analisando a importância e o sentido da identidade (CARVALHO, 2017).

A análise mais completa sobre as formas de abordagem da identidade é apresentada por Nara Pereira Carvalho (2017), que aponta para a identidade numérica, qualitativa, sincrônica e diacrônica.

A partir da definição de cada autor, acerca da abordagem utilizada para a análise da identidade, identifica-se diversas discussões sobre as novas tecnologias e sua influência sobre a identidade da pessoa.

Nesse sentido, Hellen Marinho Amorim e Renato César Cardoso (2019) em “o ciborgue no limiar da humanidade: redefinindo a pessoa natural” analisam a interação da tecnologia com a biologia, por meio do ciborgue como potencial humano.

O corpo, sendo uma das “principais formas de apresentação social” (CARVALHO, 2017, p. 143), foi descrito ao longo do tempo como propriedade, criação cultural e, como ora proposto por André Gonçalves Ferreira, Renato Cavalcanti Novaes, Monique Ribeiro de Assis e Silvio de Cássio Costa Telles (2018), corpo futurível.

A saber, futurível é uma nova forma de descrever o corpo objeto de intervenções tecnológicas, que possibilita novas formas de manifestação da identidade. Desse modo “corresponde às necessidades pós-modernas de edificação sempre provisória da identidade” (FERREIRA; NOVAES; ASSIS; TELLES, 2018, p. 193).



Assim, o corpo é descrito como espaço de consumo, relatando que os avanços tecnocientíficos v.g. fármacos, modificações genéticas, próteses biônicas, cirurgias plásticas etc., transformam o corpo humano, e conseqüentemente a nossa identidade, que é colocada em contínuo processo de mudança (FERREIRA; NOVAES; ASSIS; TELLES, 2018).

Um exemplo disso é o ciborgue, que por meio da interface cérebro-máquina, ou seja, da interação entre ferramenta e biologia, faz surgir seres humanos melhorados de modo a transcender sua natureza biológica, redefinindo a forma de se reconhecer a humanidade e conseqüentemente a identidade pessoal (CARDOSO, 2019).

Neste contexto o direito, a fim de lidar com o ciborgue, não precisa trabalhar com uma renovação da pessoa em si, mas sim precisa lidar com uma ampliação dos modos de ser reconhecido como ser humano. Assim, o direito precisa ampliar o conceito de pessoa, a fim de incluir o ciborgue no rol da humanidade (AMORIM; CARDOSO, 2019).

Já Eduardo C. B. Bittar (2019) discute o novo estatuto do cyber-corpo sob um regime tecnológico e a emergência do Sujeito Pós-Humano. Para o autor a modificação humana por meio da intervenção da techno-ciência, (re)significa a categoria sujeito de direito.

Por isso, o reconhecimento da humanidade do ciborgue (fusão homem-máquina), transcende o corpo físico humano. “A dignidade é um atributo da pessoa humana, não importando a sua qualidade física ou biológica, modificada ou não, ou ainda, a aparência estética do corpo físico” (BITTAR, 2019, p. 956).

Portanto, não se pode afastar a tecnologia da noção de ser humano ou de sua identidade, mas sim, deve-se discutir como o direito pode contribuir, nesse cenário, para a construção do estatuto de proteção do ciborgue e dos novos sujeitos de direito que surgem a partir dos avanços tecnológicos.

Além disso, destaca-se que o uso das tecnologias biomédicas e da informação não se aplicam somente para o tratamento e controle de doenças, podendo a sua utilização ser ampliada para o aperfeiçoamento da espécie humana.

Porém, as técnicas de melhoramento humano não são unanimemente aceitas, tendo em vista os possíveis efeitos negativos decorrentes do processo de melhoria (FURTADO, 2018).

Rafael Nogueira Furtado ao abordar os efeitos das tecnologias genéticas sobre a identidade pessoal, analisa a clonagem reprodutiva, os testes genéticos e a substituição mitocondrial. Neste sentido, o autor faz uma crítica ao essencialismo genético como fundamento da identidade pessoal (FURTADO, 2017).

Dito isso, de um lado, a crítica permite superar certas objeções às tecnologias, de outro lado, alguns problemas éticos permanecem, e demandam futuras e aprofundadas discussões, com a finalidade de maximizar os benefícios e reduzir os riscos do desenvolvimento científico (FURTADO, 2017).

A cirurgia transexual como ferramenta para a autodeterminação do indivíduo, por meio do “ajustamento da realidade sexual daquele que não se identifica com o seu sexo genético e se frustra como ser humano”, é aplicada como meio para se “buscar a identidade



sexual ou de gênero correspondente à sua realidade” (OLIVEIRA JÚNIOR; OLIVEIRA; ANDRADE, 2016, p. 117).

Desse modo, o homem como figura central dessas intervenções é destinatário de procedimentos com vistas a “proporcionar condições mais saudáveis para o desenvolvimento de sua dignidade” (OLIVEIRA JÚNIOR; OLIVEIRA; ANDRADE, 2016, p. 117).

Além disso, grande parte das pesquisas levantadas, abordam a autenticidade como conjunto de valores, a serem adotados para a interpretação da identidade da pessoa, frente ao avanço biotecnológico e tecnológico do ser humano.

Os valores da ética da autenticidade, propostos por Charles Taylor, são utilizados como base para as discussões desenvolvidas por Possas (2019), Carvalho (2017) e Stein (2016) no sentido de que o uso das tecnologias possibilita ao indivíduo a construção da sua identidade, por meio da expressão de sua autocompreensão e autorrealização.

Nesse sentido, as tecnologias de aperfeiçoamento têm sido evocadas para “atender as demandas de uma sociedade cada vez mais complexa” (STEIN, 2016, p. 88).

A saber, Brunello Stancioli e Nara Pereira Carvalho (2011, p. 272) afirmam que a partir do momento em que a ética da autenticidade é vista como parte do fundamento dos direitos da personalidade “a integridade corporal assume novos contornos. Isso porque, ao implicar manifestação, e mesmo afirmação, da liberdade humana, o direito da personalidade deve, antes, possibilitar que cada um se realize pessoalmente.”

A utilização da tecnologia para a modificação humana não é destinada somente para alterar aspectos corporais, como os mencionados anteriormente. Possas (2019) apresenta a utilização das *smart pills* como ferramenta para a melhoria da cognição humana.

Contudo, se analisa a possibilidade de que a utilização dessas pílulas pode configurar uma usurpação da autenticidade, e não a sua conquista. Porém, esses posicionamentos dependem do sentimento externalizado pelo indivíduo que usufrui dos seus efeitos (POSSAS, 2019).

Quanto a eugenia liberal, analisada a partir do entendimento esposado por Jürgen Habermas, conforme salienta Daniela Zilio (2016), esta deve ser cuidadosamente verificada, a fim de que o procedimento não fira o direito do indivíduo à autocompreensão e, conseqüentemente, a dignidade da pessoa modificada na fase pré pessoal.

Esse fenômeno pode ocorrer devido ao indivíduo ter dúvidas e inseguranças originadas pela forma como foi gerado, no sentido de não saber, de fato, quem é, ou quem seria se fosse “fruto do acaso” e não de manipulação genética. Portanto, a dignidade perpassa pela construção da identidade pessoal, pelo modo como o indivíduo enxerga a si mesmo (ZILIO, 2016).

Além disso, algumas pesquisas se utilizam de obras de ficção para a análise do impacto da tecnologia sobre o ser humano, como Wermuth e Castro (2019) e Ferreira (2019), demonstram em seus escritos.





Apesar de a grande maioria das pesquisas aqui analisadas abordarem o papel da biotecnologia, como as tecnologias de aprimoramento físico e cognitivo, para a compreensão das identidades e das pessoas, estudos como de Carvalho (2017), Jos de Mul (2015), e Geovana Maria Cartaxo de Arruda Freire e Tainah Simões Sales (2015), apresentam o papel da internet, ou seja, da rede na (re)construção da identidade pessoal.

A saber, Jos de Mul (2015) relata que a identidade do banco de dados que está sendo construída com a ajuda das mídias sociais é altamente flexível. Possibilitando que os fragmentos espalhados do indivíduo na rede, posteriormente, sejam (re)combinado e recomposto de várias maneiras.

Isso se deve ao fato de que a nossa identidade está sendo reproduzida pelas bases de dados, da forma como nós a criamos, mas não só isso, posto que também decorre de como somos identificados por meio de como os outros nos descrevem (MUL, 2015).

Então, diante da chamada revolução digital surgem novos direitos fundamentais como os direitos à identidade digital e ao acesso à internet. Nesse sentido Geovana Maria Cartaxo de Arruda Freire e Tainah Simões Sales (2015) apresentam o acesso à internet como essencial para a identidade digital e ciberdemocracia.

Neste contexto, as novas tecnologias são instrumentos que possibilitam a revitalização da democracia, por meio da mobilização social no ciberespaço (FREIRE; SALES, 2015).

As discussões apresentadas nos textos aqui analisados corroboram com o que Luciano Floridi manifesta em “The Informational Nature of Personal Identity” (2011).

As tecnologias de informação e comunicação (TIC) entre outras tecnologias de autoconstrução, afetam significativamente quem somos, quem pensamos que somos, quem podemos nos tornar e quem nós pensamos que podemos nos tornar (FLORIDI, 2011)

Com isso, os benefícios e malefícios do avanço científico são apresentados de diversas formas nos textos analisados. De um lado a tecnologia possibilita cuidados para com a vida dos humanos, de outro lado, o avanço pode representar a “objetificação do ser humano” (WERMUTH; CASTRO, 2019, p. 13).

Desse modo, o avanço das novas tecnologias (em especial bio e tecno) deve ser responsável, observando-se as normas jurídicas e éticas nacionais e internacionais, a fim de que seja preservada a dignidade, cuidando para não artificializar a essência da vida humana natural (WERMUTH; CASTRO, 2019).

A possibilidade de autodeterminação humana constitui o argumento principal de defesa das técnicas de melhoramento. Porém, de toda forma, é necessário que sejam desenvolvidas tecnologias seguras e eficazes, com experimentos transparentes e confiáveis, e utilizadas em conjunto com princípios democráticos (FURTADO, 2018).



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente estudo foi identificar e analisar a produção científica sobre o impacto das novas tecnologias (em especial bio e tecno) para a compreensão das identidades e da pessoa. Para tanto, foram analisados 14 textos publicados nos últimos seis anos, de 2015 a 2020, disponíveis no Portal de periódicos CAPES, Google acadêmico e no Repositório institucional da UFMG.

As preocupações sobre os impactos das tecnologias nos seres humanos e na sociedade, deixaram de ser preocupações unicamente ficcionais. A ciência está cada vez mais, influenciando a vida humana e a interação social. Porém, a ficção ainda é utilizada como ferramenta de debate sobre a evolução da tecnologia e suas implicações para a pessoa.

Os avanços da tecnologia suscitam importantes discussões sobre os possíveis impactos e repercussões para a compreensão da identidade e da pessoa. As novas tecnologias, como a internet, seleção embrionária, interface homem-máquina, modificação genética etc., contribuem para a (re)(des)construção da própria pessoa.

No entanto, o direito ainda mantém a ideia de que a pessoa é imutável, incapaz de se transformar com a interação em sociedade ou com a utilização de novas tecnologias. Além disso, há poucos estudos jurídicos que problematizam a identidade, em geral ela é abordada como um conceito estanque, incontroverso e autoevidente, sendo abordada de forma superficial em textos acadêmico-jurídicos.

De forma geral, predomina a interpretação de que as tecnologias são colocadas a nossa disposição, como ferramenta para a autodeterminação do sujeito, direito que as pessoas têm de se autointerpretar e modificar a sua identidade como quiserem.

No entanto, é necessário aprofundar as discussões sobre a influência das tecnologias, a fim de verificar se a sua utilização não artificializa o ser humano, como no caso do ciborgue, ou ainda se fere o direito a sua autodeterminação, no caso da eugenia liberal.

Conclui-se, portanto, que ainda há poucos materiais jurídicos publicados, que se dediquem ao estudo dos impactos e repercussões das novas tecnologias para a compreensão da identidade e da pessoa, sendo necessário que o tema seja aprofundado por meio de estudos diversos e específicos, que abordem as várias possibilidades de aplicação das tecnologias nos seres humanos.

Para tanto, também é necessário abordar a identidade de forma crítica, a fim de compreender como as novas tecnologias podem impactar na compreensão da identidade e da pessoa.

De outro modo, a utilização das novas tecnologias para a modificação da pessoa deve ser responsável, observando-se as normas jurídicas e éticas nacionais e internacionais, a fim de que seja preservada a dignidade, cuidando para não artificializar a essência da vida humana natural e não ferir o direito a autocompreensão da pessoa.



REFERÊNCIAS

AMORIM, Hellen Marinho; CARDOSO, Renato César. O ciborgue no limiar da humanidade: redefinindo a pessoa natural. **Revista de bioética y derecho: perspectivas bioéticas**, Barcelona, n. 46, p. 67-84, 2019. Disponível em: <http://scielo.isciii.es/pdf/bioetica/n46/1886-5887-bioetica-46-00067.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2020.

BITTAR, Eduardo C. B. A teoria do direito, a era digital e o pós-humano: o novo estatuto do corpo sob um regime tecnológico e a emergência do sujeito pós-humano de direito. **Rev. Direito Práx.**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 933-961, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rdp/v10n2/2179-8966-rdp-10-2-933.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2020.

CARVALHO, Nara Pereira. **A pessoa atravessa o espelho: (re)(des)construção ético-jurídica da identidade pessoal**. 2017. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-ASUHYC>. Acesso em: 17 ago. 2020.

FERREIRA, André Gonçalves; NOVAES, Renato Cavalcanti; ASSIS, Monique Ribeiro de; TELLES, Silvio de Cássio Costa. O corpo-futurível: ensaio sobre as recentes (re)descrições do corpo humano rumo à pós-organicidade. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 30, n. 53, p. 181-195, abr. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2018v30n53p181>. Acesso em: 18 ago. 2020.

FERREIRA, Aline. New Bodies, New Identities? The Negotiation of Cloning Technologies in Young Adult Fiction. **NanoEthics**, [S.l.], 13, p. 245-254, 2019. Disponível em: sci-hub.tw/10.1007/s11569-019-00353-4. Acesso em: 19 ago. 2020.

FLORIDI, Luciano. The Informational Nature of Personal Identity. **Minds & Machines**, [S.l.], 21, p. 549-566, 2011. Disponível em: <https://sci-hub.tw/10.1007/s11023-011-9259-6>. Acesso em: 19 ago. 2020.

FREIRE, Geovana Maria Cartaxo de Arruda; SALES, Tainah Simões Sales. Os direitos à identidade digital e ao acesso à internet como instrumentos de concretização dos objetivos de desenvolvimento do milênio e da democracia. **Justiça do direito**, v. 29, n. 3, p. 563-586, set./dez. 2015. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/6686/a6410a89797ac149c1c35e5c6727b8444eea.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2020.

FURTADO, Rafael Nogueira. Clonar, testar e substituir: efeitos das tecnologias genéticas sobre a identidade pessoal. **Filosofia e História da Biologia**, v. 12, n. 1, p. 189-210, 2017.





Disponível em: <http://www.abfhib.org/FHB/FHB-12-1/FHB-12-01-11-Rafael-Nogueira-Furtado.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2020.

_____. Desafios éticos das tecnologias de melhoramento humano. **Kínesis - Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia**, Marília, v. 9, n. 20, p. 235-251, 2017. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/kinesis/article/view/7736>. Acesso em: 17 ago. 2020.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MUL, Jos de. Database Identity: Personal and Cultural Identity in the Age of Global Datafication. **MAC/ROAD/S**, [S.l.], 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/304988228_Database_Identity_Personal_and_Cultural_Identity_in_the_Age_of_Global_Datafication. Acesso em: 17 ago. 2020.

OLIVEIRA JÚNIOR, Eudes Quintino de; OLIVEIRA, Pedro Bellentani Quintino de; ANDRADE, Gabriela Bellentani de Oliveira. Cirurgia transexual: realidade médica, legal e social. **Revista Jurídica ESM-SP**, São Paulo, v. 10, p. 115-130, 2016. Disponível em: http://www.esmp.sp.gov.br/revista_esmp/index.php/RJESMPSP/article/download/310/149. Acesso em: 19 ago. 2020.

POSSAS, Isabela Cristina Passos e. **Melhoramento cognitivo e personalidade: a ética do uso das smart pills**. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/31962>. Acesso em: 17 ago. 2020.

RODRIGUES, Ricardo Alexandre Cardoso. A (r)evolução (bio)tecnológica e a (nova) condição do ser global: vias e reflexões. **Revista Internacional de Pensamiento Político**, Sevilla, v. 11, p. 213-233, 2016. Disponível em: <http://www.revistaidh.org/ojs/index.php/ridh/article/view/74>. Acesso em: 16 ago. 2020.

STANCIOLI, Brunello. **Renúncia ao exercício de direitos da personalidade ou como alguém se torna o que quiser**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2017.

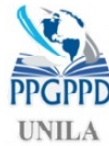
_____; CARVALHO, Nara Pereira. Da Integridade Física ao Livre Uso do Corpo: Releitura de um Direito da Personalidade. In.: TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; RIBEIRO, Gustavo Pereira Leite (Org.). **Manual de Teoria Geral do Direito Civil**. Belo Horizonte: Del Rey, 2011, p. 267-285.

STEIN, Mateus. Uma abordagem narrativa da bioética: a ética da autenticidade e as tecnologias de aprimoramento. **Peri**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 81-103, 2016. Disponível em: <http://www.nexos.ufsc.br/index.php/peri/article/view/1068/843>. Acesso em: 19 ago. 2020.





REVISTA ORBIS LATINA
ISSN: 2237 6976



página 85

WERMUTH, Maiquel Ângelo D.; CASTRO, André Giovane de Castro. A artificialização e a negação da vida humana: o (des)compasso entre a tecnologia e o direito de viver humanamente. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, [S.l.], v. 6, n. 2, 2019. Disponível em: <http://revista.abrasd.com.br/index.php/rbsd/article/view/295>. Acesso em: 17 ago. 2020.

ZILIO, Daniela. A eugenia liberal e o ferimento ao direito à autocompreensão: refletindo o problema com base no pensamento de Jürgen Habermas. *In.*: TRAMONTINA, Robison; SCHMITZ, Gabriele Ana Paula; FROSI, Julio Cesar. **Pensando filosoficamente os direitos humanos fundamentais I**. Joaçaba: Editora Unoesc, 2016. Disponível em: <https://www.unoesc.edu.br/images/uploads/editora/Pensando-filosoficamente-os-direitos-humanos.pdf#page=151>. Acesso em: 19 ago. 2020.

Recebido em 20/11/2020
Aceito em 02/02/2021



Volume 11, Número 01
Janeiro - Junho
2021



INDEXADORES E BASES BIBLIOGRÁFICAS:



Revista Orbis Latina - Disponível no website <https://revistas.unila.edu.br/index.php/orbis>



A SENSIBILIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL PARA A CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE SOB A PERSPECTIVA DOS VISITANTES DO PARQUE DAS AVES

SOCIO-ENVIRONMENTAL SENSITIZATION FOR BIODIVERSITY CONSERVATION AND PRESERVATION FROM BIRDS PARK'S VISITORS PERSPECTIVE

Derliz Hong Hung Moreno¹

Maria Isabel da Silva Teles²

Fabio Henrique Feltrin³

Camila Martins⁴

RESUMO

Na era do *Marketing* alicerçado em propósito, empresas como o Parque das Aves, localizado em Foz do Iguaçu, caracterizam-se pela atuação direcionada à recuperação e manutenção do meio ambiente. Por depender do envolvimento da sociedade, a sensibilização socioambiental passa a ser elemento-chave no cumprimento desta missão. Assim sendo, em 2019, o diagnóstico apresentado a seguir buscou verificar como a Educação Ambiental compõe a trilha sob a perspectiva dos visitantes. Realizado em três fases, o estudo é compreendido por uma pesquisa exploratória, seguida de uma pesquisa qualitativa (por meio de entrevistas com 14 turistas, antes e depois da visita) e uma pesquisa quantitativa na escala Likert (aplicada a 384 pessoas). Este diagnóstico considerou três aspectos: satisfação, educação e diferencial. No eixo de satisfação, constatou-se que o passeio atendeu às expectativas de uma parcela significativa. Conhecer a avifauna local e a sensibilização para a sua conservação foram os temas mais percebidos no aspecto educativo. O trabalho em favor das espécies endêmicas apareceu como o maior diferencial do zoológico.

Palavras-chave: Educação Ambiental; *Marketing*; Biodiversidade.

ABSTRACT

1 Mestrando em Políticas Públicas e Desenvolvimento e pós-graduando em Relações Internacionais Contemporâneas pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), especialista em Gestão Estratégica de *Marketing*, bacharel em Jornalismo e membro do Coletivo Educador Municipal de Foz do Iguaçu. E-mail: derlizmoreno@gmail.com.

2 Mestre em Administração pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: telemabel@gmail.com.

3 Doutorando em Comunicação e Linguagens pela Universidade de Tuiuti do Paraná (UTP). E-mail: fhfeltrin@gmail.com.

4 Doutora em Ensino de Ciências pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: ca_martins16@yahoo.com.br





In the age of purpose-based marketing, companies such as Bird Park (Parque das Aves), located in Foz do Iguaçu (Brazil), are characterized by their actions, aimed at the recovery and maintenance of the environment. For requiring societal engagement, socio-environmental sensitization turns out to be a key element in fulfilling this mission. Therefore, in 2019, the diagnosis presented below sought to verify how environmental education composes the trail from the visitors' perspective. Carried out in three phases, the study is comprised of exploratory research, followed by qualitative research (through interviews with 14 people before and after the visit), and quantitative research, using the Likert Scale (applied to 384 people). This diagnosis considered three aspects: satisfaction, education and differential. In the satisfaction axis, it was found that the walk met the expectations of a significant portion. Getting to know the local bird life and the sensitization towards their conservation, were the most perceived themes in the educational aspect. The work in favour of endemic species of the Atlantic Forest, showed up as the zoo's highest differential.

Keywords: Environmental Education; Marketing; Biodiversity.

1. INTRODUÇÃO AO ESTUDO

Diante das catástrofes e dos crimes ambientais em níveis elevados, cada vez mais, a sociedade global repensa as problemáticas socioambientais e elabora possíveis estratégias com vistas à recuperação da sustentabilidade planetária. Em direção à necessidade emergente de promover reflexões e boas práticas em favor da qualidade de vida no planeta Terra, o estudo em questão põe em tela o *Marketing* aplicado à Educação Ambiental (EA) no setor terciário da economia em Foz do Iguaçu, localizado na região Oeste do estado do Paraná.

Neste contexto, a presente pesquisa, realizada entre maio e novembro de 2019, buscou averiguar como o trabalho de sensibilização socioambiental para a conservação e preservação da biodiversidade realizado pelo Parque das Aves é percebido pelos visitantes, cujo número chegou a aproximadamente 830 mil em 2018. Como vale salientar, o zoológico é um Centro de Conservação Integrada de Espécies da Mata Atlântica em processo de transição de sua missão⁵, agora focada na recuperação e proteção do bioma onde está inserido. Além disso, a empresa também é o segundo local mais visitado pelos turistas no município, precedido pelas Cataratas do Iguaçu, situada dentro do Parque Nacional do Iguaçu (PNI) – Unidade de Conservação (UC) considerada o maior remanescente contínuo de Mata Atlântica da região Sul do Brasil.

Referente ao embasamento teórico no campo da EA, o trabalho se fundamentou, principalmente, nos documentos *Carta da Terra* e *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global*. Para conduzir a pesquisa à luz das recentes abordagens do *Marketing*, os referenciais foram buscados, em grande parte, nas obras de Kotler, Kartajaya e Setiawan.

O estudo foi realizado em três etapas: diagnóstico exploratório, diagnóstico qualitativo e diagnóstico quantitativo – sendo estes dois últimos fundamentados em

⁵ Missão do Parque das Aves: “Cuidar da Mata Atlântica e de todas as suas espécies.”



Malhotra. Inicialmente, verificou-se quais meios de sensibilização estão presentes dentro e fora do Parque das Aves, seja em passeios, mídias digitais, mídias físicas, parcerias, eventos ou formações. As informações coletadas e analisadas foram descritas ao longo deste trabalho, juntamente com os referenciais teóricos.

Como segunda fase da pesquisa, sem levar em conta a faixa etária e escolhidos conforme a disponibilidade de cada um, antes e após a visita, foram entrevistados 14 turistas que estiveram no zoológico pela primeira vez. Finalmente, a terceira fase compreendeu a elaboração de um questionário na escala Likert, embasado no resultado da pesquisa qualitativa. Utilizando a média de 830 mil visitantes registrados em 2018, o instrumento – com 5% de margem de erro e 95% de confiabilidade – foi aplicado a 384 visitantes em geral, por meio da plataforma *Google Forms*.

2. A MISSÃO DE RECUPERAR E PROTEGER A MATA ATLÂNTICA

Unido a outras instituições e iniciativas com o propósito de conservar e preservar a Mata Atlântica, o Parque das Aves atua em ações próprias e conjuntas, bem como na sensibilização socioambiental de seus visitantes: moradores de Foz do Iguaçu, turistas, estudantes e professores. Enquanto conservar, segundo Câmara (1986, p. 561), significa utilizar moderadamente uma floresta, preservar está relacionado a, deliberadamente, mantê-la “intocável, entregue às leis naturais da evolução orgânica e submetida apenas ao manejo indispensável para sua proteção”. A preservação, como esclarece o autor, “é parte integrante da conservação e constitui apenas uma das facetas do conjunto dos procedimentos recomendáveis para a gestão correta dos recursos naturais”.

Considerando-se a missão do Parque das Aves, antes de apresentar o resultado do diagnóstico exploratório, cabe conhecer e compreender a influência da Mata Atlântica no território brasileiro. Precedida pela Amazônia, por ser lar de 8% das espécies do planeta Terra, o bioma⁶ é o mais rico em diversidade biológica, além de contar com a maior quantidade de espécies exclusivas na fauna e na flora. Isto é, espécies endêmicas. Ao todo, 17 estados brasileiros⁷, sendo 14 litorâneos, se localizam no território de abrangência da floresta, que ocupa 15% do país.

Tamanho relevância do bioma, segundo dados da Fundação SOS Mata Atlântica, é evidente ao observar que 72% da população reside neste espaço, o qual também é fonte de subsistência para a economia por meio da água, de atividades agrícolas, do lazer, da

⁶ Fundação SOS Mata Atlântica. **Mata Atlântica**. Disponível em: <<https://www.sosma.org.br/nossas-causas/mata-atlantica/>>. Acesso em: 24 maio 2019.

⁷ Nordeste: Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Centro-Oeste: Goiás e Mato Grosso do Sul. Sudeste: Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Sul: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.



produção de energia elétrica e do turismo. Porém, a qualidade de vida é o principal motor para a preservação da região, por disponibilizar plantas que contribuem no constante avanço da medicina, garantir a fertilidade do solo, regular o clima e possuir numerosos locais em potencial para o Turismo que valoriza o ambiente natural, sendo dois grandes exemplos o Parque das Aves e a área onde estão localizadas as Cataratas do Iguaçu. Para além destes pontos, Câmara (1986, p. 568), ao abordar a floresta amazônica, destaca que “a diversidade de espécies e a diluição das populações são [também] uma proteção contra as possíveis pragas e organismos patógenos”.

Durante sua existência, o Parque das Aves restaurou seus 16 hectares de extensão e plantou milhares de árvores nativas em seu espaço, o que, conforme Brown (2009, p. 242) compõem as “iniciativas essenciais para o restabelecimento da saúde na Terra – e a fundação de uma nova economia”. Hoje, no panorama global, ainda de acordo com o autor, restam apenas quase quatro bilhões de hectares de florestas e, desde o ano de 1990, a diminuição da cobertura de florestas do planeta é de “mais de sete milhões de hectares por ano, com perdas anuais de 13 milhões de hectares em países em desenvolvimento e o replantio de cerca de 6 milhões em países industrializados”.

Considerando-se o território original do bioma, atualmente, somente há 12,4% de floresta remanescente, da qual 80% são áreas sob propriedade privada, conforme informações da Fundação SOS Mata Atlântica. Entre as nove maiores bacias hidrográficas brasileiras, sete são pertencentes à área e três das maiores metrópoles da América do Sul se situam ali. O principal meio para a proteção e a contenção do desmate ilegal do espaço é a *Lei Nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006*, a qual “dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências” (BRASIL, 2006). Com a sanção do documento, este bioma passou a ser o primeiro amparado pela legislação brasileira, o que favorece a dimensão ambiental e, por conseguinte, a dimensão social da região de abrangência.

Focar apenas na degradação do meio ambiente em práticas educativas ambientais, conforme Sato e Passos (2007, p. 23), muitas vezes ofusca a injustiça social em vez de transparecê-la. Como resgatam os autores, “toda miséria humana está intrinsecamente relacionada com os impactos ambientais”, e “a história da civilização do *Homo sapiens* já comprovou que os prejuízos dos danos ambientais recaem sempre nas camadas economicamente desfavorecidas”. Meio Ambiente, como cabe observar, segundo Guimarães (2007, p. 13), é a soma de suas partes e “a interação entre essas partes em inter-relação com o todo, ou seja, é um conjunto complexo como uma unidade que contém a diversidade em suas relações antagônicas e complementares de forma muitas vezes simultânea”.

Observando a influência da Mata Atlântica no território brasileiro e a função vital das florestas protegidas para a qualidade de vida no planeta Terra, conforme aponta o preâmbulo do *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e*





Responsabilidade Global (TRATADO, p. 89), reafirma-se o relevante papel da EA no Turismo que propicia a conexão dos seres humanos com a natureza. Em outras palavras, é de grande valia que experiências contemplativas e/ou de lazer em ambientes naturais sejam, sobretudo, práticas de sensibilização com vistas à recuperação e à proteção dos ecossistemas aquáticos e terrestres.

2.1. O MARKETING APLICADO À EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Concebido para ser um espaço construído sem intervir na fauna e na flora preexistente, o Parque das Aves iniciou sua história em maio de 1993, como resultado de um desejo do casal Anna-Sophie Helene Croukamp e Dennis Croukamp, que adquiriram os 16 hectares de mata nativa logo quando chegaram ao Brasil. Deste total, mais de 50% do espaço é destinado aos trabalhos de abrigo e de recuperação de aves, e o restante permanece como área protegida. No ano seguinte à chegada dos fundadores ao Brasil, em 07 de outubro de 1994, o Centro de Conservação Integrada de Espécies da Mata Atlântica abriu as portas para visitação.

Foram muitas as pessoas e organizações que se uniram aos idealizadores para tornar o empreendimento possível. Zoológicos do Brasil fizeram doações ou emprestaram algumas aves, foram importadas espécies subtropicais de todo o mundo e outros animais foram entregues pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que resgata espécies do tráfico e/ou maus tratos. Atualmente, o Parque das Aves é dirigido por Carmel Angelika Croukamp, filha dos idealizadores do zoológico – o qual, na época em que o estudo foi realizado, contava com 250 colaboradores, distribuídos em 36 departamentos.

Localizado nas cercanias das Cataratas do Iguazu, em 2019, o zoológico abrigava mais de 1.400 animais, de aproximadamente 150 espécies, fazendo dele o maior parque de aves da América Latina e a única instituição voltada à conservação das avifauna da Mata Atlântica. Mais da metade das espécies que vivem ali vieram de apreensões. Visualiza-se, então, que o Centro de Conservação Integrada atende à demanda do Turismo de Experiência e do Turismo Pedagógico – mercados em constante expansão.

Ao analisarem a atual conjuntura do mercado global, Kotler, Kartajaya e Setiawan – nas obras *Marketing 3.0* (2010) e *Marketing 4.0* (2017) – observaram que os clientes passaram a exigir que as empresas não apenas ofereçam produtos e serviços de qualidade, mas que estes contemplem o ser humano em sua plenitude, abrangendo mente, coração e espírito. Buscando “não apenas satisfação funcional e emocional, mas também satisfação espiritual nos produtos e serviços que escolhem”, conforme os autores (2010, p. 3-5), os clientes passaram a escolher “empresas que abordem suas mais profundas necessidades de justiça social, econômica e ambiental em sua missão, visão e valores”.

Um caminho para a diferenciação é solucionar a falta de sustentabilidade





ambiental, considerada por Kotler, Kartajaya e Setiawan (2010, p. 177-192) “um dos maiores problemas globais de nossos tempos”. Reforçado pelos mesmos autores em publicação subsequente (2017, p. 103), o engajamento em causas sociais e ambientais tornam as marcas mais atraentes aos consumidores. O Parque das Aves, por exemplo, busca embasar suas atividades na Educação Ambiental, cuja essência é a sensibilização – a qual gera, conforme Adams (2015, p. 27), “um redespertar para a vida, redescobrimo seus sentidos que, aos poucos, vamos perdendo em uma vida apressada e consumista”.

Tais padrões que predominam a maneira de produzir e de consumir, como consta no documento planetário *Carta da Terra*, “estão causando devastação ambiental, redução dos recursos e uma maciça extinção de espécies. Comunidades estão sendo arruinadas” (CARTA, 2018, p. 95). Assim também, a Educação Ambiental Popular, segundo Moema Viezzer, em depoimento à Moreira (2017, p. 319), tem como premissa básica “de que a transformação do meio ambiente se insere no contexto da transformação da sociedade”. Isto é, a própria sociedade construiu o meio ambiente de hoje, o qual “é marcado pela interferência da diversidade cultural e ideológica e dos conflitos de interesses entre setores sociais”. Na tentativa de conter os prejuízos causados pelo descontrole ambiental, de acordo com Adams (2015, p. 13), “é de responsabilidade da educação inserir atividades que sensibilizem o olhar, o ouvir, o enxergar, o tocar, o cheirar, para transformar posturas e atitudes”.

Zoológicos e aquários, segundo Barongi, Fiskén, Parker e Gusset (2015, p. 17), ao “incutir[em] em todos os visitantes um forte sentimento de emoção sobre e um desejo de cuidar da vida na Terra” criam “uma plataforma sólida para cumprir a promessa de cuidar e conservar a vida selvagem”. Rumo à construção de uma comunidade global sustentável, o Centro de Conservação Integrada de Espécies da Mata Atlântica e outras organizações compartilham um propósito em comum, que pode ser sintetizado pelas considerações finais da *Carta da Terra*: “Que o nosso tempo seja lembrado pelo despertar de uma nova reverência face à vida, pelo compromisso firme de alcançar a sustentabilidade, a intensificação da luta pela justiça e pela paz, e a alegre celebração da vida” (CARTA, 2018, p. 101).

Já no âmbito do relacionamento com os visitantes, o zoológico adota princípios próximos aos da Gestão da Experiência do Cliente (GEC), em detrimento da Gestão do Relacionamento com o Cliente (CRM) – que, conforme Schmitt (2004, p. 25-29), não é voltada ao cliente, por focar em transações, sem considerar a construção de relacionamentos saudáveis. Em direção oposta, a GEC é “uma ferramenta prática de gestão, capaz de mostrar, em detalhes, como proporcionar valor experiencial aos clientes e, em troca, extrair disso valor financeiros para a sua empresa”.

Para serem bem-sucedidas sob o ponto de vista de seus respectivos públicos, conforme Kotler e Armstrong (2003, p. 225-226), as empresas prestadoras de serviços, tal qual o Parque das Aves, necessitam do *Marketing* Interno – que precede o *Marketing*





Externo – e do *Marketing* Interativo. O primeiro se refere a formação e inspiração dos colaboradores que lidam diretamente com o cliente e com o pessoal de serviços de apoio, “no sentido de fornecer satisfação aos clientes”. No *Marketing* Interativo, considera-se “que a qualidade dos serviços depende fortemente da qualidade da interação comprador-vendedor durante a execução deles”, ultrapassando uma simples prestação de serviço com qualidade.

Sustentado nas diretrizes da Associação Mundial de Zoológicos e Aquários (*World Association of Zoos and Aquariums - WAZA*) e da Associação Latinoamericana de Parques Zoológicos e Aquários (*Asociación Latinoamericana de Parques Zoológicos y Acuarios - ALPZA*), o Parque das Aves busca estabelecer parcerias com organizações nacionais e internacionais do mesmo setor. Do mesmo modo, segundo corroboram Kotler, Kartajaya e Setiawan (2017, p. 35), diante da conectividade, “as empresas precisam encarar a realidade de que, para vencer, devem colaborar com grupos externos e até envolver a participação dos clientes”.

Trabalhos cooperativos em rede e a participação em eventos possibilitam o desenvolvimento individual e, conseqüentemente, coletivo do zoológico, por meio do aprendizado gerado a partir das trocas de experiências entre as iniciativas que atuam com o mesmo propósito. Um dever da EA, conforme o *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global*, é justamente “facilitar a cooperação mútua e eqüitativa [sic] nos processos de decisão, em todos os níveis e etapas” (TRATADO, 2018, p. 90).

Ainda sob a perspectiva global, o Parque das Aves incorpora, indiretamente, oito dos 17 objetivos estabelecidos na *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*, proposta em 2015 pela Organização das Nações Unidas (ONU). São eles: 4. *Educação de Qualidade*; 5. *Igualdade de Gênero*; 8. *Trabalho Decente e Crescimento Econômico*; 11. *Cidades e Comunidades Sustentáveis*; 13. *Ação Contra a Mudança Global do Clima*; 15. *Vida Terrestre*; 16. *Paz, Justiça e Instituições Eficazes*; e 17. *Parcerias e Meios de Implementação* (ORGANIZAÇÃO, 2016, p. 15).

Garantir que o planeta Terra caminhe rumo à sustentabilidade demanda, necessariamente, esforços individuais e coletivos da sociedade civil, de grupos e de instituições. Interações para a disseminação de boas ideias e de boas práticas vêm a ser um dos componentes-chave para o eficiente resultado, o qual beneficia todas as formas de vida, que são interdependentes por natureza, formando, como pontua a *Carta da Terra*, “uma comunidade de vida única” (CARTA, 2018, p. 95). No que se refere às atividades individuais do Parque das Aves, a própria experiência das pessoas em contato direto com o meio ambiente, fazendo com que elas se reconheçam como parte dele, busca ser um meio de estimular o engajamento à causa socioambiental.

2.1.1. Turismo de Experiência





Bem como a trilha, o zoológico também oferece o *Backstage Experience* e o *Forest Experience*. Os três passeios unem o Turismo de Experiência e a sensibilização para a conservação e preservação da biodiversidade, sobretudo dos remanescentes da Mata Atlântica. Conforme o *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global*, a EA “deve envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar”, embasado no “pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seu modo formal, não formal e informal, promovendo a transformação e a construção da sociedade” (TRATADO, 2018, p. 90).

Cinco viveiros de imersão⁸ e um borboletário integram a trilha do Parque das Aves, que abriga espécies como arara, coruja, flamingo, harpia, jacutinga, mutum de Alagoas, papagaio e tucano. Répteis como jacaré, jibóia e sucuri também vivem ali. Durante o percurso, há também dois restaurantes e um espaço com balanços. Bem como a trilha, o *Backstage Experience* possibilita acessar locais restritos e alimentar certas aves. Dependendo da época do ano, ainda é possível conhecer a Sala de Filhotes (*Baby Station*), onde ocorre a reprodução para a conservação da avifauna local.

Sem fins lucrativos, o *Forest Experience* proporciona a vivência de uma cerimônia noturna de boas-vindas dos indígenas Mbya-Guarani, da aldeia Jacy Porã, situada no lado argentino do Rio Iguaçu. Geralmente, este passeio inclui dança, janta e ritual do tabaco. Todo valor arrecadado é destinado ao fortalecimento da comunidade dos nativos, com pagamento de cachê para cada índio da atividade e outra parte do recurso é destinada ao Fundo Guarani. Uma vez mais, a EA se faz presente, pois ela também “deve recuperar, reconhecer, respeitar, refletir e utilizar a história indígena e culturas locais, assim como promover a diversidade cultural, linguística e ecológica”, segundo prevê o *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global* (TRATADO, 2018, p. 90).

Da mesma maneira, o Artigo 231 da Constituição da República Federativa do Brasil reconhece “sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (BRASIL, 2016, p. 133). Entretanto, como relembram Grondin e Viezzer (2018, p. 165-230), até a aprovação da declaração, passaram-se cinco séculos de extermínio e genocídio das populações nativas, e a tragédia perdura até hoje. Neste sentido, ainda conforme os autores, “as demandas existenciais dos povos originários necessitam ser tratadas também como assunto dos vários atores sociais que interferem nessas questões. Não é um assunto só deles”.

⁸ Viveiros de imersão do Parque das Aves: Os Pequenos Marrons; Aves de Rios e Mangues; Cecropia (complexo formado por dois viveiros); e Viveiro das Araras.



2.1.2. Turismo Pedagógico, formação continuada e práticas educativas

Entre os 830 mil visitantes recebidos no ano de 2018 pelo Parque das Aves, 30 mil foram atendidos especificamente pelo Departamento de Educação Ambiental, abrangendo um público escolar de todos os níveis e modalidades de ensino, vindos de todas as regiões do Brasil para visitas monitoradas. Há, ainda, programas de EA desenvolvidos para educadores e estudantes de instituições públicas e privadas presentes no município e na região: o programa de formação continuada SOS Fauna, a Colônia de Férias e o projeto Clubinho Guardiões da Mata Atlântica.

Seja em atividades pontuais ou contínuas, o setor propõe a capilarização e o enraizamento dos conhecimentos e saberes nos contextos pessoais, sociais e profissionais dos participantes. Da mesma forma como as organizações que firmaram o *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global*, o Parque das Aves se alinha ao plano de ação deste documento ao “promover e apoiar a capacitação de recursos humanos para preservar, conservar e gerenciar o ambiente, como parte do exercício da cidadania local e planetária” (TRATADO, 2018, p. 91).

Iniciado em 2014, o SOS Fauna é ofertado anualmente aos professores e diretores de colégios estaduais e particulares, em parceria com o Núcleo Regional de Educação (NRE) de Foz do Iguaçu. Desde 2019, a formação continuada também foi estendida aos docentes de escolas da rede pública municipal de ensino; responsável pelo Ensino Fundamental I, do 1º ao 5º ano; e aos educadores em geral. São a proposta deste programa formar multiplicadores voltados à sensibilização socioambiental; tendo como foco o PNI e a Mata Atlântica como um todo; e estimular o Turismo Pedagógico. Entre as instituições apoiadoras da iniciativa estão a Escola Parque (EP), o IBAMA, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

Na mesma linha, o Departamento de Educação Ambiental desenvolve a Colônia de Férias no mês de julho e o projeto anual Clubinho Guardiões da Mata Atlântica, que acontece desde 2018. Ambos oferecem práticas educativas ambientais no contexto do bioma para crianças entre 07 e 10 anos. Cada encontro é realizado em um setor do Parque das Aves, com a proposta de sensibilizar para a causa e fazer com que os participantes conheçam a instituição integralmente, por meio de atividades nas quais os alunos são protagonistas enquanto indivíduos e enquanto coletividade.

2.1.3. A Comunicação aplicada à sensibilização socioambiental

Um componente de grande impacto para a sensibilização socioambiental dentro e fora do zoológico é o Departamento de Comunicações, cujo trabalho se propõe a conquistar apoiadores e mobilizar a sociedade de diversas maneiras. Conservar a





natureza, conforme Câmara (1986, p. 582), “exige [propriamente] a participação ativa de toda a comunidade e o estabelecimento de restrições e atitudes individuais ou de grupos lesivas ao patrimônio comum representado pelos recursos naturais”, necessitando de amparo “em legislação abrangente e apropriada”.

Indo ao encontro da tendência de Comunicação Integrada de *Marketing* (CIM), definida por Corrêa (2004, p. 79) como o fator-chave para que a mensagem chegue com sucesso ao público, são abordados temas como trabalhos de conservação, passeios educativos, pesquisas de campo e tráfico de animais silvestres. Neste sentido, conforme Shimp (2002, p. 39), o resultado vem da soma da uniformidade presente nas mensagens difundidas em todas as mídias, sendo possível observar “que a marca [neste caso, o Parque das Aves] está falando uma única linguagem”.

Em parceria com a agência Fog Branding e Comunicação, equipe do Departamento desenvolve a marca da empresa e suas campanhas e projetos, que podem resultar em adesivos, *folders*, *flyers*, *outdoors*, placas, *posts* para mídias sociais e vídeos institucionais. A propaganda voltada aos negócios turísticos, segundo Cobra (2005, p. 235), “favorece um maior poder da imagem da marca do serviço, gerando um maior poder de mercado”. Bem como as mídias mencionadas, também são produzidos conteúdos para o *blog*⁹ e o *site*¹⁰, *press releases* e revistas impressas. Com a implementação dos materiais, ocorre o monitoramento e a avaliação constante por meio da plataforma *Qualia Analytics*¹¹, que auxilia na medição da efetividade do engajamento.

Na era digital, além do envolvimento em causas, conforme Kotler, Kartajaya e Setiawan (2017, p. 103), os consumidores se atraem por marcas que interagem com personalidades próximas a dos seres humanos – uma característica presente no gerenciamento de mídias digitais do Parque das Aves. Muito antes, no início do século XXI, Middleton (2002, p. 255-256) constatou que, frequentemente, por meio da prática de *Marketing*, as organizações do Turismo se comunicavam com o público a partir da interação pessoal e não pessoal, seja intencionalmente ou não.

3. INSTRUMENTOS DO DIAGNÓSTICO DE PERCEPÇÃO SOCIOAMBIENTAL

Retomando a problemática deste trabalho, elaborou-se uma pesquisa para verificar como os visitantes do Parque das Aves percebem o aspecto de sensibilização socioambiental. Embasado em Malhotra (2012), houve um diagnóstico qualitativo e outro quantitativo acerca da trilha do zoológico, considerando-se que o trabalho de conservação

⁹ *Blog* do Parque das Aves: <https://blog.parquedasaves.com.br/>.

¹⁰ *Site* do Parque das Aves: <https://www.parquedasaves.com.br/>.

¹¹ *Qualia Analytics*: <https://www.qualiaanalytics.org/>.



de espécies da Mata Atlântica, em conjunto com a Educação Ambiental, é um aspecto de diferenciação no setor terciário em Foz do Iguaçu. A escolha da trilha em detrimento dos demais serviços é o fato de este ser o passeio com o maior número de público.

Segundo orienta Malhotra (2012, p. 6-12), a pesquisa de *Marketing* requer “um planejamento sistemático em todos os estágios do processo”, utilizando o método científico para coletar e analisar os dados. Portanto, o estudo deve ser neutro e, “embora a pesquisa seja sempre influenciada pela filosofia de trabalho do pesquisador, ela precisa ser isenta de inclinações pessoais ou políticas do pesquisador ou da gerência”. Finalizando-se as análises, “os resultados obtidos serão usados para tomar decisões que irão resolver problemas específicos de *marketing*” [grifo nosso].

Na primeira fase, foram entrevistados 14 turistas participantes da trilha, independentemente da faixa etária, que estiveram visitando o zoológico pela primeira vez e selecionados conforme a disponibilidade de cada um deles. Para tanto, elaborou-se um questionário composto por sete perguntas não estruturadas, as quais foram aplicadas antes e depois dos passeios. Os visitantes foram convidados no início do passeio e foram aguardados no final da trilha, próximo ao espaço Encontro com as Araras – local concebido para fotografar em meio às aves.

Este tipo de entrevista, de acordo com Malhotra (2012, p. 248), “têm uma influência tendenciosa muito menor sobre a resposta que as perguntas estruturadas”. Com vistas a preservar a espontaneidade dos visitantes, as entrevistas foram registradas por meio de gravação, evitando também, ao máximo, qualquer potencial de tendenciosidade do entrevistador. Garantindo o sigilo dos dados coletados, cada entrevistado assinou duas vias de um *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)*. Um foi entregue ao participante e o outro foi arquivado.

Para o primeiro momento, foram definidas três perguntas, que buscaram conhecer o motivo da visita, a expectativa em relação à trilha e como o local é percebido pelos entrevistados. Na segunda parte, após o passeio, foi elaborado um roteiro contendo quatro perguntas, as quais visaram verificar qual a percepção dos turistas, se eles consideram a trilha como uma atividade educativa e por qual motivo, e qual é o grande diferencial do Centro de Conservação Integrada de Espécies da Mata Atlântica. Referente ao perfil dos visitantes que participaram da etapa qualitativa da pesquisa de percepção, foram levantadas as seguintes informações: idade, origem, estado civil, quantidade de pessoas com quem foi ao zoológico e o grau de parentesco com essas pessoas.

Houve a necessidade de realizar a coleta de dados em duas ocasiões. A primeira se deu na tarde de 13 de setembro de 2019, com a entrevista de 12 visitantes, dos quais dois não puderam concluir a segunda parte devido ao horário de partida do transporte – o que acarretou na desconsideração de seus dados na análise. Foram feitas duas rodadas neste dia, com seis entrevistados em cada uma. Realizada na manhã de 16 de setembro de 2019, a segunda coleta contou com a participação de quatro turistas.





Finalizada a etapa anterior, a partir da análise dos dados qualitativos, construiu-se um questionário quantitativo com perguntas estruturadas na escala Likert, também denominada escala somatória, buscando um resultado conclusivo. Neste sentido, foi feito um cálculo para definir a amostragem probabilística com a média de 830 mil visitantes registrados em 2018.

Estabelecendo-se 5% de margem de erro, chegou-se a três possibilidades para o tamanho da amostra: com 90% de confiabilidade, seria necessário aplicar a pesquisa a 273 visitantes; com 95% de confiabilidade, esse número aumentaria para 384; e com 99% de confiabilidade, um total de 666 visitantes deveriam responder ao questionário. Considerando o tempo disponível para a pesquisa e a intenção de conhecer o resultado mais próximo da realidade, optou-se pela segunda opção e o instrumento foi aplicado *in loco*, por meio da plataforma *Google Forms*, utilizando um *tablet*.

A coleta de dados foi realizada no espaço onde a trilha se encerra, nos dias 15, 16, 17 e 18 de novembro nos períodos da manhã e da tarde, no dia 19 de novembro no período da tarde e no dia 22 de novembro de 2019 no período da manhã. Coletaram-se 53 respostas no primeiro dia, 68 no segundo dia, 75 no terceiro dia, 77 no quarto dia, 58 no quinto dia e 53 no sexto dia. Ressalta-se que todos os entrevistados puderam preencher o questionário por si mesmos e submeter as informações. Para assegurar que não houve duplicidade nas respostas enviadas, em decorrência de eventual erro do sistema utilizado, solicitou-se que os participantes incluíssem um endereço de *e-mail*, o primeiro nome ou apenas caracteres aleatórios.

Homenageando o criador Rensis Likert, segundo Malhotra (2012, p. 221-222), a escala em questão “exige que os entrevistados indiquem um grau de concordância ou discordância com cada uma de uma série de afirmações sobre objetos de estímulo”, sendo possível assinalar cinco tipos de resposta, os quais correspondem aos escores numéricos de -2 a +2 ou de 1 a 5 – como foi neste diagnóstico.

As opções para cada pergunta foram: 1 = discordo totalmente; 2 = discordo parcialmente; 3 = não concordo nem discordo; 4 = concordo parcialmente; e 5 = concordo totalmente. Foram formuladas um total de 15 afirmações, que analisaram os eixos de satisfação, de educação e de diferencial do Parque das Aves. Podendo selecionar múltiplas alternativas, também perguntou-se com quem o participante visitou o zoológico, quem recomendou e qual o motivo da visita.

4. EXPOSIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Em ambos os diagnósticos – qualitativo e quantitativo – deste estudo com os visitantes do Parque das Aves, a sensibilização socioambiental para a conservação e preservação da biodiversidade foi percebida em diversos graus pela maioria dos entrevistados. O aspecto educativo também foi observado, sob a ótica dos participantes da





pesquisa, no sentido de contar a história do zoológico e de conhecer espécies da fauna e da flora abrigadas pela Mata Atlântica. A seguir, apresentam-se os resultados obtidos e a análise dos dados.

4.1. DIAGNÓSTICO QUALITATIVO

Em relação ao perfil dos visitantes que participaram da etapa qualitativa da pesquisa, um esteve no zoológico com sete colegas de trabalho e os outros 13 com estiveram acompanhados de seus respectivos cônjuges ou companheiros. Um deles tinha dois filhos pequenos, enquanto outros três casais tinham apenas uma criança. Nove eram brasileiros, quatro eram argentinos e um era israelense. Entre os brasileiros, três eram de São Paulo (São Paulo), um de Franca (São Paulo), um de Presidente Prudente (São Paulo), um de Valinhos (São Paulo), um do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), um de Salvador (Bahia) e um de Curitiba (Paraná). Quanto aos visitantes estrangeiros, dois eram de Mendoza (Argentina), um era de Comodoro Rivadavia (Argentina), um era de Salta (Argentina) e um era de Tel Aviv (Israel). A faixa etária variou de 25 a 69 anos, dos quais dois tinham 33 anos, outros dois tinham 46 anos e os demais tinham 25, 26, 28, 34, 36, 48, 55, 56, 62 e 69 anos de idade.

Valorização das belezas locais do continente latino-americano, recomendação da agência de turismo e/ou de conhecidos e indicação na internet foram alguns dos motivos citados para a opção por este passeio. Uma característica apontada com frequência como sendo a singularidade do local também esteve entre os motivos mencionados: a biodiversidade encontrada em um ambiente natural com pouca interferência humana, onde é possível ter contato próximo com as aves e outros animais, os quais são mantidos soltos na floresta ou em viveiros – quando estes não estão adaptados à vida silvestre.

São alguns exemplos as declarações do Turista IV: “A sensação é única, a sensação de liberdade, eu estou entrando no espaço deles, eu sou a turista aqui”; do Turista XII: “Já visitei outros lugares, e nenhum tem essa vivacidade como a gente tem aqui, o cuidado e as surpresas mesmo, de ser um lugar completamente livre”; e do Turista XIII: “Você vê muita natureza de forma crua, digamos assim. Óbvio que tem a intervenção humana, mas de forma mais crua possível, e isso faz a gente se sentir melhor, mais à vontade, mais relaxado, mais tranquilo”. Como observado pela Turista IV, a natureza plena ali presente se sobrepõe aos atrativos artificiais replicáveis, cujos serviços podem ser encontrados em outros destinos turísticos. Inclusive, como expõe Brown (2009, p. 208-209), “evidências indicam que há uma necessidade humana inata por contato com a natureza”, e a falta desta interação afeta o bem-estar.

Traçando um comparativo entre a percepção antes e após o percurso no Parque das Aves, constatou-se que as expectativas dos 14 entrevistados foram correspondidas e/ou superadas. No primeiro contato, por outro lado, a atuação em prol da manutenção do





meio ambiente e o enfoque de sensibilização para a causa não aparecem direta ou indiretamente em grande parte das entrevistas. Estes aspectos somente viriam a aparecer com maior intensidade nas respostas obtidas no fim do passeio, inclusive antes de indagar diretamente acerca do viés educativo.

O encantamento pelos componentes da trilha e a admiração pelo trabalho de conservação de espécies foram, de acordo com os relatos, sentimentos recorrentes entre os turistas pesquisados. Belezas naturais, sejam elas de plantas ou de animais, para fotografar e/ou vivenciar uma experiência memorável, somados à qualidade no atendimento e na manutenção dos espaços, contribuíram para que estes visitantes se tornem possíveis porta-vozes da marca. No *Marketing 3.0*, de acordo com Kotler, Kartajaya e Setiawan (2010, p. 59), as empresas devem compreender que é praticamente impossível controlar suas marcas, tendo em vista que elas passam a pertencer aos clientes. Portanto, “a missão da marca agora passa a ser missão deles. O que as empresas podem fazer é alinhar suas ações com a missão da marca”.

Desdobrando-se no *Marketing 4.0*, os autores (2017, p. 27) observam que opiniões advindas da sociedade (amigos, familiares e contatos nas mídias sociais) agora possuem mais credibilidade do que as mensagens publicitárias e de especialistas. Assim sendo, um componente-chave para o estreitamento de laços entre as marcas e seus clientes é incorporar valores na cultura da empresa, o que “não tem a ver com medidas de relações públicas das empresas” (KOTLER, KARTAJAYA e SETIAWAN, 2010, p. 22). Conforme os mesmos autores (2010, p. 60), “criar uma boa missão significa apresentar uma nova perspectiva de negócios que pode transformar a vida dos consumidores” – o que, neste caso, amplia-se para a transformação socioambiental em nível global.

Sob o olhar dos visitantes, a partir de placas explicativas e instrutivas, o aspecto educativo foi percebido em diversas perspectivas, tais quais: conhecer as espécies da fauna, sensibilização para a sua conservação, sensibilização para o combate ao tráfico de animais silvestres e sensibilização para a recuperação e proteção da biodiversidade, em especial, a Mata Atlântica. Estes entendimentos, segundo discorre o preâmbulo da *Carta da Terra* (CARTA, 2018, p. 95), são cruciais para que haja um futuro sustentável arraigado “no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça econômica e numa cultura da paz” – o que depende da união de forças.

Mencionam-se, nestes eixos, as palavras do Turista V: “As aves tem que ser preservadas, se não preservar, como é que a gente vai ser isso daqui 15, 20, 50 anos?”; do Turista IX: “Você tem diferentes tipos de aves, e você não as encontra em todo lugar. Então, esse é um dos lugares onde eles [os turistas] podem aprender sobre a ave¹²” (tradução nossa); do Turista X: “Os livros nos trazem que a Mata Atlântica está sendo devastada, mas aqui você percebe como os animais sofrem. Nossa, eu até me emocionei.

¹² “You have different kinds of birds, and you don't see them everywhere. So, that's one of the places where they [the tourists] can learn about the bird.” (Turista IX)



Então, eu acho que esse trabalho do Parque é fundamental para eles não morrerem”; e do Turista XII: “As informações que eles passam em cada setor, de cada ave, [o Parque das Aves] dá muitas informações e especificações de cada espécie”.

O registro da história do Parque das Aves foi outro tema considerado educativo na perspectiva dos turistas – fator que completa os três pilares de uma “boa missão” apontados por Kotler, Kartajaya e Setiawan (2010, p. 60). Compõem estas características: “criar práticas inovadoras”, “difundir histórias que emocionam as pessoas” e concretizar *empowerment* do consumidor” [grifo nosso]. Neste sentido, apresentam-se as afirmações do Turista XI: “Tem placas aí todo momento aí explicando um pouco da história daqui, das aves, da extinção que está. Muito legal”; e do Turista X: “Nós vimos a história aqui no final, bem bacana [...]. E, como ela [fundadora Anna Croukamp] mesmo disse: – Há muito ainda o que fazer”.

No que tange o foco deste estudo, a sensibilização socioambiental foi percebida para além da defesa dos remanescentes da Mata Atlântica, abrangendo sua fauna e flora. Constatou-se, em grande parte das entrevistas, a conexão humana com a natureza. Isto significa dizer, conforme a colocação do Turista II, que a trilha do Parque das Aves “é mais do que educativa, é mais. É para a alma¹³” (tradução nossa). Denotou-se que, em variados graus de percepção, este aspecto transversaliza e compõe o percurso – o qual é visto como um passeio de lazer e de contemplação associado à EA. Esta, por sua vez, “deve [precisamente] converter cada oportunidade em experiências educativas”, como aponta um dos princípios do *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global* (TRATADO, 2018, p. 91).

Quando feita esta pergunta, destacam-se as respostas do Turista VI: “Ele [o Parque das Aves], parece um santuário. Ele é dedicado ao cuidado das aves, é muito bonito isso. E poder ficar bem perto, e todo mundo respeitar a distância”; do Turista X: “Eu acho que preservar os animais mesmo, principalmente os que estão em extinção e socorrer aqueles que sofrem maus tratos”; e do Turista XII: “Já visitei outros lugares, e nenhum tem essa vivacidade como a gente tem aqui, o cuidado e as surpresas mesmo, de ser um lugar completamente livre”. Como discorrido no início deste trabalho, conforme Kotler, Kartajaya e Setiawan (2010, p. 4), a “satisfação espiritual” proporcionada pela trilha atende à demanda dos consumidores que “estão em busca de soluções para satisfazer seu anseio de transformar o mundo globalizado num mundo melhor”.

Já quando perguntado se a trilha do Centro de Conservação Integrada de Espécies da Mata Atlântica é, de fato, educativa, alguns entrevistados sugeriram a presença de um monitor que reforce e complemente as informações contidas nas placas do percurso, tal qual ocorre quando grupos escolares visitam o Parque das Aves. Entre os pontos que poderiam ser abordados, segundo os turistas pesquisados, foram mencionadas as características de cada espécie, respeito à vida silvestre, combate à caça e meios de como

¹³ “Es más que educativa, es más. Es para el alma” (Turista II).



a sociedade pode contribuir para a conservação das aves em extinção.

4.2. DIAGNÓSTICO QUANTITATIVO

Assim como constatado na etapa qualitativa desta pesquisa de percepção, na etapa quantitativa, a maior parte do público também era composta por famílias que viajavam a lazer e a passeio, seguido por amigos com o mesmo propósito. Um total de 280 pessoas estiveram no zoológico com seus familiares (72,9%), 83 com amigos (21,6%), 25 com colegas de trabalho e/ou de estudo (6,5%) e 12 pessoas (3,1%) fizeram o passeio sozinhas. Dos participantes da pesquisa quantitativa, 307 eram brasileiros (79,9%), 48 eram da Argentina (12,5%), 12 de outros países da América do Sul (3,1%), nove da Europa (2,3%), quatro da América do Norte (1%) e três da América Central (0,8%). Referente à faixa etária, 123 tinham entre 31 e 40 anos (32%), 111 entre 18 e 30 anos (28,9%), 69 entre 41 e 50 anos (18%), 39 entre 51 e 60 anos (10,2%), 32 tinham menos de 18 anos (8,3%), sete entre 61 e 70 anos (1,8%) e três tinham mais de 70 anos (0,8%).

Em relação à recomendação, 217 foram ao Parque das Aves por indicação de familiares, amigos e/ou conhecidos (56,5%), 114 por indicação na internet (29,7%), 51 por indicação de agência de turismo (13,3%), 39 por indicação de agentes de viagens e/ou guias de turismo (10,2%) e dez por indicação de motoristas de aplicativos (2,6%). Uma parte dos que assinalaram a afirmação com maior representatividade, conforme vale destacar, estavam retornando ao zoológico em razão de uma boa experiência anterior, não havendo, portanto, forte influência de outros fatores na decisão de fazer a visita.

Opiniões familiares e amigos, segundo Kotler, Kartajaya e Setiawan (2017, p. 40), são o segundo fator que influenciam a decisão de compra pelos consumidores, sendo o primeiro as comunicações de *Marketing* e o terceiro os “conhecimentos e um sentimento em relação a determinadas marcas baseados em experiências prévias”. Ainda de acordo com os autores, no atual contexto planetário, em decorrência da conectividade, os consumidores dependem fortemente de opiniões de terceiros, o que também pode fazê-los transpor suas próprias preferências e as comunicações. Em publicação anterior, Kotler, Kartajaya e Setiawan (2010, p. 20) afirmaram que “proporcionar significado é a futura proposição de valor do *marketing*” [grifo nosso], pois os consumidores agora buscam “experiências e modelos de negócios que toquem seu lado espiritual”.

No que se refere ao motivo da visita, 172 disseram ter visitado para conhecer as belezas naturais de Foz do Iguaçu (44,8%), 138 afirmaram ter ido ao zoológico devido à visita às Cataratas do Iguaçu (35,9%), 116 para ter contato próximo com os animais (30,2%), 103 para contemplar as belezas naturais do território (26,8%), 90 para conhecer o trabalho de conservação de espécies (23,4%), 89 devido à variedade de espécies de animais (23,2%), 86 para conhecer as diferentes espécies de animais (22,4%), 78 por ser um bom local para fotografar (20,3%), 41 por conta do engajamento da empresa com a



questão socioambiental (10,7%), 34 devido à variedade de espécies de plantas (8,9%) e 30 para conhecer as diferentes espécies de plantas (7,8%).

Sobre a trilha ter atendido as expectativas dos entrevistados, 294 concordaram totalmente (76,6%), 67 concordaram parcialmente (17,4%), oito discordaram totalmente (2,1%), oito discordaram parcialmente (2,1%) e sete não concordaram nem discordaram (1,8%). Haja vista este dado expressivo, pode-se dizer que a experiência satisfatória pode criar defensores da marca – que é vital neste cenário caracterizado pela conectividade, onde, como observam Kotler, Kartajaya e Setiawan (2017, p. 42), “conselhos de estranhos podem ser mais confiáveis do que a recomendação de uma celebridade” e “clientes considerados fiéis a uma marca estão dispostos a endossá-la e recomendá-la aos amigos e à família”. Quando questionados quanto à superação das expectativas, 211 concordaram totalmente (54,9%), 118 concordaram parcialmente (30,7%), 38 não concordaram nem discordaram (9,9%), 15 discordaram parcialmente (3,9%) e dois discordaram totalmente (0,5%).

Já na afirmação sobre a trilha ser educativa, 250 concordaram totalmente (65,1%), 103 concordaram parcialmente (26,8%), 23 não concordaram nem discordaram (6%) e oito discordaram parcialmente (2,1%). Apesar do baixo índice de indiferença e de discordância, estes números podem indicar a necessidade de fortalecimento do eixo educativo a partir de elementos sugeridos mais adiante. Em relação ao passeio educar no sentido de conhecer a história do Parque das Aves, 190 concordaram totalmente (49,5%), 138 concordaram parcialmente (35,9%), 33 não concordaram nem discordaram (8,6%), 18 discordaram parcialmente (4,7%) e cinco discordaram totalmente (1,3%).

No quesito de ser educativa para conhecer diferentes espécies de aves e seus nomes, 301 concordaram totalmente (78,4%), 74 concordaram parcialmente (19,3%), cinco não concordaram nem discordaram (1,3%) e três discordaram parcialmente (0,8%). Referente à presença da Educação Ambiental por meio da sensibilização para a conservação de espécies de animais, 278 concordaram totalmente (72,4%), 81 concordaram parcialmente (21,1%), 21 não concordaram nem discordaram (5,5%), dois discordaram parcialmente (0,5%) e dois discordaram totalmente (0,5%). Desde o início da vida no planeta Terra, conforme resgata Câmara (1986, p. 563), “o extermínio maciço de espécies e, mesmo, de ecossistemas inteiros [...] representa, muito provavelmente, o mais intenso dos episódios de extinção já ocorridos”.

Perguntados sobre a trilha ser educativa no sentido de sensibilizar para a conservação de espécies de plantas, 223 concordaram totalmente (58,1%), 105 concordaram parcialmente (27,3%), 40 não concordaram nem discordaram (10,4%), dez discordaram parcialmente (2,6%) e seis discordaram totalmente (1,6%). Mesmo constatando que uma significativa parcela dos entrevistados percebeu este aspecto, enquanto respondiam ao questionário, alguns destes sugeriram incluir placas explicativas para as espécies de árvores e de plantas ali presentes.





Com relação à existência de aspectos de sensibilização para a conservação e preservação de florestas, 235 concordaram totalmente (61,2%), 112 concordaram parcialmente (29,2%), 24 não concordaram nem discordaram (6,2%), sete discordaram parcialmente (1,8%) e seis discordaram totalmente (1,6%). Hoje, de acordo com Brown (2009, p. 250), “a derrubada de florestas [um dos fatores para a alteração climática] impõe-se como um desafio global na medida em que ultrapassa os interesses e preocupações nacionais”.

Junto à expansão da espécie humana e à pressão exercida sobre os ecossistemas naturais, de acordo com Câmara (1986, p. 562), as florestas são reduzidas gradualmente, bem como “degradam-se os ambientes que condicionam a existência das demais formas de vida”. Neste sentido, a EA, seguindo-se um dos princípios do *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global*, deve propiciar o desenvolvimento de uma compreensão ética em relação a “todas as formas de vida com as quais compartilhamos este planeta, respeitar seus ciclos vitais e impor limites à exploração dessas formas de vida pelos seres humanos” (TRATADO, 2018, p. 91).

Sendo um dever comum proteger o meio ambiente planetário para assegurar a qualidade de vida, conforme consta na *Carta da Terra* (CARTA, 2018, p. 95), denota-se que o Parque das Aves obtém bons resultados ao educar e sensibilizar os visitantes na questão socioambiental. Ainda de acordo com o mesmo documento, recuperar a sustentabilidade do planeta exige a “preservação de uma biosfera saudável com todos seus sistemas ecológicos, uma rica variedade de plantas e animais, solos férteis, águas puras e ar limpo”.

Do total de entrevistados, ao responderem a pergunta sobre o aspecto educativo em passeios de lazer ser relevante, 262 concordaram totalmente (68,2%), 91 concordaram parcialmente (23,7%), 13 não concordaram nem discordaram (3,4%), 12 discordaram totalmente (3,1%) e seis discordaram parcialmente (1,6%). Referente à presença de um monitor específico em cada viveiro a fim de reforçar e complementar as placas educativas, 240 concordaram totalmente (62,5%), 95 concordaram parcialmente (24,7%), 35 não concordaram nem discordaram (9,1%), dez discordaram parcialmente (2,6%) e quatro discordaram totalmente (1%). Este ponto, como vale mencionar, também foi salientado por alguns participantes da pesquisa durante a aplicação do questionário.

Indagando-se a respeito da variedade de espécies de animais e de plantas ser um diferencial do Parque das Aves, 262 concordaram totalmente (68,2%), 99 concordaram parcialmente (25,8%), 18 não concordaram nem discordaram (4,7%), quatro discordaram parcialmente (1%) e um discordou totalmente (0,3%). Quanto ao trabalho de conservação de espécies ser um diferencial do zoológico, 285 concordaram totalmente (74,2%), 73 concordaram parcialmente (19%), 22 não concordaram nem discordaram (5,7%), três discordaram parcialmente (0,8%) e um discordou totalmente (0,3%).

Outro aspecto posto como possível diferencial foi o ambiente com pouca





interferência humana, em que 235 concordaram totalmente (61,2%), 112 concordaram parcialmente (29,2%), 20 não concordaram nem discordaram (5,2%), 12 discordaram parcialmente (3,1%) e cinco discordaram totalmente (1,3%). Também foi questionado sobre a manutenção dos espaços enquanto diferencial do Centro de Conservação Integrada, em que 260 concordaram totalmente (67,7%), 97 concordaram parcialmente (25,3%), 20 não concordaram nem discordaram (5,2%), cinco discordaram parcialmente (1,3%) e dois discordaram totalmente (0,5%). Por fim, perguntou-se em relação ao atendimento ser um diferencial, e 186 concordaram totalmente (48,4%), 124 concordaram parcialmente (32,3%), 56 não concordaram nem discordaram (14,6%), 16 discordaram parcialmente (4,2%) e dois discordaram totalmente (0,5%).

Frente aos resultados obtidos por meio deste diagnóstico quantitativo, observou-se que os três eixos analisados – satisfação, educação e diferencial do Parque das Aves – apresentaram um resultado positivo. No âmbito satisfação, é evidente que a trilha do zoológico atendeu às expectativas da maioria dos visitantes, apesar de não superar da mesma maneira. Já no segundo aspecto, definido como o foco deste estudo, a maioria considerou o percurso educativo, principalmente no sentido de conhecer a avifauna local e de sensibilizar para a proteção dessas espécies de animais. Referente ao terceiro eixo, o trabalho de conservação foi fortemente apontado como o maior diferencial da empresa, seguido pela biodiversidade e pela manutenção dos espaços, respectivamente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo desenvolvido no Parque das Aves, em Foz do Iguaçu, possibilitou ampliar o conhecimento dos múltiplos olhares de seus visitantes, sobretudo, no que tange a sensibilização socioambiental para a conservação e preservação da biodiversidade. Buscando compreender a questão no contexto da trilha, o diagnóstico trouxe novas contribuições a partir da coleta e análise dos dados, considerando os eixos: satisfação, educação e diferencial.

No decorrer desta pesquisa de percepção, tanto na etapa qualitativa – com 14 turistas – quanto na etapa quantitativa – com uma amostragem de 384 visitantes – pôde-se constatar a Educação Ambiental como um dos componentes-chave para a efetiva gestão desta marca. Arraigada em seu propósito de somar esforços em prol da qualidade de vida, o Centro de Conservação Integrada de Espécies da Mata Atlântica se caracteriza por uma atuação de impacto sistêmico e planetário, não apenas local e limitada à lucratividade em decorrência da satisfação dos clientes.

Com a aplicação da pesquisa qualitativa antes do passeio, percebeu-se que a Comunicação tem influenciado positivamente a imagem de marca do zoológico para quem visita pela primeira vez – seja por recomendação de alguém ou por anúncios em mídias físicas e digitais. Momentos antes de conhecer o Parque das Aves, boa parte dos





turistas percebeu a beleza do conjunto formado pelos elementos componentes da trilha e a variedade de aves.

Incluindo a contínua busca por qualificação e o aperfeiçoamento dos serviços, a organização incorpora, por conseguinte, o *Marketing 3.0* – voltado ao ser humano em sua plenitude – e o *Marketing 4.0* – em que a *internet* exerce ainda mais influência na sociedade global. Na perspectiva dos visitantes, tal como observado em ambas as etapas, os valores da cultura empresarial se refletem nos múltiplos aspectos da experiência vivenciada no zoológico.

Fazem parte destes fatores a publicidade, a propaganda, a interação *on-line*, o atendimento, a prática de bem-estar animal, a manutenção dos espaços e o trabalho de conservação de espécies endêmicas do bioma no qual está inserido – o grande diferencial do zoológico sob a perspectiva dos visitantes entrevistados. Vale ressaltar que a maioria percebeu o passeio educativo no sentido de conhecer a avifauna local e, em segundo lugar, de sensibilizar para a conservação de espécies de animais – o qual, por sua vez, é um dos fatores que conduz o planeta Terra à sustentabilidade socioambiental.

Hoje, a dinâmica da sociedade em nível global propiciou que marcas sejam concebidas e atuem de acordo com propósitos intrínsecos de seus idealizadores. O Parque das Aves, conforme observado neste diagnóstico, tem como maior diferencial percebido pelos visitantes sua própria missão: “Cuidar da Mata Atlântica e de todas as suas espécies”. Monitores voltados à ação educativa ambiental na trilha, placas informativas acerca da flora e a incrementação da EA nos instrumentos comunicativos podem vir a ser as estratégias para que a mensagem pretendida seja potencializada.

Bem como acompanhar a evolução do mercado e da tecnologia, faz-se necessário haver legitimidade em seu propósito. Portanto, é essencial agir para além de um produto ou serviço de qualidade, de uma satisfação às necessidades dos clientes, de uma adoção de valores e de uma adaptação ao paradigma vigente no *Marketing on-line*. É imprescindível atuar para impactar positivamente o entorno.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Berenice Gehlen. **Pela Trilha da Sensibilidade**. Novo Hamburgo: Apoema Cultura Ambiental, 2015.

BARONGI, Rick; FISKEN, Fiona A.; PARKER, Martha; GUSSET, Markus. **Comprometendo-se com a Conservação: A Estratégia Mundial de Conservação dos Zoológicos e Aquários**. Igor Oliveira Braga de Moraes (trad.). Texas: WAZA, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional





promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão n.ºs 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. **Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11428.htm>. Acesso em: 24 maio 2019.

BROWN, Lester Russell. **Plano B 4.0: Mobilização para Salvar a Civilização.** São Paulo: New Content Editora e Produtora Ltda, 2009.

CÂMARA, Ibsen de Gusmão. Conservação da Natureza e Legislação. *In:* ALMEIDA JÚNIOR, José Maria Gonçalves de (org.). **Carajás: Desafio Político, Ecologia e Desenvolvimento.** São Paulo: Brasiliense/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1986. p. 560-587.

CARTA da Terra. *In:* BRASIL. Ministério do Meio Ambiente - MMA, Ministério da Educação - MEC. **Educação Ambiental por um Brasil Sustentável: ProNEA, Marcos Legais e Normativos.** Brasília: MMA, 2018. p. 95-101.

COBRA, Marcos. **Marketing de Serviços: Turismo, Lazer e Negócios.** São Paulo: Cobra, 2005.

CORRÊA, Roberto. **Planejamento de Propaganda.** São Paulo: Global, 2004.

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA. **Mata Atlântica.** Disponível em: <<https://www.sosma.org.br/nossas-causas/mata-atlantica/>>. Acesso em 24 maio 2019.

GRONDIN, Marcelo; VIEZZER, Moema. **O Maior Genocídio da História da Humanidade: Mais de Setenta Milhões de Vítimas entre os Povos Originários das Américas - Resistência e Sobrevivência.** Toledo: GFM Gráfica & Editora, 2018.

GUIMARÃES, Mauro. Abordagem Relacional como Forma de Ação. *In:* GUIMARÃES, Mauro (org.) **Caminhos da Educação Ambiental: da Forma à Ação.** 2. ed. Campinas: Papirus, 2007. p. 9-16.

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de Marketing.** Arlete Simille Marques; Sabrina Cairo (trad.). 9. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2003.





KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. **Marketing 3.0: As Forças que estão definindo o Novo Marketing** Centrado no Ser Humano. Ana Beatriz Rodrigues (trad.). Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. **Marketing 4.0: do Tradicional ao Digital**. Ivo Korytowski (trad.). Rio de Janeiro: Sextante, 2017.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de Marketing: Uma Orientação Aplicada**. Lene Belon Ribeiro e Monica Stefani (trad.). 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012.

MIDDLETON, Victor T. C. **Marketing de Turismo: Teoria e Prática** Fabíola Vasconcelos (trad.). Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

MOREIRA, Tereza. **Moema Viezzer: Vocação de Semente: A História de uma Facilitadora da Inteligência Coletiva**. 1. ed. São Paulo: Brasil Sustentável Editora, 2017.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas - ONU. **Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio) [trad.]. ONU: Rio de Janeiro, 2016.

SATO, Michèle; PASSOS, Luiz Augusto. Pelo Prazer Fenomenológico de um Não-Texto. In: GUIMARÃES, Mauro (org.) **Caminhos da Educação Ambiental: da Forma à Ação**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2007. p. 17-30.

SCHMITT, Bernd Herbert. **Gestão da Experiência do Cliente: Uma Revolução no Relacionamento com os Consumidores**. Raul Rubenich (trad.). Porto Alegre: Bookman, 2004.

SHIMP, Terence A. **Propaganda e Promoção: Aspectos Complementares da Comunicação Integrada de Marketing**. Porto Alegre: Bookman, 2002.

TRATADO de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. In: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente - MMA, Ministério da Educação - MEC. **Educação Ambiental por um Brasil Sustentável: ProNEA, Marcos Legais e Normativos**. Brasília: MMA, 2018. p. 89-94.

Recebido em 08/11/2020

Aceito em 02/02/2021





UNIVERSALIZAÇÃO DA CARTA DA TERRA COMO ESTRATÉGIA PARA O PROTAGONISMO DOS SURDOS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

UNIVERSALIZACIÓN DE LA CARTA DE LA TIERRA COMO ESTRATEGIA PARA EL PROTAGONISMO SORDO EN EDUCACIÓN AMBIENTAL

Derliz Hong Hung Moreno¹
Rosani Borba²

RESUMO

Diante da necessidade de haver materiais inclusivos em todos os níveis e modalidades de ensino, o Coletivo Educador Municipal de Foz do Iguaçu, que atua na área da Educação Ambiental, propôs a produção de um curta-metragem para atender estudantes surdos e leitores-ouvintes do Ensino Fundamental – Anos Iniciais. Gravado em Língua Brasileira de Sinais e legendado em Língua Portuguesa, o vídeo intitulado *Carta da Terra para Crianças: Um Novo Olhar - O Filme* (2016) foi produzido em parceria com a Escola Bilíngue para Surdos Lucas Silveira. Tendo sido uma iniciativa caracterizada pela cooperação transdisciplinar entre profissionais bilíngues e não bilíngues, o estudo a seguir buscou retratar o processo de produção da ferramenta educativa, elencando aspectos decisivos para o êxito do projeto proposto e posto em prática ao longo de 2015. Para relatar a experiência, foram consultados relatórios e foram realizadas entrevistas por meio de ligações telefônicas, troca de mensagens e entrevista presencial. Esta empreitada surgiu como forma de capilarizar a mensagem da *Carta da Terra*, respaldando-se também em outros documentos referenciais. A interlocução entre as línguas e as múltiplas áreas do conhecimento, conforme observado, foi possibilitada pelo caráter dialógico em cada etapa do processo – o que requereu constante monitoramento e avaliação para universalizar um documento planetário e, por conseguinte, propiciar visibilidade ao protagonismo dos surdos.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Comunicação; Audiovisual; LIBRAS.

RESUMEN

Ante la necesidad de materiales inclusivos en todos los niveles y modalidades de enseñanza, el Colectivo (*Coletivo*) Educador Municipal de Foz do Iguaçu, que actúa en el campo de la Educación Ambiental, propuso la realización de un cortometraje para atender a estudiantes sordos y lectores oyentes de Educación Primaria. Grabado en lengua brasileña de señas y subtítulo en portugués, el video titulado *Carta de la Tierra: Una Nueva Mirada - La Película (Carta da Terra para Crianças: Um Novo Olhar - O Filme)* fue

1 Mestrando em Políticas Públicas e Desenvolvimento e pós-graduando em Relações Internacionais Contemporâneas pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), especialista em Gestão Estratégica de *Marketing*, bacharel em Jornalismo e membro do Coletivo Educador Municipal de Foz do Iguaçu. E-mail: derlizmoreno@gmail.com.

2 Mestre em Ensino, especialista em Educação e Gestão Ambiental, especialista em Didática e Metodologia do Ensino, licenciada em Letras e membro do Coletivo Educador Municipal de Foz do Iguaçu. E-mail: roborba81@gmail.com.





producido con la Escuela Bilingüe para Sordos (*Escola Bilíngue para Surdos*) Lucas Silveira. Habiendo sido una iniciativa caracterizada por la cooperación transdisciplinar entre profesionales bilingües y no bilingües, el siguiente estudio buscó retratar el proceso de producción de la herramienta educativa, enumerando los aspectos decisivos para el éxito del proyecto propuesto y puesto en práctica a lo largo de 2015. Para relatar la experiencia, se consultaron informes y se realizaron entrevistas a través de llamadas telefónicas, intercambio de mensajes y entrevistas presenciales. Este esfuerzo se hizo como forma de capturar el mensaje de la *Carta de la Tierra*, también respaldándose en otros documentos de referencia. La interlocución entre lenguas y múltiples áreas del conocimiento, como se señaló, fue posible gracias al carácter dialógico en cada etapa del proceso, lo que requirió un seguimiento y evaluación constante para universalizar un documento planetario y, por tanto, dar visibilidad al protagonismo sordo.

Palabras clave: Educación Ambiental; Comunicación; Audiovisual; LIBRAS.

1. INTRODUÇÃO

Em sintonia com a caminhada global de transição para sociedades sustentáveis, o Coletivo Educador Municipal de Foz do Iguaçu (CEMFI) produziu o curta-metragem *Carta da Terra para Crianças: Um Novo Olhar - O Filme*³ (2016) – uma iniciativa inédita na região da Bacia Hidrográfica do Rio Paraná 3 (BP3), com a finalidade de atender alunos do Ensino Fundamental – Anos Iniciais. De caráter educativo e universal, a obra cinematográfica foi gravada em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e, para atender estudantes leitores-ouvintes, o vídeo foi sonorizado e legendado em Língua Portuguesa.

A produção foi inspirada pela cartilha *Carta da Terra para Crianças* (2012), também elaborada pelo CEMFI, como adaptação dos princípios estabelecidos pelo documento planetário *Carta da Terra* – um marco referencial no campo da Educação Ambiental (EA). Fizeram parte do elenco alunos e professores da Escola Bilíngue para Surdos Lucas Silveira, mantida pela Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Foz do Iguaçu (APASFI). Filmado em cenários pertencentes ao entorno dos estudantes, as gravações ocorreram no segundo semestre de 2015.

Grande parte das cenas foram registradas em frente ao Belmond Hotel das Cataratas, localizado no Parque Nacional do Iguaçu (PNI), onde foi encenada uma aula ao ar livre. Os demais locais escolhidos para a filmagem foram: o Parque Monjolo, o Parque das Aves, o Gramadão da Vila A, a Rodoviária Internacional de Foz do Iguaçu, o Marco das Três Fronteiras, a Itaipu Binacional, a Escola Lucas Silveira, a residência da professora Nadjanara Ana Basso Morás e a Ponte Tancredo Neves – mais conhecida como Ponte Internacional da Fraternidade, a qual une Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú (Argentina).

Por ter sido um projeto transdisciplinar que congregou profissionais bilíngues e

³ Coletivo Educador de Foz do Iguaçu BP3. *Carta da Terra para Crianças Surdas*. YouTube, 27 out. 2016. Disponível em: <<https://youtu.be/75JrdzuGIId4>>. Acesso em: 25 maio 2017.



não bilíngues, de diversas áreas de atuação, este estudo se propôs a registrar o percurso de aprendizado mútuo, buscando identificar, a partir de relatos dos envolvidos, fatores que contribuíram para que o processo tenha sido concluído com êxito. Utilizou-se documentos e entrevistas para construir a narrativa, a qual é sustentada pela *Carta da Terra* e outras escrituras que embasam a EA. São elas: o *Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA)*; a *Resolução N° 422, de 23 de março de 2010*, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA); a *Declaração do Rio de Janeiro*; e o *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global*.

O curta-metragem foi lançado na noite de 26 de setembro de 2016 (Dia Nacional do Surdo) e a distribuição do material às escolas da rede pública municipal de ensino de Foz do Iguaçu ocorreu ao final do primeiro semestre de 2017. Naquela época, alguns professores das unidades escolares receberam capacitação para usar a cartilha e o vídeo em sala de aula. Tais formações foram realizadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA), por meio do Centro de Educação Ambiental do Iguaçu (CEAI) – a primeira instituição âncora do CEMFI e que permanece como um dos gestores do grupo.

2. A CARTA DA TERRA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Sendo o curta-metragem em tela inspirado pela *Carta da Terra*, é imprescindível conhecer a trajetória desta declaração planetária e sua relevância para a Educação Ambiental. Como um dos mais relevantes documentos de princípios éticos que buscam a sustentabilidade para toda forma de vida, o escrito possui quatro princípios que se subdividem: *I. Respeitar e cuidar da comunidade da vida*; *II. Integridade ecológica*; *III. Justiça social e econômica*; e *IV. Democracia, não violência e paz* (CARTA, 2014, p. 95-99). O texto levou um período de treze anos, entre 1987 e 2000, para ser concretizado.

Proposta após 15 anos da decisiva Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (1972), realizada em Estocolmo (Suécia), a *Carta da Terra* partiu de uma sugestão do documento *Nosso Futuro Comum* (ou *Relatório Brundtland*) – o qual apresentou ao mundo o conceito de desenvolvimento sustentável, definindo este como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (COMISSÃO, 1991, p. 46). Lançado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento⁴ (CMMAD), o texto alertou para os riscos do crescente aquecimento global e buscou apresentar possíveis soluções para a problemática.

⁴ Feita a avaliação após uma década da Conferência de Estocolmo, a Organização das Nações Unidas criou a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no ano de 1983. A CMMAD teve como presidente a primeira-ministra da Noruega na época, Gro Harlem Brundtland, e como vice-presidente o então ministro de Relações Exteriores do Sudão, Mansour Khalid.



Em 1992, uma das metas definidas durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD, também denominada Conferência do Rio de Janeiro, Cúpula da Terra, Eco-92 e Rio-92) foi a redação da declaração universal que viria a estabelecer os principais fundamentos do desenvolvimento sustentável – o que não foi acordado entre os países. Adotou-se, então, a suplente *Declaração do Rio de Janeiro*, cujo Princípio 25 proclama que "a paz, o desenvolvimento e a proteção ambiental são interdependentes e indivisíveis" (DECLARAÇÃO, 1992, p. 158). Nesta mesma ocasião, liderada pelo secretário-geral da Rio-92, Maurice Frederick Strong, criou-se o Conselho da Terra, a fim de promover a implantação dos acordos gerados e defender a formação de conselhos nacionais de desenvolvimento sustentável.

Junto ao presidente da Cruz Verde Internacional, Mikhail Sergeyevich Gorbachev, em 1994, foi lançada uma iniciativa da sociedade civil para a redação da Carta da Terra – a qual, inicialmente, contou com suporte financeiro da Holanda. No ano seguinte, em 1995, deu-se início às consultas internacionais para a escrita da declaração em Haia, que sediou o *workshop* do documento, reunindo especialistas e representantes governamentais. Ainda em 1995, o Conselho da Terra foi indicado para ser a Secretaria Internacional da Iniciativa da Carta da Terra. Em 1996, como preparo para a 19ª Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas (Rio+5), deu-se início a um processo de consulta do vindouro texto. Logo depois, foram pesquisados princípios de leis internacionais relevantes para o documento, e, posteriormente, um resumo foi divulgado.

Para supervisionar o processo de redação, ao final de 1996, o Conselho da Terra e a Cruz Verde Internacional formaram a Comissão Independente da Carta da Terra e criaram um comitê específico. Durante a Rio+5, realizada de 23 a 27 de junho de 1997, em Nova Iorque, nos Estados Unidos da América (EUA), a Comissão da Carta da Terra convocou a primeira reunião. No encerramento do fórum, foi liberado um texto de referência, constituído enquanto um documento em elaboração. Na sequência, encorajou-se e organizou-se a continuidade das consultas internacionais, fazendo com que, em 1998, a Iniciativa da Carta da Terra ganhasse muitos grupos aliados – que formaram comitês nacionais da declaração em 35 países. Foram realizadas consultas sobre o texto de referência, o qual passou a ser usado como ferramenta educativa. Em abril de 1999, liberou-se outro texto de referência. Simultaneamente, ocorriam as consultas e mais dez comitês nacionais se aliaram ao projeto.

Um ano depois, em 14 de março de 2000, foi aprovada a versão final do documento durante a reunião da Comissão da Carta da Terra – sediada em Paris, na França. Já o lançamento oficial ao público ocorreu no mês de junho, no Palácio da Paz, em Haia. No mesmo ano, com a intenção de supervisionar a próxima fase da Iniciativa, formou-se o Comitê Diretivo da Carta da Terra. Até 2008, o documento já tinha sido traduzido para quarenta línguas e também foi subscrito por um total de 4.600 organizações. Ainda em 2008, um novo plano estratégico de longo prazo foi adotado pelo Conselho da Carta da Terra Internacional e seis novos grupos de trabalho foram





constituídos, com a finalidade de promover a expansão descentralizada em várias áreas, incluindo negócios, educação, mídia e religião.

3. PROCESSO DE DOCUMENTAÇÃO DA PRODUÇÃO DO CURTA-METRAGEM

Na busca por dados que pudessem resgatar o histórico do curta-metragem *Carta da Terra para Crianças: Um Novo Olhar - O Filme*, houve consulta a documentos e foram realizadas entrevistas com os envolvidos na produção da obra cinematográfica. Buscou-se, como previamente mencionado, elencar aspectos decisivos para o êxito desta iniciativa, que se propôs a “acessibilizar” o conteúdo da *Carta da Terra*. As primeiras informações acerca desta iniciativa de cooperação entre profissionais de diversos campos, sendo eles bilíngues ou não, foram obtidas pelo pesquisador no início do projeto em 2015, durante estágio realizado na Assessoria Especial de Comunicação Social da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (PMFI).

FIGURA 1 – CARTILHA E CURTA METRAGEM CARTA DA TERRA PARA CRIANÇAS



FONTE: DERLIZ HONG HUNG MORENO (2020)

Houve três formas de contato com os responsáveis pelo vídeo educativo: ligações telefônicas, entrevistas presenciais (em 14 de dezembro de 2016), troca de *e-mails* (em 07 de outubro de 2017) e conversas via aplicativo *WhatsApp* (em 02 de agosto e, posteriormente, em 30 de outubro de 2017). Referente à pesquisa documental, foram consultados relatórios elaborados pelo CEAI e pelo CEMFI no decorrer deste projeto – o qual, por sua vez, é amparado pelos principais documentos nacionais e internacionais da EA: o *Programa Nacional de Educação Ambiental* (BRASIL 2014); a *Resolução Nº 422, de 23 de março de 2010*, do CONAMA (MINISTÉRIO, 2014); a *Declaração do Rio de Janeiro* (DECLARAÇÃO, 1992); o *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades*



Sustentáveis e Responsabilidade Global (TRATADO, 2014); e a precursora *Carta da Terra* (CARTA, 2014).

4. DA CARTILHA AO CURTA-METRAGEM UNIVERSAL

Voltada ao público infantil, como explicado previamente, a cartilha *Carta da Terra para Crianças* é uma versão adaptada da *Carta da Terra*. O percurso iniciou com o Núcleo de Amigos da Infância e da Adolescência⁵ (NAIA), que lançou⁶ a primeira versão⁷ do material na manhã de 13 de dezembro de 2002, na Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul (SEDUC/RS). Como parte do projeto *Vivemos Juntos: Conhecendo e Vivendo a Carta da Terra*, que viria a ser realizado em 2003, esta versão do documento foi concebida para fomentar atividades e oficinas sobre os princípios da declaração planetária no Ensino Fundamental – Anos Iniciais da rede pública estadual.

Em parceria com o Governo do Estado do RS e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), foram impressas dez mil cópias, as quais foram distribuídas às escolas estaduais e também no II ForumZINHO Social Mundial⁸, cujo tema foi *Carta da Terra*. Como respalda o primeiro princípio do *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global* (TRATADO, 2014, p. 86), “a educação é um direito de todos; somos todos aprendizes e educadores”. Impressa em papel não-clorado⁹, a ferramenta educativa resume o documento em dez princípios¹⁰, com

⁵ O NAIA atua em escolas, instituições, comunidades e espaços públicos de Porto Alegre (RS), por meio de educadores eicineiros populares que fazem parte do grupo.

⁶ Agência de Notícias. Carta da Terra para Crianças é apresentada. **Portal do Estado do Rio Grande do Sul**, 13 dez. 2002. Disponível em: <<https://estado.rs.gov.br/carta-da-terra-para-criancas-e-apresentada>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

⁷ Núcleo de Amigos da Infância e da Adolescência. Carta da Terra para Crianças. **EcoDesenvolvimento.org**, 29 out. 2008. Disponível em: <<http://www.ecodesenvolvimento.org/biblioteca/documentos/carta-da-terra-para-criancas>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

⁸ Realizado com o I Encontro Internacional de Contadores de Histórias, o II ForumZINHO Social Mundial ocorreu entre os dias 23 e 28 de janeiro de 2003, no Colégio Estadual Júlio de Castilhos (Julinho), em Porto Alegre.

⁹ Papel produzido sem o uso de cloro para o seu branqueamento.

¹⁰ Princípios da Carta da Terra para Crianças: 1. *Conheça e proteja as pessoas, animais e plantas*; 2. *Sempre respeite estas três coisas: a vida de todo e qualquer ser vivo, os direitos das pessoas, o bem-estar de todos os seres vivos*; 3. *Utilize com cuidado o que a natureza nos oferece: água, terra, ar*; 4. *Mantenha limpo o lugar onde vive*; 5. *Aprenda mais sobre o lugar em que você vive*; 6. *Todo mundo deve ter o que necessita para viver! Não deve existir a miséria*; 7. *Todas as crianças são igualmente importantes*; 8. *Sempre defenda a ideia de que qualquer criança tenha comida, casa, família, escola, amigos, brinquedos, alegria e, se estiverem doentes, médico e medicamento*; 9. *Diga sim à paz e não à guerra*; e 10. *Estude, dando especial atenção para aquelas coisas que o ajudarão a conviver melhor com as outras pessoas e com nosso planeta*.



texto escrito por Sílvia Nilcéia Gonçalves e desenhos em aquarela feitos por Leandro Bierhals.

Sob autorização do NAIA, no primeiro semestre de 2012, a equipe de Educação Ambiental da SMMA, por meio do CEMFI, elaborou uma edição da *Carta da Terra para Crianças*, contendo ilustrações alusivas à cidade – desenhadas por José Dias Silveira, que também produziu o *layout* do material. A cartilha iguaçuense foi produzida em parceria com a Itaipu Binacional, por meio do programa Cultivando Água Boa (CAB), o Conselho dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu e o Coletivo Educador da BP3. O material, de acordo com as educadoras ambientais Rosani Borba, Roseli Barquez Alves de Assis e Iracema Maria Cerutti (2015, p. 67), teve tiragem de 30 mil exemplares, distribuídas aos 29 municípios da região da BP3, bem como em eventos locais, regionais, nacionais e internacionais.

Para realizar um trabalho pedagógico efetivo com a *Carta da Terra para Crianças* na rede pública municipal de ensino de Foz do Iguaçu, docentes de áreas específicas receberam capacitação, por meio da oficina *Vivência da Carta da Terra*. Nesta formação, os professores conheceram o conteúdo integral documento planetário e aprenderam dinâmicas de como usá-lo em sala de aula para promover sensibilização – a essência da Educação Ambiental.

4.1. CARTA DA TERRA PARA CRIANÇAS: UM NOVO OLHAR - O FILME

Em 2014, o CEAI teve a ideia de produzir uma nova versão *Carta da Terra para Crianças*. Desta vez, a intenção era atender estudantes cegos e surdos do Ensino Fundamental – Anos Iniciais. Nesta mesma direção, a terceira linha de ação do ProNEA tem como primeira estratégia a *Comunicação e tecnologia para a Educação Ambiental* – a qual prevê o “estímulo e apoio à veiculação de informações de caráter educativo sobre meio ambiente, em linguagem acessível a todos, por intermédio dos meios de comunicação em geral” (PRONEA, 2014, p. 33). Segundo complementa o Artigo 2º da *Resolução N° 422, de 23 de março de 2010*, do CONAMA, a linguagem de campanhas, projetos comunicativos e de EA deve: “a) adequar-se ao público envolvido, propiciando a fácil compreensão e o acesso à informação aos grupos social e ambientalmente vulneráveis”; e “b) promover o acesso à informação e ao conhecimento das questões ambientais e científicas de forma clara e transparente” (MINISTÉRIO, 2014, p. 56).

Foi durante um encontro do CEMFI no primeiro semestre de 2015, realizado na Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, que a equipe de EA socializou o projeto. Naquela época, Franciele Guilhardi – educadora ambiental da Escola Parque (EP), vinculado ao PNI, e filha de Solange Dias Berg Guilhardi, ex-coordenadora pedagógica da Escola Bilíngue para Surdos Lucas Silveira – ao saber do interesse do Coletivo Educador em produzir uma adaptação da *Carta da Terra para Crianças*, entrou em contato com sua mãe para ver qual a possibilidade de a APASFI participar da





iniciativa. Posteriormente, foi marcada uma reunião com a equipe pedagógica da instituição de ensino, onde as educadoras ambientais do CEAJ apresentaram o projeto. Já para suprir a demanda de estudantes cegos, contactou-se a Escola Municipal Ponte da Amizade, por ser a única que atende esses alunos no município.

Chegou-se ao consenso que não haveria como fazer um filme envolvendo as duas propostas, em razão do excesso de informação em um único material. Isto é, o filme deveria ser em LIBRAS (visual) e com falas em português e efeitos sonoros (auditivo). Diante dessas observações, optou-se apenas pela produção do material em LIBRAS, com legendas em Língua Portuguesa. Portanto, é possível considerar que o aspecto visual passa a estabelecer uma ponte entre ambos os públicos (MORENO; VENDRAME; BORBA; MORÁS, 2018, p. 350-365).

O CEMFI elaborou, logo na sequência, o roteiro de produção e um projeto destinado a levantar recursos financeiros. Foram contactados os mesmos parceiros que ajudaram a produzir a *Carta da Terra para Crianças* em 2012: a Itaipu Binacional, por meio do programa Cultivando Água Boa (CAB), o Conselho dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu e o Coletivo Educador da BP3. Em fevereiro de 2015, a proposta de apoio foi aceita e houve várias reuniões para o alinhamento da atuação dos discentes da Escola Lucas Silveira no curta-metragem, bem como a definição da narrativa, concebida por Rosani Borba. Quando chegou-se a um consenso, no final de agosto de 2015, foi dado início à adaptação e à tradução do texto para a Língua Brasileira de Sinais.

Para somar esforços nesta etapa, a coordenadora pedagógica da instituição de ensino convidou dois professores surdos de teatro da escola: Giliar de Cesaro e Orceni Antunes de Matos, que também atuaram no curta-metragem. O elenco ainda contou com a participação da professora e intérprete Nadjanara Ana Basso Morás – também responsável pelas legendas do vídeo, em conjunto com Guilhardi. Esta viria a ser a primeira experiência cinematográfica da APASFI, a qual oferece oficina de teatro no contraturno escolar aos alunos do 3º, 4º e 5º ano do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, bem como realiza apresentações em instituições públicas e privadas e em eventos. Conforme observado por Cesaro, que começou a trabalhar na Escola Bilíngue para Surdos Lucas Silveira ensinando contos, o surdo necessita da Pedagogia Visual para assimilar o conteúdo e estimular a criatividade.

Guilhardi relata que o início da escrita do roteiro “foi um pouco difícil, um pouco complicado, porque, para passar para LIBRAS, deu um pouquinho de trabalho, mas, depois que ficou claro como seria em LIBRAS, ficou tranquilo”. Para Matos, a única dificuldade foi entender a proposta do CEMFI no início das tratativas para a produção do curta-metragem, sendo fácil seguir com as demais etapas. O roteiro relata uma aula ao ar livre em que “os estudantes aprendem sobre cada princípio da “Carta da Terra para Crianças” e vivenciam experiências na prática” (MORENO; VENDRAME; BORBA; MORÁS, 2018, p. 369).

Depois de superadas as dificuldades, ainda de acordo com a ex-coordenadora





pedagógica, os professores surdos conseguiram sugerir locações e como as filmagens poderiam ser feitas. Diferentemente do teatro, em que o professor cria a história, no filme, como explica o professor Cesaro, foi necessário traduzir o texto, que já estava pronto, para a Língua Portuguesa, bem como acrescentar as expressões corporais. Esta foi uma nova experiência, pois envolveu profissionais externos. Antes, ele havia trabalhado apenas sozinho e com outros professores da Escola Lucas Silveira.

Conforme expressa um dos princípios do *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global*, a EA “deve estimular a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e da interação entre as culturas” (TRATADO, 2014, p. 86). Igualmente, o Princípio 1 da *Declaração do Rio de Janeiro* proclama que “os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável. Têm direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza” (DECLARAÇÃO, 1992, p. 154).

Todo o processo foi realizado segundo as necessidades expressas pela Escola Lucas Silveira e, para o Coletivo Educador, esta foi uma etapa marcada por aprendizados ao longo de muitos diálogos e constantes modificações do roteiro. Conforme resgata Rosani Borba, o projeto “foi um desafio multifacetado, pois também envolveu a transposição conceitual do conteúdo da Carta da Terra para as necessidades e possibilidades dos alunos/atores, e dos professores envolvidos”. Guilhardi exemplifica que, ao falar em LIBRAS, muitas vezes, dois sinais já formam uma frase, ao contrário da Língua Portuguesa. Depois de superadas as dificuldades encontradas, os professores surdos sugeriram locações e propuseram maneiras de realizar as filmagens.

4.1.1. Ensaios e gravações

O texto contendo as falas em LIBRAS foi concluído em agosto de 2015. Na sequência, o elenco começou a ensaiar sob orientação de Giliar de Cesaro, que também interpretou o papel de professor no filme. Dos nove alunos envolvidos, dois já participavam das oficinas de teatro. Em razão da exigência do roteiro elaborado, foi escolhida uma estudante cadeirante, que ainda não participava das aulas de teatro na época do projeto. Finalizados os ensaios, a produtora Video UP Filmes Audiovisuais deu início às gravações, ocorridas ao longo de quase um mês, de 19 de novembro a 16 de dezembro de 2015.

Os envolvidos na produção relataram que a dificuldade encontrada durante as gravações foram as questões climáticas, por ter sido um período muito quente e com chuvas frequentes – o que inviabilizava grande parte do dia para estas atividades. Em decorrência deste fator, as gravações começavam de manhã e terminavam por volta das 20 horas. Solange Dias Berg Guilhardi explica que os envolvidos deveriam “aproveitar o tempo, porque, se deixasse para outro dia, talvez chovesse, e não iria ficar legal. Como já estava naquele procedimento, então, a gente teria que continuar”.



Todavia, foi preciso convencer os pais dos alunos a autorizar os filhos a participar, devido à preocupação expressada por eles. Depois da primeira gravação, tudo ficou mais claro para os pais e para os atores do filme, pois, como descreve Guilhardi, eles tinham muitas dúvidas sobre como seria fazer um filme. Para a ex-coordenadora pedagógica, suas expectativas foram superadas em relação à gravação. Conforme o relato, ela tinha receio de que as crianças do elenco, por não serem profissionais, ficassem desestimuladas no primeiro erro, “mas, foi ao contrário. Eles erravam, e eles procuravam perfeição para retomar a cena e ficar legal”.

No dia 19 de novembro, foi gravada a primeira cena na Rodoviária Internacional de Foz do Iguaçu, quando um dos alunos chega de viagem, acompanhado da mãe, e é recebido pelos colegas. Entretanto, a presença da mãe na cena foi esquecida pelos produtores do filme e, mesmo sem estar planejado, Guilhardi se ofereceu para interpretar o papel.

MOSAICO 1 – BASTIDORES DA GRAVAÇÃO DO FILME NA RODOVIÁRIA INTERNACIONAL DE FOZ DO IGUAÇU



FONTE: CENTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO IGUAÇU (2015)



MOSAICO 2 – REGISTROS DA GRAVAÇÃO E DOS BASTIDORES NA ESCOLA BILÍNGUE PARA SURDOS LUCAS SILVEIRA, EM 03 DE DEZEMBRO DE 2015



FONTE: CENTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO IGUAÇU (2015)

Já em 7 de dezembro de 2015, foram gravadas as cenas no pátio do Belmond Hotel das Cataratas, – localizado no PNI – local onde se passa a maior parte do filme. No mesmo dia, ocorreram as filmagens nas Cataratas do Iguaçu e no Marco das Três Fronteiras – outro ponto turístico de Foz do Iguaçu.

MOSAICO 3 – REGISTROS DA GRAVAÇÃO NO PÁTIO DO BELMOND HOTEL DAS CATARATAS



FONTE: CENTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO IGUAÇU (2015)



MOSAICO 4 – BASTIDORES DA GRAVAÇÃO DAS CENAS QUE RETRATAM UM PASSEIO ÀS CATARATAS DO IGUAÇU



FONTE: CENTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO IGUAÇU (2015)

MOSAICO 5 – REGISTROS DA GRAVAÇÃO NO MARCO DAS TRÊS FRONTEIRAS



FONTE: CENTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO IGUAÇU (2015)

Passados três dias, em 10 de dezembro de 2015, o elenco gravou cenas no Parque das Aves – um zoológico que atua na conservação da biodiversidade da Mata Atlântica. São abrigadas espécies como arara, coruja, harpia, jacaré, jacutinga, jibóia, mutum de Alagoas, papagaio, sucuri e tucano.



MOSAICO 6 – FILMAGENS NO PARQUE DAS AVES



FONTE: CENTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO IGUAÇU (2015)

Depois de quase uma semana, no dia 16 de dezembro de 2015, com o apoio da Guarda Municipal (GM), da Polícia Rodoviária Federal (PRF) e da Receita Federal (RF), a equipe de produção do curta-metragem realizou as filmagens na Ponte Internacional da Fraternidade. Neste mesmo dia (o último para as gravações), também foram registradas as cenas na residência da professora Nadjanara Ana Basso Morás. Em toda esta jornada, segundo relembra Guilhardi, “a cada cena gravada se via o envolvimento de todos e os pequenos atores buscando perfeição”.

MOSAICO 7 – REGISTROS DA GRAVAÇÃO NA PONTE INTERNACIONAL DA FRATERNIDADE



FONTE: CENTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO IGUAÇU (2015)



Os alunos ficaram entristecidos com o fim das gravações. Como relata Guilhardi, eles perguntaram se haverá outra produção cinematográfica envolvendo a Escola Bilíngue para Surdos Lucas Silveira, bem como sugeriram escrever uma mensagem pedindo à Rosani Borba uma sequência do filme: a “Carta da Terra II”. Ainda de acordo com a entrevistada, o curta-metragem demonstra que “os surdos são capazes de ter acesso a vários assuntos, desde que se faça em LIBRAS, e eles puderam aprender na prática porque eles não podem ficar só na teoria, precisam ver como funciona de fato” (MORENO, 2019). Conforme complementa Giliar de Cesaro, o vídeo expõe o valor e o potencial do surdo, mostrando “que a língua de sinais não é fator de exclusão, mas de integração, tendo em vista que a comunicação é essencial para estabelecer relações sociais, no namoro, amizade, trabalho, entre outros” (MORENO, 2019).

4.1.2. Lançamento do curta-metragem

Inicialmente programado para 18 de agosto de 2016, o evento de lançamento do curta-metragem *Carta da Terra para Crianças: Um Novo Olhar - O Filme* foi transferido para 26 de setembro de 2016 – quando é comemorado o Dia Nacional do Surdo. Restrita aos convidados pelas instituições envolvidas na produção, a ocasião ocorreu no Cineplex do Cine Cataratas, localizado no Cataratas JL Shopping. Cerca de trezentas pessoas prestigiaram o evento. Entre elas, representantes de entidades do CEMFI, da comunidade surda da APASFI, da Secretaria Municipal da Educação (SMED), apoiadores, patrocinadores e colaboradores do Cine Cataratas.

MOSAICO 8 – PÚBLICO QUE PRESTIGIOU O LANÇAMENTO DO CURTA-METRAGEM E REGISTROS DO ENCERRAMENTO DO EVENTO



FONTE: DERLIZ HONG HUNG MORENO (2016)



A maioria dos alunos da Escola Bilíngue para Surdos Lucas Silveira foi ao cinema pela primeira vez naquela noite, pois, mesmo com legendas, muitos têm dificuldade para acompanhar e entender um filme. O evento foi apresentado pela educadora ambiental Rosani Borba, com tradução simultânea em LIBRAS feita por Amélia Aparecida Pastorelo – intérprete da APASFI e do antigo Colégio Estadual Bartolomeu Mitre. Giliar de Cesaro, assim como o elenco e o público, não conteve a emoção e ficou orgulhoso em ver o resultado do projeto na telona. Cesaro afirmou que o surdo é capaz, sendo necessário dar visibilidade ao trabalho dele, pois a língua é o único aspecto que separa o surdo do ouvinte.

Logo depois da exibição do vídeo, Rosani Borba, em nome da equipe de Educação Ambiental do Município de Foz do Iguaçu, fez as considerações finais acerca da produção, afirmando que aquele foi um ano de inúmeros aprendizados e que “falar de diversidade é muito vago perto das vivências que esse tempo de produção do filme nos possibilitou. Por isso, nós queremos agradecer, de forma muito especial, cada uma das pessoas que aceitou esse desafio conosco”. Cumprida a missão de tornar a *Carta da Terra* acessível para crianças surdas, Borba relembrou que o grupo ainda tem um sonho: acessibilizar a mesma mensagem aos alunos cegos, conforme previsto pela ideia inicial do projeto.

No final do evento, foram chamados à frente atores do curta-metragem, representantes da APASFI, representantes do CEMFI e patrocinadores, os quais receberam, como agradecimento, mochilas contendo uma cópia do filme, uma cópia da cartilha e um *squeeze*. Ao todo, foram entregues 30 *kits* e também foram distribuídas, ao público em geral, aproximadamente 60 cópias do filme e 60 cópias da cartilha. É possível afirmar que ambos materiais estão alinhados a quatro dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável¹¹ (ODS) – contidos no documento *Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*, adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) em 2015, como parte da *Resolução 70/1*. Considerando a finalidade, o processo de produção e a mensagem transmitida pelos materiais, estão incorporados os seguintes objetivos: 4. *Educação de qualidade*; 5. *Igualdade de gênero*; 11. *Cidades e comunidades sustentáveis*; e 13. *Ação contra a mudança global do clima*.

4.1.3. Desdobramentos da *Carta da Terra para Crianças*

Após o lançamento do curta-metragem, de março a junho de 2017, o Centro de

¹¹ ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas - ONU. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio) [trad.]. ONU: Rio de Janeiro, 2016.



Educação Ambiental do Iguazu realizou doze vezes a oficina Carta da Terra para Crianças como Estratégia Pedagógica para professores da rede pública municipal de ensino. Os encontros formativos, com carga horária de quatro horas, visavam capacitar os profissionais para o fomento de práticas educativas ambientais em disciplinas do Ensino Fundamental – Anos Iniciais. Divididos em duplas e trios, os participantes vivenciavam estratégias didático-pedagógicas com a cartilha. Os dez princípios do material eram distribuídos entre as equipes, as quais deveriam transformá-los em uma proposta de atividade, podendo ser em forma de acróstico, mímica, paródia ou quadrinho.

MOSAICO 9 – ATIVIDADES DA OFICINA CARTA DA TERRA PARA CRIANÇAS COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA, REALIZADA EM 09 DE MAIO DE 2017



FONTE: CENTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO IGUAÇU (2017)

Encerrado o ciclo de capacitações, no mês de junho de 2017, o CEAI encaminhou à SMED alguns kits, acompanhados de um ofício – contendo uma cópia do curta-metragem e uma cópia da cartilha – para serem distribuídos às escolas da rede pública municipal de ensino. Instituições públicas dos demais 28 municípios da região da BP3 também receberam o material, que, no mesmo ano de 2017, integrou a 8ª edição do Circuito Tela Verde do Ministério do Meio Ambiente (MMA). O CEMFI ainda disponibilizou o vídeo na *internet* e enviou em formato físico para a iniciativa Carta da Terra Internacional, sediada na Universidade para a Paz, em Colón, na Costa Rica.

O destino comum, conforme a *Carta da Terra* (CARTA, 2014, p. 100), exige que governos, empresas e sociedade civil busquem um recomeço, comprometendo-se na adoção e promoção dos valores e dos objetivos do documento planetário. Portanto, somado a outras iniciativas, como campanhas de EA, conforme o Artigo 3º da *Resolução Nº 422, de 23 de março de 2010*, do CONAMA, o vídeo educativo vem promovendo “o



fortalecimento da cidadania” e apoiando “processos de transformação de valores, hábitos, atitudes e comportamentos para a melhoria da qualidade de vida das pessoas em relação ao meio ambiente”, a fim de possibilitar “compreensão crítica sobre a complexidade da problemática socioambiental” (MINISTÉRIO, 2014, p. 57).

Da mesma maneira, o vídeo universal embasou a oficina educ comunicativa socioambiental Semeando o Amanhã, realizada entre 31 de julho e 31 de outubro de 2017, na turma matutina de 4º ano “A” da Escola Municipal Papa João Paulo I, em Foz do Iguaçu. Concebida como segunda etapa do estudo intitulado *A Educomunicação Socioambiental na Escola, tendo o Texto Livre como Catalisador de Cidadania*, o projeto realizado pelo autor deste trabalho científico com o CEAI usou a ferramenta como apoio para testar uma metodologia que pudesse contribuir com a prática de EA em unidades escolares pertencentes à rede pública municipal de ensino. O percurso resultou no zine *Mundo Melhor*¹², produzido pelos 28 estudantes envolvidos na iniciativa.

FIGURA 2 – CAPA DO ZINE MUNDO MELHOR



FONTE: SEMEANDO O AMANHÃ (2017)

Esta empreitada ampliou a visibilidade da cartilha e do curta-metragem, a partir

¹² Semeando o Amanhã. Mundo Melhor. **Publitas**, 03 nov. 2017. Disponível em: <<https://view.publitas.com/semeando-o-amanha/mundo-melhor/>>. Acesso em: 03 nov. 2017.



de trabalhos socializados no IX e X Encontro de Pesquisa em Comunicação (ENPECOM), organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCom) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), no XLI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, organizado pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM), e no II Congresso Internacional de Comunicação e Educação, organizado pela Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom) e pelo Núcleo de Comunicação e Educação (NCE), vinculado à Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP). Por ter utilizado o vídeo como ferramenta de apoio, esta pesquisa, conforme Rosani Borba, “demonstra ainda mais o valor da conexão entre a prática e a teoria acadêmica. É uma grande satisfação para o Coletivo Educador e para o nosso município colher frutos desse trabalho, e contar que ele continua dando o que falar” (MORENO, 2019).

Três anos após o lançamento, em 24 de setembro de 2019, despretensiosamente, o curta-metragem fomentou o rompimento de uma barreira linguística em programas radialísticos locais. Neste dia, parte da equipe responsável pela produção participou do quadro *Roda de Conversa*¹³ do matutino *Estação Innovacities* – um programa voluntário que era transmitido diariamente pela Rede Comunicadora Iguassu (RCI), e conduzido pelo autor do trabalho enquanto representante do CEMFI nas edições de terça-feira. Estiveram presentes a educadora Iracema Maria Cerutti e os professores Giliar de Cesaro e Orceni Antunes de Matos – acompanhados pela intérprete Wania Libardi Ferreira Martinez, que fez tradução simultânea da LIBRAS para a Língua Portuguesa. Por meio de mensagem de voz, também participaram Rosani Borba e Solange Dias Berg Guilhardi.

FIGURA 3 – ENTREVISTA EM COMEMORAÇÃO AOS TRÊS ANOS DE LANÇAMENTO DO CURTA-METRAGEM



FONTE: REDE COMUNICADORA IGUASSU (2019)

¹³ Rádio RCI Iguassu. Três anos de lançamento do curta-metragem *Carta da Terra para Crianças: Um Novo Olhar - O Filme*. Facebook, 24 set. 2019. Disponível em: <<https://www.facebook.com/semprerci/videos/122616388356128/1344424585720105/>>. Acesso em: 24 set. 2019.



O marco histórico, como é válido mencionar, ocorreu seis dias após o Coletivo Educador Municipal de Foz do Iguaçu ter comemorado uma década de trajetória dedicada ao enraizamento e à capilarização da Educação Ambiental no território. Em 18 de setembro de 2019, pessoas e instituições componentes do grupo se reuniram para plantar dez mudas de ipês no Zoológico Bosque Guarani – onde está localizado o CEAI. Realizada também alusão ao Dia Mundial da Árvore (celebrado em 21 de setembro), a ação simbólica teve a intenção de enfatizar e valorizar o trabalho cooperativo em rede na intervenção socioambiental de transição para sociedades sustentáveis.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Feitos como o curta-metragem “*Carta da Terra para Crianças: Um Novo Olhar - O Filme*” evidenciam a função vital da dialogicidade em iniciativas sem precedentes para os envolvidos, cujos múltiplos olhares somavam esforços em cumprimento a um mesmo propósito. Vencendo-se as dificuldades iniciais de interlocução entre as línguas Portuguesa e Brasileira de Sinais, as etapas seguintes demonstraram a necessidade de haver contínuo monitoramento e avaliação do projeto que propôs um meio de sensibilizar e engajar públicos distintos em torno de uma mesma causa: a busca por soluções para a falta de sustentabilidade socioambiental planetária.

O trabalho desenvolvido mostra sua relevância quando percebe-se a fundamental união de diferentes atores da vida escolar e profissionais de vários campos de atuação. Neste processo transdisciplinar, constatou-se que o vídeo educativo foi, primeiramente, uma jornada formativa para os produtores e para os alunos da Escola Bilíngue para Surdos Lucas Silveira. Propondo a universalização da *Carta da Terra* como estratégia para o protagonismo dos surdos em Educação Ambiental, o CEMFI, em parceria com a APASFI, propiciou também a formação de cidadãos livres e comprometidos com a questão socioambiental.

Distribuída em mídia física e disponibilizada *on-line*, a ferramenta confere visibilidade ao público surdo por meio de uma produção independente, e soma esforços na capilarização da mensagem da *Carta da Terra* – a qual ecoa princípios de outros documentos referenciais da EA, como o *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global* e a antecessora *Declaração do Rio de Janeiro*. Tal resultado observado com a conclusão do projeto cinematográfico e seus desdobramentos conhecidos, conforme constatado, podem impulsionar que outros coletivos e instituições produzam materiais educativos para atender diversos grupos de alunos, matriculados em qualquer nível e modalidade de ensino.



REFERÊNCIAS

Agência de Notícias. Carta da Terra para Crianças é apresentada. **Portal do Estado do Rio Grande do Sul**, 13 dez. 2002. Disponível em: <<https://estado.rs.gov.br/carta-da-terra-para-criancas-e-apresentada>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

BORBA, Rosani; BARQUEZ, Roseli; CERUTTI, Iracema Maria. Histórico e Vivências de um Coletivo Educador. *In*: RAYMUNDO, Maria Henriqueta Andrade; BRIANEZI, Thaís; SORRENTINO, Marcos (org.). **Como Construir Políticas Públicas de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis?**. São Carlos: Diagrama Editorial, 2015. p. 62-68.

BRASIL. **Educação Ambiental por um Brasil Sustentável**: ProNEA, Marcos Legais & Normativos. 4. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/Ministério da Educação, 2014.

CARTA da Terra. *In*: BRASIL. **Educação Ambiental por um Brasil Sustentável**: ProNEA, Marcos Legais & Normativos. 4. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/Ministério da Educação, 2014. p. 94-100.

Coletivo Educador de Foz do Iguaçu BP3. Carta da Terra para Crianças Surdas. **YouTube**, 27 out. 2016. Disponível em: <<https://youtu.be/75JrdzuGId4>>. Acesso em: 25 mai. 2017.

COMISSÃO Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

DECLARAÇÃO do Rio de Janeiro. *In*: USP. **Estudos Avançados**. São Paulo: USP, v. 6, n. 15, 1992. p.153-159.

MINISTÉRIO do Meio Ambiente – Conselho Nacional do Meio Ambiente/Conama. Resolução Conama Nº 422, de 23 de março de 2010. *In*: BRASIL. **Educação Ambiental por um Brasil Sustentável**: ProNEA, Marcos Legais & Normativos. 4. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/Ministério da Educação, 2014. p. 56-58.

MORENO, Derliz. Curta-metragem iguaçuense em LIBRAS completa três anos. **Revista Mosaicos**, 26 set. 2019. Disponível em: <<https://www.revistamosaicos.com.br/curta-metragem-iguacuense-em-libras-completa-tres-anos/>>. Acesso em: 26 set. 2019.

MORENO, Derliz Hong Hung; VENDRAME, Sônia Inês; BORBA, Rosani; FESTUCCI, Anne Carolina; MORÁS, Nadjanara Ana Basso. A Imagem como Ponte entre a Língua



de Sinais e a Língua Escrita na Obra "Carta da Terra para Crianças: Um Novo Olhar - O Filme". In: **Anais do 10º Encontro de Pesquisa em Comunicação: ENPECOM**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2018, p. 366-381. Disponível em: <http://www.enpecom.ufpr.br/anais/2018/anais_2018.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2018.

Núcleo de Amigos da Infância e da Adolescência. Carta da Terra para Crianças. **EcoDesenvolvimento.org**, 29 out. 2008. Disponível em: <<http://www.ecodesenvolvimento.org/biblioteca/documentos/carta-da-terra-para-criancas>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas - ONU. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio) [trad.]. ONU: Rio de Janeiro, 2016.

PRONEA: Programa Nacional de Educação Ambiental: Versão 2005 – 2ª. Edição. In: **BRASIL. Educação Ambiental por um Brasil Sustentável: ProNEA, Marcos Legais & Normativos**. 4. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/Ministério da Educação, 2014. p. 23-37.

Rádio RCI Iguassu. Três anos de lançamento do curta-metragem Carta da Terra para Crianças: Um Novo Olhar - O Filme. **Facebook**, 24 set. 2019. Disponível em: <<https://www.facebook.com/semprerci/videos/122616388356128/1344424585720105/>>. Acesso em: 24 set. 2019.

Semeando o Amanhã. Mundo Melhor. **Publitas**, 03 nov. 2017. Disponível em: <<https://view.publitas.com/semeando-o-amanha/mundo-melhor/>>. Acesso em: 03 nov. 2017.

Recebido em 28/12/2020

Aceito em 02/02/2020





GÊNERO E MERCADO DE TRABALHO: O CASO BRASILEIRO

GENDER AND LABOR MARKET: THE BRAZILIAN CASE

Daiani Scheffer¹
Edna Regina Spada²

RESUMO

O artigo propõe responder a pressupostos referentes à mulher e sua inserção no mercado de trabalho, a partir da ideia de que homens e mulheres têm as mesmas capacidades de trabalho e, por isso, ambos podem ser igualmente eficientes; a de que as mulheres, normalmente, possuem menores salários que os homens e, por último, o motivo de as mulheres não serem as únicas contratadas por empresários, visto que seu gasto salarial é menor, já que recebem menos que os trabalhadores homens. Ainda assim, analisaremos a maneira pela qual os empregadores lidam com as situações de diferença entre trabalhadores mulheres e homens, as necessidades, impactos e vias de possível – ou impossível – solução.

Palavras-chave: mercado de trabalho; gênero; mulher.

ABSTRACT

The article proposes to respond to assumptions regarding women and their insertion in the labor Market, based on the idea that men and women have the same work capacities and, Therefore, both can be equally efficient; that women normally have lower wages than men and, finally, the reason why women are not the only ones hired by entrepreneurs, since their wage expenditure is lower, since they receive less than male workers. Still, we will analyze the way in which employers deal with situations of difference between women and men workers, the need, impacts and ways of possible – or impossible – solution.

Keywords: labor market; gender; woman.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva responder a questionamentos básicos que se relacionam à economia, observando as diferenças entre homens e mulheres no quesito capacidade de trabalho, eficiência e diferenciação salarial. Os aspectos econômicos serão voltados ao viés da teoria Neoclássica que será desenvolvida ao longo do texto.

Buscamos responder a alguns pressupostos como a ideia inicial de que se um homem e uma mulher possuem a mesma capacidade de desenvolver o mesmo trabalho e serem

¹Mestranda em Políticas Públicas e Desenvolvimento na Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Graduada em Saúde Coletiva. E-mail: daiani.scheffer.sc@gmail.com

²Doutora em Física pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor do Instituto de Física de São Carlos - Universidade de São Paulo. E-mail: edspada@gmail.com



igualmente eficientes não haveria motivo para a desproporção e desigualdade salarial em que as mulheres recebem menos que os homens até mesmo em serviços mais complexos.

Da mesma maneira, pretendemos responder o porquê de as empresas contratarem mais homens que mulheres, visto que o salário feminino é menor e, caso formassem uma equipe apenas feminina, teriam menores gastos.

Por fim, compreenderemos como essas situações se encaixam em casos brasileiros, analisando a ideia de construção de mercado e seu desenvolvimento; gênero e teoria econômica, fazendo considerações sobre os aspectos que envolvem todos os elementos e formam o mercado atual brasileiro, cujo privilégio é inteiramente masculino, seja em setores públicos ou privados.

2. GÊNERO E MERCADO DE TRABALHO A LUZ DA TEORIA ECONÔMICA

O comportamento do mercado de trabalho tem sido marcante desde o processo da Revolução Industrial em que se iniciou a relação entre trabalhador e as organizações trabalhistas. Atualmente, as indústrias têm se reestruturado para obter capital cada vez mais acumulado e sobreviver ao mundo capitalista de alta concorrência. O complexo de reestruturação de produção sob a mundialização do capital impulsiona as transformações do trabalho industrial e a fragmentação de classe, surgindo um novo e precário mundo do trabalho e desenvolvendo um novo tipo de salário – o salariedade tardio. (ALVES, 2020; OLIVEIRA; PICCININI, 2011)

O surgimento de uma nova classe operária formada por mulheres, imigrantes e trabalhadores de elevado nível educacional e de alta qualificação e fragmentação em seus aspectos estruturais está vinculado à organização da produção de mercadorias. Na nova indústria, o operário central tende a ser mais qualificado e polivalente, mas periférico e com salário precário. Esse complexo de reestruturação produtiva atinge o Terceiro Mundo debilitando o mundo do trabalho e reduzindo pessoal empregado na indústria. Surge, com isso, o desemprego estrutural através do processo de fragmentação sistêmica que afeta o circuito da produção de mercadorias, promovendo impactos decisivos na estrutura de classe. (ALVES, 2020)

Ao falarmos de economia não podemos esquecer de mencionar que existem países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Os primeiros possuem altos índices econômicos que, frequentemente, mantêm-se elevados mesmo com as recessões e as depressões tendo-as como crises flutuantes temporárias. Em contrapartida, nos países subdesenvolvidos - onde as rendas são baixas - a formação do capital e o investimento tendem a ser menores. Essa relação se dá a partir dos índices de natalidade e mortalidade quando ambos se situam em nível muito alto, tornando menos vantajosa a distribuição etária de suas populações. Como consequência, muitos países subdesenvolvidos acabam tendo retrocesso na renda média. Na América Latina, muitos países apresentaram posições de classe média mesmo que de forma não estável,



alcançando desenvolvimento econômico graças aos portos e às cidades, deixando o campo (rural) na estagnação da pobreza e miséria. (MYRDAL, 1972)

Os debates sobre o desenvolvimento econômico foram acirrados no período posterior à Segunda Guerra. Os resultados nas áreas econômicas, políticas e históricas foram muito intensos, como miséria, discriminação racial, desigualdades políticas, econômicas e sociais. Essa preocupação revelou anseios sociais de progresso e melhoria das condições de vida, expressando o desejo da criação de condições iguais para o desfrute universal de segurança econômica e social. (OLIVEIRA, 2002)

A teoria do desenvolvimento surge após a Segunda Guerra Mundial e marca um período de fortes pressões sociais e políticas, nacionais e internacionais, pelo desenvolvimento de países que estavam em estágio de avanço econômico e material inferior aos mais ricos. Estudos recentes têm substituído a visão tradicional que relaciona as ideias do mercantilismo por uma leitura em que se identificam elementos que os aproximam de formulações de políticas industriais do século XX, percebendo a superioridade da produção manufatureira sobre a de matéria prima, associando políticas de comércio exterior protecionistas com incentivos à industrialização e à exportação de produtos manufaturados. (BASTOS; BRITTO, 2009)

Os economistas veem surgir a necessidade de elaborar um modelo de desenvolvimento que englobe todas as variáveis econômicas e sociais. Sob o prisma econômico, “(...) desenvolvimento é, basicamente, aumento do fluxo de renda real, isto é, incremento na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo à disposição de determinada coletividade”. (FURTADO, 1961 *apud* OLIVEIRA, 2002, p.39)

A teoria neoclássica, baseada na função de produção com variações marginais de trabalho e capital (modelo de crescimento de Solow), ignora as diferenças estruturais dos países por considerar válida apenas as vantagens comparativas e, também, não trata de questões de qualidade de vida. A teoria neoclássica do valor e da distribuição baseia-se na escassez, pressupondo a existência de escassez da mão de obra, assumindo a hipótese de retornos constantes de escala; o mecanismo de substituição que gera retornos decrescentes. (OLIVEIRA, 2002)

Para Souza (2011), esse mecanismo determina a trajetória do modelo neoclássico de crescimento só existe caso haja a adição de nova unidade de capital encontre a mão de obra plenamente empregada. Caso isso não ocorra e exista uma oferta de capital será possível adicionar mais uma unidade de trabalho com o crescimento do produto na mesma proporção. Nesse sentido, a ideia que se firma é que quanto mais se acumula capital, mais o produto cresce, já que existe fonte ilimitada de trabalho. Predomina uma visão otimista do processo de produção. Dentro dessa perspectiva, o crescimento econômico gera distribuição equitativa para todos os agentes econômicos segundo sua contribuição ao processo produtivo. Os frutos do progresso técnico são distribuídos aos proprietários dos fatores de produção segundo a produtividade.

Os economistas neoclássicos aceitaram o princípio de Malthus sobre a população e a partir de 1770 apresentaram reformulações e contribuições acerca do pensamento clássico.



Três autores - Carl Menger (1840-1921), William Jevons (1835-1882) e Léon Walras (1834-1910) - ganharam destaque ao aperfeiçoaram a teoria e formarem três escolas: inglesa, com Alfred Marshall (1842-1824); a austríaca com Böhm-Bawerk (1815-1914) e de Lausanne, na Suíça, com Vilfredo Pareto (1848-1923). A escola neoclássica, assim, fundamentou a política econômica dos países capitalistas desenvolvidos até a crise de 1929. (SOUZA, 2011)

Abandonaram a hipótese das proporções fixas, enfocando a teoria do capital com uma relação mais ampla com as taxas de salário e lucro. Essa flexibilidade permitia a adoção de mais capital sem o aumento de emprego. Centraram sua análise no curto prazo, enfatizando os problemas do mercado na melhor alocação dos recursos, ou seja, na eficiência da produção. Consideravam o desenvolvimento como um processo gradual, contínuo e de grande harmonia, derivando da acumulação de capital e mostrando-se otimista quanto às possibilidades de progresso econômico. (MEIER; BALDWIN, 1968 *apud* SOUZA, 2011)

Nas palavras de Souza (2011), os economistas neoclássicos acreditam na crença, também, que o sistema econômico tende ao pleno emprego, com preços e salários flexíveis e que as remunerações dos fatores se distribuem segundo sua produtividade marginal. Dessa maneira, não existiria conflito distributivo entre os agentes econômicos, tendo em vista a eficiência alocativa que se encarregaria de proceder à justiça distributiva. Supunham o crescimento econômico que tendia a elevar os salários reais dos trabalhadores a longo prazo, tendo em vista a contínua demanda de trabalho. Para isso, contribuía a mecanização do trabalho que aumentava a produtividade, gerando rendas médias maiores para os capitalistas e trabalhadores. Para Alfred Marshall, o crescimento da riqueza era gradativo e harmonioso, fomentado por crescente acumulação de capital.

Os teóricos neoclássicos consideram, portanto, a acumulação de capital, a poupança e a taxa de juros elementos fundamentais para o crescimento e desenvolvimento econômico. Ao mesmo tempo, mostraram que a partir do momento em que as taxas de poupança baixam, é menor o caráter desenvolvimentista local. Da mesma maneira, elementos como altos salários na burocracia estatal, comissões estéreis e desvios de verbas para contas particulares ou cofres de partidos reduzem a capacidade de poupança do país e elevam desperdícios de recursos, afugentando o ingresso de mais capital vindo de instituições internacionais para obras sociais. (CADERNOS..., 2017)

Em resumo, para a teoria Neoclássica as causas determinantes do desenvolvimento econômico encontram-se na expansão dos mercados externos ao permitir uma alocação interna de recursos mais eficientes. Contudo, essa expansão precisa existir em consonância com a liberdade de comércio e com o desenvolvimento interno dos meios de transporte. Esse fato econômico se junta a outros como o aperfeiçoamento de leis e instituições, a mobilidade de mão de obra, o grau de urbanização, a preocupação econômica que os indivíduos têm do futuro e que os leva a poupar e os investimentos em educação geral e técnica, ou capital humano para o desenvolvimento do país. (SOUZA, 2011)





3. O CASO BRASILEIRO

Até o século XIX, o mercado de trabalho brasileiro era estruturado a partir da presença do trabalho escravo – força de trabalho até então – durante os ciclos do açúcar e do ouro. Ao “ganhar liberdade”, esse trabalhador – sem terras para trabalhar – tornou-se um atuante dos latifúndios. Essa ocupação de terras não teve respaldo estatal, acontecendo de maneira precária, obrigando a população a um constante deslocamento pelas zonas de fronteira. A má distribuição de terras é o calco do Brasil, gerando um grande e atual problema agrário. (CADERNOS..., 2017)

A partir desse mesmo século se inicia a transformação do mercado escravo para o de trabalho livre. O contingente populacional nessa situação formará os trabalhadores da industrialização tardia do século XX brasileiro. Foi com a queda da Bolsa de Valores de Nova Iorque (1929) que o Brasil passou a restringir o comércio internacional, forçando um maior desenvolvimento interno, o que se juntou ao declínio da produção cafeeira – foco de sustento até então. (CADERNOS..., 2017)

Os trabalhadores do Nordeste passam a ser mobilizados e o desenvolvimento industrial, bem como o surgimento de novos serviços urbanos, governamentais e de utilidade pública ou privada justificavam a integração nacional, contudo, não eram suficientes para ocupar toda a força de trabalho disponível. A vida do trabalhador ainda era afetada pela falta de emprego suficiente e pela forma como o mercado de trabalho era regulado. (CADERNOS..., 2017)

Até 1930 a organização do trabalho em sindicatos era combatida pelo Estado, mas a partir de 1930, o mesmo passou a aceitar esse tipo de organização sob tutela, conseguidos por meio de lutas que concederam direitos sociais quanto ao trabalho e o fortalecimento dos sistemas de previdência. Nos anos 1940, o governo de Getúlio tomou providências relacionadas à área de trabalho, consolidando as relações entre capital e trabalho a partir da instituição da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que gerenciava o salário mínimo e a organização sindical – mesmo que não atingisse a parte rural da população (base da economia brasileira). (CADERNOS..., 2017)

Leone e Baltar (2008) afirmam que o mercado brasileiro sempre foi desestruturado e justificam essa afirmação pelo fato de que o poder público não se empenha na instituição de regras claras com relação à idade com que as pessoas ingressam ou saem do mercado, nem mesmo as características que deveriam possuir para estar inseridas nos distintos tipos de ocupação. A mesma interpretação está presente nos Cadernos de Formação (2017).

A falta de flexibilização e de estruturação no mercado de trabalho têm formado inúmeros tipos de trabalho/emprego, como os trabalhos por conta própria, os assalariados, os trabalhadores por conta-alheia, autônomos, ajudantes não-remunerados, produtores de autoconsumo e autoconstrução. A desestruturação do mercado é consequência do capitalismo selvagem que prega o lucro acima da infraestrutura e dos mecanismos de organização justos do trabalho. (LEONE; BALTAR, 2008)



Nesse sentido, o Estado centralizou todos os recursos apoiando essa acumulação, dedicando menos recursos para as condições de produção e fazendo com que o capitalismo e a acumulação capital se tornasse a base de sustentação do progresso social. Dentro deste mesmo aspecto, podemos perceber que o capitalismo desenfreado baseado na lucratividade afeta a economia gerando fontes de riqueza que são má distribuídas. Dessa maneira, o país tem como uma de suas principais características a desigualdade social, de renda e propriedade. (LEONE; BALTAR, 2008)

O capitalismo se desenvolveu com o pós-Segunda Guerra Mundial e um momento de crise e recuperação que assolou o mundo. O Brasil chegou tardiamente, mas desenvolveu seu mercado de trabalho junto do processo de globalização a partir da década de 90, revelando tendências de desestruturação fortes no mercado de trabalho e comprimindo-o. Com a crise asiática de 1997 e a desvalorização do real em 1999, o país estava se recuperando. Recuperação esta que contou com a crescente participação feminina no mercado que acontecia desde o final da década de 60 junto do declínio das taxas de fecundidade. (LEONE; BALTAR, 2008)

A presença feminina no mercado de trabalho se deu a partir da década de 1970, permanecendo mesmo em elevados índices de desemprego e crise econômica nos anos 1980. Essa inserção se dava pela diferença salarial e pela elevada concentração de setores comerciais e de serviços em alta, ocupações mais vulneráveis e de reduzida exigência de qualificação profissional, situação esta que se estendeu até os anos 1930. (CADERNOS..., 2017)

Contudo, com a expansão industrial da década de 1960 junto ao êxodo rural via-se o deslocamento da força de trabalho agrícola para grandes centros urbanos. A evolução feminina na área rural se desacelerou frente ao crescimento no setor terciário consequência da migração, fazendo surgir, na indústria, novos setores. Essas mulheres passaram a se concentrar nos grandes centros urbanos em áreas de pequeno comércio, serviços pessoais e trabalhos domésticos. (CADERNOS..., 2017)

Foi na década de 1970 que a participação feminina aumentou, sendo maior do que em outros países de igual ou maior desenvolvimento mundial. O Relatório sobre Desenvolvimento Humano do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), de 1998, revelou que no Brasil as mulheres representavam 44% da força de trabalho, proporção essa superior à de países como o Chile (36,6%), Argentina (34,3%), Venezuela (42,1%) e México (38,4%), e até mesmo à de alguns países europeus, como Espanha (24,3%) e Grécia (26,5%). (BAYLÃO; SCHETTINO, 2014)

A presença feminina nesse período se deu como resultado da necessidade econômica, das transformações demográficas, culturais e sociais, o acesso à universidade e a queda da fecundidade, os movimentos feministas que colocavam a mulher nos espaços públicos, assim como ao desenvolvimento de métodos contraceptivos, como o uso de anticoncepcional para a diminuição do número de filhos, podendo dividir-se entre casa e trabalho. No trabalho informal da indústria – as oficinas de fundo de quintal – realizado no próprio domicílio têm predominado a figura feminina, na produção de calçados e confecções. (BAYLÃO; SCHETTINO, 2014)





No trabalho por conta-própria o emprego da mulher aumentou mais do que o homem, enquanto o número de homens desempregados diminuiu. A questão é que o trabalho feminino se mantém informalizado. As empregadas domésticas facilitaram a vida de outras mulheres ao se inserirem em atividades econômicas da mesma maneira em que a participação destas em negócios familiares tem sido mais frequente na forma de membro que auxilia o pequeno negócio. (BAYLÃO; SCHETTINO, 2014)

A partir de 1980, cresce a participação das mulheres entre a população, crescendo, também, a escolaridade. No Censo de 1991, o percentual de mulheres supera o de homens com ensino superior pela primeira vez, mesmo com as diferenças salariais. Elas se destacam nas áreas de Ciências Humanas e Sociais, Biológicas e da Saúde, enquanto os homens nas áreas de Exata, tecnológica e agrária. (CADERNOS..., 2017)

Gráfico 1: População ocupada, por forma de inserção e gênero



Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE (média das estimativas mensais).

No Brasil, chama atenção o forte papel do serviço público estatutário na absorção da força de trabalho feminina. Possivelmente porque o acesso pela via do concurso público reduza a possibilidade de discriminação, contribuindo para uma distribuição mais igualitária dos postos de trabalho. No setor privado, as mulheres predominam em funções e atividades consideradas femininas e que têm menor remuneração.

A OIT (Organização Internacional do Trabalho) define a igualdade salarial como sendo necessário para a realização de um trabalho eficiente. Esse reconhecimento esteve presente na Convenção nº 100 de 1951 e na Convenção nº 111 de 1958. A Convenção nº 111 proíbe distinções e exclusões feitas com base em vários critérios, como o sexo. A Convenção nº 156 de 1981 disserta sobre o compartilhamento de responsabilidades familiares e a de nº 183 de 2000, sobre a proteção à maternidade. A declaração da OIT junto da Convenção das



Nações Unidas tinha por objetivo a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres, promovendo a igualdade de gênero internacionalmente. (CADERNOS..., 2017)

Segundo o Observatório de Gênero (2010), em referência ao relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, países com baixo índice de desenvolvimento humano (IDH) costumam apresentar um alto índice de desigualdade de gênero (IDG). Nas palavras da instituição:

(...) a desigualdade entre homens e mulheres ocasiona a perda de 63% do potencial de desenvolvimento humano no Brasil. O país aparece em 80º lugar na lista, em que estão presentes 138 nações e territórios. O IDG do Brasil é de 0,631. O Brasil é o 17º país com situação mais favorável em termos de equidade no acesso à educação entre os gêneros. O país é um dos 34 em que há mais mulheres do que homens com o ensino médio completo. A proporção de mulheres que alcançaram esse nível de escolaridade é 2,5 pontos percentuais maior que a de homens.

As desigualdades na remuneração entre os sexos são avaliadas – mesmo que não seguramente – através de um indicador conhecido como diferença salarial entre homens e mulheres que mede a diferença entre os ganhos médios masculinos e femininos. Dessa maneira, concluímos que as mulheres se concentram em atividades de menor remuneração. A diferença salarial também pode se referir às diferenças nos ganhos por hora, semana, mês ou ano. Trabalhando menos horas diárias por conta de suas atividades domésticas estão propensas a receber menos horas extraordinárias e restrições de trabalho noturno, como por exemplo, a insalubridade, alta periculosidade, dentre outros. (CADERNOS..., 2017)

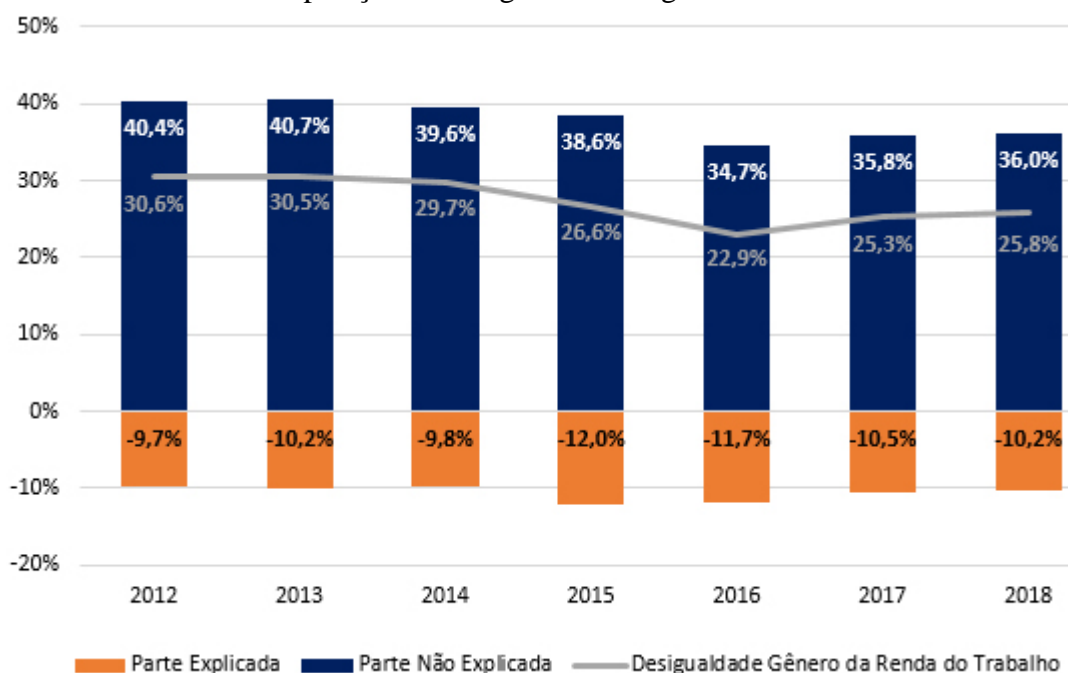
A amplitude da diferença salarial vai variar de acordo com o setor, a profissão, o grupo em que trabalha, a escolaridade e o tempo de serviço. No caso das diferenças salariais desagregadas por escolaridade, indica que as mulheres com instrução superior apresentam diferenças de salário menos significativas em comparação com as de menor instrução, aproximando-se mais do salário masculino (CADERNOS..., 2017)

Nos últimos cinquenta anos o contínuo crescimento da participação feminina é explicado por uma combinação de fatores econômicos e culturais. Primeiro, o avanço da industrialização transformou a estrutura produtiva, a continuidade do processo de urbanização e a queda das taxas de fecundidade, proporcionando um aumento das possibilidades das mulheres encontrarem postos de trabalho na sociedade. É necessário que a própria mulher entenda a necessidade de separar casa e o trabalho ou até mesmo vida pública e privada, valorizando então sua participação constante no complemento da renda salarial familiar ou mesmo sendo a única a provê-los. (BAYLÃO; SCHETTINO, 2014)





Gráfico 2: Decomposição da desigualdade de gênero da renda do trabalho



Fonte: Extraído de <https://blogdoibre.fgv.br/posts/grande-e-persistente-discriminacao-de-genero-no-mercado-de-trabalho-brasileiro>

O mercado de trabalho brasileiro no ano de 2008 apresentou crescimento expressivo contrário ao momento negativo da década de 90 com processos visíveis de formalização de empregos, o que, atualmente, em 2020, tem tido grande queda devido a inúmeros problemas na gestão governamental e na falta de organização econômica, social, cultural e política. (LEONE; BALTAR, 2008)

Nos anos 2008, contudo, o nível de emprego elevou-se beneficiado pela retomada do crescimento econômico como consequência da situação internacional favorável ao aumento de exportações que estimulava a produção e incentivava a ampliação de empregos e renda que, em conjunto com o endividamento das famílias brasileiras, provocava autoconsumo maior com mais investimento, gerando importações. (BALTAR; LEONE, 2006 *apud* LEONE; BALTAR, 2008)

Entre 2004 e 2006, a elasticidade do emprego em relação à atividade econômica elevou-se para 0,7, patamar promissor. Em 2004, o PIB (Produto Interno Bruto) cresceu 5,7%, mas a política macroeconômica preocupada com a inflação a desacelerou para 3,2% e 3,7% entre 2005 e 2006, respectivamente. Em 2007, cresceu novamente 5,4%. (BALTAR; LEONE, 2006 *apud* LEONE; BALTAR, 2008)

Entre 2004 e 2006 houve um acréscimo da PEA (População Economicamente Ativa) por conta da participação feminina cada vez mais presente nas atividades econômicas. Ainda que o ritmo de crescimento da população em idade ativa (PIA) tenha sido o mesmo para



homens e mulheres (2,1% ao ano), a população feminina ativa cresceu mais entre as mulheres (3,2% ao ano), passando elas a serem as responsáveis pelo crescimento da PEA total, elevada para 2,5 % ao ano. (BALTAR; LEONE, 2006 *apud* LEONE; BALTAR, 2008)

O aspecto curioso, contudo, mostra que, apesar do crescimento demonstrado acima em que o emprego da mulher teve aumento em relação ao do homem, ainda sim, mostrou que o desemprego da mulher teve um crescimento de 0,3% ao ano. Coloca-se, aqui, o fato de que foi através dessas mulheres que se expandiu o emprego sem carteira assinada (2,2%), peculiaridade esta, exclusivamente, do trabalho feminino. Dentro dessa situação, é notório observar que o emprego em que a mulher mais está presente ainda é referente ao serviço doméstico; serviço este tem a marca da informalidade estampada no mercado. (LEONE; BALTAR, 2008)

Desse modo, os trabalhos de autoconsumo e autoconstrução passam a possuir papel análogo ao desemprego no caso do mercado de trabalho por conta-alheia, aumentando para ambos os gêneros, contudo, no caso da ocupação por conta própria de mulheres, a participação desse tipo de ocupação ficou 20,7% contra 7,8% para os homens em 2006. Aqui, percebe-se a presença maciça da mulher as atividades agrícolas voltadas para o próprio consumo, o que reforça a questão da invisibilidade do papel feminino na agricultura familiar. (LEONE; BALTAR, 2008)

Assim, mesmo que o crescimento modesto da economia não tenha provocado alterações relevantes, a separação do trabalho nos dois mercados – por conta-alheia e própria – permitiram a verificação do aumento intenso do emprego assalariado e formal, tanto nos estabelecimentos quanto nos serviços domésticos. Cresceram, também, os empregadores, os trabalhadores de autoconstrução e de autoconsumo. (LEONE; BALTAR, 2008)

O aumento da participação feminina no mercado de trabalho tem sustentado o intenso crescimento da população ativa no país, mesmo com a diminuição do ritmo global de crescimento populacional e da queda das taxas de participação de jovens do sexo masculino. (LEONE; BALTAR, 2008)

Para Oliveira e Ariza (2001 *apud* LEONE; BALTAR, 2008), ao adentrar no campo de trabalho é preciso ter ciência do processo histórico de segregação pelo qual a mulher passou ao longo de muitas décadas. Esse processo reflete, hoje, na segregação que as mesmas sofrem no mercado de trabalho. Eram, portanto, segregadas à esfera privada, voltadas ao cuidado do lar dos afazeres domésticos, sendo, assim, excluídas da vivência social.

Contrariando, pois, as expectativas masculinas, essas mulheres têm tido frequentes e grandes êxitos no aumento de sua participação do mercado de trabalho e nas diversas atividades econômicas que a formam, mesmo que isso signifique uma dupla jornada de trabalhos, visto que muitas ainda mantêm o trato doméstico após o expediente de trabalho externo. (LEONE; BALTAR, 2008)

Atualmente, o gênero tem se marcado criteriosamente presente ao criar espaços de trabalho extradomésticos socialmente diferenciados e hierarquizados (OLIVEIRA; ARIZA, 2001 *apud* LEONE; BALTAR, 2008). O gênero, então, acaba por marcar as oportunidades dos indivíduos no mercado de trabalho, criando inúmeras restrições às mulheres para a



ocupação de determinados postos de trabalho, como os de maior prestígio social, limitando suas possibilidades de mobilidade e reforçando o seu lugar através de menores remunerações. Devido a essa segregação, as mulheres têm se concentrado em poucos setores econômicos, como os de serviço com piores remunerações e menores responsabilidades – ficando focadas nos trabalhos extradomésticos. (LEONE; BALTAR, 2008)

É no trabalho extradomésticos que se distinguem duas situações. O mercado de trabalho por conta-alheia, o objeto de intercâmbio não é o trabalho, e sim o produto do trabalho. a diferença de trabalho por conta-alheia e própria é a diferença entre trabalho assalariado e não assalariado. No trabalho assalariado distingue-se o emprego formal do emprego sem carteira de trabalho; já o não assalariado abarca categorias de empregadores, autônomos, não remunerados, produção de autoconsumo e autoconstrução (LEONE; BALTAR, 2008). A segregação feminina é definida pela sociedade patriarca. Mesmo que, atualmente, as mulheres estejam se sobrepondo aos homens em termos de Ensino Superior, elas não conseguem alcançar altos cargos em empresas ou instituições privadas e públicas, visto que são interrompidas ou pelo processo de maternidade ou pelos valores culturais mantidos pelo patriarcado. Como consequência, muitas mulheres têm baixa perspectiva profissional, seja pela baixa remuneração, pelas baixas oportunidades ou o acesso restrito ao mundo do trabalho, limitando, tantas vezes, ocupações instáveis, precárias e informais. (CADERNOS..., 2017)

As mulheres se preocupam mais com a formação profissional e, por isso, se destacam por sua diversidade e processos multifuncionais, aumentando suas conquistas com maior qualificação, facilitando sua entrada no mercado de trabalho e consolidando os padrões femininos (AZEVEDO; FERNANDES; MENEZES, 2000 *apud* BAYLÃO; SCHETTINO, 2014). A diferença na forma de inserção das mulheres e homens com mesma característica produtiva no mercado pode ocorrer por três motivos distintos: primeiro pelo custo de oportunidade de tempo usado para trabalhar que pode diferir entre os gêneros; em segundo por conta da diferença salarial que, muitas vezes, é fruto da discriminação pura e simples e, por último, as mãos de obra femininas e masculinas que podem ser interpretadas pelas firmas como diferentes fatores de produção. (BAYLÃO; SCHETTINO, 2014)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou responder as questões apresentadas em seu início. Sendo assim, podemos perceber que o mercado de trabalho tem recebido uma grande quantidade de mulheres ao longo dos anos. De início as recebeu em trabalhos considerados inferiores, os que eram voltados para áreas domésticas ou comercial, que exigiam menor conhecimento.

Com o passar do tempo, as mulheres começaram a se posicionar diante do mercado e da sociedade, mostrando eficiência e competência nos mais variados serviços e se fazendo perceber em profissões estratégicas de maior valor, não somente as que necessitam de maior grau de instrução, mas a que precisam de maior sagacidade.





Contudo, o que apertava a relação de crescimento feminino dentro do mercado de trabalho – além de muitos outros fatores – era a segregação que fazia dos espaços privados controlados por homens um espaço quase que exclusivamente pertencente a eles, ou seja, tantas e tantas vezes mulheres com maior potencial e conhecimento deixavam de adquirir um emprego de qualidade por conta de machismos e preconceitos com o gênero – mesmo que as capacidades entre homens e mulheres fossem os mesmos.

Ainda nesse sentido apresentavam-se as desigualdades salariais que faziam do homem o pilar central da organização e sustento familiar, deixando, muitas vezes, o emprego feminino como algo secundário, de auxílio, e nunca de destaque. Contudo, com o tempo a mulher passou a assumir sua dupla função, era dona de casa e também trabalhava fora. Para ela isso era essencial para aumentar sua presença no mercado de trabalho, contudo, para os empresários era prejuízo, visto que, por precisar dividir seu tempo com as tarefas domésticas. A mulher, então, acabava por trabalhar uma quantidade menor de horas, deixando de ganhar muitos benefícios junto de seu salário, o que consolidou a justificativa dos empresários para a diferença salarial em relação aos homens.

Pensando assim, poderíamos nos questionar o porquê de os empresários não contratarem apenas mulheres, pagando menos e conquistando os mesmos ou maiores objetivos. Logo lembramos que, além dessa necessidade da divisão de tempo com as atividades domésticas, que não permitem a mulher estender seu tempo de trabalho por inúmeras horas vagas com grande frequência, também a questão da maternidade. Mediante a isso, junto ao preconceito por gênero, muitos empresários não contratam mulheres com filhos e maridos, pois o capitalismo não admite dividir sua mão de obra com outros processos que necessitam de tempo.

REFERÊNCIAS

- ALVES, G. Trabalho e mundialização do capital – o novo e (precário) salariado tardio. **Rede de Estudos do Trabalho**. Disponível em <<http://www.estudosdotrabalho.org/artigo-giovanni-alves-trabalho-mundializacao-capital.pdf>> . Acesso em 10/04/2020.
- AMADO, A. M. Limites monetários ao crescimento Keynes e não-neutralidade da moeda. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 21, n.1, p. 44-81, 2000.
- BASTOS, C. P; BRITTO, G. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. **Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento**. Editora Contraponto, 2009.
- BAYLÃO, A. L; SCHETTINO, E. M. A inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro. **XI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, 2014.
- CADERNOS DE FORMAÇÃO. **Mulheres: mundo do trabalho e autonomia econômica**. Instituto de Economia, CESIT, 2017.
- LEONE, E. T; BALTAR, P. A mulher na recuperação recente do mercado de trabalho brasileiro. **Rev. Bras. Est. Pop.**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 233-249, 2008.





MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Editora Saga S.A, 2 ed, Rio de Janeiro, 1972.

OBSERVATÓRIO DE GÊNERO. **PNUD APRESENTA ÍNDICE PARA MEDIÇÃO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO**. PUBLICADO EM 10/11/2010. DISPONÍVEL EM <[HTTP://WWW.OBSERVATORIODEGENERO.GOV.BR/MENU/NOTICIAS/PNUD-APRESENTA-INDICE-PARA-MEDICAO-DA-DESIGUALDADE-DE-GENERO/](http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/pnud-apresenta-indice-para-medicao-da-desigualdade-de-genero/)>. ACESSO EM 16/05/2020.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Rev. FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002.

OLIVEIRA, S. R; PICCININI, V. C. **Mercado de trabalho: múltiplos (des)entendimentos**. RAP – Rio de Janeiro 45(5), p. 1517-538, 2011.

SCORZAFAVE, L. G; MENEZES-FILHO, N. A. Participação feminina no mercado de trabalho brasileiro: evolução e determinantes. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 441-478, dez. 2001.

SOUZA, N.J. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 2011.

Recebido em 03/11/2020

Aceito em 11/11/2020





POBREZA FEMININA NO BRASIL: OS DOMICÍLIOS POBRES CHEFIADOS POR MULHERES

FEMALE POVERTY IN BRAZIL: POOR HOUSEHOLDS HEADED BY WOMEN

Maria Eduarda Gabriel Garrucho¹

Lilian Cervo Cabrera²

Carlos Eduardo Caldarelli³

RESUMO

Este estudo tem por objetivo analisar a incidência da pobreza nos domicílios chefiados por mulheres no Brasil, para o período de 2012 a 2018, distinguindo as áreas rurais e urbanas. Para tanto, utilizam-se microdados da PNADC (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), especificando o gênero feminino como chefe e detentor da renda do domicílio considerado pobre, aqueles com a renda *per capita* inferior a ½ salário mínimo. A análise deste estudo permitiu concluir que, entre 2012 e 2018, a maioria dos domicílios chefiados por mulheres encontraram-se abaixo da linha da pobreza nas áreas urbanas e rurais do Brasil, sendo que, nesta última, a desigualdade de distribuição da renda foi ainda mais elevada. No que tange às desigualdades de gênero, é possível verificar a relevância desses resultados, visto que provavelmente foram influenciados por um modelo de sociedade patriarcal dominante no país.

Palavras-chave: Distribuição de Renda; Pobreza; Pobreza monetária feminina; Famílias chefiadas por mulheres.

ABSTRACT

This study aims to analyze the incidence of poverty in households headed by women in Brazil, from 2012 to 2018, distinguishing rural and urban areas. To do so, we used the PNADC microdata (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), specifying the female gender as the head and holder of income of the household considered poor, with no per capita income below ½ minimum wage. The analysis of this study allowed to conclude that, between 2012 and 2018, the majority of households headed by women were below the poverty line in urban and rural areas of Brazil, and in the latter, the inequality of income distribution was still higher. Regarding gender inequalities, it is possible to verify the relevance of these results, since they were probably influenced by a dominant patriarchal society model in the country.

Keywords: Income Distribution; Poverty; Female monetary poverty; Families headed by women.

¹ Graduanda em Ciências Econômicas na Universidade Estadual de Londrina. Bolsista do programa IC/CNPq. E-mail: maria.garrucho@uel.br

² Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Economia Regional da Universidade Estadual de Londrina. Bolsista do programa CAPES/PNPD. E-mail: liliancabrera_86@yahoo.com.br

³ Doutor em Economia Aplicada pela USP/ESALQ. Professor do departamento de Economia da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: carlos.caldarelli@gmail.com





INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar a incidência de pobreza monetária em domicílios chefiados por mulheres, especificamente para o caso brasileiro, nas áreas rurais e urbanas, para o período de 2012 a 2017. Observa-se, de acordo com Hoffmann (2019), que uma parte considerável da população é pobre no Brasil, e que a distribuição da renda domiciliar *per capita* entre as áreas urbanas e rurais é um marco para a desigualdade presente no país.

Neste estudo, parte-se da hipótese de que, além das pressuposições de pobreza em um contexto geral, no Brasil os domicílios pobres são numerosos quando a mulher é a chefe da família. O interesse por esses domicílios cresceu devido a constatação de que sua proporção estava aumentando, de acordo com Novellino (2004), o que enseja um exame mais detalhado da situação.

As classificações das Nações Unidas para domicílios chefiados por mulheres são três: (i) domicílios compostos por somente uma pessoa; (ii) domicílios onde há mulheres e crianças, mas não homens adultos; (iii) domicílios onde há homens adultos presentes, mas devido à invalidez, desemprego, alcoolismo ou outros fatores, uma mulher é a principal provedora econômica (NOVELLINO, 2004). Nesse sentido, compreender a dinâmica da pobreza em domicílios em que a mulher é chefe no Brasil, detalhando-se por região e situação censitária – urbano e rural –, é crucial para que se possa focalizar a questão da feminização da pobreza e para que, dessa forma, se possa apontar o contexto geral desse problema. Além disso, é salutar sugerir políticas públicas de combate à pobreza, sobretudo ações mais específicas, ou seja, políticas de gênero direcionadas aos grupos de mulheres independentes que são prejudicadas pela desigualdade de gênero, desde o desequilíbrio salarial até o pré-conceito de que é sua obrigação dispor de uma dupla jornada de trabalho.

MULHER, DESIGUALDADE DE GÊNERO E POBREZA

A desigualdade de gênero refere-se às constantes desigualdades de direitos entre homens e mulheres, em que as últimas saem em desvantagens tanto na remuneração quanto jornada de trabalho, além de outros fatores como a mobilidade socioeconômica, pois esse grupo enfrenta barreiras culturais e maiores restrições no mercado de trabalho.

Na década de 1990, a desigualdade de gênero na sociedade brasileira reduziu, visto que houve uma maior inserção feminina no mercado de trabalho, juntamente com o aumento das atividades informais. Essa inserção deveu-se principalmente ao crescimento da escolaridade das mulheres, que foi uma conquista das mesmas e que refletiu numa queda das taxas de fecundidade (GALEAZZI et al., 2001).

Diante desse quadro, as mulheres obtiveram um significativo aumento da participação no mercado de trabalho brasileiro, saindo de 32,5% em 1991 para 40% em 2000, elevando o PIB *per capita* feminino de US\$1.362 em 1991 para US\$1.731 em 2000. Mesmo com essa melhora, os rendimentos masculinos continuaram muito superiores aos rendimentos



femininos, o que sugere rendimentos menores em domicílios chefiados por mulheres (MELO; BANDEIRA, 2005).

As novas estruturas do mercado de trabalho influenciaram na taxa de atividade feminina da população economicamente ativa, pois esta dobrou do período de 1920-1960 até 2000, passando de uma média de 20% para 40%, no referido período. O crescimento da taxa de atividade feminina foi resultante, portanto, de vários fatores, como o aumento da escolaridade, a queda da fecundidade, aumento do número de domicílios chefiados por mulheres, além de mudanças de interpretação do papel social feminino. Porém, essas mudanças não foram suficientes para extinguir todas as desigualdades e diferenças salariais. Cargos de chefia, por exemplo, continuaram sendo designados aos homens, restando apenas cargos com menores rendimentos para as mulheres (GALEAZZI *et al.*, 2001).

A estrutura monoparental feminina, em especial, é a que sofre os maiores impactos das desigualdades de gênero, pois é a parcela da sociedade que não possui rendimento de um homem no domicílio, e, por isso, muitas vezes está mais propensa a situação da pobreza (NOVELLINO, 2004). Portanto, toma-se por hipótese que as desigualdades de acesso ao mercado de trabalho entre homens e mulheres e os rendimentos desfavoráveis às mulheres estão intrinsicamente relacionadas à insuficiência de renda e pobreza. Assim, evidenciar como tais assimetrias comprometem essa parcela da população é mister para que se assegurem avanços e que se desenhem políticas públicas mais eficientes.

Em estudo sobre a relação entre o trabalho feminino e o processo da maternidade, Garcia e Viecili (2018) apontaram que quando a licença maternidade chega ao fim, a decisão de retornar ao emprego ou permanecer em casa cuidando do filho é da mãe. Porém, diversas vezes, as mães têm que conciliar a maternidade e o trabalho devido a dificuldades financeiras, e com isso, enfrentam preocupações constantes em relação aos cuidados com a criança e à qualidade de seu desempenho profissional. Para Abramo (2007), esta situação é um dos motivos que impõe barreiras para uma maior inserção das mulheres no mercado de trabalho. Há uma hesitação do empregador de contratar uma mulher, devido aos custos de contratação e os benefícios que são concedidos por lei, tal como a licença maternidade e o recebimento de taxas mais elevadas que a dos homens quando estão afastadas em prol do seu papel de cuidar das crianças.

Em sua obra, Novellino (2004) cita cinco diferentes políticas públicas destinadas às mulheres que são abordadas no trabalho de Moser (1989), sendo essas:

- 1) Bem-estar social: essa concepção centra nas funções reprodutivas das mulheres, portanto, são estabelecidos programas que auxiliam e/ou orientam na nutrição e no planejamento familiar. As mulheres são beneficiárias inertes desse programa, não fazem parte de discussões com o Estado para optarem por mudanças e/ou melhorias, pois a elas é designado apenas o papel de ser mãe;
- 2) Equidade: de acordo com essa abordagem, as mulheres devem participar do planejamento de políticas públicas. Diante disto, o movimento organizado de mulheres realizou diversas tentativas de adotar esta concepção a partir da Década das Mulheres – entre os anos de 1976 a 1985 –, estabelecida pela ONU;



3) Contra a pobreza: política implantada desde 1970, que busca a redistribuição e a garantia de que as mulheres pobres elevem sua produtividade. Nesta perspectiva, a pobreza feminina é vista como um problema de subdesenvolvimento e não de subordinação. Logo, este tipo de política pública acarretará em programas destinados à geração de renda;

4) Eficiência: Nesta perspectiva, a igualdade de direitos entre os gêneros seria atingida através da eficiência da participação econômica das mulheres.

5) Empoderamento: vinculada ao movimento feminista, tem como objetivo empoderar as mulheres através de programas destinados ao melhoramento da autoconfiança, fornecendo treinamento e capacitação para a inserção no mercado de trabalho e em atividades políticas;

Diante das políticas apresentadas anteriormente, nota-se que elas se voltam principalmente à sobrevivência de mulheres pobres e seus filhos e não auxiliam num maior empoderamento feminino. Portanto, a maior parte das políticas públicas é assistencialista e oferece ajuda alimentar, bolsa de estudos, programa de renda mínima e outros, para a mulher e a família, assumindo a maternidade como um todo em suas vidas, concentrando-se nas funções reprodutivas das mesmas e ignorando suas atividades produtivas e geradoras de renda, ou seja, criando dependência das mulheres ao invés de ajudá-las a se tornarem mais independentes e suficientes financeiramente.

No cenário brasileiro recente, praticamente metade das mulheres chefes de família dependem de apoio para a administração de seus lares, e programas como o Bolsa Família são exemplos disto, visto que auxiliam na complementação da renda dos domicílios dessas famílias vulneráveis (MAIA *et al.*, 2015). No entanto, mesmo que as mulheres sejam amparadas por essas políticas públicas que lhe asseguram determinados direitos sociais, elas não são suficientes para reparar as vulnerabilidades ocasionadas pela desigualdade de gênero. Estas lhe garantem basicamente o benefício de poder se afastar temporariamente do trabalho e continuar recebendo para que possam cuidar dos filhos, mas não solucionam problemas que vão além da maternidade, como, por exemplo, a discriminação salarial pelo simples fato de ser mulher e as dificuldades em conciliar a dupla jornada de trabalho. Para isto, é crucial, de acordo com a ONU (2020), que haja políticas de gênero específicas que gerem benefícios para as mulheres, para que dessa forma, suas oportunidades se igualem a dos homens.

Em geral, políticas de gênero devem contribuir para o empoderamento feminino e para a erradicação da desigualdade de poder entre mulheres e homens. No Brasil, políticas de gênero devem ser um instrumento contra as desigualdades de gênero, bem como desigualdades sociais e étnicas, abrangendo diversas questões como os direitos sexuais, acesso à água, esgoto e energia elétrica, violência doméstica e na rua, educação, distribuição de propriedades, reforma agrária, emprego com condições de trabalho dignas, representação e participação política (NOVELLINO, 2004).

Um ponto relevante que merece destaque é a distinção entre políticas públicas de gênero e políticas públicas para as mulheres. As políticas públicas de gênero são centradas na redução da desigualdade entre os gêneros feminino e masculino, partindo do pressuposto de





que há uma discriminação enraizada da mulher na sociedade desde os primórdios. Essa política tem o propósito de dar fim à natureza de conflitos gerados nas relações interpessoais entre homens e mulheres, já que eles causam um padrão de comportamento entre os sexos. Já as políticas públicas para as mulheres enfatizam o lado reprodutor da mulher, oferecendo maior qualidade educacional para seus filhos, creches, saúde e outros meios que forneçam qualidade de vida, e não um suporte de empoderamento e autonomia (MELO; BANDEIRA, 2005).

Dessa forma, quando as políticas públicas para as mulheres tratam de problemas como violência e saúde da mulher, por exemplo, a mesma pretende resolver um problema pertinente à natureza dos comportamentos entre os sexos. Porém, como não utiliza meios das políticas públicas de gênero para resolvê-los, os problemas seguem existindo.

Diante dos apontamentos, é necessário ressaltar que as políticas públicas para as mulheres não são excludentes das políticas de gênero. Portanto, não se deve minimizar sua importância, mas explicitar que elas possuem uma perspectiva de menor abrangência, visto que não buscam cessar as visões tradicionais do feminino. Além disso, como pode-se notar, o cenário brasileiro atual é composto basicamente de políticas públicas para as mulheres, o que é válido e necessário, porém, não apresenta políticas de gênero. Estas são cruciais para a melhor autonomia da mulher no mercado de trabalho e para pôr fim às desigualdades de gênero que são aspectos culturais do nosso país (FARAH *et al.*, 2018).

Um exemplo capaz de indicar a necessidade de políticas de gênero que reduzam as desigualdades existentes entre homens e mulheres pode ser notado no estudo de Hoffmann (2019), em que o autor verificou as principais características da distribuição do rendimento de todos os trabalhos de pessoas ocupadas no Brasil, conforme dados da PNAD contínua anual de 2017. De um total de 89.120 pessoas - 50.957 homens e 38.163 mulheres -, foi constatado um rendimento médio de R\$2.416,00 para os homens e R\$1.873,00 para as mulheres. Analisando medidas de desigualdade da distribuição da renda, verifica-se ainda que esta é maior entre homens do que entre mulheres. Isto não significa que a situação das mulheres em relação à distribuição da renda seja melhor, o que os dados mostram é que, em geral, todas as mulheres possuem uma remuneração semelhante e abaixo da dos homens.

Além disso, de acordo com Maia *et al.* (2015), o nível de escolaridade das mulheres não influencia na sua taxa de desemprego como ocorre no caso dos homens. Segundo esse estudo, apesar das mulheres possuírem um nível de escolaridade maior do que os homens, elas apresentam maior dificuldade em se empregar, além de possuírem remuneração inferior à dos homens mesmo trabalhando, muitas vezes, em uma jornada de trabalho maior. Com base nesses dados, é de suma importância ressaltar o quão necessárias são as políticas de gênero no Brasil, para que estas reduzam as desigualdades e sejam capazes de garantir oportunidades iguais entre homens e mulheres.

Essas diferenças de gênero no Brasil são ainda maiores quando há interseção de gênero e raça. Há estudos que abordam temas desta relevância e constatam que as mulheres negras podem receber até 60% menos que os homens brancos, enquanto as mulheres brancas podem receber 30% menos (MELO; BANDEIRA, 2005).





Em suma, os desafios enfrentados pelas mulheres como discriminação racial e de gênero acrescentam-se às dificuldades de combinar trabalho e família. Isto acaba refletindo diretamente nos rendimentos obtidos por elas, e na sua atuação no mercado de trabalho, bem como no desenvolvimento de seus filhos em elementos como educação e bem-estar (MAIA *et al.*, 2015). Ao consultar os resultados obtidos pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil para o ano de 2010, pode-se comparar diferentes situações de trabalho, setor, raça, faixa etária, e em que proporção elas afetam homens e mulheres. A análise é feita por regiões, sendo elas, Norte, Sul, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste, excluindo os dados do Distrito Federal.

Essa análise traz uma interessante observação: em 2010, todas as regiões do Brasil, exceto o Nordeste, apresentaram uma renda *per capita* feminina inferior à masculina. Uma das hipóteses que pode explicar este fenômeno é que mesmo que todas as regiões brasileiras apresentem uma inferioridade de renda dos negros (homens e mulheres) perante os brancos, essa diferença por cor é ainda mais gritante na região Nordeste. Portanto, por hipótese, segundo estes resultados, a região Nordeste é a que mais inferioriza os negros em termos monetários, ou seja, para essa região, a cor da pele influencia em proporções extremas o salário, enquanto a condição de gênero influencia em menores proporções.

Ainda com base nesse estudo, nota-se que, o fato de ser mulher e a baixa escolaridade eliminam reais oportunidades de emprego. Os dados apontam que o percentual dessa população era de 17,23% no país. Logo, é imprescindível observar o percentual de mães chefes de família, sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família, pois estas representam a parcela mais vulnerável entre as mulheres, já que não possuem uma base educacional e, portanto, enfrentam ainda mais dificuldades para se inserirem no mercado de trabalho.

Além disso, cumpre destacar que no âmbito familiar onde a mulher é chefe do domicílio, políticas públicas como as já citadas no presente trabalho, de transferência de renda, por exemplo, são insuficientes para a erradicação da desigualdade entre homens e mulheres, dado que estas últimas, em sua maioria, enfrentam barreiras sexistas no mercado de trabalho, sendo, algumas delas, segundo Melo e Bandeira (2005), reduzida remuneração, elevada jornada de trabalho, pouca qualificação entre as mulheres pobres e baixa proteção social entre elas.

Portanto, é crucial que haja políticas de gênero específicas que ofereçam suporte e contribuam para o empoderamento feminino, assegurando às mulheres seus direitos, como um trabalho com remuneração justa, onde as horas extras sejam contabilizadas e pagas, e que não haja exploração do tempo de serviço. Além disso, estas políticas devem ser focadas em fornecer acesso à serviços de saúde e educação, para garantir a qualidade de vida da mulher e de sua família (ONU, 2020).

Diante dos dados expostos até o momento, e tendo consciência de que o histórico de pobreza monetária feminina – principalmente quando a mulher é chefe do domicílio – se perpetua até os dias atuais, pode-se dizer que o Brasil possui uma representação feminina na pobreza e, mesmo com o passar dos anos, continua apresentando situações de feminização da pobreza.





Apesar dos termos citados, “representação feminina na pobreza” e “feminização da pobreza” possuem relação entre si, eles são distintos. Enquanto o primeiro refere-se à verificação de uma maior pobreza entre as mulheres ou entre as famílias por elas chefiadas em um determinado espaço de tempo, o último diz respeito a mudanças que ocorrem entre dois momentos na história, ou seja, baseia-se no aumento da pobreza no universo feminino ao longo do tempo (COSTA *et al.*, 2005).

Existem diversas formas de se avaliar o que é a feminização da pobreza. Uma delas, segundo Costa *et al.* (2005), diz que a feminização da pobreza consiste num aumento da proporção de mulheres ou de pessoas em famílias chefiadas por mulheres entre os pobres, estando sujeitas às observações demográficas da população analisada. Uma outra avalia o aumento da proporção de pobres entre as mulheres ou uma intensificação de sua pobreza caracterizaria a feminização da pobreza. No entanto, Costa *et al.* (2005) ressaltam que pode-se também relacionar feminização da pobreza à piora relativa dos indicadores. Se a incidência da pobreza entre mulheres não fosse alterada, por exemplo, enquanto a dos homens diminuísse, as mulheres estariam em desvantagem quando comparada aos homens. Do ponto de vista da provisão da renda, para Costa *et al.* (2005), a feminização da pobreza é compreendida não como uma ampliação relativa ou absoluta da pobreza entre mulheres, mas como a elevação de uma “dimensão feminina” da pobreza, relacionada à estrutura familiar, devido a dissolução de uniões ou/e gravidez fora das mesmas, levando as mulheres a cuidarem da família sem cônjuges, e estas famílias, tendo um adulto para contribuir com a renda a menos, estariam mais tendenciosas à situação de pobreza. Dessa forma, o aumento da pobreza poderia ocorrer tanto em famílias com chefia feminina quanto masculina.

A partir dessas observações, pode-se analisar a feminização da pobreza num ambiente mais específico como, por exemplo, as áreas rurais do Brasil, partindo do pressuposto de que essas áreas possuem características próprias, como as atividades de trabalho desenvolvidas no campo, os estereótipos atribuídos aos trabalhadores, as condições do trabalho e da vida em geral, além de outros aspectos histórico-culturais que marcam desde os primórdios o modo de ver e viver dessas pessoas (CAMPOS, 2009).

As áreas rurais apresentam baixa desigualdade na distribuição da renda domiciliar *per capita*, não porque possuem bem-estar social, mas sim porque enfrentam uma pobreza generalizada. Essa situação se intensifica em domicílios familiares chefiados por mulheres e, nesse contexto, é ainda mais nítida em determinadas regiões do Brasil (RAMOS, 2007). Segundo Maia *et al.* (2015), os dados do Censo 2000 (IBGE, 2002) mostram que 91,4% dos domicílios de chefia feminina estão localizados em cidades, enquanto apenas 8,6% estão localizados nas áreas rurais, ou seja, os domicílios familiares chefiados por mulheres podem ser considerados um evento tipicamente urbano. Por outro lado, se observamos a ocorrência de pobreza feminina no Brasil por região, verifica-se que algumas regiões, como a região Sudeste, possuem menor incidência de mulheres em condição de pobreza monetária, o que não ocorre nas regiões menos desenvolvidas, como a Nordeste.

No entanto, quando observado o meio rural, notou-se uma maior desigualdade salarial de gênero, pois a média de rendimento feminino era de 46,3% do valor recebido pelos





homens. Nas regiões Sul e Sudeste, essa desigualdade salarial marcante na área rural supera a média nacional. Na primeira, o rendimento médio feminino corresponde a 39,5% do valor médio recebido pelos homens, enquanto no Sudeste essa proporção é de 43,2% (CAMPOS, 2009). A região Nordeste, que não progride de maneira substancial, apresenta a maior igualdade salarial, em que as mulheres recebem, em média, pouco mais de 60% do valor médio recebido pelos homens, tanto no meio urbano quanto no rural. Esta igualdade de gênero na remuneração não se deve à elevação do rendimento médio feminino, e sim as condições de pobreza e baixos salários médios generalizados (CAMPOS, 2009).

Infere-se, portanto, que em geral, as regiões menos desenvolvidas, como a Nordeste, apresentam menor desigualdade salarial entre homens e mulheres, porque ambos possuem baixa remuneração, estando todos, em sua maioria, em condição de pobreza. Já regiões mais desenvolvidas, como o Sul e Sudeste, possuem maior desigualdade de gênero na distribuição salarial, onde a mulher recebe menos que o homem, porém a pobreza monetária nessas regiões, tanto para homens quanto para mulheres, é menos incidente do que a pobreza em regiões de menor desenvolvimento.

O aumento da pobreza social pode ser observado com o enxugamento do mercado de trabalho, e nos municípios em que a economia é movida principalmente pela agropecuária, as mulheres são as mais prejudicadas por esse processo que se intensificou na década de 1990 (CAMPOS, 2009). Isso significa que há uma discriminação por gênero no processo de “enxugamento” do mundo do trabalho rural. Estudos realizados em diferentes regiões do Brasil mostraram que a força de trabalho feminina é excluída e/ou inserida de maneira precária na produção agropecuária, independentemente do tipo de produção (CAMPOS, 2009).

Segundo as análises de Hoffmann (2019), a porcentagem de homens ocupados, no setor não agrícola, em 2012 e 2017, era de 56,7% e 55,7%, respectivamente. Em contrapartida, a porcentagem de mulheres ocupadas, no setor não agrícola, era de 43,3% em 2012 e 44,3% em 2017. Já no setor agrícola, nos anos de 2012 e 2017, a porcentagem de homens ocupados foi de 88,2% e 87,2%, respectivamente, enquanto a das mulheres ocupadas foi de 11,8% em 2012 e 12,8% em 2017.

Logo, verifica-se a discrepância entre a proporção de mulheres ocupadas no setor agrícola e não agrícola para o ano mais recente, de 2017, onde a proporção de mulheres entre as pessoas ocupadas no setor não agrícola supera 44%, e no setor agrícola não chega a 13%. Fica nítido, portanto, que a discriminação da mulher no setor agrícola perpetua até os dias atuais.

Além disso, o Brasil apresenta uma distribuição desigual de terras, contando com uma vasta área territorial sob domínio de grandes produtores. Logo, a grande maioria das terras se concentra nas mãos de poucos, e, destes, é mínima a quantidade de mãos femininas (CAMPOS, 2009). A partir deste enfoque, o autor destaca as observações de Ney e Hoffman (2003), de que o principal motivo para que a maioria das pessoas, principalmente as mulheres, não tenham rendimentos ou recebam remunerações pequenas nesse setor produtivo é o fato de que no Brasil a posição na ocupação em atividades agrícolas é condicionada pela posse de



terra. Ademais, o trabalho no campo demanda esforço físico e, conseqüentemente, por questões físicas, é mais complexo uma figura feminina estar empregada.

Mesmo diante dessas barreiras impostas à figura feminina, tanto na área urbana quanto na área rural do Brasil e do mundo, as mulheres estão cada dia mais deixando de se subjugar aos homens, e estão lutando pela sua independência e inserção no mercado de trabalho, com vistas à superação das condições desiguais e redução da pobreza. Um exemplo disso ocorreu recentemente, em julho de 2019, quando uma nova conquista foi contemplada às mulheres. A ministra alemã da Defesa, Ursula von der Leyen, foi eleita presidente da Comissão Europeia, tornando-se a primeira mulher a assumir o cargo mais importante do bloco. A nova presidente da comissão destacou a importância de um auxílio europeu ao desemprego e o equilíbrio de gênero em cargos da comissão, com intuito de combater a pobreza e assegurar os direitos das mulheres (CHEE, 2019).

Mesmo que essa vitória não tenha ocorrido no Brasil, ela é de extrema relevância para as mulheres como um todo, e, para o caso brasileiro, traz um alerta sobre o atual cenário político do nosso país, pois segundo os indicadores de gênero do IBGE, em dezembro de 2017, no Senado Federal, apenas 16,0% dos senadores eram mulheres e, na Câmara dos Deputados, apenas 10,5% dos deputados federais eram mulheres. Isso mostra o quanto políticas de gênero de empoderamento feminino são cruciais no país, para que mulheres participem da vida pública ocupando posições de liderança em proporções ao menos igualitárias à dos homens.

Somando-se a isto, espera-se que o empoderamento feminino implique também em uma maior igualdade de gênero dentro dos domicílios no que diz respeito aos afazeres domésticos, visto que através da análise de Campos (2009), foi possível notar que as mulheres de todas as faixas de renda domiciliar per capita gastam mais horas nos afazeres domésticos do que os homens. Esta diferença se intensifica quando a mulher é pobre, já que, segundo a autora, as mais ricas tendem a contratar empregadas domésticas, ou a obter eletrodomésticos que reduzem o tempo de trabalho, como máquina de lavar, por exemplo.

METODOLOGIA E BASE DE DADOS

Este estudo utiliza o conceito de pobreza monetária – visto como insuficiência de renda – para classificação de domicílios em pobres e não pobres. Para tanto foram utilizados os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD contínua – em sua versão anual. Os dados contemplam o período de 2012 a 2018.

Como renda per capita do domicílio, foi considerada a soma do rendimento de todos os trabalhos dos componentes desse – exclusive pensionistas, empregados domésticos e parentes do empregado doméstico –, dividida por todos os componentes do domicílio. Esses dados foram atualizados utilizando como deflator o INPC do IBGE, sendo a base os meses de setembro, outubro e novembro de 2018, defasando-se os rendimentos em um mês a cada trimestre.





O conceito de linha de pobreza utilizado segue a literatura sobre estudos de pobreza e insuficiência de renda e considera como pobres os domicílios com renda per capita de seus componentes menor ou igual a ½ salário mínimo. Para tal referência foi utilizado o valor do salário mínimo de 2018 (R\$954) e a linha de pobreza, neste estudo, consistem em rendimento per capita inferior a R\$477 – em reais de 2018.

O conceito de *Headcount Ratio*, ou porcentagem de pobres, consiste neste estudo em classificar os indivíduos de acordo com seus rendimentos de todos os trabalhos *per capita* abaixo da linha de pobreza, o que sinaliza a proporção de pobres em relação a essa linha de balizamento. Pode-se definir, portanto, percentual de pobres como:

$$P = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^n I(Y_i < z)$$

Onde P é a proporção de pobres; n é o número total de indivíduos e; $I(.)$ é uma função indicadora que assume valor 1 quando a renda per capita (Y_i) assume valor menor que a linha de pobreza (z) e zero quando não.

Este estudo utiliza o aspecto monetário para calcular e identificar os domicílios brasileiros chefiados por mulheres inseridos na condição de pobreza, para os anos de 2012 a 2018. Nesse sentido, para definir domicílios pobres e não pobres, fora utilizado uma linha de pobreza que separou os domicílios em valor menor ou igual a meio salário mínimo *per capita*, e maior que meio salário mínimo *per capita*. A renda foi utilizada por ser considerada, mesmo que insuficiente, uma condição necessária para o bem-estar de uma pessoa, e além disso, foi utilizada também por ser comum neste tipo de estudo com enfoque sobre pobreza e desigualdades.

A partir da base de dados da PNADC, foram selecionados domicílios na área urbana e rural cujo chefe detentor da renda era mulher, e analisou-se o percentual de domicílios que eram considerados pobres, ou seja, que tinham uma renda domiciliar *per capita* menor ou igual a meio salário mínimo, comparando tais resultados com os domicílios chefiados por homens. Assim, as mulheres chefes de família foram divididas da seguinte maneira: mulher branca com domicílio localizado na área urbana; mulher branca com domicílio localizado na área rural; mulher não-branca com domicílio localizado na área urbana; mulher não-branca com domicílio localizado na área rural. Para efeito de comparação, os homens chefes de família foram divididos de forma semelhante.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

É possível observar na Tabela 1 que, em geral, quando comparadas a renda média *per capita* de todos os trabalhos de homens e mulheres chefes do domicílio, esta é inferior quando a mulher é chefe do domicílio, e é ainda menor quando esta está instalada na área rural.





Através da Tabela 1, é também possível calcular a variação percentual geométrica do rendimento médio *per capita* de todos os trabalhos de mulheres chefes do domicílio no Brasil de 2012 a 2018, e verificar que este cresce, em média, 0,15% ao ano. Já para os homens chefes do domicílio, esse crescimento é de 0,33% ao ano. Registra-se, portanto, que a renda dos domicílios chefiado por mulheres cresce mais lentamente comparados àqueles chefiados por homens.

Nota-se também, o efeito da crise econômica tanto nos domicílios chefiados por mulheres quanto nos domicílios chefiados por homens, nas áreas urbanas e rurais do Brasil (Tabela 1), pois a renda média *per capita* em todas as categorias analisadas diminuiu em 2015 e 2016, e só voltou a se recuperar e crescer novamente em 2017, com exceção da categoria de mulheres chefes de domicílios nas áreas rurais.

Ao refletir sobre esses resultados, focando nos aspectos rurais e de gênero, sugere-se que a falta de geração de renda, bem como a falta de oportunidades e de diversidade de trabalho no campo possam potencializar esses resultados (BUENO; LOPES, 2018).

Nessa perspectiva, discutir a pobreza rural feminina revela a vulnerabilidade das mesmas, dado que as condições de trabalho são diferentes para homens e mulheres. O salário das mulheres é visto como fonte secundária de renda, como um rendimento complementar e como trabalho coadjuvante para o âmbito familiar, visto que as práticas femininas são praticamente invisíveis na esfera produtiva. Tais condições são piores quando consideradas as mulheres do meio rural, sendo essas as que apresentam maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho e com poucas oportunidades de qualificação (CARLOTO; GOMES, 2011).

Tabela 1: Renda média per capita de todos os trabalhos no Brasil, de mulheres e homens chefes do domicílio de 2012 a 2018, conforme dados da PNAD contínua

Ano	Mulheres chefes do domicílio			Homens chefes do domicílio	
	Total	Urbano	Rural	Total	Urbano
2012	R\$1.035,38	R\$1.120,88	R\$482,19	R\$1.159,01	R\$1.392,59
2013	R\$1.056,64	R\$1.146,89	R\$511,12	R\$1.202,43	R\$1.458,72
2014	R\$1.073,78	R\$1.165,91	R\$528,65	R\$1.246,60	R\$1.505,69
2015	R\$1.064,82	R\$1.160,57	R\$508,30	R\$1.204,56	R\$1.452,57
2016	R\$1.030,20	R\$1.125,00	R\$506,26	R\$1.172,97	R\$1.418,48
2017	R\$1.047,10	R\$1.145,83	R\$500,31	R\$1.206,98	R\$1.453,19
2018	R\$1.091,48	R\$1.194,14	R\$530,82	R\$1.267,34	R\$1.529,74

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da PNADc (IBGE, 2019).

Na sequência, com base nos dados de renda dos domicílios chefiados por mulheres, empreende-se análise de incidência de pobreza monetária nesses domicílios, em que a análise é apresentada por região brasileira. Vale destacar que as tabelas a seguir apresentam a porcentagem de pobreza de acordo com o meio em que vivem (urbano ou rural) e a cor



(branca ou não branca). Assim, cada valor apresentado é indicativo da porcentagem de pobres sobre um total de 100% (de pobres e não pobres).

Na Tabela 2, é possível notar a incidência da pobreza em domicílios chefiados por mulheres na região Sul, na área urbana e na área rural, sendo que esta última apresentou um percentual de pobreza mais marcante. Além disso, é notável o quanto essa pobreza está presente em domicílios chefiados por homens e mulheres não-brancas, o que pode indicar, além de uma discriminação por gênero e moradia, uma discriminação por cor.

Nota-se que em 2015, ainda sob efeitos da crise econômica, os homens brancos da área rural apresentaram uma maior pobreza em relação às mulheres brancas da mesma área, e o gênero masculino voltou a apresentar um percentual de pobreza maior no ano de 2017, sendo os mais prejudicados os homens não-brancos da área rural em relação às mulheres não-brancas da mesma área.

Tabela 2: Homens e mulheres pobres chefes do domicílio na Região Sul, nas áreas urbano e rural, brancos e não-brancos, conforme dados da PNAD contínua de 2012 a 2018

Ano	Mulheres chefes do domicílio (%)				Homens chefes do domicílio (%)		
	Urbano		Rural		Urbano		Rural
	Branco	Não Branco	Branco	Não Branco	Branco	Não Branco	Branco
2012	20,89	35,56	40,89	56,28	14,62	25,24	32,65
2013	18,68	30,48	38,11	49,92	13,32	24,29	31,41
2014	17,17	31,99	31,48	54,36	11,89	21,72	27,06
2015	17,19	30,10	27,69	48,96	12,49	21,51	29,06
2016	17,60	35,24	31,86	49,06	12,25	20,72	29,77
2017	15,88	27,38	27,68	37,55	11,43	18,84	25,07
2018	14,99	27,80	27,17	47,12	10,71	19,99	23,97

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da PNADc (IBGE, 2019).

Na Tabela 3 são apresentados os resultados acerca da pobreza monetária para domicílios chefiados por mulheres e para domicílios chefiados por homens, ambos para a região sudeste. Nota-se para todas as categorias apresentadas mostram percentual mais elevado de pobreza quando comparados à região Sul.

Além dessas observações, é possível notar, também, que nos anos 2012 e 2016 foram os domicílios chefiados por homens residentes da área rural que apresentaram maior percentual de pobreza quando comparados aos domicílios chefiados por mulheres também residentes da área rural, sendo em 2012 brancos e em 2016 não-brancos.

Se comparadas essas informações com a Tabela 2, percebe-se uma similaridade de cenário: homens chefes de domicílio apresentaram um percentual de pobreza maior que o das mulheres após a crise econômica, quando o Brasil estava em período de recuperação.



Portanto, observa-se que a Região Sul e a Região Sudeste foram afetadas pela crise econômica, sendo que se esperava uma pobreza absoluta em domicílios chefiados por mulheres devido aos resultados e discriminação existentes no país.

Tabela 3: Homens e mulheres pobres chefes do domicílio na Região Sudeste, nas áreas urbano e rural, brancos e não-brancos, conforme dados da PNAD contínua de 2012 a 2018

Ano	Mulheres chefes do domicílio (%)				Homens chefes do domicílio (%)		
	Urbano		Rural		Urbano	Rural	
	Branco	Não Branco	Branco	Não Branco	Branco	Não Branco	Branco
2012	20,67	35,24	40,54	60,57	14,93	25,18	40,55
2013	20,19	32,98	39,93	60,10	13,26	22,71	37,93
2014	17,38	30,05	35,24	57,57	13,01	21,34	35,22
2015	18,14	32,06	39,38	55,58	13,19	22,13	36,14
2016	19,34	32,23	36,38	51,66	12,40	24,06	35,90
2017	18,76	31,55	40,15	52,59	13,25	22,13	33,67
2018	16,78	28,89	35,50	50,84	12,34	20,20	34,25

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da PNADc (IBGE, 2019).

Na Tabela 4, a incidência de pobreza no Centro-Oeste se repete em sua maioria em domicílios chefiados por mulheres não-brancas, residentes na área rural. Porém, nos anos 2013, 2015 e 2017, o percentual de domicílios pobres chefiados por homens brancos da área rural foi maior que o de mulheres brancas da área rural nesses mesmos anos. Essa mesma situação ocorreu em 2015 na Região Sul do país, assim como em 2017, porém afetando os domicílios rurais chefiados por homens não-brancos. De fato, é notável os efeitos da crise econômica na Região Centro-Oeste, assim como as demais regiões estudadas até aqui.

Tabela 4: Homens e mulheres pobres chefes do domicílio na Região Centro-Oeste, nas áreas urbano e rural, brancos e não-brancos, conforme dados da PNAD contínua de 2012 a 2018

Ano	Mulheres chefes do domicílio (%)				Homens chefes do domicílio (%)		
	Urbano		Rural		Urbano	Rural	
	Branco	Não Branco	Branco	Não Branco	Branco	Não Branco	Branco
2012	24,06	32,88	39,19	49,33	16,41	22,92	30,90
2013	19,90	30,37	21,68	41,80	14,29	19,66	31,05
2014	18,84	29,08	34,84	42,80	12,06	18,81	27,63
2015	19,34	30,53	23,72	46,06	12,99	20,65	23,90
2016	19,15	30,62	40,72	45,03	13,68	21,93	24,56
2017	17,46	27,55	22,20	37,35	14,04	19,64	23,59
2018	18,96	27,67	32,93	38,10	11,10	18,38	24,67

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da PNADc (IBGE, 2019).



Nota-se também que em geral (Tabela 4), a região Centro-Oeste apresenta um menor índice de domicílios pobres quando comparada a região Sul e Sudeste, apresentando um percentual mais elevado de pobreza que essas duas regiões apenas em domicílios urbanos chefiados por homens ou mulheres brancas.

A Tabela 5 mostra que o cenário de pobreza feminina se repete na Região Norte na maioria dos períodos de 2012 a 2018, principalmente na área rural e onde as mulheres chefes de família são não-brancas. Porém, nos anos 2012 e 2015, os homens brancos chefes do domicílio da área rural apresentaram um índice de pobreza superior às mulheres brancas residentes na área rural, assim como os homens não-brancos chefes do domicílio da área rural também apresentaram níveis de pobreza maiores que as mulheres não-brancas residentes do meio rural em 2014.

Em 2015, essa situação não ocorreu apenas na Região Norte, pois esteve presente nas Regiões Sul e Centro-Oeste do país também. Já em 2012, tal semelhança só se deu na Região Sudeste. Percebe-se, mais uma vez, que a crise econômica pode ter alterado os resultados esperados deste estudo, visto que em 2014 já apresentou o homem não-branco chefe de família dos domicílios rurais com percentual de pobreza superior ao das mulheres com as mesmas características, e seguiu apresentando resultados inesperados em 2015, pós crise.

Tabela 5: Homens e mulheres pobres chefes do domicílio na Região Norte, nas áreas urbano e rural, brancos e não-brancos, conforme dados da PNAD contínua de 2012 a 2018

Ano	Mulheres chefes do domicílio (%)				Homens chefes do domicílio (%)		
	Urbano		Rural		Urbano		Rural
	Branco	Não Branco	Branco	Não Branco	Branco	Não Branco	Branco
2012	36,65	50,20	52,35	74,67	28,16	41,84	58,25
2013	37,77	49,48	59,23	72,84	24,64	40,83	55,71
2014	33,76	45,07	58,20	67,88	23,75	36,93	55,68
2015	31,12	48,52	48,58	71,91	27,54	37,28	54,71
2016	33,56	53,05	63,81	72,93	29,32	39,35	56,83
2017	36,85	47,63	66,48	79,44	27,10	39,47	55,01
2018	34,16	48,92	57,28	78,05	26,34	37,39	56,02

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da PNADc (IBGE, 2019).

A Tabela 6 apresenta um percentual ainda maior de mulheres pobres chefes de domicílios na Região Nordeste, sendo superior a todas as outras Regiões do Brasil. Apenas em 2013 os homens não-brancos chefes de domicílio na área rural tiveram maior incidência de pobreza do que mulheres não-brancas da área rural. Esta situação ocorreu também na Região Centro-Oeste, porém com homens brancos chefes de domicílios rurais. Assim, a Região Nordeste foi a única região brasileira que não apresentou percentuais de homens chefes do domicílio em situação de pobreza superiores a mulheres chefes do domicílio após a crise econômica no Brasil. Portanto, as mulheres seguiram sendo as mais afetadas nessa região.



É notável o quanto os não-brancos, tanto homens quanto mulheres, seguem apresentando os percentuais mais elevados de pobreza se comparados aos brancos, assim como as áreas rurais apresentam as situações de mais extrema pobreza no decorrer dos anos.

Tabela 6: Homens e mulheres pobres chefes do domicílio na Região Nordeste, nas áreas urbano e rural, brancos e não-brancos, conforme dados da PNAD contínua de 2012 a 2018

Ano	Mulheres chefes do domicílio (%)				Homens chefes do domicílio (%)		
	Urbano		Rural		Urbano		Rural
	Branco	Não Branco	Branco	Não Branco	Branco	Não Branco	Branco
2012	46,15	58,27	79,11	85,20	38,91	49,64	78,27
2013	43,15	56,21	79,18	81,24	35,77	46,44	78,48
2014	41,03	52,74	75,88	81,45	34,23	43,15	74,29
2015	41,71	54,00	78,19	82,38	32,70	43,43	75,93
2016	42,29	56,51	78,02	83,03	34,99	44,83	75,21
2017	38,52	52,59	75,46	80,66	32,21	41,15	75,35
2018	39,29	50,46	76,07	79,23	31,39	40,47	75,35

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da PNADc (IBGE, 2019).

Dado os resultados obtidos, é possível notar o quanto a incidência de pobreza é significativa em domicílios chefiados por mulheres em todas as regiões brasileiras, principalmente na Região Norte e Nordeste. Essa questão é ainda mais forte se a mulher for não-branca e residente da área rural, o que indica um patriarcalismo dominante no país, assim como preconceito por cor e moradia e reflexos da discriminação de rendimentos no mercado de trabalho. Assim, é possível reafirmar os estudos citados na segunda seção deste trabalho, pois através deles verificou-se que de 2012 a 2018 a incidência de pobreza monetária foi maior entre mulheres chefes do domicílio, e ela se intensificou no caso de mulheres não-brancas residentes da área rural, principalmente nas regiões brasileiras de menor desenvolvimento.

Além disso, a feminização da pobreza nas áreas rurais do Brasil parte do pressuposto, já apontado por Campos (2009), de que essas áreas possuem características próprias, que vão desde as atividades desenvolvidas no campo até os aspectos histórico-culturais e de distribuição de terras agrícolas. Para Campos (2009), em geral, as regiões menos desenvolvidas, como a região Nordeste, apresentam menor desigualdade salarial entre homens e mulheres, porque ambos possuem baixa remuneração, estando a maioria, em condição de pobreza. Já regiões mais desenvolvidas, como o Sul e Sudeste, possuem maior desigualdade de gênero na distribuição salarial, onde o salário das mulheres é inferior ao dos homens, porém a pobreza monetária nessas regiões, tanto para homens quanto para mulheres, é menos incidente. Esse estudo vai de acordo com os resultados aqui apresentados, visto que o Sul e Sudeste apresentaram a maior discrepância de renda de homens e mulheres chefes do domicílio, acentuando ainda mais essa diferença para não brancos moradores da área rural. Já as regiões Norte e Nordeste apresentaram uma pobreza generalizada, tanto para homens



quanto para mulheres chefes do domicílio, sendo que essa insuficiência de renda é ainda maior para mulheres não-brancas da área rural.

Apesar de haver políticas públicas para mulheres que amparam as mesmas e lhes asseguram determinados direitos sociais, elas são insuficientes para reparar instabilidades ocasionadas pela desigualdade de gênero. Essas políticas enfatizam apenas o lado reprodutor da mulher, oferecendo maior qualidade educacional para seus filhos, creches, saúde e outros meios que forneçam qualidade de vida, e não um suporte de empoderamento e autonomia (MELO; BANDEIRA, 2005). Para isto, é crucial que haja políticas de gênero específicas que gerem benefícios para as mulheres, para que assim, suas oportunidades se igualem a dos homens. Em geral, políticas de gênero devem contribuir para a erradicação da desigualdade de poder entre homens e mulheres e o empoderamento feminino (NOVELLINO, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo empreendeu esforços em estudar a incidência da pobreza no Brasil em domicílios chefiados por mulher. A investigação guiou-se pela hipótese de que esses apresentariam percentual maior que aqueles chefiados por homens, hipótese corroborada.

As contribuições deste artigo podem ser sumarizadas em alguns aspectos: i) evidenciar que os fatores de discriminação das mulheres no mercado de trabalho têm impactos em seus rendimentos, por conseguinte, tornam mais intensos os domicílios chefiados por mulheres caracterizados como pobres; ii) mostrar que o padrão patriarcal na posição da mulher no domicílio, no mercado de trabalho e concernente à posse da terra são fatores que condicionam a pobreza feminina; iii) evidenciar que condição de cor de pele, como já esperado, potencializam tal discriminação e com isso a pobreza e; iv) mostrar que as políticas públicas devem avançar no sentido de empoderamento feminino para erradicar tais disparidades. Ademais, registra-se que o meio rural é caracterizado por maior pobreza.

Em termos de políticas públicas este estudo sinaliza que medidas de cunho assistenciais, ainda que necessárias, não têm poder de superação dessas assimetrias entre homens e mulheres e, sobretudo, mulheres negras e do meio rural. As medidas para mulheres devem passar por linhas especiais de crédito para mulheres, com destaque àquelas chefes de domicílio e residentes no meio rural. No processo de reforma agrária, deve-se levar em consideração a situação de desigualdade feminina no meio rural e consignar maior inclusão dessas mulheres.

Com destaque, as mulheres negras carecem de medidas específicas, por exemplo, sugere-se o PRONAF mulher negra e ainda políticas de microcrédito para essas. No mercado de trabalho, faz-se necessário a paridade por lei dos rendimentos entre homens e mulheres e, sobretudo, com inclusão da questão racial.





REFERÊNCIAS

- ABRAMO, L. W. **A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?** Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia/USP, São Paulo, 2007.
- BUENO, A. L. M.; LOPES, M. J. M. Mulheres rurais e violências: leituras de uma realidade que flerta com a ficção. **Ambiente & Sociedade**, v. 21, p.1-22, 2018.
- BRASIL, P. N. U. D. Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2010. **Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx>>, 2013. Acesso em: 10 fev. 2020.
- CAMPOS, C. S. S. **Pobreza e exclusão feminina nos territórios do agronegócio – o caso de Cruz Alta/RS**. 2009. 233f. Tese (Doutorado em Geografia) - POSGea/IG/UFRGS, Porto Alegre, 2009.
- CARLOTO, C. M.; GOMES, A. G. Geração de renda: enfoque nas mulheres pobres e divisão sexual do trabalho. **Serviço Social e Sociedade**, n.105, p.131-146, 2011.
- CHEE, F. Y. Von der Leyen é eleita primeira mulher presidente da Comissão Europeia. **Reuters**, Estrasburgo, 16 de julho de 2019.
- COSTA, J. S.; PINHEIRO, L.; MEDEIROS, M.; QUEIROZ, C. **A face feminina da pobreza: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil**. Brasília: IPEA (Texto para Discussão, 1137), 2005.
- FARAH, M. F. S.; DINIZ, A. P. R.; MARCONDES, M. M.; YOUSSEF, L. M.; SILVA, M. C. F. Gênero e política pública: panorama da produção acadêmica no Brasil (1983-2015). **Cadernos EBAPE. BR**, v. 16, n. 3, p. 428-443, 2018.
- GALEAZZI, I.; GARCIA, L.; DRIEMEIER, M. M.; TONI, M. D.; KRELING, N. H.; FOLLADOR, P. Mulheres trabalhadoras: 10 anos de mudança no mercado de trabalho atenuam desigualdades. **Mulher e trabalho**. Porto Alegre, v.1, mar. 2001.
- GARCIA, C. F.; VIECILI, J. Implicações do retorno ao trabalho após licença-maternidade na rotina e no trabalho da mulher. **Fractal: Revista de Psicologia**, v.30, n.2, p. 271-280, 2018.
- HOFFMANN, R. Distribuição da renda no Brasil em 2017: uma apresentação didática das principais características da distribuição da renda no Brasil de acordo com dados da PNAD Contínua de 2017. **Economia & Região**, v.7, n.2, p.5-28, 2019.



IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

MELO, H. P.; BANDEIRA, L. A pobreza e as políticas de gênero no Brasil. **Unidad Mujer y Desarrollo**. Projecto Governabilidade Democrática e Igualdade de Gênero. Nações Unidas – CEPAL - Santiago de Chile, junho, 2005.

MAIA, K.; DEVIDÉ JÚNIOR, A.; SOUZA, S. C. I; ARAÚJO, F. B. O papel das mulheres pobres brasileiras na estrutura familiar monoparental feminina: uma análise do ano 2012. *Revista Econômica*, v.17, n.2, p. 97-122, 2015.

NEY, M. G.; HOFFMANN, R. Desigualdade de renda na agricultura: o efeito da posse da terra. *Economia*, v.4, n.1, p. 85-112, 2003.

NOVELLINO, M. S. F. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. In: XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 2004, Caxambú, MG. **Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, p. 1-12, 2004.

ONU. **A ONU e as mulheres**. 2020. Disponível em:<<https://nacoesunidas.org/acao/mulheres/>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

RAMOS, L. **O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro: tendências, fatos estilizados e mudanças estruturais**. Rio de Janeiro: IPEA (Texto para discussão, 1.255), 2007.

Recebido em 12/11/2020
Aceito em 17/11/2020





REVISTA ORBIS LATINA
ISSN: 2237 6976



RESENHAS



Volume 11, Número 01
Janeiro - Junho
2021



INDEXADORES E BASES BIBLIOGRÁFICAS:



Revista Orbis Latina - Disponível no website <https://revistas.unila.edu.br/index.php/orbis>



RESENHA DO LIVRO “DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO” DE CELSO FURTADO



Livro: Desenvolvimento e Subdesenvolvimento

Autor: Celso Furtado

Editora: Contexto, 2009

Oswaldo Vaz Furtado¹

Celso Monteio Furtado (Celso Furtado), nasceu em 26 de julho de 1920, em Pombal (Paraíba), e faleceu em 20 de novembro de 2004, no Rio de Janeiro. Filho de Maurício de Medeiros Furtado, de família de magistrados, e de Maria Alice Monteiro Furtado, de família de proprietários de terra. Foi casado com a jornalista Rosa Freire d'Aguiar. Fez os seus estudos secundários no Liceu Paraibano, em João Pessoa, e no Ginásio Pernambucano, no Recife. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1944), Doutor em Economia (1948) pela Universidade de Paris (Sorbonne). Estudos de pós-graduação na Universidade de Cambridge, Inglaterra (1957), sendo *Fellow* do King's College. Participou da Força Expedicionária Brasileira durante a Segunda Guerra Mundial. Foi Técnico de

¹ Mestrando em Políticas Públicas e Desenvolvimento pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Bolsista da CAPES. E-mail: vazfurtado1993@gmail.com



Administração do Governo Brasileiro (1944-45), colaborador da Fundação Getúlio Vargas (1948-49), labutou como Diretor da Divisão de Desenvolvimento da CEPAL (1949-57), contribuiu de forma decisiva, ao lado do economista argentino Raúl Prebisch, para a formulação do enfoque da realidade socioeconômica da América Latina e como diretor do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) (1958-59) e também elaborou o Plano de Desenvolvimento do Nordeste, que deu lugar à criação da SUDENE, órgão que dirigiu por cinco anos (1959-64). A obra, fruto dessa resenha, foi publicada primeiramente em 1961, está dividida em duas partes e subdividido em seis capítulos, onde primeiro retrata o desenvolvimento (de modo geral, a teoria desenvolvimento econômico do que trata a primeira parte da obra traz explicação em uma perspectiva macroeconômica, levando em consideração as suas causas do mecanismo de forma persistente na produção nuclear ao fator trabalho e suas repercussões na organização da produção e, sobretudo, na forma como se distribui ou se utiliza o produto da sociedade).

Na primeira parte, em que o autor retrata sobre o desenvolvimento, é destacado pontos importantes com base nos princípios relevantes como: das doutrinas clássicas, marxistas, no qual Marx utilizou em forma de análise econômica clássica para fundamentar a concepção histórica, lançado nas fases de uma teoria da ação política; e keynesiana que se dedica em identificar os fatores básicos importantes para determinar e garantir o nível de emprego, para explicar os grandes problemas dos países em desenvolvimento. Para que Celso Furtado responda esse ponto, teve como a utilização do método de reconstrução de um modelo de desenvolvimento implícito na teoria econômica de maneira.

Já na segunda parte, a obra está dividida por três capítulos e se remete a explanação do contexto do subdesenvolvimento, pela qual autor manifesta de maneira bem sistemática, com certa convicção que o processo de desenvolvimento merecia uma certa tensão própria. Isto porque segundo Furtado, “o subdesenvolvimento é um processo histórico autônomo e não uma etapa pela qual tem-se passado as economias que já alcançaram grau superior desenvolvimento”. No primeiro capítulo, é retratado a ideia de evolução do desenvolvimento a partir da ideologia dos clássicos ingleses. No segundo capítulo o autor se refere ao mecanismo de crescimento no qual se constitui uma tentativa de identificação das categorias econômicas, de ponto de vista geral sobre a explicação do processo desenvolvimento. Ainda nessa segunda parte sobre o desenvolvimento, no que se refere ao terceiro capítulo, o autor apresenta um ensaio sobre a análise Econômica com um método histórico na tentativa explicar as origens da economia industrial com a base moderna da cultura ocidental. No quarto e quinto capítulos, o autor traz juntamente a discussão sobre o problema específico desenvolvimento. No sexto e último capítulo não só da segunda parte da obra, mas como um todo, nos é apresentado de forma resumida o contexto dos capítulos quarto e quinto. De modo geral, na obra o autor se dirige de uma forma ousada na perspectiva de apresentar como a nova geração se preocupa de certa forma a construir mais desenvolvimento. Isso devido à preocupação do autor com os estudiosos economistas responsáveis pela reformulação do pensamento econômico tornando as ideias mais eficazes, principalmente, sobre os problemas do subdesenvolvimento.





Dentro desse conceito de desenvolvimento, perante a amplitude abordada por Celso Furtado, aponta-se três direções distintas. A primeira marca a linha de desenvolvimento que se deu na própria Europa Ocidental em quadro de divisões políticas que foi cristalizado na etapa mercantilista, anterior. Na segunda se dá na linha de desenvolvimento da economia industrial, em que a própria Europa consistiu um deslocamento além das fronteiras, onde quer que houvesse terras desocupadas e de características similares do mesmo. Na terceira direção, autor aponta a linha da expansão da economia industrial europeia decide que pressionou nas regiões que anteriormente no qual já tinham sido povoados, sobretudo algumas delas já tinham criado seus próprios sistemas econômicos, chamados pelo autor sistemas seculares, que variam em diversos tipos, mas sempre relacionados à natureza pré-capitalista.

O conceito desenvolvimentista, segundo o Furtado, se configura como uma ideologia no sentido de que exige todo um trâmite de diferenciação nacional no quadro da própria economia mundial. Com base nesse raciocínio, pode-se perceber que antes de pensarmos a tratar sobre o conceito econômico deve-se pensar de dentro para fora. Nessa lógica ainda, afirma o autor que, dada uma estrutura Econômica caberia reconstituir os seus processos fundamentais de modo fosse possível identificar aquelas variáveis exógenas, que respondem pelas variações no ritmo do crescimento pela sua intensidade. O processo de desenvolvimento na ótica de Celso Furtado só é realizado através de combinações de fatores novos existentes em certo nível técnico, conhecido, principalmente, nas inovações técnicas. De forma geral, só se pode considerar desenvolvida em certo momento em que, em determinada região, não há desocupação de fatores, e isso só se torna possível aumentando a produtividade ao introduzir técnicas consideradas novas.

Pensando na lógica de raciocínio de Celso Furtado, podemos afirmar que as grandes dificuldades do desenvolvimento se encontram nos níveis mais baixos da produtividade, levando em consideração a dinâmica do próprio aumento da renda, que é reservado para a capitalização. Nessa perspectiva, Furtado define que a intensidade de crescimento de uma economia se dá em função de duas relações: a primeiras inversões, no qual se dá pela renda territorial e a segunda riqueza reproduzível aplicada no processo produtivo, também medido pela renda territorial.

O processo de desenvolvimento econômico se dá basicamente com o aumento do fluxo de renda real, ou seja, através do incremento da quantidade de bens e serviços, por unidade de tempo a disposição de determinada coletividade, retratando diretamente sobre o conceito quantitativo.

O desenvolvimento industrial, como um dos aspectos retratado pelo autor, se caracterizou por um aumento substancial da participação da indústria de bens de capital, sobretudo da indústria de equipamentos no total da produção industrial. A formação em relação das economias industriais é colocada como centro do sistema das economias industriais sobretudo nos países considerados como periféricos.

No conceito de subdesenvolvimento, ou seja, de países subdesenvolvidos a inicialmente do núcleo industrial que se deu na Europa no século XVIII, no qual provocou uma altura a própria economia mundial e passou-se do desenvolvimento econômico para uma



outra forma subsequente em quase todas as regiões do mundo, Celso Furtado aponta três marcas. A primeira foi na própria a história da Europa Ocidental em que houve as divisões políticas, que que eram dadas as quatro divisões políticas e cristalizado na etapa dos anos anteriores. Na segunda linha partiu se do conceito desenvolvimento da economia industrial no qual se deu o deslocamento além das fronteiras no qual houvesse terras desocupadas continuam as mesmas características da Europa. Já na terceira, por não obterem resultado da expansão da Europa em países com características similares dos seus, ouvir uma expansão da própria economia industrial europeia, na qual selecionou nas regiões já ocupadas com diferentes sistemas econômicos sobretudo natureza pré-capitalista. Perante essas três fases da expansão da Europa pelo mundo, com a expansão da economia industrial, houve certo impacto no qual o autor denomina por impacto da expansão capitalista, contudo resultou-se em uma estrutura considerada híbrida.

O conceito de desenvolvimento, segundo Celso Furtado, passa por algumas estruturas no qual menciona a primeira como degrau inferior e a outra como mais complexa, a de grau inferior é retratado em torno da massa de salários, era gerada no setor exportação no qual a constitui como um único elemento, não obstante das outras formas de rendas monetárias. Já com uma estrutura mais complexa, retrata sobre o núcleo existente na indústria pela qual é a que liga ao mercado interno, em que surgem reações cumulativas com tendências a provocar certas transformações dentro da própria estrutura do sistema capitalista.

De modo geral, mediante esses aspectos, Furtado nos coloca que o subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas, mas sim um processo particular no qual resulta da penetração de empresas capitalistas modernas com estruturas arcaicas. Nesse processo o subdesenvolvimento é colocado sobre diferentes estágios iniciando pelo estágio mais simples, sobre a qual é assistência empresas estrangeiras nesse caso europeias que produziam mercadoria de exportação em grande escala para a economia de subsistência. No estágio, mais complexo, é colocado sobre tudo o exemplo da economia brasileira em que apresenta três setores: primeiro setor diz persistência um outro voltado à exportação e o terceiro como o núcleo Industrial ligado ao mercado interno no qual se torna suficientemente diversificado para produzir partes dos bens de capital e que necessita para seu próprio crescimento.

REFERÊNCIAS

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 5.ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009. 234p.

Recebido em 22/12/2020

Aceito em 02/02/2021





RESENHA DO LIVRO “DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE” DE AMARTYA SEN



Livro: Desenvolvimento como liberdade
Autor: Amartya Sen
Editora: Companhia das Letras, 2010

Marcia da Luz Leal¹

O livro “Desenvolvimento como Liberdade” de Amartya Sen (2010), filósofo e economista hindu, faz uma abordagem a respeito da concepção de liberdade, de maneira processual, chamando a atenção para a real situação de liberdade do indivíduo, que dentre tantas negações está a negação substancial de liberdade econômica, impedindo as pessoas de saciarem a própria fome, ainda as privações relacionadas à ausência de serviços públicos, assistência social, negação de liberdade política, participação social, comunitária, dentre outras.

¹ Mestranda em Políticas Públicas e Desenvolvimento pela Universidade Federal da Integração Latino Americana. E-mail: marcia_leal@yahoo.com.br



Sen (2010), parte do pressuposto de que a visão de liberdade está de certa forma distante das concepções liberais e do liberalismo mais conservador. O autor expressa que liberdade é vista como um privilégio, ainda como um direito antagônico, a liberdade de outros e engloba o princípio de justiça. Concentra-se especificamente nos papéis e inter-relações entre certas liberdades instrumentais, que por sua vez, são cruciais, englobando oportunidades econômicas, liberdades políticas, facilidades sociais, também as garantias de transparência e segurança protetora.

Como premissa introdutória o autor afirma que o desenvolvimento consiste na extinção de algumas ausências de liberdade. Assim os indivíduos por terem poucas opções e oportunidades, superam alguns problemas de privações como miséria e opressão, o que aumenta a capacidade de cada indivíduo para gerir sua condição de estar no mundo, e que o processo de desenvolvimento está integrado nas considerações econômicas, sociais e políticas.

Além da introdução, o livro é composto pelos seguintes capítulos:

1. A perspectiva da liberdade;
2. Os fins e os meios do desenvolvimento;
3. Liberdade e os fundamentos de justiça;
4. Pobreza como privação de capacidades;
5. Mercados, Estado e oportunidade social;
6. A importância da democracia;
7. Fomes coletivas e outras crises;
8. A condição de agente das mulheres e a mudança social;
9. População, alimento e liberdade;
10. Cultura e direitos humanos;
11. Escolha social e comportamento individual;
12. Liberdade individual como um comprometimento social

O Capítulo I trata da perspectiva da liberdade, nele o autor afirma que para plena compreensão do processo de desenvolvimento é necessário fazer uma análise minuciosa dos fins e meios, pois é descabido adotar a maximização da renda ou da riqueza como medidores de desenvolvimento, processo observado por Aristóteles. Sen (2010) parte de que o desenvolvimento se relaciona, sobretudo com a melhoria de vida que o indivíduo leva e de suas liberdades desfrutadas, permitindo que este interaja de forma significativa socialmente, completando a interação com o mundo.

No Capítulo II, os fins e os meios do desenvolvimento, o autor faz uma analogia sobre a ideia básica do que objetiva o desenvolvimento, enquanto liberdade humana, perpassando para as liberdades reais desfrutadas pelas pessoas. Ressalta que as capacidades individuais dependem basicamente de disposições econômicas, sociais e políticas, e que a perspectiva de liberdade vai muito além, pois os papéis instrumentais de tipos distintos de liberdade precisam ser levados em conta. O autor tece considerações acerca de como as pessoas devem ser vistas



“[...] as pessoas têm de ser vistas como ativamente envolvidas- dada a oportunidade- na conformação de seu próprio destino, e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento”. (SEN, 2010, p.77).

De maneira geral no Capítulo III, “A liberdade e justiça social”, o autor fundamenta as abordagens avaliatórias específicas, em particular o utilitarismo, o libertarismo e a justiça rawlsiana, que as segmentações e concretudes dessas estratégias devem ser bem elencadas, mesmo sofrendo limitações significativas.

O autor menciona que o utilitarismo é direcionado ao útil, por mais que haja uma privação de liberdade ou de direitos reconhecidos por parte dos indivíduos, no que diz respeito ao libertarismo Sen (2010), ressalta que não se foca na satisfação de desejos, ou na felicidade, as questões de justiça podem ser passíveis de interferências relacionadas à violação da liberdade, tanto substantiva, quanto individual.

Já sobre a justiça de Rawls, a mesma é considerada uma teoria contemporânea, que tem como prisma de discussão a liberdade formal, sendo esta questionada de modo prioritário, porém falível.

Para Sen (2010), um aspecto de suma importância para que se alcance a satisfação dos indivíduos, e a garantia de desenvolvimento econômico e humano, é se fazer cumprir de modo articulado as três teorias. E dessa maneira, empreender melhorias que primem pelo bem-estar e contemplação das liberdades substantivas.

Pobreza como privação de capacidades citada no Capítulo IV discorre sobre a inadequação de renda e conseqüentemente a condição de vida pobre, a qual irá privar as pessoas de capacidades. Assim, gerando privações individuais, entre comunidades e familiares, o que leva a violação de sua liberdade, pois a pobreza viola substancialmente a liberdade, inibindo a capacidade de se levar uma vida com bem-estar.

Segundo Sen (2010), supõe-se que a abordagem da comparação de renda é um modo mais “prático” de chegar às diferenças interpessoais de vantagens. Estas vantagens são difíceis de se sustentarem, uma vez que as questões de desigualdades de renda não são suficientes para medir a pobreza. É que a diminuição de desigualdades econômicas está no melhoramento de oportunidades ligadas aos investimentos e financiamentos em saúde, educação, subsídios ligados ao emprego, divisão de recursos e oportunizar capacidades que estimulem a erradicação da pobreza.

No que diz respeito ao Capítulo V, “Mercados, Estado e oportunidade social”, o autor expressa que as oportunidades e perspectivas de equidade, no que diz respeito a economia de mercado, vão depender da interferência do Estado em incrementar e garantir aos cidadãos a prosperidade, estendendo-se assim para a eficiência, referindo-se às liberdades individuais. Logo, a Economia de mercado é abrangente e benéfica para impulsionar o desenvolvimento, que a consciência racional dos custos pode ajudar a dirigir e compreender o desenvolvimento humano por órgãos mais produtivos, de forma direta ou indireta, contribuindo para a qualidade de vida dos indivíduos.

No Capítulo VI, “A importância da democracia”, o autor apresenta a relevância da democracia, e para que esta seja bem-sucedida, há a necessidade de solidariedade mútua.



Salientando que as liberdades políticas e as liberdades formais devem ser exercidas com cautela, pois sua eficácia irá depender do modo como é exercida. Ainda, que os caminhos e meios para a sua concretude são fundamentais para o funcionamento e realização dos seus potenciais.

O teórico cita três virtudes distintas: (1) sua importância intrínseca, (2) suas contribuições instrumentais e (3) o seu papel construtivo na criação de valores e normas, os quais são de grande contribuição. O mesmo retrata que sem elas não há como avaliar, desenvolver e fortalecer um sistema democrático, pois as mesmas são componentes essenciais para o processo de desenvolvimento. Discussões e debates públicos, permitidos pelas liberdades políticas e os direitos civis, também podem desempenhar um papel fundamental na formação de valores (SEN, 2010, p.208).

Fomes coletivas e outras crises, Capítulo VII, neste capítulo, Sen (2010) trata das fomes coletivas e “outras” crises transitórias, que podem incluir ou não a fome crônica. Ele afirma ainda que para que se elimine a fome no mundo moderno é necessário entender a causação das fomes coletivas, de modo amplo, e não meramente em função de algum equilíbrio mecânico entre alimentos e população.

A questão da fome vai muito além da ausência de alimentos, uma vez que a os mecanismos de distribuição repetidamente são deixados de lado para o entendimento de tão crucial mazela. O Capítulo em si tratou principalmente da problemática ligada aos questionamentos de como se evitar as fomes coletivas e prevenir crises catastróficas, questão ímpar, em se tratando do processo de liberdade, já que envolve o aumento da segurança e da proteção usufruídas pelos cidadãos.

A condição de agente das mulheres e a mudança social, Capítulo VIII, neste capítulo o autor examina a distinção e os inter-relacionamentos entre condição de agente de bem-estar, pautando nesta congruência o alcance e o poder da condição de agente da mulher, frisa ainda duas áreas específicas: (1) melhora da sobrevivência das crianças e (2) contribuição para a redução das taxas de fecundidade, aspectos que contribuem para o desenvolvimento.

O ganho de poder das mulheres é um dos aspectos centrais no processo de desenvolvimento de muitos países do mundo atual. Entre os fatores envolvidos incluem-se a educação das mulheres, seu padrão de propriedade, suas oportunidades de emprego e o funcionamento do mercado de trabalho. (SEN, 2010, p.262).

Reconhecer adequadamente a participação e da liderança política, econômica e social das mulheres são fatores decisivos como ponto de partida para o “desenvolvimento como liberdade”.

População, alimento e liberdade, Capítulo IX, conforme Sen (2010), a produção comercial de alimentos como outras atividades econômicas sofre oscilações nos preços e mercados. Assim, a produção mundial de gêneros alimentícios na atualidade é recebida com descaso, pela escassez da demanda e pelos preços declinantes, por vezes reflete a pobreza de pessoas mais necessitadas.





O autor conceitua que a solução do problema do crescimento populacional, bem como de outros ligados às áreas sociais e econômicas podem estar na expansão das liberdades das pessoas.

No que se refere aos interesses afetados pela gestação e criação em demasia de filhos, por mulheres mais jovens e o acesso à educação, deve haver mudanças no contexto cultural. Para que dessa forma, haja maior controle de natalidade e planejamento familiar por estas mulheres.

A questão da fome vai muito além da ausência de alimentos, uma vez que os mecanismos de distribuição são deixados de lado para o entendimento de tão fulcral adversidade. O Capítulo em si, tratou principalmente da problemática ligada aos questionamentos de como se evitar as fomes coletivas e prevenir crises catastróficas, questão primordial em se tratando do processo de liberdade, já que envolve o aumento da segurança e da proteção usufruídas pelos cidadãos.

Em Cultura e direitos humanos, no Capítulo X, o autor discorre sobre as questões ligadas aos direitos humanos perspassado pela crítica cultural, já que o que é direito humano em uma região nem sempre é direito humano em outro país, pois há uma variação do que se interpreta, e se legitima como direitos universais.

Ainda que a retórica ligada aos direitos humanos tenha despertado significativa proporção nos últimos anos, debates e regulamentações por comitês, os quais discutem sua fruição e violação em diversos contextos e países do mundo. Partem de discussões e formulações quanto ao seu cumprimento e legitimação judicial por parte do Estado.

Sen (2010) afirma que o argumento em favor das liberdades básicas e das formulações associadas a direito está baseada em: 1) sua importância intrínseca; 2) seu papel consequencial de fornecer incentivos políticos para a segurança e economia; 3) seu papel construtivo na gênese de valores e prioridades, assim reconhecer a diversidade presentes em distintas culturas se faz oportuno para que haja a liberdade e a tolerância quanto às questões ligadas aos direitos humanos.

Escolha social e comportamento individual, no Capítulo XI, Sen (2010), tem como premissa examinar a relevância dos valores e do raciocínio para o aumento das liberdades e para a realização do desenvolvimento.

No início do Capítulo o autor examina argumentos em favor do ceticismo, no que toca ao progresso social, baseado na razão, como segundo argumento diz sobre o ceticismo em relação ao pensar em consequências premeditadas, ressalta ainda a importância dos efeitos “impreditados”, como terceiro argumento discorre sobre a compreensão das motivações.

Procura-se mostrar que os seres humanos são irredutivelmente egoístas e movidos pelo auto interesse, e, dada essa suposição, às vezes se afirmar que o único sistema capaz de funcionar com eficiência é exatamente a economia de mercado capitalista. [...] E os valores realmente tem uma influência muito abrangente sobre o comportamento dos indivíduos. (SEN, 2010, p.356).



Discorre ainda sobre a necessidade de haver discussões abertas para a facilitação e garantia das políticas públicas, otimizando assim a liberdade de imprensa, expansão de educação básica e escolaridade. Ainda a inclusão das mulheres nesta contextualização, aumento da independência econômica, dentre outras mudanças sociais e econômicas que darão aos indivíduos a liberdade de participação, logo para que haja mudanças significativas e contemplativas, os indivíduos devem ser capazes de interagir e conseqüentemente exercer atos condizentes de um cidadão participativo e atuante nas mudanças.

Finalizando com o Capítulo XII, liberdade individual como um comportamento social, o autor afirma que aprecia a ideia de que as próprias pessoas devam ter a responsabilidade de desenvolver e mudar o mundo em que vivem. E, que a responsabilidade individual se perpetua quando há o comprometimento, não puramente do Estado, mas de outras instituições, organizações políticas e sociais, públicas e privadas e outros agentes.

O autor encerra a obra descrevendo o que em específico ele analisa e defende como uma abordagem específica do desenvolvimento, como processo de expansão das liberdades substantivas das pessoas. Ele cita também as implicações que discutiu a respeito da abordagem para a análise das políticas e entendimento das relações econômicas, políticas e sociais de modo geral.

A análise do desenvolvimento requer uma compreensão integrada dos papéis respectivos dessas diferentes instituições e suas interações. [...] Este estudo foi uma tentativa de compreender e investigar essa estrutura inter-relacionada e de extrair lições para o desenvolvimento dessa ampla perspectiva. (SEN, 2010, p.378).

Assim, da maneira como o autor menciona, a perspectiva de liberdade está arraigada em distintas formas, ou seja, as liberdades instrumentais, tais como a liberdade política, a liberdade econômica, as oportunidades sociais. Por sua vez, apresentam interconexões e se complementam. Devido aos aspectos apresentados, o autor afirma que há diferentes formas de privação de liberdade como a fome, a falta de educação, ausência de saneamento básico, desemprego, segurança social, discriminação racial e sexual, violação dos direitos humanos e privação da cidadania.

Como reflexão, a obra permite a interação de que como Sen (2010) vê a questão do desenvolvimento e as implicações vinculadas à expansão da liberdade substantiva de cada indivíduo, leva em consideração neste contexto o papel condizente com a ética social e demais segmentos, relacionados ao funcionamento e financiamento das instituições e mercados.

Por conseguinte, para que a ideia de liberdade seja concreta, do mesmo modo que a apuração de desenvolvimento, faz-se necessário partir das questões e implicações que se referem ao ato de respeitar as marcas culturais. Assim, desde as locais como também os valores adquiridos a partir da ancestralidade, sem deixar de compreender que o desenvolvimento econômico de um país, deve ser atrelado as condições de vida da população,





REVISTA ORBIS LATINA
ISSN: 2237 6976



página 171

criando mecanismos sociais que possibilitem melhorar a realidade de cada indivíduo com responsabilidade, e conseqüentemente com liberdade.

REFERÊNCIAS

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Recebido em 20/12/2020

Aceito em 02/02/2021



Volume 11, Número 01
Janeiro - Junho
2021



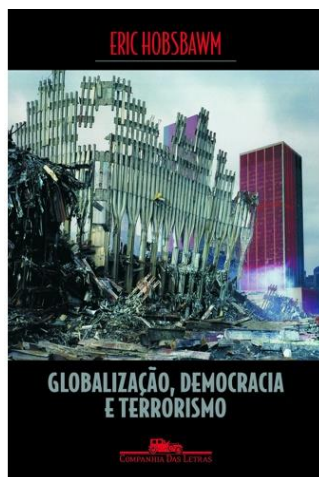
INDEXADORES E BASES BIBLIOGRÁFICAS:



Revista Orbis Latina - Disponível no website <https://revistas.unila.edu.br/index.php/orbis>



RESENHA DO LIVRO “GLOBALIZAÇÃO, DEMOCRACIA E TERRORISMO” DE ERIC HOBSBAWM



Livro: Globalização, Democracia e Terrorismo

Autor: Eric Hobsbawm

Editora: Companhia das Letras, 2007.

Newton Camargo da Silva Cruz¹

A história da humanidade foi marcada por intensos embates, conflitos e guerras de diversas proporções. Mais recentemente entra no radar dos debates e das análises de conjuntura o terrorismo, ato que assola diversas nações há algum tempo, mas que ganhou amplas projeções após o fatídico 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos da América. Tais situações foram e, em certa medida, ainda são, motivadas por questões de naturezas distintas, como fatores de ordem econômica, tecnológica, política, cultural, religiosa, estrutural e social. Não desconexo disso, os processos democráticos ganharam papel relevante em diversos âmbitos da sociedade. Nunca antes em nossa história falou-se e defendeu-se tanto a prática da democracia como nas últimas décadas, sobretudo quando relacionada às questões

¹ Analista e Desenvolvedor de Sistemas (UniCesumar). Especialista em Administração Pública (UniCesumar). Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). E-mail: newton.cruz@unila.edu.br



de cunho político, mas também não limitada a ela. Há que se destacar ainda que em nenhum outro momento desta mesma história marcada por conflitos de diversas e intensas magnitudes estivemos tão conectados e interligados, para não dizer sinérgicos. O fenômeno da Internet, dos computadores de alto desempenho e processamento, da democratização dos meios de comunicação, da globalização acelerada, dos avanços da medicina (e telemedicina) levaram a humanidade a outro patamar, onde tudo está presente em todo lugar, a todo tempo. Evidentemente, como já mencionado, tais assuntos supracitados não estão desconectados e para compreender esses conflitos, bem como suas causas e consequências, além das suas relações com os fenômenos tecnológicos e da globalização, faz-se necessária uma leitura aperfeiçoada e aprofundada, sob diversas óticas e perspectivas históricas, acerca de tais questões e temáticas.

Neste contexto, o historiador Eric Hobsbawm em seu livro *Globalização, Democracia e Terrorismo* nos apresenta, com excelência, riqueza de detalhes e com um referencial teórico sólido, uma parte considerável e pertinente dessas conexões e relações. Trata-se, na realidade, de uma coletânea composta de dez ensaios provenientes de conferências ministradas pelo autor em diversos lugares do mundo ao longo da sua expressiva carreira acadêmica. Com uma linguagem acessível, primorosa e didática, Hobsbawm expõe aos seus ouvintes e leitores uma série de fatos e relatos históricos que podem explicar uma série de acontecimentos político-econômico-sociais, além de episódios peculiares das conjunturas contemporâneas, na maior parte das vezes em uma perspectiva política, mas também não limitada a ela. O surgimento, declínio e morte dos impérios, as grandes guerras (e suas errôneas acepções e utilizações por determinados governos), o advento das inovações tecnológicas, os efeitos positivos e negativos da globalização nas mais diversas esferas mundiais, as hegemonias e influências ao longo da história da humanidade, o terror, a xenofobia, o racismo, a consolidação e as críticas construtivas da democracia nos países, são apenas alguns dos assuntos abordados nesta breve, porém relevante, coletânea de um dos intelectuais e historiadores mais notáveis das últimas décadas.

Na busca do entendimento e compreensão de questões do presente é necessário revisitar o passado, e isso sempre esteve claro para todos os estudiosos de quaisquer áreas do conhecimento. Hobsbawm nos leva, no primeiro capítulo de seu livro, diretamente para o século XX, período compreendido pelo autor como "o mais mortífero da história documentada" (HOBBSAWM, 2007, p. 21), composto de intensos conflitos entre Estados ou alianças de Estados e guerras mundiais, causando mortes mais de civis do que de militares, como veremos adiante. Sabiamente o autor afirma que não houve paz desde o início do século XX até agora, o que perfeitamente podemos observar, considerando a quantidade de conflitos e embates que perduram até os dias atuais em diversos pontos do mundo. Para facilitar o entendimento, o autor divide o século XX em três principais blocos do ponto de vista cronológico: (1) a era da guerra mundial (1914-1945) considerando em sua análise a primeira e segunda guerra, (2) a era da confrontação entre duas superpotências (1945-1989) e (3) a era posterior ao fim do sistema clássico de poder internacional. Com excelência, Hobsbawm realiza um apanhado histórico extremamente detalhado envolvendo os conflitos de cada um





dos períodos acima mencionados, citando, inclusive, exemplos de conflagrações latino-americanas ocorridas no México (1911) e na Colômbia (1948), demonstrando que confrontos não ocorreram apenas na Europa, mas na América Latina também, ainda que não tenhamos percebido militares cruzando nossos territórios (HOBSBAWM, 2007, p. 23). Contudo, o autor destaca em sua obra que o número de guerras internacionais decresceu a partir da década de 1960, dando lugar a conflitos internos. Chama atenção, conforme já brevemente mencionado, que as principais vítimas de tais conflitos e guerras da segunda guerra mundial em diante são civis e não militares e, segundo o autor, a tendência é que assim continue e, para além disso, enfatizam-se ainda os danos socioeconômicos aos civis provenientes de tais conflitos internos. O autor ainda critica severamente a errônea e, de certa maneira, oportunista, utilização do termo "guerra" nos mais diversos âmbitos políticos recentes. É comum ouvirmos expressões como "guerra contra a máfia", "guerra contra as drogas", "guerra contra a corrupção", sendo que tais exteriorizações são utilizadas como propósito para utilização das forças armadas. Encaminhando-se para o fim do primeiro ensaio, Hobsbawm destaca que a ampliação de desigualdades em âmbitos sociais e econômicos, podem reduzir de forma drástica as possibilidades de paz, além de que o equilíbrio entre guerra e paz no momento atual da humanidade "dependerá muito mais da estabilidade interna dos países e da capacidade de evitar os conflitos militares do que da construção de mecanismos mais eficazes para a negociação e a solução de controvérsias" (HOBSBAWM, 2007, p. 34) evidenciando que, mais do que qualquer outro período já vivenciado, os países deverão conter e resolver os seus próprios problemas, sem "terceirizá-los" ou externalizá-los, fundamentalmente quando se trata do enfrentamento das desigualdades sociais, uma das mazelas da sociedade.

No segundo ensaio, o autor realiza reflexões que nos levam a compreender a segunda metade do século XX em diante como uma nova fase histórica. Em sua concepção, tal fase se deve, essencialmente, às transformações tecnológicas, produtivas e das comunicações, modificando o tempo e a distância da forma como os concebemos. Hobsbawm enfatiza ainda o declínio do campesinato como um aspecto relevante para entendermos o futuro da nação, apresentando em sua análise dados minuciosos que demonstram o alto grau do êxodo rural ao longo das últimas décadas, concluindo que em pouco tempo a humanidade deixará "de ser uma espécie essencialmente rural" (HOBSBAWM, 2007, p. 38). Tal afirmação é pertinente e coerente, inclusive no contexto globalizado que nos encontramos no século XXI, com a tendência de procurarmos cada vez mais as cidades na busca de melhores condições de vida (sob as mais diversas óticas) e também em prol do atendimento de nossas necessidades capitalistas, ou ao menos influenciado por elas. Entretanto, essa nova fase histórica também perpassa por modificações estruturais e democráticas, como transformações na educação e na emancipação da mulher. A respeito deste último, uma ótima ilustração é o movimento feminista, que teve sua gênese no século XIX com intenso crescimento na metade do século XX em diante. Além disso, tais modificações também estão relacionadas ao *modus operandi* dos governos. Em uma parte considerável destes, buscou-se, a partir do século passado, demonstrar legitimidade e estreitar os vínculos com a nação, com o povo, com o eleitor. Anteriormente, aquilo que era definido unilateralmente, ou até mesmo de forma autoritária,





passou a ser definido de forma democrática e horizontal, mediante a utilização de mecanismos e instrumentos como plebiscitos e consultas públicas, por exemplo. Contudo, o autor considera que isso está longe da realidade democrática e demonstra que, diferentemente do que ocorria no passado, há redução, por parte da população, da aceitação de obrigações e legitimidade frente a um poder estatal. Claramente observamos essa particularidade não apenas em nosso próprio país, mas em diversas nações ao redor do mundo na última década, o que vai de encontro com uma das sentenças mais significativas da obra de Hobsbawm: a obediência dos cidadãos está sendo desgastada aceleradamente, talvez tão acelerada quanto a globalização. Neste contexto, o autor destaca o papel da globalização como produtora de desequilíbrios e assimetrias, citando um exemplo causado pela globalização econômica que modificou (e permanece modificando) o centro da gravidade econômica mundial. Um exemplo pertinente a esse fato apresentado pelo autor é a China, comentando dados do crescimento da sua produção industrial (30% em 2003) e comparando-a com outras potências mundiais. O autor retoma ainda o tema de guerra e paz, comentando que diversas pesquisas revelam medo por parte da população devido a tensões a respeito de uma possível nova guerra, com extensão mundial, assim como as consequências dela para a humanidade. Acerca de tais consequências, ganha destaque o tema dos refugiados, sendo este um dos problemas mais graves do século atual. Na realidade, a questão vai muito além de apenas mais um problema ou de simples "transferências compulsórias e maciças de populações" conforme descrito por Hobsbawm (2007, p. 45). Trata-se de uma das maiores (quicá a maior) crise humanitária já vista, com milhões de pessoas deixando suas casas fugindo de conflitos, perseguições, da miséria e da fome. Já encaminhando para o fim do segundo ensaio, o autor dá início ao tema a ser tratado no capítulo seguinte da obra: a hegemonia americana, que não se deu exclusivamente devido ao poder bélico, mas também, talvez sobretudo, à sua riqueza e seu papel na economia mundial, além de aspectos de cunho político, cultural e ideológico.

No terceiro capítulo, Hobsbawm aprofunda sua discussão a respeito das hegemônias e dos impérios. Destaca quatro desenvolvimentos que propiciaram ou objetivaram "reviver o império mundial como modelo para o século XXI" (HOBSBAWM, 2007, p. 55). Dentre tais desenvolvimentos encontram-se a aceleração da globalização, da década de 1960 em diante, que trouxe consigo consequências e tensões nos âmbitos culturais, econômicos e, evidentemente, tecnológicos, além das óbvias tensões políticas e do capitalismo de mercado livre, promotor de desigualdades a nível internacional, conforme muito bem apontado e discutido pelo autor. O colapso do equilíbrio internacional de poder com o fim do equilíbrio estável entre as superpotências mundiais também é um dos desenvolvimentos citados por Hobsbawm, além da crise dos Estados soberanos nacionais e das catástrofes humanas, responsáveis pelo genocídio e o medo global e generalizado, como exemplos, temos doenças, epidemias, expulsão de populações (o caso dos refugiados, como já comentado), entre outros. Ao tratar a ideia de império, Hobsbawm é enfático e vai direto ao ponto na contextualização e conceituação: vincula o império ao poder da ordem e da estabilidade necessária em um mundo imprevisível "desordenado e instável" (HOBSBAWM, 2007, p. 58). Resume, com primazia, as relações entre paz, império e guerras: os impérios formados justamente através de





guerras e violência, contraditoriamente as próprias guerras que os desmancharam e a paz como o estado que permite o império sobreviver, não sendo esta, portanto, de criação destes impérios. Nesse cenário, o autor procede com um levantamento histórico das semelhanças e diferenças entre os impérios britânico e americano, considerados como "impérios genuinamente globais" (HOBSBAWM, 2007, p. 61). Tratando-se das diferenças, o autor não apenas refere-se ao tamanho físico e extensão geográfica de seus territórios, suas fronteiras e efeitos culturais, mas também à constituição de suas populações. Interessante e pertinente o foco dado pelo autor ao mencionar a constituição populacional dos Estados Unidos da América que é essencialmente composta de imigrantes, diferentemente da Grã-Bretanha. Ao longo do ensaio, Hobsbawm comenta detalhes históricos minuciosos da formação dos impérios, suas colônias, características regionais e estruturais, entre outros.

No quarto ensaio da obra que, inclusive, é fruto de uma conferência proferida em uma universidade que concedeu o título de doutor *honoris causa* a Eric Hobsbawm, realiza-se, de forma breve, porém intensa, uma reflexão sobre o fim dos impérios, comentando sobre as desintegrações sofridas ao longo da história, ocorridas principalmente devido a guerras e revoluções (cabe destacar o fim do império da Alemanha pós segunda guerra mundial e alguns outros), que vieram acompanhadas de tensões políticas e até mesmo psicológicas, além de que, desde 1913, o número de países independentes quadruplicou com a ruína dos impérios. Hobsbawm salienta temas e argumentos relacionados à memória e pergunta, aos ouvintes e leitores, de que forma os impérios devem ser lembrados? A partir desta questão (que também pode ser considerada uma provocação), o autor disserta com riqueza de detalhes sobre as marcas deixadas por alguns dos impérios mais significativos da história da humanidade, os relacionamentos complexos destes com seus subordinados, enfatizando que a memória quase sempre é relacionada com a criação de um novo país. Por fim, sabiamente o autor não vê qualquer perspectiva de um mundo imperial no século XXI o que evidentemente nos leva a pensar em outras formas de gerir e organizar nossas nações. O ensaio termina com uma afirmação mais do que óbvia: "a era dos impérios está morta" (HOBSBAWM, 2007, p. 85).

No quinto ensaio da obra, Hobsbawm disserta sobre as nações e o nacionalismo e, para isso, inicia destacando alguns aspectos mais recentes da nossa história, como a instabilidade internacional que se instalou desde 1989 (e que até hoje perdura), a ampliação do número de Estados soberanos internacionalmente reconhecidos, o aumento na composição dos integrantes das nações unidas e o declínio do monopólio bélico e das forças armadas. A instabilidade discutida pelo autor é ilustrada por este ao citar o genocídio em Ruanda, em 1994, ocasião em que milhares de pessoas foram assassinadas, além das expulsões em massa ocorridas. Mais uma vez Hobsbawm retoma a questão dos refugiados, entretanto, nesse momento em específico, cita o aceleração da globalização como ponto chave que afeta as nações e o nacionalismo nessa perspectiva da mobilidade humana, sobretudo nas migrações internacionais em massa. Cita como exemplo os Estados Unidos, Canadá e Austrália que receberam 22 milhões de imigrantes entre as décadas de 1974 e 1998. Cabe destacar que, mesmo com a globalização e a formação de vários Estados pela imigração em massa, impera





a hostilidade a esses grupos que são vistos como uma ameaça à identidade cultural coletiva. Houve ainda considerável avanço da xenofobia em diversos âmbitos internacionais. O autor ilustra muito bem essa dimensão citando o futebol como exemplo. Interessante, para não dizer extremamente pertinente ao tema, a ênfase dada pelo autor na formação dos clubes de futebol, que são formados, na maioria das vezes, por atletas de nacionalidades diferentes do time em que atuam. A questão que nos interessa de perto é o aumento exponencial do racismo e da xenofobia nos últimos tempos nos campos de futebol por parte dos torcedores, e Hobsbawm caracteriza muito bem isso:

"Eles ficam divididos entre o orgulho que sentem pelos superclubes e pelas seleções nacionais (o que inclui seus jogadores estrangeiros ou negros) e a crescente importância que competidores provenientes de povos há tanto tempo considerados inferiores alcançaram nos seus cenários nacionais. Os periódicos surtos racistas que acometem os estádios de países sem história anterior de racismo - Espanha, Holanda - e a associação do "hooliganismo" com a extrema direita política são expressões dessas tensões" (HOBSBAWM, 2007, p. 95).

Não é raro presenciarmos agressões e hostilidades iguais as citadas pelo autor, não apenas em estádios de futebol, mas em outros esportes e também em outros âmbitos da sociedade, não limitada somente à brasileira. É incabível, em pleno século XXI, em um mundo miscigenado e com tanta informação que ocorram crimes e barbáries dessa natureza.

No sexto capítulo, temos discussões aprofundadas acerca de um dos temas mais pertinentes do século XXI: a democracia. Hobsbawm trata a democracia como um atributo louvável para os Estados que dela participam e/ou exercem, sendo estes superiores àqueles que não realizam práticas democráticas em suas esferas. Esta ainda seria uma espécie de "modelo-padrão" para o Estado, composta de garantias, direitos, liberdades e, principalmente, representatividade. O autor apenas enfatiza o que é evidente para todos que partilham do nosso tempo. Nunca antes na história da humanidade falou-se e cobrou-se tanto, seja de quem ou âmbito fosse, a democracia, as escolhas e processos democráticos, transparentes e representativos. Hobsbawm contextualiza historicamente o funcionamento democrático em diversos países do mundo, suas características e seus entraves, demonstrando que nem tudo são flores: cita uma questão em particular a respeito da Colômbia, que ainda que tivesse uma gestão democrática durante quase toda a sua história, o número de assassinatos, mutilações e expulsões de cidadãos já ultrapassou a casa dos milhões nas últimas cinco décadas. Evidentemente que Hobsbawm se justifica afirmando que isso não significa que regimes democráticos sejam piores que os anti-democráticos, o que nos leva a compreender que cada regime tem suas peculiaridades, assim como seus dilemas e distorções. O autor trata a democracia como uma das heranças do século XX, advinda do igualitarismo dos povos e do entendimento que diversas situações e concepções passariam a não funcionar adequadamente sem o apoio da população e suas mobilizações. É pertinente a divisão feita pelo autor acerca das políticas democráticas, que são baseadas em duas principais premissas: a teórica (ou moral) e a prática. A premissa teórica se concentra na presunção de que a maior parte da



população aceite tal regime democrático. Do lado prático, entre outras características, o fato de que tais populações reconhecem sua autoridade governamental frente a gestão da lei da ordem. Ao mesmo tempo, ao mencionar que, nas últimas décadas a participação ativa dos cidadãos na política e o seu efetivo exercício da cidadania decaiu consideravelmente, Hobsbawm realiza uma crítica à legitimidade democrática, inclusive de uma autoridade eleita por uma baixa parcela da população. Chama atenção quando o autor destaca que o Estado soberano, parte essencial da política democrática, hoje está enfraquecido e, porque não dizer, em declínio. Sua efetividade encontra-se em níveis irrisórios, declinando expressivamente e constantemente, afetando, de forma expressiva, as perspectivas democráticas. Entretanto, já no fim deste ensaio, Hobsbawm afirma, com um espírito de tranquilidade, que não há regimes em um futuro próximo que ameacem os regimes democráticos ora em vigor. Resta-nos agora, como cidadãos conscientes da importância conduzida pela democracia, exercê-la, mas sobretudo defendê-la.

No sétimo (e breve) ensaio, o autor realiza uma reflexão crítica relevante acerca da disseminação da democracia e sua padronização mundial, algo como uma "globalização democrática". Comenta sobre uma nova reorganização do mundo "protagonizado pelos países poderosos" (HOBBSAWM, 2007, p. 116), ao mesmo tempo critica com afinco e até julga perigoso esse ato de disseminação, por entender que democracia não pode ser padronizada para todos os locais do planeta, inclusive porque as ações dos Estados também não são as mesmas em todos os pontos do globo, algo que é evidentemente coerente, pois cotidianamente vemos as mais diversas interfaces da democracia sendo exercidas de formas distintas, ainda que por vezes julgamos como duvidosa, em vários lugares.

No oitavo capítulo da obra, Hobsbawm continua com seus apontamentos e reflexões acerca de mais um dos grandes temas de sua obra: o terror. Introduz o tema contextualizando a violência em nosso mundo, relatando com detalhes o seu aumento nas últimas décadas. Destaca um exemplo em particular sobre o Sri Lanka, até então extremamente pacífico, com ótimas expectativas, mas que mudou de patamar a partir da revolta dos Tâmeis devido a inúmeras tensões, com organização armada e guerra civil desde 1980. A partir daí, grupos terroristas surgiram, provocando assassinatos sistemáticos, inclusive políticos, razão pela qual, na concepção do autor, a política passou a ser considerada atividade de risco, além de que o terror, naquela época, passou a ser usado como forma de controle sobre regiões, algo de certa forma não muito diferente do que acontece em nossos dias atuais em algumas partes do mundo. Esse é apenas um exemplo citado pelo autor que expressa o aumento da violência política na última parte do século XX, além de fazer parte do processo de barbarização após a primeira guerra mundial. Dentre tantos fatores geradores da violência apontados por Hobsbawm, um deles em particular desperta a atenção quando o autor afirma que as causas que se defendem são tão justas e do adversário são tão terríveis que quaisquer meios para vencer e derrotar o outro são válidos, inclusive utilizando a prática da violência. Trata-se, segundo o autor, de uma justificativa moral para o barbarismo.

De modo a ilustrar tais apontamentos, Hobsbawm cita alguns dos principais episódios de violência política desde a década de 1960, destacando conflitos de ordem étnica e religiosa.





Para além das questões supracitadas, o autor afirma que os assassinatos em massa em lugares públicos com ampla divulgação dos meios midiáticos, apoiando-se, evidentemente, nas tecnologias da informação e comunicação, têm mais valor do que qualquer outro ataque. Neste contexto, cabe fazer um paralelo com uma situação em particular que se apresenta em nosso tempo: a exposição midiática das barbáries cometidas pelo Estado Islâmico como estupros, assassinatos em massa de forma brutal, execuções, mutilações, entre outras atrocidades que, na maioria das vezes, eram (e ainda são) transmitidas pela Internet e compartilhadas em redes sociais, chocando e impactando o mundo com a crueldade imposta a diversas pessoas. Hobsbawm destaca o fenômeno da "guerra contra o terror" a partir do trágico e brutal 11 de setembro de 2001 que, a propósito, em nada diminuiu o poder internacional americano, conforme opinião do próprio autor. Que reflexos e reflexões podem ser percebidas a partir disso? Claramente, em concordância com o que expõe o autor, há uma crise de legitimidade, autoridade e hegemonia em todos os sistemas tradicionais da sociedade, sem contar que a violência (sendo ela política ou não) revela uma série de desequilíbrios sociais da sociedade, possivelmente devido às alterações internas e extremamente velozes vividas e registradas ao longo do tempo, conforme muito bem colocado pelo autor.

No penúltimo capítulo da obra, Hobsbawm, ao discutir questões que envolvem a ordem pública mundial, continua com suas ponderações acerca da violência que assola nossa sociedade. O autor busca levar aos seus leitores e ouvintes a compreensão de que esse aumento expressivo da violência é possibilitada, dentre tantos outros fatores que poderiam aqui ser descritos, pela "explosão da oferta e disponibilidade global de armas destrutivas poderosas que estão ao alcance de pessoas e grupos privados" (HOBBSAWM, 2007, p. 139). Estamos falando de um mercado altamente lucrativo, inclusive o autor cita o aumento exponencial (e assustador) de negócios bélicos no mundo. Destaca-se, nesse cenário, o significativo aumento no valor de ações da Taurus (grande fabricante de armas) que em 2019 dispararam após decretos brasileiros que ampliaram de forma expressiva os grupos que podem obter armas de fogo e munições. O que se pode esperar de uma nação fortemente armada e, principalmente, legalmente incentivada a adquirir armamento de fogo? Cada vez mais experimentaremos aumentos absurdos nos níveis de violência. Hobsbawm nunca esteve tão certo e coerente em sua análise.

Ao mesmo tempo, o autor conclui seu raciocínio afirmando que governos concordam que está mais difícil manter a ordem pública, destaca as tentativas de controle populacional mediante o emprego da força, produtos químicos, de atordoamento, dentre outros. Interessante o paralelo feito pelo autor quando este resgata Norbert Elias e seu livro *O processo civilizador*, citando que está acontecendo uma reversão de um processo daquilo que Elias considerou uma mudança no comportamento das pessoas a partir da Idade Média, se tornando mais atencioso, tranquilo, cordial e educado. Em nossos tempos, Hobsbawm destaca que não há mais a existência desses atributos. Mais uma vez: Hobsbawm nunca esteve tão certo. Há pouca propensão (talvez até vontade) em aceitar e cumprir leis, regras e convenções. Atualmente vemos xingamentos e agressões públicas à cidadãos e profissionais no exercício de suas atribuições. Não há tolerância, tampouco paciência, o ser humano não esconde seus



preconceitos, sua ira, seu desprezo, seu racismo e xenofobia. Estão dispostos a tudo para fortalecer seus ideais e "derrotar" seus inimigos a qualquer custo, mais uma vez vemos em pleno século XXI as justificativas morais para o barbarismo, como muito bem conceituado pelo autor da obra. Ao que parece, realmente está muito difícil manter a ordem pública. Ao citar o conflito civil de Brixton, o autor comenta que "a manutenção da ordem pública, seja em uma era de violência ou não, depende do equilíbrio entre a força, a confiança e a inteligência" (HOBSBAWM, 2007, p. 149). A questão justamente se concentra em onde encontrar (e qual é) esse equilíbrio? Qual seria a medida adequada dessa força comentada pelo autor? Essas são algumas das questões que precisam ser debatidas, refletidas e respondidas, com a certeza de que essa não será uma tarefa fácil.

No último ensaio da obra, Hobsbawm retoma pontualmente os grandes assuntos da sua obra. Comenta sobre o SARS que em questão de dias impactou o mundo, demonstrando o quanto estamos interligados, evidenciando o alto grau da globalização em que vivemos hoje. Discute o poder da tecnologia em diversos âmbitos da sociedade, principalmente nas tomadas de decisões, algo amplamente realizado hoje nas organizações privadas, públicas e do terceiro setor, mas também na economia e na força militar. Retoma ainda questões históricas do império britânico e americano. Comenta a vinculação da globalização com o império da Grã-Bretanha, condição esta que, justamente, o desenvolvimento britânico fez alcançar.

Por outro lado, o autor detalha algumas fraquezas relacionadas ao império americano, a economia americana, por exemplo, conforme autor, está decrescendo, entretanto, seu poder e triunfo militar permanecem. Neste contexto, recorda, inclusive, que a guerra do Iraque - ainda que motivada pelo petróleo - foi essencialmente planejada para mostrar o poder americano ao mundo, entende ainda que tais arranjos e ações americanas enfraquecem a manutenção da ordem. Hobsbawm se auto questiona como confrontar os Estados Unidos, pois acredita que o imperialismo americano é temporário, além de que os cidadãos americanos não estão interessados na dominação mundial. No fim deste último ensaio, na concepção do autor, vive-se uma crise econômica mundial desde o final da década de 1990, coloca em xeque o que os Estados Unidos fará (e quem o apoiará) seja em qual âmbito for, mas talvez, sobretudo, nesse âmbito econômico declinante supramencionado.

Por fim, Hobsbawm realiza uma proposição ousada: há a necessidade de conter e reeducar os Estados Unidos. Será mesmo possível? É pouco provável, ou talvez seja uma possibilidade muito remota, considerando o que remontamos da história e, principalmente, por ser tratar de uma enorme potência mundial, conforme bem apresentado no decorrer da obra.

O livro *Globalização, Democracia e Terrorismo* é uma excelente obra para entendermos diversas questões e recortes da humanidade relacionadas a esses três grandes temas abordados cuidadosamente por Eric Hobsbawm. O autor é extremamente preciso em suas análises e observações, além de provocar reflexões construtivas ao levar o leitor a uma grande viagem pela história dos impérios, do desenvolvimento econômico, do terror e da globalização, o que nos ajuda a conhecer, compreender e refletir criticamente sobre a atual conjuntura em que vivemos. Vale destacar, mais uma (e pela última) vez, o grau e riqueza de



REVISTA ORBIS LATINA
ISSN: 2237 6976



página 181

detalhes e exemplos dados em cada um dos ensaios realizados pelo autor, sendo esta obra altamente recomendada para aqueles interessados nas temáticas abordadas.

REFERÊNCIAS

HOBBSAWM, Eric. **Globalização, Democracia E Terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 182 p.

Recebido em 09/12/2020

Aceito em 02/02/2021



Volume 11, Número 01
Janeiro - Junho
2021



INDEXADORES E BASES BIBLIOGRÁFICAS:



Revista Orbis Latina - Disponível no website <https://revistas.unila.edu.br/index.php/orbis>



ORIENTAÇÃO AOS COLABORADORES E NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A *Revista Orbis Latina* está aberta a colaborações de pesquisadores de qualquer parte do planeta. Os artigos, resenhas e demais contribuições devem girar em torno de temáticas que envolvam racionalidades, desenvolvimento, fronteiras ou temas de políticas públicas e planejamento urbano e regional. Trata-se de uma revista *online*, formatada em pdf, publicada exclusivamente em ambiente virtual (internet) de acesso irrestrito. Os artigos, resenhas e demais contribuições publicadas implicam na transferência de direitos do(s) autor(es) para a revista. É de extrema importância salientar que não são pagos direitos autorais pelos textos publicados.

Os artigos, resenhas e demais contribuições enviadas para publicação na *Revista Orbis Latina* são apreciados por pareceristas pelo sistema *blind review*.

A *Revista Orbis Latina* receberá textos que contenham as seguintes características:

- i) **Artigos Científicos** – Os textos devem conter no mínimo 5 e no máximo 30 laudas em formato *Word* ou equivalente. Os artigos devem obrigatoriamente apresentar título, resumo (300 palavras no máximo) e palavras-chave (mínimo três e máximo de sete) em, pelo menos, dois idiomas, introdução, conclusão e referências. Na folha de rosto deverá aparecer o título e o(s) nome(s) do(s) autor(es), com respectiva identificação em nota de rodapé (titulação, instituição de origem, titulação e correio eletrônico. A formatação do artigo deve ser em tamanho A4, margens 2,5 cm, fonte arial 12 e espaçamento simples. Artigos de iniciação científica devem ter, no máximo, 10 laudas.
- ii) **Resenhas** – As resenhas devem conter no mínimo 3 e no máximo 25 laudas em formato *word* ou equivalente. Na folha de rosto deverá aparecer os dados do livro e o nome do autor da resenha, com respectiva identificação em nota de rodapé (titulação, instituição de origem, titulação e correio eletrônico. A formatação deve ser em tamanho A4, margens 2,5 cm, fonte arial 12 e espaçamento simples.
- iii) **Demais Contribuições** – As contribuições de caráter cultural devem conter no máximo 10 laudas em formato *word* ou equivalente. Na folha de rosto deverá aparecer o título e os dados do autor, com respectiva identificação em nota de rodapé (titulação, instituição de origem, titulação e correio eletrônico. A formatação deve ser em tamanho A4, margens 2,5 cm, fonte arial ou times new roman 12 e espaçamento simples.

Os autores de artigos, resenhas e demais contribuições devem encaminhar suas colaborações, sem identificação, através do *website da revista* - <https://revistas.unila.edu.br/index.php/orbis>.

